CENTENARIO DE PETROPOLIS

VOL. II

TRABALHOS

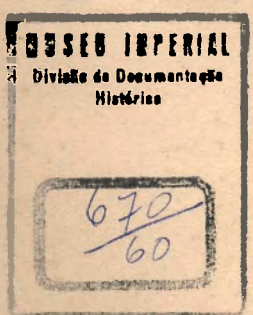
DA

COMMISSÃO DO CENTENARIO

MUSEU IMPERIAL - Biblioteca -

P. M. P.
1939

981.532
P 497c
ex. 2
ex. 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROPOLIS

COMMISSÃO DO CENTENARIO

A Commissão do Centenario de Petropolis realiza com esta publicação o Volume II dos seus trabalhos.

Installada em 5 de Setembro de 1937, esta Commissão fôra instituida por Acto do Prefeito de 28 de Junho do mesmo anno, que attendera á seguinte Indicação approvada unanimemente pela Camara Municipal de Petropolis, em sessão de 28 de Novembro de 1936 :

«Considerando que o centenario de Petropolis deverá ser commemorado em 1943 ;

Considerando a necessidade do poder publico tomar a iniciativa de promover estudos completos e definitivos sobre a Historia de Petropolis, bem como cogitar de todas as medidas capazes de dar brilhantismo a esse grande acontecimento ;

A Camara Municipal indica ao Prefeito a conveniencia de, sem qualquer onus para a Municipalidade, ser nomeada uma Commissão para cuidar desses assumptos.»

Após sete mezes de ter sido feita essa Indicação da Camara, foi que o Prefeito creou legalmente a Commissão do Centenario de Petropolis.

Se, a Indicação da Camara, referia-se a um centenario que «deverá ser commemorado em 1943» accrescentava, por outro lado, a necessidade do poder publico tomar a iniciativa de «promover estudos completos e definitivos sobre a Historia de Petropolis.»

E' obvio que, se o legislativo municipal fez referencia a uma data, não a julgava todavia

liquida e certa, pois do contrario não lembraria a conveniencia de ser nomeada uma commissão para realizar estudos definitivos sobre a Historia de Petropolis, dos quaes, o ponto de partida, forçosamente deveria ser o exame e fixação da data de fundação da cidade, assumpto jamais cuidado com exacta preoccupação historica, por quem quer que seja e em tempo algum commemorado, e nem mesmo referido pelos poderes publicos municipaes.

Uma vez que a Municipalidade ignorava qual fosse a data historica nas proximidades de um possivel centenario, e nenhum elemento bastante conhecia por onde pudesse decidir-se entre correntes de opinião manifestadas a favor de ephemerides diversas, era natural e imperativa a attitude do governo municipal, resolvendo attribuir a uma Commissão o encargo de esclarecer o problema.

A 16 de Março de 1937, o Prefeito dirigiu-se por carta a varias pessoas : «Exmo. Sr. Muito desvanecerá Petropolis a acceitação por V. Ex. do convite, que pela presente tenho a honra de fazer, para integrar a Commissão patrocinadora das commemorações do proximo centenario da cidade, que será celebrado com a publicação da Historia do Municipio e outras medidas de caracter cultural e civico».

E a escolha dessas pessôas, que responderam acceitando o convite, em numero de vinte e seis, recahiu em figuras representativas da cidade, e outras, residentes fóra do Municipio, mas ligadas a Petropolis pela actuação publica

de seus antepassados, ou ainda pelo proprio renome dos convidados.

Desde a sua installação em 5 de Setembro de 1937, até 12 de Novembro de 1939, realizou a Commissão do Centenario vinte e oito reuniões, authenticadas em actas devidamente redigidas e assignadas.

Logo em suas primeiras reuniões, cuidou a Commissão do assumpto referente á data da fundação de Petropolis. Quatorze de seus componentes são domiciliados em Petropolis, o que equivale dizer, mais de metade, e portanto, a sua maioria. Todos estes foram convocados por carta e pela imprensa, para as reuniões.

Os membros residentes fóra do Municipio, convidados expressamente para todas as sessões solennes, não o foram todavia para as reuniões communs. E o motivo é perfeitamente justificavel. Não se tratava apenas da impraticabilidade de uma medida que consistia em pretender a vinda a Petropolis de pessoas com definidas fuunções de responsabilidade, para participarem de um debate que poderia prolongar-se, mas havia a considerar ainda a circumstancia especial de um assumpto cujo melhor trato deveria caber aos membros petropolitanos da Commissão, dispondo por isso mesmo de um mais directo e objectivo conhecimento da materia, e sobretudo, do factor psychologico, primordial na especie, por revestir-se de uma medida intima, de certo modo domestica, como é a data historica de uma cidade.

E não se diga que, deante disso, melhor

fôra ter-se constituido a Commissão com a exclusividade de elementos locaes. Não procederia a critica, uma vez que a Commissão não foi creada apenas para traçar a Historia dc Petropolis, mas tambem promover as commemorações espirituaes e civicas do Centenario da cidade, terreno situado num clima geral e commum, propicio ao brilho da esperada cooperação dos illustres membros da Commissão moradores fóra de Petropolis.

E por essas razões, a Commissão, com os seus elementos locaes, cuidou de estudar e estabelecer o programma de seus trabalhos historicos, a começar pela data da fundação de Petropolis, não convocando outros membros distantes, e muito menos lembrando-se de pedir opinião alheia, por mais respeitavel que fosse o consulente.

Em suas oito primeiras reuniões tratou a Commissão do assumpto da fundação da cidade e apenas uma vóz apresentára duvidas sobre a opinão de todas as outras que apontavam a data de 16 de Março de 1843. Essa vóz, muito autorizada aliás, era a de Antonio Machado, saudoso historiador de Petropolis.

Mas, na acta da 7a. reunião, realizada a 7 de Novembro de 1937, por elle assignada, lê-se o seguinte trecho :

«Foi largamente debatida a materia, tendo o sr. Antonio Machado declarado que em face dos documentos e estndos da Commissão, que vinha acompanhando honesta e sinceramente, elle acabava de se convencer que realmente se

devia destacar a data da *fundação*, não a confundindo com a da *colonisação* de Petropolis.»

Unanimemente, pois, estabeleceu a Commissão a data de 16 de Março de 1843 como a da fundação de Petropolis.

Nenhuma outra vóz, em qualquer das vinte e oito reuniões da Commissão, apresentou restricção ou elemento em contrario a esse pensamento. E entre as assignaturas ás actas de seus trabalhos, contam-se as seguintes: Principe Dom Pedro de Orleans e Bragança, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Americo Jacobina Lacombe, Arthur Barbosa, Mario Cardoso de Miranda, Germana Gouvêa, Leão Teixeira Filho, Nereu Rangel Pestana, Walter João Bretz, Gabriel Fróes, João Duarte Silveira, Virgilio de Sá Pereira, Antonio Machado, Magalhães Bastos, Manoel Vianna de Castro, Mesquita Pimentel, Paulo de Mattos Rudge, Nestor Ahrends, Antonio de Paula Buarque, José Vieira, Vicente Amorim, Lourenço Lacombe e Alcindo Sodré.

A Commissão, entre outras iniciativas, estabeleceu as theses historicas que deverão figurar no Congresso do Centenario. Em Janeiro de 1938, promoveu a 1a. Exposição de Iconographia Petropolitana, com o melhor exito. Tem prestado o seu concurso ao Prefeito na revisão da nomenclatura urbana, e do seu seio nasceu, a 24 de Setembro de 1938, o Instituto Historico de Petropolis.

ALCINDO SODRÉ
Secretario Geral

ANNEXO

Actos officiaes da Municipalidade, relativos ao proximo Centenario de Petropolis

ACTO N. 704, DE 28 DE JUNHO DE 1937

INSTITUINDO a Commissão do Centenario de Petropolis.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PETROPOLIS, usando das attribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 44 de 16 de Junho de 1936, e

Considerando o que ao Executivo suggeriu a Camara Municipal;

Considerando que no anno de 1943 Petropolis celebrará o centenario de sua fundação pelo Imperador D. Pedro II;

Considerando que aos poderes publicos compete desde já zelar pela condigna commemoração de tão grande data;

RESOLVE:

Art. 1° — Fica instituida a Commissão do Centenario de Petropolis, encarregada de propôr ao Governo Municipal as medidas que julgar opportunas e necessarias para o brilho das homenagens a serem projectadas

e colligir os dados e documentos que facilitem a elaboração da historia da cidade.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

Publique-se, registe-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Petropolis, 28 de Junho de 1937. — (a) *Yêddo Fiuza*, Prefeito.

DELIBERAÇÃO 85 DE 10 DE MARÇO DE 1938

DECLARA feriado municipal o dia 16 de Março.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PETROPOLIS, usando das attribuições que lhe confére o Decreto Estadual n. 293, de 10 de Dezembro de 1937, e

Considerando que a 16 de Março de 1843, o Imperador D. Pedro II determinou ao seu Mordomo, Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, desse execução ao plano que lhe apresentou para fundar uma povoação na sua fazenda do Corrego Secco, arrendando-a ao Major Julio Frederico Koeler e aforando-a a particulares, autorizando tambem a construcção de um palacio, igreja e cemitério ;

Considerando que todos os actos praticados pelos Presidentes da Provincia do Rio de Janeiro, de 1843 a 1847, relativamente á Colonia Imperial de Petropolis, o foram como consequencia daquelle decreto do Sr. D. Pedro II ;

Considerando por isso, que a data de 16 de Março

deve ser commemorada por toda a população de Petropolis como a data da fundação da cidade ;

Considerando que a Commissão instituida pela Prefeitura para orientar as commemorações do Centenario de Petropolis tem proposto que a data da fundação seja a do referido decreto de 16 de Março de 1843 ;

RESOLVE :

Art. 1º — E' declarado feriado municipal o dia 16 de Março, em que o Imperador D. Pedro II assignou o decreto mandando fundar a povoação que recebeu depois o nome de Petropolis.

Art. 2º — A data da fundação da cidade será celebrada, todos os annos, nas escolas municipaes, no proprio dia 16 de Março.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Diberação competir, que a executem e façam executar, fiel e inteiramente como nella se contem.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Petropolis, 10 de Março de 1938. — (a) *Mario Aloysio Cardoso de Miranda*, Prefeito.

DELIBERAÇÃO 111 DE 22 DE JUNHO DE 1938

DECLARA feriado municipal o dia 29 de Junho.

O PRFEITO DO MUNICIPIO DE PETROPOLIS, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual n. 293, de 10 de Dezembro de 1937, e

Considerando que a 29 de Junho se commemora a chegada, em 1845, dos primeiros immigrantes allemães

contractados especialmente, pelo Governo da Provincia, para a colonização da povoação denominada Petropolis, pela Portaria de 8 de Julho de 1843 e nos termos do Decreto Imperial de 16 de Março desse mesmo anno ;

Considerando que a idéa da colonização de Petropolis, nasceu do espirito realizador do Major Julio Frederico Koeler, que, desde 1840, em seu relatorio da 2a. Secção de Obras Publicas da Provincia do Rio de Janeiro, vinha insistindo pelo contracto de novos contingentes de colonos operarios, «á vista dos bons resultados obtidos com os colonos allemães e da conveniencia da introducção de braços livres na Provincia» ;

Considerando que em documento datado de 31 de Janeiro de 1845 e publicado pela imprensa, o Major Koeler declarava que «S. M. o Imperador tem mostrado desejo de ver collocada em Petropolis e nos arredores uma colonia agricola e industriosa allemã», o que comprova que o estabelecimento da colonia em terras da Fazenda Imperial foi acto previamente estudado e approvado pelo Sr. D. Pedro II ;

Considerando que desde 1845 até 1860, data em que foi extincta a administração da colonia de Petropolis por ter sido elevada a Municipio pela Lei n. 961, de 29 de Setembro de 1857, os immigrantes aqui installados edificaram com o seu trabalho, espirito ordeiro e bons costumes uma das mais prosperas e cultas cidades do Brasil ;

Considerando que a geração actual não póde esquecer os pioneiros da fundação de Petropolis, que ajudaram os brasileiros na obra civilizadora aqui creada por D. Pedro II ;

RESOLVE :

Art. 1º — E' declarado feriado municipal o dia 29 de

Junho em commemoração da chegada a Petropolis dos primeiros colonos allemães.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Deliberação competir, que a executem e façam executar, fiel e inteiramente como nella se contem.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Petropolis, 22 de Junho de 1938. — (a) *Mario Aloysio Cardoso de Miranda*, Prefeito.

DELIBERAÇÃO 197 DE 15 DE MARÇO DE 1939

INSTITUINDO o «Fundo do Centenario de Petropolis».

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PETROPOLIS, usando das attribuições que lhe confere o Decreto Estadual n. 293, de 10 de Dezembro de 1937, e

Considerando que a 16 de Março de 1943 a cidade de Petropolis deve celebrar o centenario da sua fundação pelo Imperador D. Pedro II;

Considerando que a obra colonizadora aqui realizada merece ser condignamente recordada pelos descendentes dos allemães que chegaram á nova povoação a 29 de Junho de 1845 e de todos os immigrantes de outras nacionalidades que, juntamente com os brasileiros, souberam crear um dos mais prosperos municipios do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando que os petropolitanos já prestaram uma homenagem, na praça publica, ao glorioso fundador da cidade, devem ainda saldar, no anno do Centenario, a sua divida de gratidão ao major Julio Frederico Koeler

que foi o executor de todos os planos e colaborador dos estadistas brasileiros que lançaram as bases do trabalho livre em nosso Municipio ;

Considerando que não é licito onerar um só orçamento com a verba vultuosa que exigem as commemorações que foram decretadas pelos poderes municipaes ;

RESOLVE :

Art. 1" — Fica instituido o «Fundo do Centenario de Petropolis» que será constituido :

a) — pelas verbas que vierem a ser consignadas para commemorações do centenario da data de 16 de Março de 1843 ;

b) — pelo producto de subscripções, festas, doações que forem depositadas por particulares ou autoridades, nos cofres municipaes para esse fim especial.

Art. 2º — As despezas por conta do «Fundo» só poderão ser realizadas depois de autorizadas por acto do Prefeito e exclusivamente em obras ou festejos commemorativos do Centenario.

§ Unico — O Prefeito providenciará para que seja organizado até 31 de Dezembro do corrente anno, o plano geral das commemorações, ouvindo, para tal fim, as classes e instituições representativas da cidade.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Deliberação competir, que a executem e façam executar, fiel e inteiramente como nella se contem.

Paço Municipal de Petropolis, 15 de Março de 1939. — (a) *Carlos Magalhães Bastos*, Prefeito.

H. C. LEÃO TEIXEIRA FILHO

A FUNDAÇÃO DE PETROPOLIS

O DECRETO DE 16 DE MARÇO DE 1843

E OUTROS DOCUMENTOS DO MESMO ANNO

A FUNDAÇÃO DE PETROPOLIS

O DECRETO DE 16 DE MARÇO DE 1843
E OUTROS DOCUMENTOS DO MESMO ANNO

Dentre os principaes fundadores de Petropolis foi o major Koeler, incontestavelmente, o grande realizador senão o proprio inspirador da fundação da cidade.

E esta affirmação está longe de ser gratuita : alicerça-se em bons e convincentes documentos.

Com effeito, desde o *Decreto de 16 de Março de 1843*, que em verdade foi o marco inicial, a pedra angular sobre a qual levantou-se Petropolis, surge o nome de Julio Frederico Koeler em todos os actos governamentaes ou administrativos tocantes á transformação da *Fazenda do Corrego Secco* na povoação que serviu de berço á cidade.

Nada se fez, provam os documentos, sem a directa participação do Major Koeler. Com elle lavra-se o contracto de arrendamento da velha Fazenda, constante da escriptura de 27 de Julho de 1843, onde se mencionava textualmente o «*Decreto de S. Magestade*», de 16 de Março daquelle anno, e em cujo *art. 15º* exigia-se do arrendatario Koeler, para o fiel cumprimento do contracto, «*a hypotheca de seus bens, havidos e por haver*». E nesse instrumento, convém notar, já se alludia ao *nome* da cidade a ser construida, ao impôr-se ao

arrendatario, no *art. 10º*, o levantamento gratuito da «*planta da* FUTURA PETROPOLIS, *e do Palacio e suas dependencias*».

Do mesmo modo, em outras clausulas e nas prescripções estabelecidas nas «condições» complementares ao contracto, fixavam-se, desde logo, as regras ou normas a serem seguidas e observadas na cidade nascente, prescrevendo-se obrigações relativas aos futuros proprietarios *(foreiros)*, e tambem concernentes aos alinhamentos, cercas, muros, «portões elegantes» *(textual)*, nivelamentos, indivisibilidade dos lotes minimos *(prazos)*, arborização, calçadas de alvenaria, primeiras edificações, sem esquecer, quanto a estas, recommendações de asseio e de esthetica, inclusive recúo obrigatorio relativamente ás estradas.

E planejava-se toda essa obra, que inda hoje seria considerada grandiosa, e á qual se daria o nome de *urbanismo*, contractando a sua immediata execução com um engenheiro competente, ao qual se conferiam poderes cada vez mais amplos e do qual se exigiam garantias reaes.

Tudo isso iniciava-se em 1843 ; tudo isso começava a fazer-se sob a chefia suprema de Koeler, estipulando o alludido contracto, em termos explicitos, os casos em que o arrendatario agiria qual representante directo da Mordomia, com poderes sufficientes para derimir duvidas entre foreiros e intrusos, e bem assim aquelles em que a Casa Imperial não prescindiria de suas informações e pareceres.

E o homem que conferia a Koeler tantos e tão dilatados poderes tambem possuia conhecimentos technicos e indiscutivel capacidade profissional. Paulo Barbosa da Silva, Mordomo da Casa Imperial, deixou trabalhos de valor, principalmente acerca dos serviços publicos das cidades, estudos que sobremaneira honram-lhe a memoria e bem attestam a sua visão de engenheiro e de homem culto e viajado. Nos proprios papeis que pertenceram ao Major Koeler encontrar-

se-iam elementos para assim ajuizar-se do Mordomo, e para tanto bastaria citar-se o plano apresentado por aquelle, em Dezembro de 1843, para o abastecimento d'agua na Côrte, estudo que actualmente ainda se poderá ler com proveito e encanto.

Ora, a invulgar actividade, a extraordinaria acção pessoal que o major Koeler exerceu nas diversas phases da premeditada e bem estudada fundação de Petropolis, jamais foi desconhecida do Cons.º Paulo Barbosa, fôsse quando este tivesse de officiar a Koeler, em 30 de Outubro de 1843, para entregar-lhe, «na forma proposta por elle Koeler, as instrucções para os aforamentos dos terrenos que deveriam formar a futura Petropolis» —, cuja fundação, portanto, independia da fortuita chegada de colonos estrangeiros —; fôsse quando, ao recordar-lhe, mais tarde, a acção dynamica e infatigavel, traçasse de proprio punho o mais expressivo e insuspeito relato acerca da fundação de Petropolis e do preponderante papel então desempenhado por Julio Frederico Koeler. *(Documento em poder de Americo Jacobina Lacombe, lido perante a Commissão do Centenario em sessão de 10 de Setembro de 1938).*

Nas instrucções de 30 de Outubro de 1843, logo no art. 1º ha referencias exactas ao «*mappa levantado* pelo arrendatario Koeler», mencionando o mesmo artigo que «a futura Petropolis constaria do terreno descripto e marcado» em tal trabalho topographico, «e do que futuramente S. M. houvesse por bem designar».

Renovavam-se ali, nas referidas instrucções, para «servirem de condições aos emphyteotas», de modo mais preciso e minudentemente, todas as obrigações dos foreiros quanto á construcção de casas, cujas fachadas dependeriam de approvação do engenheiro Koeler ; davam-se regras para o plantio de «arvores frondosas», cujo alinhamento, época de plantação e respectivas variedades ficavam a criterio do arrendatario Koeler ; prescreviam-se as qualidades das alvenarias e as di-

mensões das calçadas fronteiras ás construcções; determinavam-se as captações «das aguas pluviaes, oriundas dos telhados, as quaes deveriam ser conduzidas até ás ruas por canos, e tubos verticaes encostados ou introduzidos nas paredes»; impunha-se a canalisação dos rios, que passassem nos fundos dos prazos, e que deveriam ser feitas «por meio de dous muros de alvenaria solidos, e na forma indicada no mappa». E desde logo, velando pelos logradouros publicos da cidade em apreço, tolhia-se aos foreiros o direito de fazer «obras exteriores sobre as ruas ou praças, como rampas ou escadas», etc.

E assim, sob o regimen e sabedoria de taes instrucções, emanadas dos poderes competentes, e que devem ser assignaladas como notaveis e devéras adeantadas para a época, nasceu Petropolis em 1843. E nasceu oriunda de um plano estudado e bem elaborado.

Já houve, no emtanto, quem dissesse ou pretendesse demonstrar, que todos aquelles actos de 1843, acima referidos e que de modo irretorquivel demarcam a historia da fundação de Petropolis, seriam tão sómedte actos particulares, concernentes aos bens pessoaes do Imperador.

Devem estar em erro quantos assim tenham affirmado ou proclamado.

Os documentos alludidos falam em «*Decreto*», em «*Decreto de S. Mayestade*». E não é crivel que o Mordomo da Casa Imperial, homem de saber, maioral da Facção Aulica, desconhecesse a exacta denominação com que o mencionado acto de 16 de Março deveria ser referido no contracto de 27 de Julho de 1843.

Mas seja dado de barato que o Mordomo da Casa Imperial, engenheiro notavel e distinctissimo official do Exercito, ignorasse a verdadeira expressão a empregar. Que autoridade teriam os actuaes impugnadores, para declararem impropria ou menos acertada aquella denominação? Nenhuma.

Vem ao caso lembrar, que em tempos remotos não eram muito nitidas as fronteiras entre o direito publico e privado. Ora, pretendem pessoas menos conhecedoras dos assumptos historicos, que o acto de S. M. o Imperador, fazendo doação de terras, fôsse nimio acto de direito privado, que nada teria de parecido com um acto de direito publico adequado á creação de villas, cidades, etc., etc.

Entretanto, outr'ora valiam em casos taes «esses actos de direito privado», se é que taes direitos fôssem então definidos e separados. E valia nesses casos a concepção do direito patrimonial do rei; tudo que fôsse concernente ao reino, o rei regularisava pelos actos concernentes ao seu patrimonio. Esse patrimonio comprehendia os direitos publicos. Tudo estava adstricto a elle.

Assim era nos tempos idos, e não hoje quando os reis pouco mandam e até escasseiam.

Então, os actos do rei em relação ao seu patrimonio decidiam na parte politica e de direito publico. As duas cousas se ajustavam: direito patrimonial e funcção publica.

Era assim pratica tradicional, que talvez ignorem pessoas menos versadas em antiqualhas, mas a verdade é que a creação das villas provinha do destino que o dono désse ao seu patrimonio.

E para saber-se que o monarcha, assim procedendo, usava de um direito no caso, bastará a leitura do texto adeante transcripto. Na obra do Conselheiro Ribas, intitulada «*Direito Administrativo Brasileiro*», ha um trecho que diz que *os negocios da imperial casa*

a) — gerencia dos palacios e terrenos nacionaes,
b) — negocios da casa imperial que interessassem a muitos e devessem durar longo tempo *(e este era o caso da fundação da cidade)*, —

se resolveriam POR DECRETO.

Ora, a fundação de Petropolis, tal como consta dos do-

cumentos de 1843, estava rigorosamente no caso apontado pelo Conselheiro Ribas : — *negocio da imperial casa, que interessava realmente a muita gente, e que deveria durar longo tempo.*

E ainda diz muitissimo mais o referido autor : menciona quem deveria assignar TAES DECRETOS. A passagem do livro é a seguinte :

— «Além destes decretos legislativos, outros ha que sómente emanam do monarcha. Com effeito, é esta a formula de todos os actos do poder moderador, bem como dos do executivo em que intervém o chefe deste poder. São tambem assim expedidas as ordens do Monarcha, relativas á gerencia dos palacios e terrenos nacionaes, por elle possuidos, ou de quaesquer negocios da imperial casa que interessem a muitos e cujos effeitos devam durar longo tempo.»

— «A Constituição não exige a referenda ministerial nos decretos do poder moderador, e sim sómente a exige para a exequibilidade dos do executivo ; mas os ministros regularmente referendam aquelles decretos, assumindo assim, segundo alguns pensam, a responsabilidade delles, e compartindo-a com os conselheiros de estado que as aconselham. *(Const., art. 143, e lei de 23 de Novembro de 1841 art. 4° ; vid. o sr. Pimenta Bueno Dir. Publ. Bras. tit. 5°, cap. 2°. sec. 5ª).*

Entretanto, sobre este importante ponto da doutrina constitucional, posto que muitas vezes largamente debatido, longe estão as opiniões de chegarem a accordo.»

— «Os decretos relativos á gerencia dos negocios da imperial casa, não importando o exercicio da fun-

> cção de um poder politico, sómente são assignados pelo mordomo a quem tal gerencia concerne. *(Const. art. 114.»).*
>
> *(Op. cit. pag. 210-211)*

Eis ahi cabalmente demonstrado, em poucas palavras, e com a indiscutivel autoridade do GRANDE MESTRE que foi o Conselheiro Ribas, a exacta, a exactissima denominação dada ao acto de *16 de Março de 1843*, isto é, ao mencionado *Decreto de S. Magestade*, do qual verdadeiramente resultou a fundação de Petropolis.

Esta demonstração não poderia deixar de fazel-a a quem desejasse prestar uma justa homenagem aos VERDADEIROS FUNDADORES DE PETROPOLIS, isto é, aos tres participantes dos actos de 1843 : o imperador D. PEDRO 2º, o mordomo PAULO BARBOSA, e o major de engenheiros JULIO FREDERICO KOELER.

E Koeler foi dentre os tres a figura accentuadamente predominante em todas as etapas para a transformação do *Corrego Secco* em cidade, na *Petropolis* que elle projectou, realizou, engrandeceu com a doação das terras do seu patrimonio pessoal *(Fazenda Quitandinha)*, e patrioticamente serviu e amou. Delle ha de escrever um estudo biographico mais desenvolvido, pesquizando-lhe os passos anteriores e posteriores a 1843, quem ora apenas relembra-lhe o nome e aponta-lhe os serviços e benemerencia.

Então serão apreciados, nas justas proporções, com todo o carinho e enthusiasmo, a obra inesquecivel e os serviços consideraveis dos COLONOS ALLEMÃES, chegados em Petropolis a partir de 1845, e em boa hora cedidos por Aureliano Coutinho *(Sepetiba)* ao engenheiro Koeler, a quem ficaram confiados, e graças aos quaes mais rapidamante se operou o desenvolvimento da cidade de Pedro II.

Mas, impossivel será, ao historiador imparcial, falar

de Petropolis, evocar a personalidade curiosissima de Koeler, sem recordar o nome e a participação do Mordomo Paulo Barbosa.

Delles dous, do perfeito entendimento entre elles, do alto conceito que desfructavam, da confiança qne lhes dispensava o Imperador, do apoio que a cada um delles asseguravam vultos do porte de Paraná e de Sepetiba (Honorio e Aureliano), proviria a memoravel obra que ora se enaltece, a cidade cujo centenario natalicio transcorrerá dentro em breve, acontecimento historico de magna importancia e que fará jús a ruidosas e expressivas festividades civicas em 1943.

Que o povo petropolitano, que a cidade de Petropolis, por seus homens de elite e de governo, não se esqueçam, então, dos nomes de Koeler e de Paulo Barbosa; saibam erguer-lhes, para o proximo 16 de Março de 1943, um monumento condigno, e dest'arte procurem saldar um divida em atrazo e devéras sagrada.

CINCO documentos annexos ao trabalho lido por H. C. LEÃO TEIXEIRA FILHO perante a Commissão do Centenario da Cidade de Petropolis na sessão realizada em 10 de Setembro de 1938

ANNEXO N. 1



«DECRETO

«Tendo approvado o plano que me apresentou Paulo Barbosa da Silva, do Meu Conselho, Official Mór, e Mordomo de Minha Imperial Casa, de arrendar a Minha Fazenda denominada «Corrego Seco» ao Major de Engenheiros Koeler, pela quantia de um conto de réis annual, reservando um terreno sufficiente para nelle se edificar um Palacio para Mim, com suas dependencias e jardins, outro para uma povoação, que deverá ser afórado a particulares, e assim como cem braças dum e outro lado da estrada geral, que corta aquella Fazenda, o qual deverá tambem ser afórado a particulares, em datas ou prazos de cinco braças indivisiveis, pelo preço porque se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça:

Hei por bem authorisar o sobredito Mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E outrosim o Authoriso a fazer demarcar um terreno para nelle se edificar uma Igreja com a invocação de S. Pedro de Alcantara, a qual terá uma superficie equivalente a quarenta braças quadradas, no logar que mais convier aos visinhos e foreiros, do qual terreno lhes faço doação para este fim e para o cemiterio da futura povoação. Ordeno portanto ao sobredito Mordomo que proceda aos ajustes e escripturas necessarias, n'esta conformidade, com as devidas cautelas e circumstan-

cias de localidades, e outrosim que forneça a minhas espenças os vazos sagrados, e ornamentos para a sobredicta Igreja, logo que esteja em termos de n'ella se poder celebrar. — Paço da Boa Vista deseseis de Março de 1843, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio. *Dom Pedro II. Paulo Barbosa da Silva.* — Conforme, *Augusto Candido Xavier de Brito.*»

ANNEXO N. 2

«Escriptura de arrendamento da Fazenda denominada Corrego Seco, sita no Alto da Serra da Estrella, que faz o Exmo. Mordomo da Casa Imperial ao Major de Engenheiros Julio Frederico Koeler.

«Aos vinte e seis dias do mez de Julho de mil oitocentos e quarenta e tres, compareceu na Mordomia da Casa Imperial, perante mim Escrivão da mesma, o Major Julio Frederico Koeler, ante o Exmo. Snr. Conselheiro Mordomo de Sua Magestade o Imperador, e em presença das testemunhas abaixo nomeadas, depois de concertarem, se convencionarão nas condições com que aquelle Major toma de arrendamento á Casa Imperial a Fazenda denominada «Corrego Secco» sita na Serra da Estrella, pertencentes aos bens particulares de Sua Magestade Imperial, e o mesmo Conselheiro me ordenou que em virtude do Decreto de Sua Magestade de deseseis de Março do corrente anno, que a isso o authorizou, exarasse os artigos em que se convencionarão de reciproca obrigação, que são os seguintes :

— *Artigo 1°* — O arrendamento será por nove annos consecutivos, que se contarão da data d'esta, pelo preço de um

conto de réis annuaes, pago no fim de cada anno, e comprehenderá todo o terreno pertencente a Sua Magestade Imperial, excepto o que nos subsequentes artigos se destina a outros fins.

— *Artigo 2º* — O arrendatario se obriga a reedificar os predios e ranchos existentes sob as mesmas dimensões, podendo mudal-os para outro local dentro da Fazenda, se isso convier melhor a seus interesses, devendo-os entregar no fim do arrendamento em bom estado: se valerem mais do que actualmente receberá oitenta por cento de differença.

— *Artigo 3º* — No caso de que se veja obrigado a mudal-os do lugar onde estão, para o em que a Estrada nova deve passar, o que equivale a uma edificação nova, receberá ao acabar o arrendamento oitenta por cento do valor que lhes fôr dado por arbitros, com tanto porém que este não exceda a quatro contos de réis, porque, se exceder perderá o arrendatario o excesso para a Casa Imperial. Deste valor se deduzirão os materiaes mudados do lugar onde ora estão os ranchos e a Casa da Fazenda.

— *Artigo 4º* — Reserva o Mordomo para aforar a particulares, e para se edificar a Igreja, e Cemiterio, todo o terreno collateral da estrada, tanto da que existe como da que se vae abrir, com cem braças de cada lado, de qualquer das estradas, contadas das margens d'ellas, tanto velha como nova, as quaes serão medidas segundo os rumos normaes da Fazenda, ficando para o arrendatario o terreno que lhe fôr preciso para collocar os ranchos, quando os queira mudar para a margem da estrada nova, o qual será ulteriormente designado; e desde já toda a varzea onde ora estão casa e rancho, e suas vertentes para logradouros do seo negocio de rancho, em quanto durar este arrenda-

mento, findo o qual será aforado a quem Sua Magestade mandar para augmento da povoação.

— *Artigo 5º* — Reserva mais o Mordomo todas as vertentes comprehendidas entre o sitio de Antonio da Costa Dantas, Rio Corrego Secco abaixo até a sua barra no Piabanha para nelle se edificar um Palacio, e suas dependencias, e Igreja, se isso convier, e uma povoação; ficando tambem reservadas cincoenta braças no alto da Serra com cem de fundo para cada lado, e todo o terreno que verte para a Bahia do Rio de Janeiro.

— *Artigo 6º* — As primeiras cento e cincoenta braças contiguas ás cincoenta citadas, no alto da Serra, ao longo da estrada, com cem de fundo para cada lado, formando sessenta prazos, ficão aforados perpetuamente ao arrendatario com os mesmos onus e condições cem que se aforão as outras; porém durante o tempo de nove annos, que se contarão da data d'esta, não pagará fôro, nem direito de reconhecimento de senhorio directo que os de mais pagão á entrada, e poderá outrosim estabelecer todo o genero de negocio que quizer, e edificar á margem da estrada

— *Artigo 7º* — Tendo Sua Magestade Imperial concedido mil e seiscentas braças superficiaes para n'ellas se edificar uma Igreja com a invocação de S. Pedro d'Alcantara, fica ao arrendatario e escolha dos melhores locaes para estes destinos.

— *Artigo 8º* — O Mordomo se compromette a não conceder aforamento de terras reservadas para este fim sem precedencia de informação do arrendatario.

— *Artigo 9º* — O arrendatario será considerado perante os foreiros, como delegado do Mordomo, e qualquer desintelligencia que possa haver entre estes será por elle decidida, ficando sempre a decisão dependente de approvação da Administração da Casa Imperial.

— *Artigo 10º* — O arrendatario se obriga a levantar a planta

da futura *Petropolis*, e do *Palacio* e suas dependencias gratuitamente, e a remettel-as ao Mordomo o mais breve que lhe fôr possivel, e a demarcar em prazos de cinco braças todo o terreno que borda de um e outro lado, e a numeral-os.

— *Artigo 11º* — O arrendatario poderá expellir das terras da Fazenda os intrusos que n'ella se situarão, tudo em forma legal, e lemitar-lhes terrenos de que se farão foreiros como os outros, e lhes marcará tempo para se pôrem em regra, a vista das condições marcadas a estes, preferindo sempre as formas amigaveis e conciliatorias ás forenses.

— *Artigo 12º* — Se convier ao arrendatario admittir foreiros nas grotas da Fazenda, ou em qualquer parte d'ella, fóra da reservada n'este contracto, o poderá fazer propondo á Mordomia os individuos e os terrenos que lhes pretende ceder. Estes individuos serão foreiros da Casa Imperial; mas durante o tempo do arrendamento da Fazenda o arrendatario cobrará para si os fóros; em tudo o mais ficarão de egual condição, a dos outros foreiros, e prehencherão as mesmas condições. O preço do reconhecimento de Senhorio será na razão da superficie em relação dos da estrada; o preço porém do fôro será variado segundo as vantagens que offerecerem á cultura, ao commercio, e industria.

— *Artigo 13º* — O arrendatario será o cobrador dos fóros, e reconhecimento de Senhorio directo, e de tudo quanto entregar no Cofre da Casa Imperial terá dez por cento, e a Casa lhe fornecerá os livros competentes para ter a escripturação em regra.

— *Artigo 14º* — O Mordomo por si, ou por outrem, fará entrega em forma ao arrendatario precedendo avaliação das bemfeitorias existentes, lavrando-se termo da entrega.

— *Artigo 15º* — O aarrendatario hypotheca seus bens, havidos, e por haver, ao fiel cumprimento d'este contracto,

tanto, de pagamento da renda, como do que cobrar na forma do artigo decimo terceiro.

— *Artigo 16º.* — A peça adjunta que marca as condições geraes pelas quaes Sua Magestade Imperial concede terrenos d'esta Fazenda por aforamento, faz parte integrante do presente contracto.

E havendo-lhes lido esta em presença das testemunhas aqui declaradas, a acceitarão na forma acima dita, em em fé do que esta assignarão. — *Paulo Barbosa da Silva.* — *Julio Frederico Koeler.* — *Augusto Candido Xavier de Brito*, escrivão da Casa Imperial. Como testemunhas: José Joaquim da Cunha. — Izidro José Martins Pamplona. Conforme, *Augusto Candido Xavier de Brito.*»

ANNEXO N. 3

«Condições com que se aforão terras da Fazenda de Sua Magestade o Imperador, denominada «Correga Secco» e que fazem parte integrante do contracto de arrendamento que faz o Snr. Major Koeler.

Art. 1º — As pessoas que pretenderem aforar terras por fôro perpetuo dirigirão a Sua Magestade Imperial suas petições, declarando:

— Quantos prazos pretendem, e quaes por seus numeros. Entende-se por prazo um quadrilatero de cinco braças de frente sobre a margem da estrada, com cem ou mais de fundo.

Art. 2º — Ouvido o arrendatario, se lhe passará titulo, ou se

escusará a petição, segundo o merito da informação.

Art. 3º — Obtido o titulo, o apresentará ao arrendatario *Koeler*, para o registrar, e n'esta occasião pagará por cada prazo tres mil e duzentos réis a titulo de reconhecimento do senhorio directo, e tanto do registro, como d'este recebimento, como do numero de prazos, e do empossamento, fará o arrendatario declaração nas costas do titulo, e ficará pagando o foreiro á Casa Imperial dois mil e quinhentos réis por anno por cada prazo.

Art. 4º — O foreiro pagará ao arrendatario pelo seu empossamento e demarcação á razão de quatro mil réis por cada prazo, isto por uma vez sómente.

Art. 5º — Se a algum convier possuir maiores fundos do que o de cem braças, mencionará isso no seu requerimento, e pagará mais de fôro annual o que se convencionar com o arrendatario, e fôr approvado pela administração da Casa Imperial.

Art. 6º — Os foreiros se obrigarão no acto da posse:

1º) — A cercar, valar, ou murar seus terrenos solidamente, de forma a evitar futuras contestações;

2º) — A fechar suas testadas com a estrada com grádes, ou muros e portões elegantes;

3º) — A plantar nas ditas testadas ao menos uma carreira de arvores frondosas, no alinhamento e da qualidade que pelo arrendatario fôr indicada;

4º) — A edificar predios dentro do espaço de dois annos, a contar das suas respectivas posses, pelo alinhamento que o sobredito arrendatario dér; a cuja approvação submetterão os planos dos frontespicios dos ditos predios; não cevendo nenhuma caza ficar mais proxima da estrada do que cincoenta palmos;

5º) — Durante os nove annos de arrendamento da Fazenda ao Major Koeler, a não pôr caza de compra e

venda de seccos e molhados, sal, ferro, ferraduras, louça, café, e mantimentos, hospedaria, seges ou cavallos de aluguel, nem a edificar moinhos ou engenhos de serrar para negocio, mas sim para seus uzos particulares, e só poderão fazer para negocio com licença do arrendatario, em quanto o fôr;

6º) — A conservar o exterior de suas casas em bom estado de aceio, tanto no que diz respeito aos predios, como no ajardinamento da area fronteira á entrada;

7º) — A pagar no mez de Janeiro de cada anno os fóros vencidos no anno anterior ao arrendatario, ou a quem ulteriormente se lhe designar.

Art. 7º — A infracção dos arts. 3 e 4 será considerada como abandono do dominio util, e á Mordomia se reserva o direito de conceder estes prazos a outros, como devolutos ao Senhorio directo, sem restituição nem indemnisação alguma ao foreiro infractor; as do art. 5 serão punidas com a multa de 20$000 rs. para o arrendatario, e de 40$000 rs. na reincidencia, e assim por diante cobrados judicialmente.

Art. 8º — Nenhum foreiro poderá alienar superficie menor de um prazo, e no caso de fallecimento d'um foreiro, quando caiba a muitos herdeiros o mesmo prazo, serão estes obrigados a vendel-o; e as bemfeitorias n'elle existentes, ou a encabeçal-o em um só d'entre si, de sorte que nunca se possa conhecer mais de um possuidor ao mesmo prazo. Não se concedem mais de dez prazos a um individuo.

Art. 9º — Todo o terreno que parte da paragem que se denomina "*Dantas*" e a varzea onde actualmente estão situados os ranchos, e cazas da Fazenda, em parte desde já, e no seu todo para o futuro, é destinado para a povoação, e para isso será arruado, e mar-

cado pelo actual arrendatario, ou a requerimento d'elle pela authoridade competente, e será aforado a 10 rs. por braça superficial, devendo-se sujeitar o foreiro aos nivellamentos que lhe forem dados pelo dito arrendatario, de cuja approvação dependerá o frontespicio dos edificios.

Art. 10º — Logo que qualquer foreiro aliene um ou mais prazos, o comprador ficará por si obrigado a todos os onus impostos ao vendedor.

Paço, em 26 de Julho de 1843.

(a) *Paulo Barbosa da Silva.*

Conforme : Agusto Candido Xavier de Brito.»

ANNEXO N. 4

«Illmo. Snr. Major Julio Koeler.

Na forma proposta por V. S. remetto-lhe aqui juntas as instrucções para os aforamentos dos terrenos que devem formar a futura Petropolis, na Imperial Fazenda do Corrego Secco, as quaes vão por mim assignadas, servindo de condições aos emphyteotas, afim de que V. S. as ponha em pratica.

Deos guarde a V. S. — Mordomia da Casa Imperial —, 30 de Outubro de 1843.

(a) *Paulo Barbosa da Silva.*»

ANNEXO N. 5

«Condições com que se aforão as terras de Petropolis, e as do arrendamento do Major Julio Frederico Koeler.

Art. 1º — A futura Petropolis constará do terreno descripto e marcado no mappa levantado pelo arrendatario Koe-

ler, e do que para o futuro Sua Magestade houver por bem designar.

Art. 2º — O terreno será concedido por emphyteusis perpetuo a particulares, por quadrilongos de 5 braças de frente com 10 de fundo, e pelos polygonos que constão do mappa.

Art. 3º — Cada um destes quadrilongos, ou polygonos, formará um prazo indivisivel, e será numerado em seguimento dos prazos collateraes da estrada.

Art. 4º — A ninguem se concederá mais de dois prazos fronteiros á estrada, rua, ou praça; porém todos os prazos situados nos fundos destes poderão pertencer ao emphyteuta do prazo fronteiro.

Art. 5º — Os prazos que não têm frente para as ruas, ou praças, serão adjuntos aos que as têm, e o emphyteuta dos primeiros será o dos segundos.

Art. 6º — Os emphyteutas são obrigados:

§ 1º — A construir casa dentro de dois a quatro annos. Estas casas serão contiguas á rua, ou praça, e o seu frontespicio será submettido á approvação do arrendatario Koeler.

§ 2º — A plantar nas ruas, ou praças fronteiras, uma carreira de arvores frondosas segundo o alinhamento, na época, e da qualidade que o arrendatario lhes designar, e entretel-as até que a povoação se torne villa.

§ 3º — A calçar sua frente com alvenaria dentro do prazo de um anno, e com lagedo dentro do prazo de oito annos: tanto a calçada como o lagedo terão dez palmos de largura.

§ 4º — A conduzir as aguas pluviaes de seus telhados até a rua por canos, e tubos verticaes, encostados ou introduzidos nas paredes.

§ 5º — A aterrar dentro do prazo de quatro annos seus

quintaes, de modo que sejão superiores ao nivel das ruas e praças (quando não tenhão fundos para o rio).

§ 6º — A encanar o rio que lhe passar pelo fundo por meio de dois muros d'alvenaria solidos, e na forma indicada pelo mappa.

§ 7º — A cercar, ou murar, ou fixar solidamente seus limites dentro do prazo de um anno, com pena de rescisão do contracto, sem indemnisação alguma por parte da Casa Imperial.

Art. 7º — O nivel das (?) * e ruas será dado provisoriamente pelo arrendatario Koeler, emquanto o não fôr definitivamente pela autoridade civil; os emphyteutas se regularão por esse nivel.

Art. 8º — A nenhum foreiro hé permittido fazer obras exteriores sobre a rua ou praça, como rampas ou escadas; podem porém, querendo, guarnecer os passeios com frades de pedra, encorrental-os, construir alpendres sobre as portas, e latadas sobre os passeios, cujo aceio he da obrigação do foreiro.

Art. 9º — Cada prazo pagará de reconhecimento de Senhorio directo á Casa Imperial, sendo fronteiro 1$200 réis, e sendo nos fundos 600 reis; de medição, demarcação e empossamento ao arrendatario, sendo fronteiro 1$600 réis, e sendo nos fundos 800 réis, e de fôro annual á Casa Imperial *10 réis* por cada braça superficial, além do laudemio em casos de alienação.

Art. 10º — Em virtude do art. 12º do Contracto de 26 de Julho deste anno, e á vista da disposição final do art. 4º do mesmo contracto, pertencerão os fóros de todos os prazos ao Sul e ao Sueste do largo de Alcantara ao arrendatario.

Art. 11º — As disposições dos arts. 5º e 9º do contracto de 26

(*) NOTA — No original, a palavra foi omittida; parece, pelo sentido, tratar-se de soleiras ou praças. — L. T.

de Julho deste anno ficão inteiramente applicadas aos emphyteutas dos prazos de Petropolis emquanto durar este contracto.

Art. 12° — Ao arrendatario cumpre marcar aos foreiros a época em que devão simultanea ou individualmente executar as disposições do art. 6º nos seus §§ 2º, 4º e 6º; e quando aconteça que hajão poucos prazos fronteiros vagos em uma rua ou praça, poderá o arrendatario mandar á custa dos dinheiros provenientes dos aforamentos plantar as arvores de que trata o § 2°, e fazer as obras de que tratão os §§ 3°, 5° e 6°, relativos a esses prazos vagos, comtanto que fique sempre estabelecido que dando-se o prazo vago, pague o foreiro respectivo toda a despeza assim feita.

Art. 13º — Os requerimentos dos peticionarios serão analogos aos dos foreiros collateraes da estrada, e terão o mesmo processo.

Art. 14º — Convindo desenvolver o art. 12º do Contracto de 26 de Julho deste anno, quanto aos foreiros da parte da Fazenda arrendada sem reserva ao Major Koeler, fica estipulado o seguinte:

§ 1° — O arrendatario pode aforar a quem quizer porções das terras, que lhe forão arrendadas, com tanto que estas porções se componhão de prazos de quinhentas braças superficiaes, indivisiveis, as quaes serão numerada sem seguimento aos da Petropolis.

§ 2º — Cada um destes prazos pagará de reconhecimento de Senhorio directo á Camara Imperial 3$200 réis de demarcação e medição, e empossamento 3$200 ao arrendatario, e de fôro annual ao arrendatario, em quanto durar o contracto de arrendamento, e á Casa Imperial depois de findo esse contracto, o que se convencionar porém nunca menos de 1 *real* por cada braça superficia.

§ 3º — O emphyteuta poderá ser ou não sujeito em parte ou no todo ás condições geraes do aforamento nos §§ 2º, 3º e 4º e no art. 7º.

§ 4º — O emphyteuta será necessariamente sujeito á disposição dos §§ 1º, 5º e 6º (quando hajão taes casas e ajardinamento), e do § 7º do art. 6º, e a do art. 8.

Art. 15 — As disposições do artigo presente serão mitigadas por propostas especialmente do Major Koeler, quando se tratar de colonos agricolas para Petropolis, e a Fazenda.

Art. 16º — Qualquer emphyteuta o póde ser por contracto de cada vez especial, simultaneamente na Estrada, em Petropolis e no resto da Fazenda.

Mordomia da Casa Imperial, 30 de Outubro de 1843.

(a) *Paulo Barbosa da Silva.*»



Cons. Paulo Barbosa da Sylva — Retrato tirado durante sua estadia em Paris (1850-1853)



AMERICO JACOBINA LACOMBE

PAULO BARBOSA
E A
FUNDAÇÃO DE PETROPOLIS

MEMORIA APRESENTADA AO III CONGRESSO
DE HISTORIA NACIONAL EM 1938

ORIGENS DE PETROPOLIS

A construcção de um palacio fóra da Côrte, destinado ao repouso do monarcha era um velho thema da administração da Casa Imperial. Quando Paulo Barbosa assumiu a Mordomia em 1833 já este problema era motivo de cogitações. O rei D. João optara por Santa Cruz. Marrocos fala na construcção de um palacio no Andarahy para a Rainha D. Carlota que abandonaria Botafogo (1). Mas em nenhum desses pontos ficava-se livre do calor. A pouca altitude da Fazenda de Santa Cruz não offerecia realmente grande allivio aos males do clima do Rio. O primeiro rei americano aboletou-se simplesmente no velho predio do collegio jesuitico muitos annos abandonado. O primeiro imperador remodelou a velha construcção attenuando-lhe um pouco o tom ecclesiastico. E ahi fugia ao protocollo da côrte, ao ambiente triste e mesquinho do Paço da cidade. D. Pedro II não mostrava porém predilecção muito especial por aquella propriedade. Mais tarde tomou della horror, pelas recordações do desventurado filho D. Affonso.

A fazenda do Corrego Secco, no alto da Serra da Estrella, já adquirida por D. Pedro I, em 1830, com o intuito de ahi construir um palacio de verão, apresentava-se como uma solução sympathica para esse problema (2). Durante muitos annos porém não houve como dar andamento a este plano. Permanecia aquella enorme propriedade, que passara a D. Pedro II no inventario de seu pae, (3) tal qual era em 1830.

Assim a viram varios viajantes. Era o unico abrigo no alto da serra. E consistia sómente na residencia do antigo

proprietario, Major José Vieira Affonso. Era uma casa de feio aspecto, diz Raffard, (op. cit.) assobradada, com uma varanda na frente, com balaustres toscos de madeira, e outra varanda em continuação ao lado ; nas outras faces, janellas de peitoril. Adeante da casa havia outra, terrea, tendo em um dos claros da frente pintada uma enorme ferradura e em outro «Ferram-se animaes, — A. D. da Costa Dantas». No mesmo seguimento e do lado opposto um grande rancho com seis lances feito com esteios de madeira, onde descançavam e se arranchavam as tropas que vinham de Minas (4).

A fazenda, após a abdicação de D. Pedro fôra arrendada pelos procuradores do primeiro imperador (Samuel Phillips & Cia.) a Thomaz Gonçalves Dias Goulão (proprietario da Fazenda vizinha da Engenhoca) por 1:800$000. Fôra ainda, mais tarde arrendada a Robert Malpas e depois a Antonio Joaquim Tinoco.

Circumstancias interessantes fizeram com que a fazenda passasse em seguida a ter o destino que lhe fôra previsto pelo primeiro Imperador : o de constituir a residencia de verão da Familia Imperial.

Tres vultos, além de Pedro II, constituem o grupo dos fundadores de Petropolis : Paulo Barbosa, Koeler e o Visconde de Sepetiba.

Um phenomeno de ordem economica contribuiu para a realização dos velhos planos da Casa Imperial e deu á nova habitação dos soberanos o aspecto «sui generis» que assumiu: a colonização. Dahi a interferencia do Governo provincial neste negocio que poderia ser um simples feito da mordomia. Petropolis passa a ter então duas administrações, a da Superintendencia da Fazenda Imperial (subordinada ao mordomo) e a da Directoria da Colonia de Petropolis, dependente da Presidencia da Provincia.

A concentração destes cargos numa só pessoa (Koeler) e o entendimento completo, pela grande amizade pessoal,

entre o mordomo (Paulo Barbosa) e o Presidente da Provincia (Visconde de Sepetiba) foram circumstancias propicias ao bom exito do emprehendimento.

A COLONIZAÇÃO

A primeira tentativa de colonização estrangeira nestas paragens que estamos estudando cabe a George Heinrich von Langsdorff, allemão a serviço da Russia, consul geral deste Imperio no Brasil. Pela época da independencia, estabeleceu aquelle sabio um nucleo colonial por sua conta e risco. Por uma serie de tristes circumstancias faceis de se compreender, a sua tentativa resultou num tremendo fracasso que abalou fortemente toda a sua empreza agricola tão brilhantemente iniciada. Segundo os seus biographos esse desastre parece ter contribuido poderosamente para a depressão nervosa de que passou a soffrer o illustre viajante, que terminou, tragicamente, perdendo as faculdades mentaes (5).

OS ALLEMÃES DO JUSTINE

Estava o engenheiro Frederico Koeler em 1837 incumbido de grandes trabalhos na estrada que deveria ligar a Estrella a Parahyba do Sul, passando por Corrego Secco. Foi nessa occasião que aportou ao Rio de Janeiro o navio *Justine* destinado a Sidney, na Australia com 238 emigrantes allemães. O mau passadio e a dureza do capitão haviam provocado uma revolta dos emigrantes forçando a arribada ao Rio de Janeiro. Empenhado em demonstrar a superioridade da colonização européa sobre o trabalho escravo, Koeler

obtem do governo que, pagando-se uma indemnisação ao Capitão Lucas, possam aquelles pobres homens desembarcar no Rio de Janeiro.

Após entendimento com uma «Sociedade Colonizadora do Rio de Janeiro» são os colonos encaminhados para as obras da estrada, sob as ordens de Koeler. Estiveram a principio no Meio da Serra, passaram depois ao Corrego Secco e foram finalmente para o Itamaraty, sempre á custa dos cofres publicos. Não se tratava pois de colonização agricola, mas tamanha foi a capacidade demonstrada pelos colonos e taes foram os resultados obtidos nessa empreza que, segundo Raffard póde-se considerar esta pequena obra de Koeler como um grande acontecimento para a mudança de mentalidade que se operou nos meios governativos da provincia.

A COLONIZAÇÃO PROVINCIAL

Data dahi um intenso plano de colonização extrangeira, systematica e pacientemente seguido pelas autoridades provinciaes. Pedra angular deste plano foi a lei provincial n. 56, de 10 de Maio de 1840, na presidencia interina de Caldas Vianna, autorizando o governo a promover o estabelecimento de colonias agricolas e a adquirir terras afim de loteal-as para os colonos. Ficou tambem creada uma commissão ou um director para a creação das colonias.

Foi esta politica sabiamente mantida, desde o governo Uruguay até a Presidencia Paraná, que a incrementou ainda mais, obtendo do Governo Imperial o Decreto de 21 de Janeiro de 1842 no qual se doavam sesmarias na extensão de 12 leguas em quadro para este fim. As primeiras iniciativas se realizaram nas proximidades de Campos.

O belga Ludgero José Nelis tentou uma colonização nos

sertões da Pedra Lisa em 1844, fracassando porém, em pouco tempo. Succedeu-lhe na tentativa o francez Luiz José Maria Bergasse.

Ainda em 1843, alguns colonos francezes atemorizados em seguir para a colonia de Palmital em Sta. Catharina, foram engajados pelo governo nas obras da Provincia. Tambem foram contractados para o mesmo fim mais de uma centena de colonos açoreanos. «Muitos, porém, fugiram de taes obras, diz Aureliano, considerando-se de peior condição que os escravos». (6)

A CREAÇÃO DE PETROPOLIS

Koeler, que desde 1837 se transformara num campeão da colonização na provincia do Rio, pois a sua tentativa do *Justine* fora a unica bem succedida, não desistia de levar a cabo empreza de maior vulto.

Por essa época (1843) havia cessado o arrendamento da fazenda do Corrego Secco. A occasião era propicia para um empreendimento de vulto, desta vez amparado pelo proprio Imperador. Precisamente nesta occasião o Mordomo da Casa Imperial achava azada a creação da povoação — palacio de Petropolis.

Koeler e Paulo Barbosa eram ambos officiaes do Imperial Corpo de Engenheiros, — naquelle tempo muito reduzido. Tudo faz crer que a amizade entre ambos já vinha de longa data. De certo o Mordomo sabia com quem poderia contar para a realização de seu intento. O Decreto de 16 de Março de 1843 é a expressão desse entendimento entre o Mordomo — representando a idéa da creação — e Koeler que é a segurança da realização pela sua capacidade já revelada.

Não nos cabe aqui o exame do Decreto de 16 de Março, do contracto e das instrucções delles decorrentes. Em im-

portante communicação feita á Commissão do Centenario de Petropolis, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, com a triplice autoridade de historiador, de engenheiro e de profundo conhecedor da terra, provou á saciedade tratar-se de documentos que honram a capacidade e a elevação dos subscriptores. Esse é o acto fudamental da creação de Petropolis (7).

Mas um ponto aqui é necessario resaltar, porque é essencial para a controversia tão acesa sobre a verdadeira data da creação : — Não ha entre o acto creador de 16 de Março de 1843 e o facto da chegada dos colonos do *Virginia* em 29 de Junho de 1845, nenhuma dependencia original. Nem os actos da creação em 1843 se referem a uma vinda especial de colonos para Petropolis. Quem o explica de maneira clara é o proprio Aureliano no sempre citado Relatorio. No trecho mais interessante para o nosso caso, mostra Aureliano que o seu contracto é posterior á creação da povoação já determinada pelo Imperador ; que os colonos destinavam-se aos trabalhos da Serra da Estrella ; que as condições de aforamento determinadas pela creação de Petropolis (não para esses colonos especialmente, mas para quaesquer outros particulares), estabeleciam condições extraordinariamente favoraveis para uma colonização em bases solidas e estaveis. Foi a creação de Petropolis que provocou esta vinda de colonos e não a chegada de colonos que creou Petropolis (8).

Os entendimentos entre a Casa Imperial e a Provincia sob a administração de Paulo Barbosa e Aureliano eram mais do que cordiaes — eram fraternaes. Eram ambos expoentes do chamado *Club da Joanna* e alem de solidarios politicamente, amigos intimos. Mas Aureliano só assume a direcção da Provincia a 12 de Abril de 1844. Até então a presidencia fluminense fôra um apanagio dos conservadores. E mesmo desde 1841 estava sob a direcção de Paraná, acirrado inimigo do Mordomo, e desde 1843, de Caldas Vianna,

homem da maior confiança do futuro chefe da Conciliação. Está visto que houve, como não podia deixar de haver, entendimento entre a *Joanna* e o *Ingá*, mas de 1844 para deante a colonia recebe um influxo visivel com a cooperação dos dois amigos.

Estas reflexões singelas talves ajudem a compreender muita coisa dos documentos da época.

O DEPOIMENTO DE PAULO BARBOSA

Já vimos que o relatorio de Aureliano, apresentado á Assembléa Legislativa do Estado em 1846, e que é um documento de primeira ordem para demonstração de sua capacidade como administrador, contem as mais importantes informações sobre a colonia de Petropolis.

Em documento tambem de caracter administrativo, Paulo Barbosa apresenta uma rapida narrativa da fundação da povoação.

No archivo de Paulo Barbosa, Petropolis occupa magna parte. Na correspondencia, nos relatorios, nos apontamentos; a todo instante repontam referencias á que elle chamava «minha filha Petropolis». Dirigindo-se em 1858, directamente a Dom Pedro II, que presenciara todos os actos da creação da cidade com o interesse e o carinho já proverbiaes, Paulo Barbosa declarava-se orgulhosamente creador de Petropolis. Não é admissivel que, em documento official e dirigindo-se ao proprio soberano, ousasse vangloriar-se de falsos merecimentos. Diz elle: «Creei Petropolis *ab-ovo* e deve se-me ter o Brasil mais uma cidade e uma retirada aos habitantes desta calmosa corte.»

Vamos transcrever de entre a grande massa de papeis em nosso poder, dois documentos de interesse. Trata-se de um trecho do relatorio apresentado por Paulo Barbosa ao

passar a Mordomia do Paço, interinamente a José Maria Velho da Silva, em 1846, e de um rascunho de artigo a ser publicado em 1859 corrigindo alguns equivocos de Ribeyrolles. O primeiro, em tom official não deixa de constituir um depoimento de valor. O segundo, mais expontaneo, e, em alguns pontos, francamente descuidado, não pudemos averiguar se foi publicado. Se o foi, deve ter sido alterado. Vae, porém, transcripto tal como o encontramos, com todo o sabor de um desabafo, revelando o temperamento aspero e rude do famoso mordomo. Os documentos ganham maior interesse quando cotejados. Ha treze annos de intervallo entre os dois. Não ha novidades para os conhecedores da historia petropolitana. Valem pela qualidade do depoente.

O trecho do relatorio é o seguinte:

«Tambem tenho feito grandes despezas com a creação da povoação Palacio de Petropolis. S. M. não tinha para onde ir passar a estação calmosa, e nem tinha para onde ir convalescer de qualquer enfermidade Sua, ou de qualquer Membro de Sua Imperial Familia. Tendo pois herdado a Fazenda do Corrego Secco, a perto de 3.000 pés de elevação do nivel do Mar, Ordenou-me erigisse ali um Palacio para si, com suas dependencias, que promovesse a creação de um templo com a invocação de S. Pedro d'Alcantara, e que aforasse terras a quem as pedisse, para fazer ali casas, e deu-lhe o Seu Nome, donde — Petropolis. Encarreguei ao Major Julio Frederico Koeler, da execução de tudo. Feito o plano, tanto do Palacio, como da povoação, que o deve avisinhar, foi por S. M. I. approvado, *e começou a obra.* Apenas começada, chegou a este Porto um navio com colonos *para trabalharem nas obras publicas.*

Tive então a idéa de propor a S. M. I. que podia-me entender com o Presidente do Rio, mandal-os para as obras da Serra, e coloca-los em Petropolis dando-se-lhes terras. S. M. I. Dignou se Aprovar minha proposta, e fiz isto. Achei

na Presidencia o intelligentissimo Conselheiro Candido Baptista de Oliveira, que perfeitamente concebeu a grandeza da offerta Imperial, cheia de um futuro brilhante. Foram expedidos os primeiros colonos e S. M. I. os passou em revista no Arsenal de Marinha, e ordenou-me que désse a cada individuo cinco mil réis. Passados dias vieram outros, e tiveram o mesmo destino e gratificação, e assim subiram quasi 2.000 que lá se acham estabelecidos. Segundo as ordens de S. M. I. mandei dar a cada casal uma superficie de terras de 5.000 braças quadradas, isto é um parallelogrammo de 50 braças de frente, sobre 100 de fundo. S. M. I. com a generosidade que lhe é caracteristica, mandou que, posto estas terras deveriam ser lhes aforadas por *emphytheusis* perpetuo, a 5.000 rs. por data annual, comtudo era sua vontade que durante os oito primeiros annos nenhum Colono, propriamente dito, pagasse fôro. A todos se deve contar o 1º anno do 1º de Janeiro deste anno. Alguns destes Colonos sendo officiaes mechanicos tomaram prazos menores, em torno do terreno marcado para a Cidade, e todas estas alternativas se acham mui bem explicadas nas instrucções dadas ao Major Koeler. As obras do Palacio soffreram um pouco com a entrada dos Colonos, e com a factura do Engenho de Serrar que ali fiz erigir e com as chuvas deste anno, porém agora marcham. Tenho ali José Alves Cirne, Escrivão e Apontador das obras, talvez convenha que Cirne fique só Escrivão, e pagador, e que se nomeie um apontador, pois a obra é grande, e de muita importancia. Mandou S. M. I. que abonasse dinheiro para Vacas, Cabras, gallinhas e porcos, abrindo-se credito aos Colonos, que devem depois pagar estas sommas, dentro em 3 annos. O Major já começou a fazer esta distribuição, e consta das férias, e seus assentos. A escripturação disto existe com elle. Todo o favor feito á Colonia resulta não só em gloria a S. M. I., como em augmento no valor das terras. O Colono que ficar rico e fizer muitas bemfeitorias, trabalha

para si, e para S. M. I., porque quando quizer vender sua propriedade, tem de pagar 2 1/2 % do valor real della. O aforamento perpetuo faz que o individuo que tira proveito das terras seja co-proprietario, e nesta qualidade, beneficiando para si as terras, e erigindo bemfeitorias trabalha para o Senhorio directo. Estes Colonos tendo vindo por conta da Provincia, ella tem direito haver delles as passagens. Depois do pezar que me acompanha de separar-me de Suas Magestades Imperiaes e do Principe, e dos meus amigos: é Petropolis o objecto que me occupa mais. Eu quizera ter concluido a obra, e corresponder as vistas politicas, e nobres de S. M. I. Elle tem concebido, e muito bem, que os Monarchas, que tem creado povoações, têm passado gloriosos á posteridade, e que o Brasil não necessita senão de povo. Os Colonos têm escripto para suas terras bem dizendo o Imperador e chamando seus amigos e parentes para Petropolis. Desejarei que V. Ex. os acolha benigno, em nome de S. M. O Imperador, para que resoem na Europa louvores a Elie, e desmentidos aos Chavagnes, e a outros. O Major Koeler era Senhor da Quitandinha, fazenda contigua a Petropolis, offereceu-a a S. M. I. que se dignou acceital-a. Passou-se escriptura, no cartorio de Miranda, e está-se tratando da insinuação judiciária. Todas as vezes que V. Exa. poder ir visitar aquelle estabelecimento será em proveito delle, e serviço de S. M. I.»

As observações a Ribeyrolles foram acolhidas na publicação em volume de suas viagens (Cap. VI do Vol. II) com as seguintes explicações: «Recebemos de *uma personagem official* os seguintes detalhes colhidos *de boa fonte* sobre a creação e principio de Petropolis».

Já aqui a denominação da cidade é reivindicada pelo Mordomo como idéa sua. Mas não poderá pretender a originalidade. Na «*Representação feita á Assembléa Constituinte e Legislativa do Imperio em 1823*», propondo a edificação da nova capital do Imperio no interior do Brasil, José Bonifacio

aventa para essa cidade o nome de BRASILEA. Em 1826 ainda, segundo Accioly(9) a villa de Cachoeira na Bahia queria ser elevada a villa, com o nome de Petropolis. Mas Paulo Barbosa parece não ter sido influenciado por estes precedentes.

O documento é o seguinte :

«Sinto que os informantes do autor do folhetim junto não estivessem guiados pela verdade, em todos os pontos da sua excellente narração.

Comprada a fazenda do Corrego Secco pelo Sr. Dom Pedro I, seguiu-se sua abdicação, e sua morte. Coube ella ao Sr. Dom Pedro II, por herança paterna, no valor de 13:974$000 em moeda brasileira. Tendo-se apresentado o Major Koeler para continuar a ser arrendatario de Petropolis, fui autorizado a arrendar-lhe segundo um plano que apresentei ao Imperador. e pelo Decreto de 16 de Março de 1843, comecei a crear Petropolis. (Lembrando-me de Petersburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego e achei uma cidade com este nome no Archipelago, e sendo o Imperador Dom Pedro, julguei que lhe caberia bem este nome).

Segreguei, pois, terras, de accordo com o arrendatario Koeler para a creação de uma povoação, como latamente se vê da copia do Decreto de 13 de Março de 1846 (sic). Era Koeler engenheiro encarregado da estrada da Serra. O finado Aureliano de Souza e Oliveira era presidente da provincia do Rio. Este preclaro cidadão sinceramente quiz fazer as obras publicas com braços livres, e acabar com os abusos de admittir escravo. Não havendo no paiz gente sufficiente, contractou com Delrue, de Dunkerque, trazer-lhe cem ou duzentos homens allemães, habilitados a fazerem estradas, com os quaes pretendia fazer a Serra da Estrella e outras estradas nesta provincia. Delrue fez entrar no contracto, a condição de que o governo provincial pagaria passagem ás mulheres e filhos dos que viessem que não deviam ser maiores de trinta

annos. Ao copiar o contracto mudou as palavras «mulher e filhos» para «familia». Aureliano, cheio de afazeres assignou o contracto. Delrue partiu para a Europa e começou seu engajamento de colonos, e de navios e logo expediu o primeiro com 12 ou 14 familias, formando estas 160 ou 180 individuos, tomando a palavra familia por consanguineos, e os que não o eram foram classificados como taes, de sorte que um casal engajado trazia o pae, o avô, a avó, os tios e cunhados, os primos, sobrinhos, etc.

Chegou a este porto o primeiro navio com toda a gente referida, e Aureliano estava no Senado, e a Provincia presidida pelo Conselheiro Candido Baptista de Oliveira. No dia seguinte ou subsequente chegou a este porto outro navio com poucos chefes de familia mas com 190 individuos, pouco mais ou menos. Não estando preparada a Presidencia para poder alojar tanta gente, o Vice-Presidente referido procurou-me na Camara dos Deputados para ver se na Imperial Fazenda de Sta. Cruz, ou nas Imperiaes Quintas, os poderia eu fazer alojar, Era intenção de S. Magestade fazer uma colonia sua, para animar com seu exemplo os Fazendeiros: então lembrei-me de chamar Koeler e combinar com elle o meio de acommodar estes colonos e os que pudessem vir. Este homem de indizivel actividade, não conhecendo difficuldades invenciveis encarregou-se de livrar a Presidencia destes hospedes, e parte á custa da Provincia, e parte á custa de Sua Magestade o Imperador subiram os colonos para Corrego Secco que, desde que teve habitantes, foi Petropolis. Havia ali tres casebres e nada mais. Koeler não desanimou, subiam colonos e choças se levantavam para os receber, alugaram-se tropas para conduzir-lhes a bagagem, os meninos eram carregados por gente alugada. Lotes de bestas acarretavam mantimentos para os colonos. Compraram-se mais de duzentas cabras para alimentar os meninos cujas mães não tinham leite, suspenso pelo mau passadio de bordo. Distri-

Sinto q. as informantes da N. de folhetim sinto
não tivessem guiado pela verdade, um dos os pontos
de tão excellente narração. Comprada a Fazenda do
Corrego Seco pelo Snr D. Pedro 1.º, seguio-se sua abdi-
cação, e sua morte. Coube então ao Snr D. P. 2.º, q.
herança paterna no valor de 13:974$ em moeda
Brazileira. Tendo-se apresentado o Major
Koeler q. continuar a ser arrendatario da Petropolis,
fui authorisado a arrendar-lha, segundo um pla-
no, q. apresentei ao Imperador, e pelo Decreto de
16 de Abril de 1843, commecei a crear Petropolis (em
brando-me de Petersburg, cidade de Leste, mesmo no Fogo
cahi ~~no Alagoas~~ uma cidade com este nome no
Archipelago, e sendo o Imperador Pedro 1.º julguei q.
lhe cabia bem este nome) Segui pois tres, de
acordo com o Arrendatario Koeler q. a creação de uma
povoação, como facilmente se vê da segnte do Decreto
de 13 de Abril de 1846.

Era Koeler Ingenheiro encarregado da estrada da Serra,
O finado Aumbiame de Lage e Albim era Presidente
da Provincia do Rio. Este provincia estradas simultaneamente
quiz fazer as obras publicas com braços livres, e aca-
bar com o abuso de admittir escravos. Não havendo na
Serra gente sufficiente, contractou com Deboas de
Pungueza trazer-lhe 100, ou 200 homens Allemaes,
habilitados a fazerem estradas, com as quaes pretendia
elle fazer a serra da Estrella e outras estradas
desta Provincia. Deboas, fez entrar no contracto

Primeira pagina da narrativa sobre a fundação de Petropolis do punho de Paulo Barbosa

buiram-se batatas, carás, inhames, jactupes (?) e outras tuberculosas, feijões e outros grãos. Os colonos entre-ajudavam-se, uns derribando mattos, outros semeando, outros edificando e outros abrindo vias de communicação entre uns e outros. Pintar com vivas cores a actividade, intelligencia e recursos de Koeler seria de longas paginas. Esta actividade era perturbada pela chegada quasi certa de 15 em 15 dias de novos navios carregados de bocas inuteis que iam sobrecarregar Koeler com renovação de conducção de velhos, e de creanças para Petropolis. O vice-presidente Candido Baptista vendo que a continuar a intelligencia cerebrina de Delrue, ainda não tinham chegado 80 engajados havendo mais 300 em Petropolis, isto só com 2 ou 4 navios, assentou de mandar suster a remessa de novos colonos. Os expedidos até que ali chegou a suspensão excediam de 1.000 pessoas de todas as edades possiveis; todas foram para Petropolis, e todos foram accommodados com terras gratuitas por 9 annos. Delrue mandou por TERRASSIERS muitos cozinheiros, musicos, pasteleiros, confeiteiros, alfaiates, sapateiros, bordadores, dansadores de corda, etc. Estes individuos, logo que reconheceram o Paiz, abandonaram suas terras, para irem fóra achar melhor e mais apropriado emprego. Ficaram pois muito reduzidos em numero os agricultores. Os empregados de boa conducta ficaram e prosperaram, tanto que ha colonos que possuem 10 e 12 contos. Muitos, tendo-se enriquecido com seu trabalho tem voltado ás Patrias respectivas bemdizendo o Paiz, outros se tem alliado a gente do Brasil, e a medida que sabem falar Portuguez alliam-se e communicam-se confundindo-se os costumes respectivos, dando um 3º bem entendido. Apezar da deserção em que falei, a população de Petropolis passa de 3.300 allemães propriamente ditos. Os que ficaram estão contentes, os que trabalham enriquecem, os preguiçosos são desprezados pelos seus mesmos ou se corrigem ou fogem.

Esta propriedade Imperial rende em moeda do Paiz mais de 18 contos por anno. Se os possuidores de terras inuteis, ou que não podem utilizar tomassem este exemplo de aforar terras e fazer povoações tirariam eguaes vantagens, em vez de dizerem «possuo 2 e 3 leguas de terras cobertas de mattos».

O Dr. Saturnino, irmão de Aureliano, nada fez por Petropolis. Nasceu e baptizou-se ali, quando seu pae, o Coronel Aureliano fazia a estrada da Serra que se chama Serra Velha.

Petropolis deve sua existencia como povoação e Residencia Imperial a S. Magestade o Imperador, a Candido Baptista de Oliveira, a Koeler, e á minha perseverança havida, contra a opposição da ignorancia dos negreiros, e dos charlatães, charlatães politicos administrativos. Tendo-me eu retirado da Mordomia o meu supplente José Maria Velho fez algumas acquisições de terras annexas ás primitivas Corrego Secco. Calarei o que contra elle se tem dito por isto, ou pelos preços em que ficavam. Creio que hoje a propriedade Imperial excederá um quadrado com duas leguas de base.

Quiz eu no começo da colonia fazer uma Igreja commum para todos os cultos christãos. Oh! que horror! gritaram os pseudo catholicos. Allegava eu que em toda a Germania, onde predominava o Calvinismo era permittido ao sacerdote catholico celebrar para os de sua crença nas mesmas Igrejas. Fui infeliz porque a piedade do Internuncio Fabrini chocou-se. Não menos se chocou a do Bispo Conde, e sobre tudo a da Condessa Camareira Mór, de sorte que minha tolerancia se chocou contra o pseudo zelo desses catholicos que Deus guarde, onde quizer. Lá está agora um Internuncio Deus queira que não se meta a perturbar as consciencias. Sem a adopção do casamento civil não cessarão meus receios pela prosperidade de colonizações.

Gosto de tudo que não me constrange nem o corpo nem o pensar. Todas as crenças parte de revelações, essas tenho

tido a sonhar cada qual mais visivel e mais extravagante e de cada uma faria uma crença legitima e verdadeira, portanto quem acerta, é só quem ama a Deus, e ao proximo. Desprezar individuos que não pensam como eu, é fazer-lhes injustiça e injuria, tudo em nome de um Deus de bondade. Esta é a minha crença e não aberro dos principios dos santarrões e estamos concordes e discordes ao mesmo tempo.

Pelo fallecimento de Koeler, da maneira tragica que todos sabem, succedeu-lhe o inepto Cirne que só cuidou em si, e a Colonia desappareceu. Era habilitado para caixeiro de livraria, e não para superintendente de uma colonia allemã, que nunca visitara. Depois de uma longa e inepta administração, deixou-a alcançada e tudo depereceu. Succedeu-lhe J. M. M. Rabello engenheiro intelligente e probo, sectario de Koeler, a elle se deve a feitura do Palacio e muitas boas obras. Foi chamado a outro emprego e succedeu-lhe Vicente Marques Lisboa. Petropolis prospera sob sua gerencia.

E' quanto me occorre dizer sobre Petropolis estando prompto a dar outras informações que me forem solicitadas.»

Eis o depoimento de Paulo Barbosa sobre a fundação de Petropolis. Resta porém accrescentar alguns testemunhos sobre a sua actuação no acontecimento. O proprio personagem poderia estar compondo uma lenda a seu respeito.

PORTO ALEGRE

Manoel de Araujo Porto Alegre, Barão de Santo Angelo, o nosso *Da Vinci* indigena, apresenta um depoimento original, em verso. Trata-se de um funccionario da Casa Imperial, engenheiro dos Paços Imperiaes e portanto, bom conhecedor dos factos da sua administração.

Em carta dirigida a Paulo Barbosa datada de 22 de Setembro de 1847, diz elle o seguinte : «Ora graças a Deus que

já corrigi as ultimas provas do seu CANTO DO CORCOVADO, onde lá lhe vem Petropolis toda inteira e sem usurpações; tenha paciencia com os poetas que são muito linguarudos». Realmente nas *Brasilianas* (edição de Vienna, 1863) lá vem Petropolis *toda inteira*, por um milagre da poesia avistada do alto do Corcovado. Os trechos referentes a Paulo Barbosa são os seguintes:

«Alambradas aguas fertilizam
Os valles fortunosos, que entre as cristas
Desses montes ethereos se prolongam
Suave clima amadurece os pomos
Que nos fergeis da Europa a Asia enxertara,
E entre as virgens collinas ora avulta
A infantina Petropolis, que hospeda
Cimbrica prole do Danubio e Rheno,
Prole que ao som do saco, e de hynos patrios,
Num Elysio converte essas devesas
Onde ha pouco serpentes sibillavam,
Onde as feras rugiam, e que hoje a regua
Traçando ruas, plantando paços,
Canalizando rios, por encanto
Ergue aos céos uma prospera cidade.

Oh! que ternas saudades associas,
Temperada Petropolis, nesta alma!
Perene gratidão ferve em teu peito.
Deslembrar não me é dado horas ditosas,
Que a par de amigos, do meu nobre amigo,
Em teu supino assento almo fruindo,
No meu peito acolhi doces venturas.
Eu vi da illustre mente a idéa illustre
Radiante surgir, crear no espaço
Teu porvir glorioso, e protegida

Por mão augusta, esvoaçar ovante,
E em teus ermos poisar, tecer teu berço,
Teus muros levantar, e sobranceira
Mais um centro de luz erguer no Imperio.

.....

Eu te agradeço,
Oh destino feliz, que me guiaste,
A este panorama. Serei grato;
Um hymno entoarei a seus primores,
Um hymno, que adejando além dos mares,
Vá na terra de Ivan pousar contente,
E ao nobre amigo mitigar saudades.» (10)

O EXILIO

Durante a sua permanencia na Europa por nove annos, nada pungia mais a Paulo Barbosa do que as saudades da «sua filha Petropolis». Por isso os amigos, conhecedores do fraco, não deixavam nunca de dar noticias da cidade, com o carinho que se costuma usar nas referencias ás pessoas da familia. Nada poderia ser-lhe mais agradavel do que as noticias que lhe mandava em carta de 12 de Novembro de 1847 o amigo José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macahé: «De volta das Fazendas de Macahé, a qual teve logar no 1º deste mez, tratei logo de ir beijar a Mão de S.S. M.M. I.I. e ás Princezas, que desde o dia 22 de Outubro se achavam em Petropolis, e que queria assim fazel-o antes do primeiro sabbado, em que o Imperador costuma vir a esta Corte dar despacho e audiencia. Chegado a Petropolis no dia 4 do corrente mez tive a satisfação de ver toda a Familia Imperial não só de saude, mas muito satisfeita e contente com aquella habitação, e por consequencia toda aquella gente de

seu serviço que a acompanha; e achei mais a disposição firme e ajuizada no Imperador e sua Augusta Consorte de permanecerem por ali muito além do dia 2 de Dezembro e sem designação do termo dessa estada. Verdade é que além da differença do clima e da agua, tem havido uma extraordinaria secca, que tem dado logar a todos os passeios matutinos e vesperinos, a pé e a cavallo etc. Mas receio a força das aguas d'ora em diante, que trará sua continuação o transtorno deste plano. A amabilidade do Imperador naquele lugar, egual á que tinha quando com elle viajei as Provincias do Sul, e a maneira por que me agazalhou e hospedou fizerão com que me demorasse ali mais dias do que pretendia.»

Porto Alegre, epistolographo notavel, reunindo a esta qualidade a de desenhista, illustrador das proprias cartas, é um informante espirituoso da vida na côrte. Mas ha sempre um pouco de veneno distilando por entre as linhas graciosas e artisticamente formadas. Em 22 de Novembro de 1847 dizia o futuro Barão de Sto. Angelo :

«Foi demittido o Koeler de subdelegado e Director da Colonia de Petropolis ; e mandou-se-lhe uma Commissão provincial para rever as contas. O homem ficou com os olhos inxados de tanto chorar. Dizem que o seu crime foi agenciar votos para o Visconde de São Salvador ; e eu o creio. O palacio, segundo informações está na quarta parte, e já lá se vão duzentos contos ; não sei se ha exageração porque nada vi. O Imperador vae no dia 29 para lá, mas para a casa do Koeler, que me dizem estar muito augmentada de obras, e com capacidade para receber El-Rei Honorio ; que está agora nas agues virtuosas, assim como o Patria, parente do Fimfim Moncorvo.»

Ao lado das boas noticias, uma verdadeira calamidade ! A sahida de Koeler da Directoria da Colonia. A carta porém, ao lado de uma tal ou qual commiseração pelo grande engenheiro não deixa de lançar-lhe tambem uma flexa. Aquella

referencia á casa do Koeler «com capacidade para receber El Rei Honorio» pretendeu deixar uma pequena nuvem sobre a integridade do antigo Director. Tudo isso ao lado do remoque ao futuro Marquez de Paraná.

Em 1849 tentou-se outra vez passar o verão na Imperial Fazenda de Santa Cruz. A distancia de Petropolis continuava a offerecer aos seus opponentes armas impressionantes á primeira vista. Dirigia a Fazenda o velho Coronel Conrado Jacob de Niemeyer. Mas a morte do Principe Imperial marcou lugubremente esta tentativa dos inimigos do novo palacio.

O mordomo teve noticias destes tristes acontecimentos por longas cartas de Niemeyer e uma pequena communicação do Mordomo Interino José Maria Velho da Silva, pela qual se vê que ainda foi difficil evidenciaram-se as vantagens de Petropolis: Dizia o Mordomo interino a 20 de Fevereiro de 1850: «Com o maior pezar communico a V. Exa. a nova perda que tivemos com o fallecimento do Principe Imperial no dia 10 de Janeiro, na Fazenda de Santa Cruz, para onde tinha ido a Familia Imperial no dia 25 de Dezembro. Seguiu-se após esta desgraça, uma grave molestia da Princeza D. Isabel que felizmente se restabeleceu e foi convalescer para a Tijuca, onde se acha ainda toda a Imperial Familia»... «Suas Magestades e Altezas ficam sem novidade e continuam a residir na Tijuca em uma soffrivel casa, pertencente a Guilherme Midosi evitando os perigos da má quadra em que estamos, com uma epidemia de febre amarella na cidade que tem levado muita gente.»

João Carlos Pardal, seu companheiro de Armas, e tambem de serviço no Paço é mais expansivo:

«S. S. M. M. e A. A. gozam saude em Petropolis, cidade que eu chamaria antes Paulopolis por ser um Paulo que a creou, e que então, pelo nosso invejoso costume, nada tinha

de bom. Mas hoje que o Paulo está longe, tudo ali é delicioso.» (22-IV-1851).

O anno de 1850 parece ter sido o da victoria definitiva de Petropolis como Palacio de verão da côrte. E' isto mesmo que conta o Moço da Imperial Camara Ernesto Frederico de Verna Magalhães em carta cheia de écos dos cochichos palacianos :

«Não quero acabar esta sem te falar um pouco na tua Petropolis, que para mim tambem é Paulopolis, que agradavel surpreza me fez a primeira vez que lá fui ha dois annos com o I. parecia-me impossivel, nem atinava mais com os sitios meus conhecidos, em logar dos charcos defronte da casa em que estivemos via uma bella rua com lojas, açougues, magnificos hoteis, o Palacio sobre a colina fazendo uma linda vista, principalmente á chegada do Imperador.»

«Só o que me entristecia era lembrar-me do triste fim que tivera o pobre Koeler que tanto trabalhou». Após descrever as festas da chegada do Imperador conclue : «Tudo isto fazia-me uma impressão européa e sempre me vinha á idéa «como o Paulo não gozaria disto ! Isto que elle tanto viu na imaginação, vel-o inteiramente realizado». Ora o anno passado ainda esteve mais brilhante, então esteve mesmo uma cidade populosa, e que serviço não fez elia á população do Rio de Janeiro ! Quantas familias se não refugiaram ali e escaparam da terrivel febre amarella, que felizmente este anno não foi tão forte, mas sempre veiu e algumas victimas fez, uma foi o nosso antigo contemporaneo Cypriano, Coronel d'Artilharia, cunhado do Santos. Mas tornando a Petropolis todos dizem «que é impossivel ir adiante», apesar disso ella vae crescendo, vão-se fazendo casas por toda a parte, e quem se não apressar não acha casa para o verão. — «Os colonos é impossivel poderem-se sustentar, as terras não prestam», mas elles vão vivendo bem, muitos estão bem arranjados e todos contentes e quem trabalha tem que comer,

por toda a parte se encontra actividade, cruzam-se os carros com madeiras e outras cargas, com muito bons cavallos muito gordos, em todos os caminhos no interior da colonia, e uma immensidade na estrada; já ha muitos caleches de allemães que trazem a gente ao porto, etc. Emfim apesar de haver tanto quem queira que aquillo vá para traz, ella vae indo seu caminho, e pode lhe convir bem — Dieu protège Petropolis — e uma prova disso foi a ida o anno passado da Familia Imperial. Não se queria Petropolis por modo nenhum; houve grande empenho por Sta. Cruz, para se mostrar que hoje sim, é que Sta. Cruz é Sta. Cruz; acabou fatalmente a viagem e por certo não voltarão lá tão cedo. Depois era forçoso sahir da cidade, mas nada de Petropolis. Procurou-se um casebre na Tijuca. «Isso sim, isso é que é bom ar sem humidade, etc., aqui é que S. M. devia ter um Palacio, e com a quarta parte do que tem gasto em Petropolis tinha aqui uma magnifica habitação!!» mas eis que aquece o tempo o sol ardente abrasa os pedregulhos de que o casebre era rodeado, a Princeza entra a piorar, copiosos suores lhe apparecem todas as noutes, e muito á pressa tudo *degringole*, e vamos em debandada para Petropolis. «Malgré tout» é lá que a Princeza acha saude. Tudo isto eu presenciei porque desgraçadamente estive de semana effectiva.»

Em fins de 1853 quem lhe dá noticias de Petropolis é Mariano José Pinto, tambem funccionario da Casa Imperial.

«Sua Petropolis marcha vantajosamente, com passo firme, sem se importar de intrigas nem de mudanças» (13-X-53).

Em 12 de Novembro era mais abundante:

«Vamos dar conta do promettido sobre Petropolis. Não lhe falarei de cousas pequenas, bastará dizer que predios de valor superior a 40:000$000 ha já construidos, e em construcção os seguintes: os dois collegios Kopke e Calogeras, na rua do Imperador, a casa do Pinto Peixoto ([11]), uma do Mr. Chevalier ([12]), dois hoteis, uma do Lamas Ministro da America

Espanhola (13), a do Irineu (14), estas duas são dois bellos palacetes. O José Maxwell principiou a construir no Palatinado uma que não será inferior áquellas e outras muitas que se estão construindo que de pouco menos valor serão, sem falarmos no barracão das intrigas de nosso Camara (15) que me dizem ter já gasto ali perto de 50:000$000, tem bello jardim e todas boas commodidades para receber os convivas.

O Palacio que o Cirne deixou já a guarnecer, deve este anno ficar acabado, isto é o centro, e ser habitado. Queria contar-lhe a historia da retirada do Cirne d'ali, mas seria muito longo. O Imperador não o abandonou e comportou-se cavalheiramente com elle, logo que conheceu a miseravel intriga que lhe armaram e sobre tudo o que mais gostei foi da patota que desmanchou mandando para o logar do Cirne a José Maria Rebello, filho da Parteira Anna do Sacramento que é moço de intelligencia muito capaz; quando todos pensavam que ia o cunhadinho do Pardal para os dois logares; esta é uma das historias mais escandalosas da qual nunca me esquecerei para algum dia contar e V. Ex. ver a maneira como os brasileiros tem por aqui sido tratados.»

Por isso tudo Paulo Barbosa se enternecia ao tratar do assumpto e dizia ao mesmo Mariano José Pinto em 19 de Junho de 1851:

«Estimo que a minha boa filha Petropolis tenha servido de refugio aos que fogem das febres, e talvez que o nosso Augusto Amo se tenha lembrado de eu lhe ter dito que talvez ali se refugiasse a côrte, ou por caso semelhante ou por invasão de inimigos na Capital do Imperio. Emfim já tem a gente do Rio para onde vá que não encontre charcos e paúes.»

Mas não era só por palavras que Paulo Barbosa acompanhava a evolução da cidade. Foi com a maior alegria que no correr de sua estadia na Europa pode prestar a Petropolis um serviço. Realmente a 20 de Janeiro de 1847 recebia

Paulo Barbosa, então em Paris, o seguinte officio do Presidente da Provincia do Rio :

«A V. Ex. como tendo sido um forte apoio da Colonia de Aliemães estabelecida em Petropolis, me dirijo para rogar-lhe queira intervir afim de que com a possivel brevidade seja engajado em Baden, ou em algum outro Estado da Allemanha, um padre da Religião protestante, que venha servir de pastor ao colonos dessa Religião, obrigando-se o governo desta Provincia a pagar-lhe a passagem para o Rio de Janeiro e conduzil-o e a sua bagagem para Petropolis. a dar-lhe ali casa de residencia e o ordenado de 800$000 por anno. Escuso ponderar a V. Ex. quanto convem que esse pastor seja dotado de qualidades moraes e de um espirito docil e conciliador de modo que evite contestações com o Padre Allemão da Religião Catholica Apostolica que já ali existe como Vigario Encommendado da nova freguezia de S. Pedro d'Alcantara.

Tambem quizera dever a V. Ex. a graça de mandar fazer a este Governo o mais promptamente possivel uma remessa de boas sementes de feno, linho, luzerna, cevada, centeio e nabos. Dando todos estes productos ali muito bem, e pretendendo os Colonos extrahir o azeite da semente do ultimo, é mister que a quantidade de sementes seja tal que possa ser distribuida com sufficiencia por todos os colonos agricolas...

A colonia já é tal que 12 a 18 saccos de cada um dos cinco primeiros e 10 a 12 do ultimo não é demasiado e chegarão apenas para produzir sementes em maior escala para esses e outros colonos que espontaneamente têm immigrado e se lhes vão agregando.

Deus guarde Vossa Excellencia.

Palacio do Governo do Rio de Janeiro, 13 de Outubro de 1846.

Exmo. Sr. Paulo Barbosa da Silva.

(a) Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.»

Em 12 de Fevereiro recebia ainda um additamento do teor seguinte :

«Em additamento ao officio que tive a honra de dirigir a V. Ex. em data de 13 de Outubro do corrente anno, relativamente ao engajamento de um pastor protestante e á remessa de sementes de diversos productos para a Colonia de Petropolis, vou rogar a V. Ex. se digne engajar tambem um cura catholico para a freguezia de S. Pedro de Alcantara a quem o Governo da Provincia pagará a passagem para o Rio de Janeiro, fará conduzir e a sua bagagem para a dita freguezia e dará casa de residencia e ordenado annual de 800$000 rs.

Deus Guarde Vossa Excellencia. Palacio do Governo da Provincia do Rio de Janeiro, em 12 de Novembro de 1846.

Exmo. Sr. Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil na Côrte da Russia.

(a) Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.»

Dando cumprimento a esta missão, em 27 de Maio de 1847, perante as testemunhas I. M. Landmann, Conego na Argelia e Thomaz José Soares de Avellar, foi contractado o Rev. Padre Weber, da Diocese de Strasburgo, nas condições da proposta da Presidencia. Já em Berlim, a 25 de Junho de 1847 entrou Paulo Barbosa em entendimento com o Pastor Henri Schultz. O Padre Francisco Antonio Weber veiu realmente a exercer as suas funcções na Colonia (16) juntamente com o primeiro vigario, o Conego Luiz Corrêa. Quanto ao pastor Schultz, parece que nem chegou a ser contractado. Só existe sobre elle no archivo de Paulo Barbosa uma minuta de contracto. O primeiro pastor veiu a ser o Dr. Lippold, famoso pelos seus conhecimentos scientificos.

Ainda em 25 de Fevereiro de 1854, anno de sua volta ao Brasil, Aureliano dava-lhe boas noticias de Petropolis :

«Em Petropolis, assim como aqui no Rio, fazem-se

edificios por toda a parte, os materiaes e os predios estão por altos preços e é difficil achal-os para alugar.»

A VOLTA Á MORDOMIA

Apenas de volta ao Brasil e reassumindo seu cargo recebe de José Maria Velho da Silva um relatorio sobre os serviços da Mordomia de 1846 a 1854. O Capitulo relativo a Petropolis é dos mais graves. Verifica-se pelo seu tom, a falta de confiança do Mordomo interino em Koeler, já demitido pela Provincia da direcção da Colonia. Poder-se-á por ahi levantar uma ponta do véo de mysterio que envolve o fim da vida do grande realizador de Petropolis ?

Eis o trecho :

«Desde o anno de 1847 que Suas Magestades Imperiaes frequentam esta Sua Fazenda em todos os verões, tendo a Imperial Familia occupado na primeira jornada a casa do Superintendente Koeler, accrescentada para poder receber ainda que acanhadamente tão honrosa hospedagem. A comitiva se aquartelou em outras diversas casas.

Devendo continuar estas jornadas nos annos futuros, deu-se o maior impulso possivel ao acabamento de uma das alas do Palacio, construindo-se provisoriamente cozinhas e outras dependencias, cavalariças, etc.

Occorrendo a morte subita do Superintendente Koeler, perturbado foi o andamenlo das obras e as da Colonia por parte da Casa Imperial, deixando aquelle fallecido tudo em completa desordem, faltando assentos e deixando uma crescida divida, dando immenso trabalho para desenvolver-se o chaos em que tudo se achava.»

Como se sabe, Koeler fôra demittido pelo Governo Provincial da direcção da Colonia e aberto um rigoroso inquerito sobre a sua administração na Caixa de Soccorros dos

Colonos. Verificou-se afinal que o seu alcance attingia somente a ridicula quantia de 2$200. A politica, porém, envenenou-lhe o prestigio junto ao governo provincial e convergiu em ataques junto á Mordomia, da qual dependia na qualidade de Superintendente. Como se vê do relatorio acima transcripto, Velho da Silva já não via Koeler com bons olhos.

A curiosa coincidencia de sua morte *casual* num momento culminante de sua infelicidade tem causado especie aos que lhe estudam a vida.

Velho da Silva alem de deixar perceber as suspeitas que nutria sobre a administração de Koeler na Superintendencia, revela ainda injustas desconfianças da competencia technica do benemerito engenheiro. Assim é que explica não ter levantado sobrado na ala do Palacio construida por Koeler por não ter confiança no madeiramento por elle empregado.

Ao chegar ao Rio teve Paulo Barbosa a alegria innenarravel de ver realizado o seu sonho. Petropolis não era mais uma simples residencia de verão da Côrte e uma colonia de allemães. Já era um centro de grandes interesses commerciaes. Na sua campanha pela *Estrada União e Industria*, Mariano Procopio dirige-se a Paulo Barbosa em principios de 1855 e assim se exprime: «A estrada de carros para Petropolis não é somente necessaria para a Provincia de Minas. Della depende tambem a vida dessa Cidade, creada pelos esforços de V. Ex. e aonde se acham envolvidos tantos interesses que não devem ser prejudicados.»

O Imperador achava-se exactamente em Petropolis quando o Mordomo volta da Europa. Para lá segue em companhia do Dr. Antonio d'Araujo Ferreira Jacobina, que, desde a estadia em Paris, se tornára seu secretario particular e verdadeiro filho adoptivo. Este seria pouco depois nomeado Ajudante de Mordomo.

E' do Dr. Jacobina o seguinte bilhete narrando a chegada

de Paulo Barbosa a Petropolis. E' dirigido a D. Francisca de Paula Barbosa da Silva, esposa de Paulo Barbosa :

«Minha mamã ([17]).

E' meia noite e só agora é que o Imperador largou o General. Foi recebido com foguetes e uma deputação de colonos lhe veiu fazer um discurso. A viagem foi boa e nada houve de novo. Faz frio e o General não conheceu Petropolis. E' tarde e desejo-lhe muita saude.»

O bilhete seguinte, de Jacobina e tambem de Paulo Barbosa, datado de 5 de Março de 1855 diz alguma coisa da alegria do Mordomo em Petropolis :

«Minha cara Mamã.

Recebi a sua cartinha de hoje, 5 de Março. Por aqui vamos vivendo. O clima é muito bom, e faz-me lembrar o nosso Wilbad. A casa que aqui tem o mordomo é muito melhor que a que elle ahi tem. Petropolis é muito bonita e desejo muito que a minha mamã se aprompte para vir fazer uma visita que estou persuadido ha de melhorar muito. Eu mesmo creio que já o estou. Ainda temos passeiado pouco porque antes do jantar é que o poderiamos ter feito. O General hoje está muito alegre e bem disposto. Eu estou admirado de como elle estava bem disposto.

(a) Jacobina.»

«Mulher de minh'alma.

Saudades são o unico mal que me persegue. Talvez amanhã eu te possa dizer quando vou. Tem paciencia como eu. Faz um fresco á noite muito agradavel. Dormi com cobertor de lã e soube-me bem. A Deus meu coração. Deus te conforte.

Teu Paulo.»

A gloria de ter creado Petropolis era, dos serviços prestados em sua longa administração aquelle que mais lhe falava n'alma. Dirigindo-se ao Imperador neste mesmo anno de 1855 ainda affirmava :

«A immortal Petropolis deixará a V. M. I. o sobrenome

de seu avô D. Sancho I. ... V. M. I. com Sua clemencia tão conhecida livrou da indigencia e fome a mais de dois mil allemães e deu a esta cidade o meio de poder guardar os seus principes, salvando-os das invasões das pestes que tem assolado o paiz.»

A ultima phase da Mordomia de Paulo Barbosa, de 1855 a 1868, anno de sua morte, é cheia de actividade administrativa. Tudo crescera e se multiplicara desde a partida para a Europa em 1846. A situação politica, porém, á chegada, lhe é completamente desfavoravel. Paraná, (o «meu inimigo Marquez de Paraná», como elle dizia) domina o scenario e não permittirá jamais que a *Quinta da Joanna* retome a tradição do tempo da regencia e da maioridade.

O velho Mordomo tem, porém, carta branca na administração interna da Casa Imperial. As provas de confiança repetem-se inequivocas. A administração absorve-o.

Voltando á *Joanna* Paulo Barbosa estava, como então se dizia, maduro para um titulo. Manda a verdade dizer que tardava uma mercê do Segundo Imperador ao seu Mordomo. Não faltavam a este as commendas (18), mas nenhuma recebera de D. Pedro II. Entre os cargos que occupava na Casa Imperial estava o de Porteiro da Imperial Camara, que lhe dava o direito do titulo do Conselho e por uma tradição antiquissima fora sempre occupado por Viscondes. Nenhum servira por mais de dez annos. Por trinta e cinco serviu nesse cargo Paulo Barbosa. Si algum nome tivesse de escolher para adoptar em vez de seu appellido de familia, por certo não hesitaria.

Vem a mercê, a 14 de Março de 1855: a nomeação de Gentil-homem da Imperial Camara, mercê muito honrosa, mas praticamente inutil para o mordomo que já gozava, de facto, de todos os privilegios concedidos aos camaristas.

O que terá contido a mão do monarcha magnanimo restringindo uma generosidade que seria tão fartamente justi-

ficada ? Não foi por certo falta de confiança nem de estima pelo servidor a quem entregou encargos cada vez maiores. Seriam talves resquicios de antigos resentimentos, a sombra do antigo *Club da Joanna*, o fantasma da *facção aulica*, lembranças da época em que corria pelas ruas o dito : *Paulo Primeiro — Pedro Segundo* (19), qualquer coisa que o impedia de ter demonstrações de carinho para com aquellas pessoas que o cercavam na occasião do «*Quero já*» e sobre as quaes se pronunciara com certo amargor nas notas ao livro de Tito Franco.

Paulo Barbosa falleceu em 1868, aos 78 annos de idade, no seu posto de Mordomo, servindo ao soberano que acompanhara desde a infancia e a quem serviu sempre leal e devotadamente

NOTAS

1 — Oliveira Lima — «D. João VI no Brasil» — Rio 1908 — II-547.

2 — Segundo a «Gazeta de Petropolis» — ao chegar ao alto da serra da Estrella (a 4 de Dezembro de 1829), mui cançado, após penosa subida por pessimo caminho e tendo com a maior satisfação apreciado o magnifico panorama que d'ahi se descortina, manifestou D. Pedro o desejo de construir um palacio nesse lugar e para isso comprou um terreno a Antonio Corrêa Maia por 2:400$000 (Apud Raffard. *Jubileu de Petropolis* pg, 19). De regresso ao Rio de Janeiro comprou o Imperador a Fazenda do Corrego Secco ao Proprietario Sargento Mór José Vieira Affonso, pagando por ella 50.000 cruzados ou sejam 20:000$000. A escriptura é de 6 de Fevereiro de 1830.

3 — O Marquez de Itanhaem na qualidade de Tutor do Imperador, e Paulo Barboza da Sylva, na de Mordomo da Casa Imperial, não se submetteram, de inicio, á partilha approvada pelo Conselho de Familia de Lisboa em 6 de Outubro de 1834. A questão se arrastou nos tribunaes até 1842. Nesse anno, Paulo Barbosa como Mordomo da Casa Imperial e Samuel Philips & Cia. como procuradores da Duqueza de Bragança (a antiga Imperatriz D. Amelia), inventariante e administradora dos bens deixados por D. Pedro I, assignaram um accordo, ratificando se a partilha feita em Portugal. Só em 23 de Março de 1843, assigna o Mordomo a declaração de haver recebido a parte correspondente ao Imperador do Brasil e ás princezas D. Francisca e D. Januaria. Só desta data em deante estas propriedades passaram definitivamente a ser administradas pela Mordomia. Do anno seguinte data o decreto de arrendamento da fazenda a Koeler para creação da Colonia (Arch. do Inst. Historico).

4 — O itinerario geralmente seguido para a viagem a Minas era o descripto por Cunha Mattos na sua viagem em 1823. *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas provincias de Minas Geraes e Goyaz* — Rio. 1836. Da praia do Valongo ia-se por mar até o porto da Estrella. Dahi seguia-se por uma pessima estrada até a base da Serra passando por Inhomirim, Fragoso e Mandioca (fazenda pertencente a Langsdorff e mais tarde adquirida pelo governo). A subida da Serra era feita pela famosa «Calçada da Estrella», construida pelo Coronel Aureliano de Souza e Oliveira (pae do Visconde de Sepetiba), e que mereceu francos elogios de quasi todos os viajantes. Havia, como é natural, muitas variantes. Assim, muitos de Fragoso, dirigiam se a *Pau Grande* em vez de *Mandioca*. Para a fazenda da Mandioca e mais as da Cordoaria e do Velasco, adquiridas pelo Governo em 1826 foi transferida, em 1829, a fabrica de polvora até então installada ás margens da Lagoa Rodrigo de Freitas.

5 — V. Friedrich von Weech — apud — Raffard — *Jubi eu de Petropolis* pg. 37.

6 — Todas estas primeiras tentativas vêm narradas em Raffard — (Op.

cit. pgs. 44 e segs.) e em *Colonização de Petropolis*, trabalho do Sr. José Matoso Maia Forte publicado no *Boletim do Ministerio do Trabalho*, ns. de Novembro e Dezembro de 1937. Mas a melhor foute de informações é o trecho referente á colonização, do notavel *Relatorio* apresentado á Assembléa Provincial pelo presidente Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho em 1846. Tal é a importancia deste documento que, apesar de pertencer a genero pouco agradavel de literatura — *o official* — mereceu segunda edição em 1846.

7 — O texto do decreto de 16 de Março é o seguinte: «Tendo approvado o plano que Me apresentou Paulo Barbosa da Silva, do Meu Conselho, official-mór e mordomo de minha Imperial Casa. de arrendar Minha Fazenda denominada — Corrego Secco — ao major de engenheiros Koeler, pela quantia de um conto de réis annual, reservando-se um terreno sufficiente para n'elle se edificar um palacio para Mim, com suas dependencias e jardins, outro para uma povoação, que deverá ser aforada a particulares, e assim como cem braças de um e outro lado da estrada geral, que corta aquella fazenda, o qual deverá tambem ser aforado a particulares em datas ou prazos de cinco braças indivisiveis, pelo preço por que se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça. Hei por bem, autorizar o sobredito mordomo a dar execução ao dito plano, sob estas condições. E outrosim o autorizo a fazer demarcar um terreno para nelle se edificar uma igreja, com a invocação de S Pedro de Alcantara, a qual terá uma superficie equivalente a quarenta braças quadradas, no lugar que mais commodo fôr aos visinhos e foreiros, do qual terreno lhes faço doação para este fim e para o cemiterio da futura povoação. Ordeno portanto ao sobredito mordomo que proceda aos ajustes e escripturas necessarias, nesta conformidade, com as devidas cautelas e circumstancias de localidade, e outrosim que forneça a minhas espensas os vasos sagrados e ornamentos á sobredita igreja, logo que ella esteja em termos de nella se poder celebrar. Paço da Boa Vista, em dezeseis de março de mil oitocentos e quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Dom Pedro Segundo
Paulo Barbosa da Silva.»

8 — Eis as proprias palavras de Sepetiba (Op. cit. pg. 89): «Vendo eu porém, por um lado, que as emprezas para colonias agricolas ou se offereciam desvantajosamente ou tinham mau exito; considerando por outro, que o augmento da população livre exige a introducção de casaes e não somente de homens solteiros; vendo que a provincia despende grandes sommas nas suas obras em jornaes e braços de escravos que convem antes não desviar da lavoura; considerando mais que alguns casaes de colonos *empregados na importante obra da serra normal da Estrella podiam melhor aclimatar-se ali e ir formando o nucleo de uma colonia na povoação chamada Petropolis, onde S. M. o Imperador*, ORDENANDO SE AFORASSEM TERRAS A PARTICULARES mandou edificar um palacio para uma residencia de recreio e saude no tempo de verão; contractei com a casa de Mr. Carlos Delrue, negociante de Dunkerke e ali vice-consul do Brasil (o qual já havia feito proposições ao governo) a introducção dos officiaes de que mais se podia precisar, debaixo das condições explicitas e restrictas que se acham no contracto datado de 17 de Junho de 1844»...

9 — Coronel Ignacio Accioli de Serqueira e Silva — *Memorias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia*. Edição annotada por Braz do Amaral. Vol. IV Bahia, Imprensa Officiai — 1933, pg. 217. Por aviso do Ministro do Imperio (S. Leopoldo) ao Presidente da Bahia foi communicado que o Imperador elevava Cachoeira á categoria de cidade com o nome de cidade de Paraguassú — (n. 64, de 20-IV-1826 — (*Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil* — 1826 — Imp. Nac. 1881 — pg. 57).

10 — No discurso pronunciado no Instituto Historico a 15 de Dezembro de 1855, fazendo o elogio funebre de Aureliano, Porto Alegre affirma ainda uma vez a preeminencia de Paulo Barbosa na fundação da cidade. Assim é que após descrever os apuros de Aureliano com a chegada em massa dos colonos de Delrue, continua : «Nestes grandes apuros, e como medida salvadora, concebeu o mordomo da Casa Imperial, o nosso consocio Sr. Paulo Barbosa, a idéa de realizar uma colonia no alto da serra da Estrella, nas terras imperiaes, denominadas Corrego Secco ; idéa que havia indicado anteriormente o Engenheiro Frederico Koeler em um opusculo impresso com o fim de crear uma companhia para este fim». (Rev. do Inst. Tomo XVIII — pg. 548 — 3a. ed. 1896).

11 — General José Maria Pinto Peixoto.

12 — Deve ser o Chevalier de St. Georges, Ministro Francez

13 — Dom Andres Lamas, Ministro da Republica Oriental do Uruguay.

14 — Irineo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá.

15 — Pedro José da Camara, collector aposentado da Provincia do Rio.

16 — O contracto lavrado em Paris é o seguinte :

«Le vingt sept Mai de l'an 1847.

Monsieur le Général de Brigade P. Barbosa da Sylva, Envoyé extraordinaire e Ministre Plénipotenciaire de S. M. l'Empereur du Brésil, autorisé par Son Excellence le President de la Province de Rio de Janeiro, par sa dépêche datée du 12 Novembre, de l'année 1846, pour la sousdite présidence et Mr. l'Abbé Weber, prêtre du diocèse de Strasbourg, pour sa part se sont engagés et réciproquement s'obligent à l'accomplissement des articles suivants :

1 — Mr. l'Abbé Weber s'oblige à partir pour le Brésil, sur le navire à voile l'Abeille qui doit quitter le Hâvre, le 10 Juin de cette année.

2 — En arrivant a Rio Mr. l'Abbé Weber s'engage à se présenter à S. Excellence Révérendissime Monseigneur l'Evêque, Grand Aûmonier, pour lui faire la sousmission écclésiastique, et à se présenter à S. Excellence Monsieur le Président de la Province et en recevoir les ordres.

3 — Dès que S. Excellence Monsieur le Président le lui ordonnera, Mr. l'Abbé Weber devra partir pour Petropolis pour y remplir toutos les fonctions de curé de cette Paroisse, pendant cinq ans, ou plus si cela plait à Mr. l'Abbé de continuer.

4 — Le Général Barboza, au nom du gouvernement provincial de Rio, qui l'a autorisé, a faire cet engagement, s'oblige à faire transporter Mr. l'Abbé Weber, du Hâvre à Rio de Janeiro et de Rio de Janeiro à Petropolis, au frais de la Province, avec son bagage.

5 — De même il s'engage, dans la même qualité de commissaire du gouvernement provincial, à faire payer à Mr. l'Abbé Weber la

somme annuelle de huit cent mil reis, monnaie du pays (équivalent à 2.500 fr. à peu près, selon le change) payée à la même époque établie pour le payement du curé catholique de la province.

6 — De même il s'engage á lui donner un logement convenable dans la ville de Petropolis pour en jouir, pendant qu'il exercera ces fonctions de curé.

7 — Mr. l'Abbé Weber dira la messe et prêchera tous les dimanches et fêtes comme le lui imposent les saints canons. Les messes des dimanches seront appliqués pour les paroissiens. Il appliquera encore chaque année quatre autres messes à des intentions particulières. La messe de la Saint Pierre, pour la prospérité de Sa Magesté l'Empereur et de la Famille Impériale. Une autre pour la prospérité de la Province de Rio ; une autre pour celle de la colonie de Petropolis et la quatrième pour la propagation du Saint Evangile parmi les infidèles.

8 — Si Mr. l'Abbé Weber quitte la Paroisse sans motif impérieux reconnu par le Président, avant les cinq années de son engagement, il remboursera le montant du passage à la Province.

9 — Les appointements de Mr. l'Abbé Weber commenceront à courir du jour de son départ du Hâvre, et, il reconnait avoir reçu de Mr. B. Wallerstein la somme de quatrecents francs qui seron escomptés sur ses appointements et que les coffres de la Province paieront à Mr. Wallerstein à Rio de Janeiro au change du jour, somme que Mr. Wallerstein lui a remis par ordre de Mr. Barboza.

Mr. l'Abbé Weber a déclaré sous la foi écclésiastique, et sa parole d'honneur, qu'íl est prêtre séculier et qu'íl ne reconnait pour chef écclésiastique que notre Saint Père le Pape et l'Evêque Diocésain, de l'endroit où il est où il résidera et par conséquent, il reconnaitra pour son chef légitime écclésiastique, Monsigneur l'Evêque de Rio, pendant qu'íl sera dans la paroisse de Petropolis.

Fait en triple éxemplaire devant deux témoins : Mr. l'Abbé Landmann, Chanoine honoraire d'Alger, et Mr. Thomaz José Souza d'Avellar, Attaché à la Légation du Brésil, qui ont signé avec les deux contractants. Un des exemplaires du présent acte restera entre les mains de Mr. l'Abbé Weber et les deux autres, entre les mains de Mr. le Général, pour être envoyés à la Présidence, comme assurance réciproque, Mr. le Chanoine Landmann se porte comme garant de la somme avancée à Mr. l'Abbé Weber jusqu'á son embarquement définitif au Hâvre.

Paris, ce vingt sept mai 1847.
L. S. (signé) Paulo Barboza da Sylva
F. A. Weber
I. M. Landmann
Thomaz José Souza de Avellar.
Visto no Consulado Geral do Brasil em França por legalização das assignaturas contra. Paris em 27 de Maio de 1847.
(a) Juvencio Maciel da Rocha.»

17 — O Dr. Jacobina chamava *Mamã* á esposa de Paulo Barbosa, assim como varios estudantes brasileiros da Escola de Pontes e Calçadas seus collegas, tal era o ambiente de carinho com que eram recebidos em casa do velho mordomo os rapazes brasileiros.

18 — Paulo Barbosa era Cavalleiro das Imperiaes Ordens de Christo e de

S.Bento de Aviz, Official da Imperial Ordem da Rosa, Gram Cruz de Sant'Anna da Russia e de S Mauricio e S. Lazaro da Sardenha, Commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Portugal, da Ernestina de Saxe, de S. Januario de Napoles, da Corôa de Ferro da Austria, da Legião de Honra da França e de Medjidié da Turquia.

19 -- Capistrano de Abreu — *Phases do Segundo Reinado.* Revista do Instituto Historico, Tomo 98, pg. 436.

ALCINDO SODRÉ

CHRONICAS PETROPOLITANAS

TERÁ SIDO O CORREGO SECCO VISITADO PELOS PORTUGUEZES NO LONGINQUO ANNO DE 1531 ?

Duzentos annos após o Descobrimento é que começou a aberto, em 1702, o «Caminho Novo», estrada mais proxima e definitiva, que deveria ligar o Rio de Janeiro ás Minas Geraes, passando pelo Corrego Secco. Todas as Estradas e Bandeiras que do Rio se dirigiam ás Minas, seguiram caminhos de grandes voltas no sentido de evitar a Serra dos Orgãos. Basta lembrar as primeiras viagens cujo itinerario era o trecho maritimo do Rio a Paraty, e desse logar a Pindamonhangaba para alcançar o valle do Parahyba, e descel-o até á foz do Parahybuna. A Serra dos Orgãos ou «picos fragosos» (dos Reinel) na sua grandiosidade, sempre infundira temor e respeito aos conquistadores. Em 1662, referindo-se a estas serras, ainda escrevia Simão de Vasconcellos na sua Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil : «Pelo terreno vai rodeando toda a bahia, e reconcava do Rio de Janeiro, aquella espantosa serrania, que já por vezes temos ditto corre a costa toda : e com a parte d'ella mais aspera, chamada a montanha dos Orgãos (porque á maneira daquelles instrumentos vão levantando em ordem desigual montes sobre montes, fazendo a altura immensa, que excede as nuvens, e chega parece á segunda região do ar) representão aquelles grandes montes muralhas, ou torres formidaveis, postas entre nós, e os barbaros que habitão a outra parte : porque ali fulmina a natureza em tempos tormentosos taes raios, coriscos, e estrondos disformes de trovões que assombrão a terra. Chegarão a suspeitar as nações agrestes, que estavão armados de proposito para defensa dos homens Portuguezes. São comtudo alegres em tempos de bonança aquelles picos inac-

cessiveis, por sua fórma, altura, e fermosura, revestidos de verde arvoredo e arrebentando em ribeiras de agoa, que despenhadas dos altos cumes, vem a pagar tributos ao mar, e alégrão os olhos dos moradores.»

Tal era a impressão que dos «picos fragosos» tinha a gente d'aquelles tempos.

Imagine-se agora a hypothese dos portuguezes terem estado por estas alturas no remoto anno de 1531, pouco tempo depois do descobrimento das terras de Santa Cruz, e bem antes da collocação do marco fundamental do Rio de Janeiro, quando então os lusitanos resolveram installar-se na bahia de Guanabara.

Nesse anno 1531, aos 30 dias de Abril passava pelo Rio a expedição de Martim Affonso de Souza, e, no «Diario da Navegação» de seu irmão Pero Lopes de Souza lê-se o seguinte relativo á data e ao lugar em que se achavam: «Daqui mandou o capitam I, 4 homens pela terra dentro: e foram e vieram em 2 mezes; e andaram pela terra 115 leguas; e as 65 dellas foram por montanhas mui grandes e as 50 foram por um campo mui grande: e foram até darem com um grande rei; senhor de todos aquelles campos, e lhes fez muita honra, e veo com elles até os entregar ao capitam I; e lhes trouxe muito christal, e deu novas como no Rio de Peraguay havia muito ouro e prata».

Essas cento e quinze leguas de viagem pela terra, que gastou sessenta dias, e cujo trajecto foi por montanhas mui grandes, convida e exige-nos a pensar que se deu atravez a serra dos orgãos na direcção de Minas. E nesta direcção a passagem mais proxima e mais declivel era a do Corrego Secco.

Esta presumpção tiveram Orville Derby e Pandiá Calogeras. Na sua «Expansão Geographica do Brasil Colonial» Basilio de Magalhães não acha plausivel tenham esses portuguezes seguido o referido itinerario, e segundo Eugenio de

Castro, era essa tambem a impressão de Capistrano de Abreu.

Vejamos entretanto, as palavras dos dois primeiros historiadores. Orville Derby, em seu trabalho «Os primeiros descobridores do ouro em Minas Geraes» (Revista do Instituto Historico de S. Paulo, vol. V 1899-1900) referindo-se a uma Entrada de 1552, escreveu : «E' mesmo de presumir que esta entrada fosse a primeira de todas, a não ser que penetrasse, *como é muito provavel*, (o grypho é nosso) no territorio mineiro a mal conhecida expedição mandada do Rio de Janeiro por Martim Affonso em 1531». Em trabalho posterior a esse, Calogeras, no volume I de «As minas do Brasil e sua legislação», pg. 17, discorre : «Não é impossivel tivessem chegado á zona do rio Grande e do rio das Mortes em Minas Geraes, os quatro homens mandados por Martim Affonso de Souza, em 1531, a explorar o interior da costa do Rio de Janeiro. Pela narração de Pero Lopes, sabe-se que percorreram 115 leguas, sendo 65 por serras muito grandes e 50 pelo campestre, levando dous mezes na viagem. Não parece provavel ser essa distancia a da penetração real no interior. Isto levaria ao dobro a distancia total percorrida, 230 leguas, portanto, palmilhadas em 60 dias com uma velocidade diaria de quatro leguas, sem contar descanso e permanencia junto aos chefes das tribus encontradas ; rapidez demasiada, tendo-se em conta que estes homens percorriam paragens pela primeira vez trilhadas por europeus, mesmo admittindo-se, como é natural, o terem seguido os emissarios um antigo caminho dos indios. A época em que se fez a entrada em principio de Maio, logo após a estação chuvosa, não podia permittir longas jornadas, por estradas da matta, ainda encharcadas pelas invernadas. Acceitamos, pois, as 115 leguas como percurso total da expedição, que teria assim entrado umas sessenta leguas pela terra a dentro. A reconstituição do roteiro só se póde fazer por tentativas. Era natural seguisse vias estabelecidas pelos indigenas segundo as dire-

ctrizes naturaes do terreno. Quem, defrontando a barra do Rio de Janeiro, quer traçar uma normal á costa, direcção typica para quem deseja internar-se, os pontos que primeiro depara são os fundos da bahia, no ponto onde actualmente se acham as villas de Suruhy, Magé, Pilar e outras *não é desarrazoado, portanto, admittir tivesse a investida por ponto inicial qualquer dessas duas balisas naturaes, a foz do Pilar e do Estrella, o primeiro mais provavelmente, e levando ambos ás culminancias da serra do Mar, na vertente onde hoje se ostenta Petropolis* (o grypho é nosso).

Prolongando-se a derrota pelo rio Ubá ou pelo Piabanha ia ao Parahyba, onde, quer pelo Parahybuna, quer pelo Rio Preto e seus affluentes, o accesso estava aberto para o planalto da serra da Mantiqueira, e ao sul, na zona da serra das Posses, ou a Norte, na da Ibitipoca, solução mais acceitavel, patenteava-se a região dos campos entre os dous rios Grande e das Mortes. Os veeiros de quartzo, aurifero por vezes, frequentissimos nesta região, forneceram o crystal com que foram brindados os portuguezes pelo chefe poderoso da tribu que os acolheu.»

Como se vê, ahi está a indisfarçavel possibilidade de ter sido o Corrego Secco visitado pelos portuguezes no longinquo anno de 1531. E a reconstituição do roteiro, não será muito difficil, mesmo diante dos laconicos dados offerecidos pelo «Diario da Navegação», porquanto nelle existe referencia a distancias, tempo, e a menção de «montanhas mui grandes» que a admittir se as conjecturas de Calogeras relativas aos veeiros de quartzo, auriferos. O «Diario» regista tão sómente «muito crystal», e certamente traria um adjectivo de tão alta significação caso não se tratasse de simples e puro crystal como então foi assignalado.

Quanto ao local de sua origem, elle tanto podia ser da zona entre os dois rios mineiros como d'outro qualquer ponto da jornada. Sem duvida, deverá acudir logo a hypothese da

região mineira pela abundancia e variedade de mineraes de que depois se tornou celebre essa grande circumscripção brasileira. Entretanto, hypothese outra poderemos levantar, e esta será localisando a origem desse crystal no Corrego Secco.

E' conhecida ainda em nossos dias a belleza dos crystaes de rocha existentes na Mosella, onde ha um trecho conhecido popularmente por Pedra Branca, devido á abundancia e requinte desse material.

Os quatro portuguezes dessa heroica caminhada, forçosamente necessitaram de um guia atravez as florestas e os cursos d'agua, e não haveriam por certo de travar relações com os indigenas de Minas, no final do percurso. Natural e logico é que o seu guia occasionador do exito do emprehendimento fosse encontrado logo no sopé das «montanhas mui grandes» o que equivale dizer, no Corrego Secco. Segundo o laureado trabalho de Joaquim Norberto «Memorias historicas sobre as aldeias de indios da Provincia do Rio de Janeiro» deve-se admittir que os indigenas habitantes do Corrego Secco tenham sido, em toda essa corda de serras, os mesmos de Valença e Paty do Alferes, e que eram os indios Coroados.

E assim, teria o Corrego Secco sido visiiado pelos portuguezes em 1531, e aqui encontrado o seu guia e o regalo de muito crystal.

A SUBORDINAÇÃO POLITICA DO CORREGO SECCO

O Corrego Secco, antes de constituir-se como municipio de Petropolis, pertenceu successivamente a Magé, Cantagallo, Parahyba do Sul e Estrella.

A primeira noticia que se tem da incorporação do Corrego Secco no territorio administrativo de um municipio é a da creação da Villa de Magé em 12 de Junho de 1789, quando esta «obteve por limites de sua jurisdicção toda a extensão da parte occidental pela costa do mar e rio Guapemirim desde a primeira e mais abundante corrente até a Foz, ficando Macacú com a parte Oriental, dividindo-se pela Foz acima e costa de Oeste até a sua primeira cascata na Serra; e desta passando ao alto em rumo recto á vertente do Rio Secco, que desagua no Piabanha e por elle abaixo» (etc).

Interessante é registar-se a denominação de Rio Secco ao que depois haveria de chamar-se Corrego Secco.

Identica nomenclatura foi escripta por Balthazar da Silva Lisboa antes disso, e logo depois de 1786, quando o autor diligenciava pela Serra dos Orgãos, por determinação do Governo de Portugal. Assim escreveu elle sobre a região:

«Passada a Serra na estrada das Minas para Inhomerim, apparece o *Rio Secco*, não porque o seja, mas sim porque se vadêa de pé: elle rebenta da Serra de Inhomerim da parte do Norte, e entra no *Rio Piabanha*, navegavel somente no tempo das aguas. O *Rio Tamaraty*, apparece meia legua ao Norte: recebeu da Serra dos Orgãos o nascimento, não hé navegavel por causa das grandes penedias, que obstruem o

seu leito: a Noroeste, na distancia de hum quarto de legua, corre o *Rio Piabanha*,, o qual tem sua origem na *Serra da Mantiqueira do Mar*, e se affoga na Parahyba.

Em distancia de uma legua escaça, apparece o Rio que vem á Cidade, o qual nasce na Serra do Facão, e se abraça com o *Rio Piabanha;* hé innavegavel, porém abundante de pescado.

Depois de legua se descobre o *Rio Bôa passagem*, que traz o seu nascimento da *Serra da Manga Larga*, confunde-se com o Rio que tem o nome de *Rio Fagundes*, navegavel. Este *Rio Fagundes*, depois de escaça legoa, mostra o seu curso, tendo o seu berço da *Serra da Viuva*, no *Caminho do Couto.*»

Agora vamos ver como o Corrego Secco passou para o dominio de Cantagallo, e comprehender-se-á a razão do appello do ministro de Pedro I a essa Villa, para ser mandada restaurar uma ponte em Corrêas, com o officio de 30 de Dezembro de 1830. Por alvará com força de lei de 9 de Março de 1814, foi creado o municipio de Cantagallo, erigindo em Villa o Arraial e districto das Novas Minas de Cantagallo, com a denominação de — Villa de S. Pedro de Cantagallo, tendo por limites todo o territorio que se comprehende desde o rio Parahyba, no logar em que for levantada a Villa, correndo pelo alto da Serra dos Orgãos a partir com os termos das Villas de Magé, Macahé e Campos dos Goytacazes até fechar no mesmo rio Parahyba o qual servirá de diviza em toda a extensão da parte da provincia de Minas Geraes.»

Por decreto de 15 de Janeiro de 1833, foi creada a Villa de Parahyba do Sul, e a seu novo territorio foi incorporada a freguezia de S. José do Rio Preto e com ella o Corrego Secco, sua parte integrante, até que a lei 397 de 20 de Maio de 1846 creava a freguezia de São Pedro de Alcantara desmembrando o seu territorio da freguezia de São José, que

passava a fazer parte do termo da Estrella então elevada a Villa, e nomeando vigario o conego Luiz Gonçalves Dias Corrêa, proprietario da Fazenda da Samambaia.

Quando a 29 de Setembro de 1857 a lei 961 creou o municipio de Petropolis, que passou a Cidade sem ter sido Villa, ficou apenas com dois districtos, constituindo Pedro do Rio o seu segundo districto.

Só na republica, por acto de 4 de Junho de 1892, foi que Petropolis passou a ter cinco districtos, que são os actuaes de sua divisão administrativa.

O CORREGO SECCO EM 1817

Em meados de Julho do anno de 1817 chegaram ao Rio de Janeiro dois notaveis naturalistas allemães. Eram elles Johann Bapt. von Spix e Carl Friederich Philippe von Martius, o primeiro, zoologo, e o segundo, botanico. Spix e Martius, como são universalmente conhecidos esses dois celebres scientistas, vieram por determinação da Academia de Munich, e sob os auspicios do rei da Baviera Maximiliano José, que aproveitara a circumstancia do contracto de casamento de D. Leopoldina com Pedro I, para solicitar á Côrte de Vienna permissão para que alguns sabios bavaros acompanhassem a Augusta Noiva ao Brasil. E dessa visita, haveria de resultar a excellente obra «Viagem pelo Brasil», admiravel repositorio de estudos, informes e descripções de varias regiões do nosso paiz, colhidos no espaço de tres annos. Do Rio de Janeiro e seus arredores, Spix e Martius seguiram, dias após, para Mandioca, e Corrego Secco, até Parahyba do Sul, de onde fizeram torna viagem, dirigindo-se depois para S. Paulo, Minas, Bahia, e pelo sertão, foram até ao Pará, e dali attingiram o Amazonas.

O que nos interessa tratar nestas linhas, é das suas impressões sobre o Corrego Secco, sobretudo a gravura desta localidade, que se encontra no volume illustrado de sua obra. Antes disso, vamos reproduzir a parte relativa ao texto :

«A partir da Mandioca, segue a estrada para tropas, que conduz a Minas Geraes, ladeada por grotescas hastes de piteiras (Fourcroæa gigantea Vent.) e arvoredo de flores variadas, pela matta virgem, por ingremes ladeiras acima, em gargantas apertadas, até ao cume da montanha, para o qual existe uma boa estrada calçada, até agora unica no Brasil,

que segue na extensão de quasi uma milha. No fim dessa estrada, acaba tambem a possibilidade de utilizar carros, que no terreno desigual só com muito risco poderiam ser conduzidos. No Brasil, cuida-se muito pouco de facilitar o commercio com estradas carroçaveis e carros, como se faz na Allemanha, com a construcção de estradas de ferro, pois a locomoção das mercadorias sobre mulas faz o que basta para as necessidades dos habitantes.

Do cume da montanha, a chamada serra da Estrella, com 3.376 pés francezes acima do mar, avista-se a bahia com as suas virentes ilhas e a capital no fundo. O lado opposto offerece mais limitada vista, terreno de collinas, muito desigual, coberto de mattas fechadas, que se extende d'aqui até á margem do rio Parahyba. A estrada na montanha segue no sentido do Norte, primeiro para Corrego Secco, um pobre povoado, elevado 2.260 pés francezes acima do mar. Aqui pernoitamos uma vez, na miseravel venda, que nos deu pleno antegosto dos incommodos, a que nos teriamos que sujeitar, viajando para o interior. Como manjar tivemos farinha de mandioca, secca ao sol, carne de vacca coriacea; como pousada um banco duro sem almofada nem coberta, pondo á prova a paciencia e aptidão de cada um. A noite, se fosse na Allemanha, seria uma das mais bellas de verão, pois o thermometro nunca baixou além de 14°R; entretanto foi-nos quasi impossivel conciliar o somno pela sensação de frio.»

No volume das gravuras, Spix e Martius reprodusem a Mandioca, celebre fazenda do conselheiro Langsdorff, na Raiz da Serra, um panorama da Serra dos Orgãos, visto d'aquella localidade para cima, tendo ao fundo a chanfradura que penetra no valle do Corrego Secco, e o proprio Corrego Secco.

Para este ultimo, os autores escreveram a seguinte legenda: «*Corrego Secco, uma povoação situada no alto da «montanha»*.

Examinando-se a mesma gravura, notam-se: nove ha-



O Corrego Secco, numa gravura da obra de Spix e Martius.

bitações distinctas, oito pedestres, sendo um caçador no primeiro plano, carregando entre outros animaes um grande macaco, e um cavalleiro. A fidelidade dessa reproducção não póde ser posta em duvida, uma vez que não se trata de trabalho poetico, sendo essa obra dos famosos naturalistas tudescos, um documento precioso da vida brasileira d'aquella época, e todo elle baseado em exacto espirito de observação scientifica.

Por onde se vê que, vinte e seis annos antes da fundação de Petropolis, em 1817, Spix e Martius encontraram aqui nove habitações, a que elles proprios denominaram «*Povoação do Corrego Secco*». O curioso, entretanto, é não ser facil a identificação do local onde estariam essas casas, sendo absolutamente certo que não se trata da Casa da Fazenda do Corrego Secco.

Aliás, a proprietaria da Fazenda do Rio Secco, Catharina Josefa de Jesus. em seu testamento feito a 26 de Junho de 1823, alludira a «*Casas de telha, ranchoz etodas as mais bemfeitorias que se acharem*», quando apontava os seus bens do Corrego Secco.

Martius, que sobreviveu de muito o seu companheiro Spix, tornou-se grande e sincero amigo do Brasil. O Instituto Historico Brasileiro conserva em seu archivo uma carta delle, dirigida a Paulo Barbosa, e na qual elle recorda-se, saudoso, do Corrego Secco, ao lado da Tijuca, Gavea e Corcovado. Esta carta, escripta em Schlehdorf e datada de 18 de Agosto de 1863, tem o seguinte theor :

«Presadissimo amigo e senhor do coração.

Foi aqui neste meu Tusculo (onde minha saudade já tem achado um Corcovado, uma Gavea, uma cascata da Tijuca, um Corrego Secco, uma Lagoa Rodrigo de Freitas), que tenho tido o prazer de receber a sua estimadissima carta, datada de 8 de Julho, com a noticia de que S. M. I. teve a graça de annuir á fórma do titulo da *Flora Brasileira*, com certa mo-

dificação da qual farei uso já no fasciculo proximo, que ha de sahir ainda este anno. E' para mim consolação e estimulo publical-o sob os augustos auspicios imperiaes e olho com equanimidade sobre a decisão da Assembléa, tendo tão magno e tão magnanimo procurador.

Pelo Sr. Laemmert, do Rio de Janeiro, tive os retratos do Imperador, bello homem de aspecto dignificante, expressão dessa doce melancolia que garante actos de firmeza e humanidade. Tive tambem os da imperatriz e princeza Imperial. Que formosura! Feliz o principe a quem coube a sorte de possuir semelhante diamante.

Agora me falta o seu retrato. Amigo, não se esqueça de mandal-o! E' verdade, «nós velhos vivemos de lembranças e saudades», e eu nunca perco de meu coração a lembrança de V. Ex. do meu mais velho e fiel amigo, *lá na minha segunda patria.*

Esse, em verdade, é para mim o paiz ao qual por acontecimentos providenciaes estou consagrando meus desvelos literarios.

Ainda alguns annos: depois dormirei no chão destas pacificas montanhas; mas algumas pessoas do Brasil dirão:

«Morreu um allemão, um sabio e activo lente,
Que trabalhou entre nós e amou a nossa gente!»

Como Deus quizer! Adeus meu bom e nobre amigo! Dou-lhe um abraço de coração, e, para lhe instigar resposta, em breve, ajunto a minha photographia mais nova. — *Tuissimus Martius.*»

PEDRO I E PETROPOLIS

Não se supponha, pelo titulo destas notas, que vamos tratar das relações do nosso primeiro imperador e a povoação de Petropolis, e muito menos do projecto de José Bonifacio, apresentado á Constituinte de 1823 lembrando a conveniencia da metropole imperial ser edificada no coração do paiz, e poderia ter o nome de *Petropole*, em homenagem ao autor da Independencia. Vamos cuidar de Pedro I com Petropolis ainda Rio Secco e Corrego Secco, conforme as denominações da época, Petropolis que haveria de ser em consagração ao filho, já que o não poude ter sido ao pae.

Charles Ribeyrolles, das perguntas que fez ao velho tropeiro do alto da Serra José Antonio Furtado, obteve entre outras a seguinte resposta: «Era um grande caçador e um guapo caminheiro o senhor D. Pedro I; elle acabou a estrada velha, que conduz da raiz da serra até o alto, e que seu pae D. João VI tinha aberto; mas não é que elle tivesse precisão disso para andar, tinha o pé affeito ás montanhas o imperador, e não lhe metião medo as picadas. Não era um verdadeiro tropeiro elle, pois que era imperador; mas era um gosto vel-o metter-se pelas florestas a dentro. Elle aqui vinha muitas vezes durante o anno, nos mattos perdido, como dizião na cidade, e ia visitar o seu amigo o padre Corrêa, que tinha sua fazenda mais alem, mesmo no lugar de muda de vossas diligencias, entre Petropolis e Pedro do Rio. Ora um dia que voltando com a segunda imperatriz, parára em Corrego Secco, disse-lhe ella que o ar era bom e o lugar bellissimo. D. Pedro, que tinha a mão ao pé da lingua, disse duas

palavras a José Vieira, o major, deu-lhe vinte contos de réis, e ficou-se com a fazenda; era um capricho e um bom negocio».

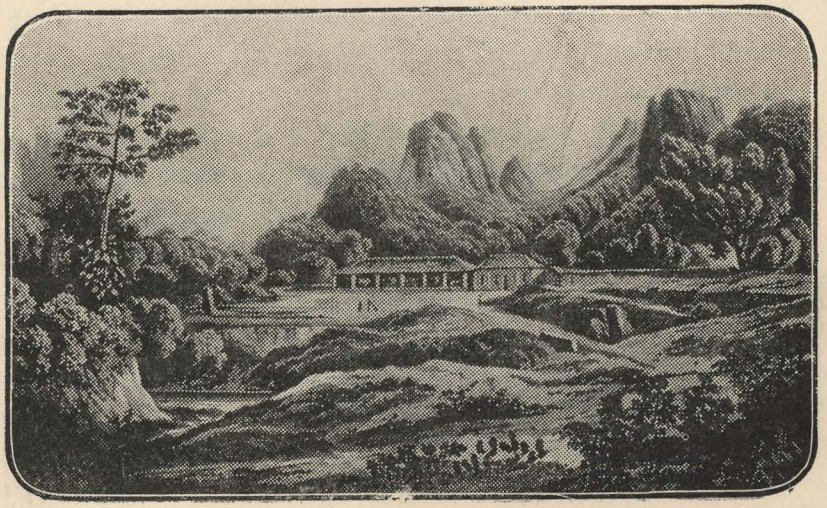
O folhetinista da «Gazeta de Petropolis» de 1893 escrevendo sobre a «Origem, fundação e desenvolvimento da colonia de Petropolis«, adiantou: «Na sua ida para a residencia do padre Corrêa, a 4 de Dezembro de 1829, ao chegar ao alto da serra da Estrella, mui cançado, após penosa subida por pessimo caminho e tendo com a maior satisfação apreciado o magnifico panorama que d'ahi se descortina, manifestou D. Pedro desejo de construir um palacio nesse lugar e para isso comprou um terreno a Antonio Corrêa Maia por 2:400$000».

Raffard, por seu turno, adianta: «No dizer de outro informante o sr. D. Pedro I tornou a ver o Corrego Secco em 29 de Dezembro de 1829, quando levava para a fazenda dos Corrêas, uns 13 kilometros mais para o interior, a Familia Imperial, por ter sido ordenada uma mudança de ares á Princeza D. Paula.

J. Tinoco, em seu «Guia de Viagem» refere-se á viagem que a 25 de Março de 1822 fez da Côrte a Minas Geraes o imperador Pedro I, o qual, quando chegou ao Alto da Serra não só poude restaurar-se das fadigas de uma jornada como apreciar o panorama que lhe suggeriu a idéa de construir um palacete naquelle bellissimo lugar. E referindo-se tambem á enfermidade da princeza D. Paula, fala na viagem imperial de 4 de Dezembro de 1829.

C. S. Stewart, em sua obra editada em 1895, «Brazil and La Plata», diz que Pedro I teve a intenção de colonizar com allemães a fazenda do Corrego Secco, mas sua abdicação impediu o facto.

Não encontramos nenhum elemento para confirmar esse projecto de Pedro I, que nos parece ser fructo de possivel confusão do autor. As declarações dos demais referidos pu-



Fazenda da Mandioca, do Conselheiro Langsdorff. — (Depois Fabrica de Polvora da Raiz da Serra) — Gravura da obra de Spix e Martius.

blicistas, são, pelo menos, verosimeis. Que Pedro I viesse varias vezes ao Corrego Secco é idéa perfeitamente acceitavel dado o seu temperamento aventureiro e a sua natureza physica. O desejo de adquirir terreno para construir palacete é natural, e consequente dos passeios que por ahi dava. A acquisição de um, por 2:400$0 0 a Antonio Corrêa Maia, é circumstancia de que ainda não achamos prova. A viagem a Corrêas em 1829, por conta da molestia de uma filha e a resultante compra do Corrego Secco não padece duvida.

Houve, entretanto, duas passagens de Pedro I pelo Corrego Secco que não foram descriptas pelos chronistas de Petropolis, e no emtanto têm ellas grande valor historico nacional, sem desprezar-se a repercussão local, que foi digna de nota. Foram as occorridas em 26 de Março de 1822 e a 30 de Dezembro de 1830.

A primeira, como vimos, foi registada por Tinoco, e Raffard, erradamente, diz que ella se effectuou em Março de 1825.

A 26 de Março de 1822 Pedro I passa, a primeira vez, pelo Corrego Secco, ainda como Principe-regente, a caminho de Villa Rica, em missão politica de relevancia. Pernoitára na fazenda da Cordoaria, Raiz da Serra, onde depois foi fabrica de Polvora, e a noite seguinte passou-a na fazenda dos Corrêas. Entre os acontecimentos do anno de 1822, que decisiva repercussão tiveram no feito de 7 de Setembro, destaca-se a jornada do principe D. Pedro a Minas. «Com essa viagem, disse Varnhagen, havia-se operado no animo do principe uma transformação radical. Encerrado que vivia entre as montanhas do Rio de Janeiro, absorto contemplava o principe, em Minas Geraes, a grandeza e a vastidão do Imperio virgem que a Providencia lhe reservava, nesses panoramas arrebatadores que se succediam a seus olhos».

Recebido festivamente em São João d'El-Rei e Queluz, teve a ventura de submetter a Junta de Villa Rica, reconhe-

cendo assim Minas Geraes a legalidade da sua regencia, e applaudindo os seus projectos de liberdade e constituição.

Nessa viagem, foi elle acompanhado do desembargador Estevam Ribeiro de Rezende, mais tarde marquez de Valença, de Teixeira de Vasconcellos, ouvidor de Sabará, e veiu a ser visconde de Caeté, José de Rezende Costa e o padre Belchior Pinheiro, deputados ás Côrtes, e o ultimo, sobrinho de José Bonifacio, do guarda-roupa Berquó, depois marquez de Cantagallo, um criado particular, um moço de estrebaria e tres soldados. Adeante da comitiva, com avanço de um dia, seguiram dois cargueiros com roupa, dirigidos por um sargento.

O principe não quiz levar cozinheiro, nem regular as suas pousadas: comeria o que encontrasse pelo caminho e dormiria em esteira se necessario fosse.

A 30 de Dezembro de 1830 D. Pedro I, a Imperatriz Amelia e sua comitiva passam pelo Corrego Secco e vão pernoitar em Corrêas, seguindo viagem para Minas, onde os levavam factos já ligados ao futuro successo de 7 de Abril. Partiram na vespera, do caes de São Christovão, pelas 8 horas da manhã, para o porto da Estrella.

Os ministros e algumas pessoas mais, os seguiram ainda no mar, no escalér do ministro da Marinha, até que Sua Magestade houve por bem de os dispensar.

Acompanharam-no nessa viagem a Minas: o ministro do Imperio Silva Maia, baroneza de Stuomfeder, camarista Luiz Pinto Guedes, veador da Imperatriz Lazaro José Gonçalves, Francisco Dietz, Maria Stab, Tremisson, Nani, José Maria Lobo, reposteiro; dr. Tavares, capelão conego Camelio, e mais cinco creados particulares, a uxaria e a mantearia.

Chegaram bem á fabrica de polvora pelas 3 horas e 20 minutos da tarde e ás 6 horas da manhã do dia 30 partiram para a fazenda do Corrêa onde chegaram ás 11 horas e 20 minutos, depois de uma jornada trabalhosa por causa do máo

estado dos caminhos. Partindo do Corrêa depois das 7 horas da manhã de 1 de Janeiro, ás 11 horas e tres quartos chegaram á fazenda do Secretario, onde pernoitaram.

Em Corrêas, e por intermedio do ministro do Imperio, Pedro I toma uma providencia administrativa de caracter local, por certo a primeira providencia no genero, relativa ás paragens da futura Petropolis :

«Attendendo ao incalculavel prejuizo que, com perdas de fazendas e perigo de vida resulta da falta da ponte, que houvera sobre o rio Morto da fazenda do Corrêa, e estradas de Minas Geraes, e a urgentissima necessidade de se construir outra, para facilitar e segurar o transito das muitas tropas e viandantes, que giram desta para aquella provincia : ordena á camara municipal da villa de S. Pedro de Cantagallo, que sem perda de tempo dê todas as providencias, que são de suas attribuições, sobre a referida ponte, procedendo immediatamente as diligencias ordenadas pelo seo regimento e pela lei de 29 de Agosto de 1828 ; e dando parte de tudo o que fizer, e das duvidas e obstaculos que se lhe offerecem pela secretaria de estado dos negocios do Imperio. Fazenda do Corrêa, 30 de Dezembro de 1830. José Antonio da Silva Maia.»

Da viagem de 1822, vimos que um dos membros da comitiva de Pedro I foi o desembargador Estevam Ribeiro de Rezende, mais tarde marquez de Valença. Esse titular, em data de 9 de Julho de 1850, viria ser foreiro em Petropolis, obtendo 1 198 braças quadradas, desmembradas do prazo 2.201, pertencente a Honorio Hermeto Carneiro Leão, marquez de Paraná, grande do Imperio, que foi o Registo n. 1 dos foreiros de Petropolis, prazo este que pagava o fôro annual de 5$450 desde 1 de Janeiro de 1846, registado pelo escrivão Ribeiro Cirne e assignado por Koeler, José Luiz de Azeredo Coutinho e João Gustavo de Frontin. Situado no Palatinado Inferior, fazia testada para a rua do Honorio, e fundos para a

rua do Imperador, e lado para o rio do Corgo Secco. Além da parte desmembrada para o marquez de Valença, houve outra de trinta braças para Henrique Carpenter que tocou por herança a D. Carolina Land, filha de Carpenter, e o restante, em 27 de Maio de 1882 e 25 de Abril de 1884, passou respectivamente á Companhia Estrada de Ferro Principe do Grão Pará e a Christiano Benedicto Ottoni.

CORRÊAS E A VEIA POETICA DO PRIMEIRO IMPERADOR

Petropolis exerceu uma grande attração sobre os monarchas, e a não ser o extraordinario interesse de Pedro II, já tão conhecido e divulgado em suas linhas geraes, pouco se conhece da parte de Pedro I e nada é conhecido, relativamente a D. João VI.

Que o Principe Regente D. João tenha estado em terras de Petropolis é todavia facto que se deve admittir, lendo-se a Patente de 15 de Setembro de 1809 em que D. João nomeava Capitão a José Vieira Affonso, proprietario do Corrego Secco, e em cuja Patente encontra-se o seguinte trecho: «attendendo ao serviço que fez na Guarda, que esteve á Minha Real Pessôa no Lugar da Serra, José Vieira Affonço, Tenente do Regimento de Milicias do Districto de Inhomerim, e esperar delle, que em tudo o de que for encarregado Me Servirá muiio ao Meu Contentamento, por todos estes respeitos, Hey por bem de o nomear Capitão Aggregado ao mesmo Regimento». (documento do Museu Historico de Petropolis). Que lugar da Serra seria esse, onde o proprietario do Corrego Secco, que era José Vieira Affonso, fez guarda a el-rei, e por isso recebeu mercê? Parece evidente, que esse lugar deve ser o proprio Corrego Secco, e assim, D. João VI por aqui esteve em 1809, um anno após ter chegado ao Brasil, evidenciando desse modo o interesse que este delicioso local despertava.

Da estadia de Pedro I nestas serras, alguma cousa tem sido escripta, e sobre a illustre familia dos Corrêas, Antonio Machado já traçou esplendida chronica. Na obra de Antonio Augusto de Aguiar sobre a «Vida do Marquez de Barbacena»,

encontramos varias cartas de Pedro I, datadas de Corrêas, local que nas missivas elle denomina variadamente de *Serra da Estrella*, *Serra*, e *Serra do Correia*. Destas cartas, tres dellas nos interessam. A primeira, escripta em 3 de Fevereiro de 1830, foi assim redigida: «Barbacena. Recebi a carta do ministerio datada de 2 deste mez ás 5 1/2 da tarde de hoje 3. Nella vejo que tudo vai bem o que muito estimo. Respondendo approvo o que o ministerio tem feito, e de que me dá parte. Dou a reforma ao commandante do batalhão 25º; e sinto que o Paranaguá tenha estado doente, comtudo estimo saber que está melhor. Eu cheguei no mesmo dia ás 6 1/2 debaixo de uma trovoada que nos apanhou na Serra, mas não me fez mal algum, nem á imperatriz, nem ao principe. Meus filhos estão bons. Hontem o thermometro esteve em 74, hoje em 78. Já comprei o «Corrego Secco» por 20:000$000. Seu amo e amigo — Pedro».

Pelas noticias, sempre repetidas até hoje, dizia-se que em Dezembro de 1829 Pedro I viera para Corrêas por causa de molestia na Princeza D. Paula e encantando-se pelo local, de volta ao Rio, resolvera adquirir o Corrego Secco. Entretanto, por esta carta de 3 de Fevereiro de 1830, elle acabava de chegar, já tinha assentada a compra da Fazenda dos Affonsos, cuja escriptura seria feita no dia 6 de Fevereiro, seus filhos estavam bons, e portanto, D. Paula tambem. E como nota curiosa, o Principe, que viera em sua companhia, era Pedro II, que na data, tinha 4 annos e 2 mezes.

Na segunda carta, lê-se o seguinte: «Meu Barbacena. Desejo-lhe muita saude e a toda a sua familia. Eu, a Imperatriz, os dous principes, e Paula todos bons. Como seu amigo agora lhe escrevo a dizer-lhe, que se não incommode quanto a transporte de terra, pois no Porto da Estrella achará o meu carro na sexta de manhã, ás 10 horas, pois é a hora a que poderá estar a barra, e na Fabrica achará mula e cavallo para seguir no que mais conta lhe fizer. Tenha saude,

união e olho vivo. Seu amo e amigo — Pedro. Serra do Correia, 16 de fevereiro de 1830.

A terceira carta, é das mais preciosas, pelo seu post-scriptum, contendo pittoresca versalhada.

E' datada de Serra do Correia, 25 de Fevereiro de 1830:

«P. S. Remetto-lhe a descripção da Serra do Correia, D. O. C. ás cobras da mesma serra por um anonymo. Mostre-a ao Paranaguá.

Nestes campos
E nesta serra
Toda a tristeza
E horror se encerra

Olho em torno
Seus horizontes
São serras, matas
E grandes montes

Da bella agua
E do bom ar
Eu me abstenho
Daqui falar

De vez em quando
O bom roceiro
Passa a cavallo
No seu sendeiro

Dando ao diabo
O tal caminho
Que de atoleiros
E' um miminho.

Este retiro
Sem distracções
Está de molde
P'ra *Santarrões.*

E, na verdade,
Qualquer esperto
Se aqui demora
Torna-s'Alberto.

D. O. C. ás cobras da mesma serra por um anonymo».

Que effeito teriam produzido esses versos, no espirito de Paranaguá, a quem pedia o Imperador a Barbacena fosse mostrada a sua producção poetica?

Por bôa fortuna, no Catalogo de manuscriptos do Castello d'Eu, fomos encontrar a resposta de Paranaguá, resposta pomposa, digna de um grande e profundo aulico: Documento n. 4123 — 27 de Fevereiro de 1830 — Communicado do marquez de Paranaguá a Pedro I — Lê-se: — «O marquez de Barbacena me fez (chegar) os bellos versos que V. M. I. se dignou mandar mostrar-me. O grande principe, que entre outras mui Altas Qualidades, cultiva e Honra as letras, Merece que um dia D'Elle se diga o que o dr. Ferreira dice do Excellente Rei, o Sr. D. Diniz nos seguintes versos:

«Regeu, edificou, lavrou, venceu
Honrou as musas, poetou, e leu.»

Já que tratamos de um humoristico post-scriptum de Pedro I, seja-nos permittido, ao pé desta ligeira chronica, fazer tambem um post-scriptum, que vem a proposito, por tratar-se de assumpto que se acha ligado á data de hoje, 3 de Julho, occorrido no anno de 1875. Nesse dia, surgia em Petropolis o N. 1 do Anno I de *Horas Vagas*, «periodico illustrado de recreio e instrucção. Editor: Pedro Mueller. Publica-se aos sabbados, e assigna-se na Rua de D. Affonso 6,



A casa do Padre Corrêa e a figueira que agazalhou Tiradentes quando de sua jornada libertária ao Rio de Janeiro — (Reprodução do quadro a oleo de Hagedorn, existente no Museu Historico de Petropolis.)



em Petropolis, pelo preço de 10$ por anno, e 5$ por 6 mezes, para Petropolis ; 12$ por anno, e 6$ por 6 mezes, para a Côrte e o Interior, pagos adiantados. Numero avulso 500 réis — Annuncios para o Supplemento mensal: 200 réis a linha.

O nosso periodico terá por fim offerecer aos seus leitores uma leitura ao mesmo tempo recreativa e instructiva, publicando novellas, historias e contos, artigos instructivos, um ou outro artigo humoristico e jocoso, uma ou outra anecdota engraçada, para distrahir os seus leitores ; registrando tambem os factos mais notaveis e interessantes da actualidade ; porém sem jamais tratar de negocios de partidos politicos, ou da vida privada de quem quer que seja».

Este o jornalsinho de Pedro Mueller, surgido a 3 de Julho de 1875, de que fomos encontrar um exemplar na Bibliotheca Nacional, e que Petropolis não possúe.

O MONTE DE SANTA CRUZ

Chamou-se Monte de Santa Cruz o local onde foi construido o Palacio Imperial de Petropolis. Esse facto é para nós uma novidade, porque, até hoje, nenhuma allusão verbal, qualquer referencia escripta foi verificada nesse sentido. E' bem certo que essa denominação teve caracter méramente popular e nem seria cabivel uma posterior confirmação administrativa uma vez que ali foi assentado o Palacio do Imperador desapparecendo logo, por força da circumstancia, a razão de ser para um outro caracteristico local.

O facto, porém, é que existiu em Petropolis o Monte de Santa Cruz, onde foi erguida a residencia de Pedro II, e essa nomenclatura, de origem popular, como sempre acontece em actos dessa natureza, baseiou-se em justo motivo.

E como pudemos agora saber a existencia e o movel dessa denominação ? Fomos encontral-os na revista *O Universo Illustrado*, n. 33, de 30 de Novembro de 1859, editado no Rio, á rua da Quitanda n. 190. Nesse numero foi publicada uma chronica sobre *O Palacete de Petropolis*, e nella foi reproduzida a seguinte descripção feita pelo artista Bittencourt da Silva :

«O palacete imperial está situado em uma collina, á esquerda da rua do Imperador, fazendo face á rua da Imperatriz, á matriz, e á casa do Sr. Camara, o primeiro habitador que nobilitou Petropolis com a construcção de predios regulares. Este Casino, composto de um corpo central e de duas alas, é de um aspecto agradavel da colina de onde foi copiado pelo Sr. Motta, a qual se chamou o monte de Santa Cruz, por ahi se haver collocado uma grande cruz de madeira na fundação da colonia ; porém muito mais pittoresco

parece ao viajante que desce da villa Thereza e desemboca na rua do Imperador, porque sobresahe á casaria que o rodêa, e ganha em proporções, mormente se é illuminado pela luz da tarde.»

Commenta-se agora: a copia do Sr. Motta, vem reproduzida em linda lithographia que acompanha a chronica, e nella se vê o Palacio Imperial de uma distancia approximada de cincoenta metros. A grande cruz de madeira collocada, não foi, certamente, na época da fundação da colonia mas sim no anno de 1843. Confundiu-se por muito tempo a data da fundação da colonia com a da fundação de Petropolis. Esta, significava um acto politico-administrativo consubstanciado no decreto de 16 de Março e nas medidas que logo delle decorreram. Aquella, foi o acto social, o que representou o rapido e caracteristico povoamento de Petropolis, com as chegadas de grandes lévas immigratorias, cuja data, a da colonisação, passou a ser consagrada no 29 de Junho de 1845, depois do trabalho de Raffard, editado em 1895.

Depois da colonia, segundo a preferencia pelo 29 de Junho, a unica cruz de madeira levantada publicamente foi a da Praça da Confluencia.

A grande cruz de madeira erguida no monte de Santa Cruz, segundo a descripção de Bittancourt da Silva, encontra confirmação plena, na portaria de 8 de Julho de 1843, do presidente da Provincia, Caldas Vianna, que mandou construir uma cruz de madeira de lei, com a inscripção *Cruz de São Pedro de Alcantara em Petropolis.* A grande cruz de madeira do Monte de Santa Cruz, deve pois ser, com todo o fundamento, a cruz mandada levantar em 1843, e d'ahi o nome popular dado ao monte onde só em 1845 começaria a ser edificado o Palacio, quando então teria desapparecido essa denominação cuja existencia todos nós continuariamos a ignorar,



Antigo Palacio Imperial



se não fôra a revelação fortuita do «*O Universo Illustrado*».

Vamos agora reproduzir outros trechos interessantes da descripção do Palacio :

«A sua architectura no primeiro plano é jonica, e no segundo corinthéa ; tem um portico de granito do lugar que lhe dá muita graça. A sua primeira idéa pertence ao fallecido Koeler, ao homem que realisou Petropolis, a qual por ordem delle mesmo foi modificada pelo Sr. Bonini no que é relativo á frontaria.

O seu interior é uma obra muito bem acabada no que pertence á marcineria, porque tem pavimentos, portas e alisares de madeiras preciosissimas, e uma mobilia de muito bom gosto. O trabalho da parte interna pertence aos Srs. Porto-Alegre, Guilhobel e Rabello». Note-se, que o autor fala em «granito do lugar», por onde se vê que desde aquella época, já era conhecida e utilisada a excellencia do granito petropolitano.

Continuando a descripção : «O clima de Petropolis ganha o da cidade em frescura de oito gráos, do centigrado calculado o termo médio segundo as observações dos Srs. Drs. Francisco Freire Allemão e Capanema.

A nova estrada, uma das melhores obras da America, e que entra em concurrencia com as mais afamadas da Europa, muito deve aos esforços do Sr. João Caldas Vianna, Visconde do Rio Bonito e conselheiro Pedreira, e o ex-ministro do Imperio, e hoje Suas Magestades costumam habitar Petropolis nos mezes da estação calmosa, e nesta quadra se converte aquella nova cidade num centro de recreios de todos os habitantes abastados da côrte que lá têm suas casas, entre as quaes muito se distinguem as dos Srs. Barão de Mauá. cavalleiro Lamas, e outros. Os quatro hoteis, ou grandes hospedarias, ficam cheios de viajantes, e o espectaculo da serra na hora da subida e descida dos viajantes é das mais agradaveis. Os quarteirões em que se divide a colonia e seus nomes

attestam a nacionalidade dos primeiros habitantes, os quaes hoje se têm retirado para darem lugar aos habitantes da cidade.

Entre os seus collegios muito se distinguem o do Sr. Kopke, Calogeras e da Sra. Diemer.

E ahi está como, d'uma revista isolada, póde-se muita vez restabelecer um plano perspectivo, elucidar factos e ligar occurrencias na missão da Historia.

UMA OBRA ALLEMÃ DE 1853

Raffard, faz referencia á Sociedade de Agricultura e Industria de Petropolis (Der Deutsche Gewerbe und Landwirthschafttiche Verein in Petropolis) que «parecia ter sido fundada em 1856 ou talvez em 1854», e «apenas conseguiu saber que foram seus presidentes: em 1857 Carlos Spangenberg e no anno de 1861 Augusto da Rocha Fragoso.» Refere-se a uma pequena bibliotheca e a desenhos e modelos de machinas, madeiras e mineraes do paiz. Diz que manteve aulas de ensino gratuito e professores prestando gracioso concurso, que distribuia sementes a seus socios, organizára exposição de productos e tratou de promover uma fabrica de vidro, desapparecendo afinal com o anno de 1862.

Essa sociedade, foi, sem duvida, talvez a unica obra espiritual da colonia, exclusivamente allemã, aqui realizada, e devéras util e interessante, pela época e finalidades de sua existencia. Foi ella fundada em 16 de Dezembro de 1853, por Julio Anders, Frederico Damke e Carlos Spangenberg. A alma de sua organização e directiva havia de ser o Cura dos allemães catholicos da Freguezia de S. Pedro de Alcantara em Petropolis, padre professor dr. Theodor Wiedmann, nomeado em 12 de Janeiro de 1854 pelo bispo do Rio, conde de Irajá e no dia immediato empossado nas suas funcções.

Essa Sociedade, que funccionou durante nove annos, mantinha uma especie de lyceu de artes e officios. Havia aulas diarias das 7 ás 9 horas da noite de desenho, modulação em cêra, portuguez, francez, allemão, arithmetica, algebra, historia, geographia e chimica pratica, com professores pagos, e outros, amadores. No tempo e no genero era essa escola unica em todo o Brasil. No primeiro anniversario da Sociedade, o seu presidente, Wiedmann, realizou com solennidade exames geraes no Hotel Suisso. Tinha a escola 42

alumnos e foram feitos convites pelos jornaes da Côrte, affluindo á festa uma grande assistencia. Nessa data, eram 2º presidente F. G. Busch, secretario Eduardo Bartels e membros extras da directoria, os dois fundadores Damke e Spangenberg.

Faziam parte como socios : Jacob Daniel Hoffmann, cura protestante da colonia ; A. Chiffelle, Rudolph Waenhelt, Carl Bölling, Sieben, Heinrich Kremer, Lendel, Jobann Roux, Joseph Geoffroy, Anton Pisters, Kurtenbach, Bernard Wichers, Joachim Glassow, Anton Schunk, Simon Slœlben, Ludwige Stahmann, Johann G. de Roche, Anton Böff, Peter Lepsch, Nicolas Engelmann, Christian Schaefer, Johann Meyer, Richard, barão von Breitenbach.

Do papel de Wiedmann junto á Gewerbe Verein não pode haver equivocos porque, quando esse padre foi forçado a abandonar Petropolis, após um anno e tres mezes de estadia aqui, foi-lhe dirigido um officio pela Sociedade, dando-lhe o titulo de presidente honorario, em data de 24 de Abril de 1855. Assignaram esse officio vinte socios, entre elles o barão de Schneeburg e os membros da directoria : Antonio Pisters, 2º presidente ; F. G. Buch, 1º secretario ; Eduardo Bartels, 2º secretario e André Fläschen, thesoureiro. Nesse documento ao presidente que se retirava definitivamente para a Europa, foi enaltecida a sua acção na Sociedade, cuja existencia só fôra mantida graças aos seus esforços e cuja prosperidade no momento fôra devida á sua competente orientação.

São esses os traços geraes da interessante obra allemã aqui realizada em 1853, e na qual vimos em destaque o nome de Wiedmann, cura catholico dos allemães.

Desse padre pretendemos nos occupar opportunamente, pois é sabido que foi elle obrigado a retirar-se de Petropolis e do paiz, pela sua actuação aqui. Escreveu elle um livro, por isso exige commentarios para a Historia de Petropolis,

livro que além de alguns subsidios e pouca verdade, contem muita falsidade e acidas accusações pessoaes, resultado da grande paixão em que elle se achava, e com uma mentalidade incomprehensivel ás finalidades de Colonia de Petropolis.



Hotel Suisso, de Schiffele, que hospedou o naturalista Burmeister e onde funccionou a Sociedade Agricultura e Industria de Petropolis. (O local é onde se encontra hoje o Edificio dos Correios e Telegraphos).

A ILLUMINAÇÃO DE PETROPOLIS, DE 1862 A 1882

Em documentos do archivo municipal, hoje catalogados em secção do Museu Historico de Petropolis, encontram-se certos dados interessantes sobre a illuminação publica da cidade, entre os annos de 1862 e 1882.

Com data de 31 de Julho de 1862, a Municipalidade recebia a seguinte proposta, de Silvestre Antonio de Araujo:

«O abaixo assignado propõe-se a illuminar todos os lampeões que a Camara Municipal ordenar, a gaz liquido, e todo o seu custeio, a preço de 10$000 por cada um lampeão por mez, acendendo-os desde o anoutecer até á 1 hora depois de meia noite, nas noutes que não houver luar, como é de costume, pago em trimestres, sujeitando-se ás multas que a Camara imposer em sua sabedoria, no caso de alguma falta.

Esta proposta, não mereceu siquer um parecer de qualquer funccionario, conservando apenas o registo: «Sem effeito».

O facto, entretanto, é que esta imperial cidade de Petropolis, nesses bons tempos, tinha luz de lampião, e tranquilla e bucolica era a sua physionomia urbana, que em noites de luar, a luz branca e doce do planeta substituia, com vantagem e apoio legal, a illuminação de artificio.

Vejamos este requerimento de 15 de Março de 1873:

«Luiz Antonio Gomes Campião, arrematante da illuminação publica desta Cidade que tendo sido multado no dia 6 deste Mez; pelo Snr. Fiscal desta Comarca em consequencia de se acharem doze lampiões da dita illuminação apagados,

não podendo o Supplicante deixar de vir ponderar com o devido respeito a V.V. S.S. que sendo a noite desse dia de luar, pois que a lua fez seu primeiro quarto cressente no dia 5, o Supplicante tinha feito acender os lampiões da rua do Imperador e outras principaes, deixando de o fazer acender outros que julgou desnecessario por ser a noite de luar, e por isso julgando não ter sahydo fora da letra de seu contracto, vem pedir a V.V. S.S. para que se dignem tomar em consideração a sua reclamação a fim de o aliviarem da mesma multa, por ser de justiça.»

Paulino Affonso, presidente da Camara, despachou o papel ao vereador da sessão, para dar parecer, e esse, que era Augusto da Rocha Fragoso, um mez depois, a 15 de Abril, dizia que «com effeito, o contracto do Supplicante o dispençou de fazer a illuminação n'essas noites, por tanto parecem procedentes as razões allegadas para que seja o mesmo Supplicante relevado da multa de que se trata. E' o meu parecer que sujeito á sabedoria da Camara». E o Presidente, logo despachou: «Na fórma do parecer. S. Sessão 15 de Abril de 1873. O Presidente Paulino».

A 20 de Abril de 1873, José da Cunha Barbosa e Alberto da Rocha Miranda enviaram á Camara Municipal o seguinte officio:

Resolveram os abaixo assignados, entre si e alguns amigos, levar para a cidade de Petropolis um melhoramento de ha muito reclamado pela civilisação dessa cidade, pelos interesses municipaes e pela commodidade publica.

Não se atrevem, porém, a dar o minimo passo nesse sentido, sem conhecerem primeiro a valiosa opinião d'essa illustre corporação, a Camara Municipal de Petropolis, a respeito do que tem em vista.

Seria mesmo faltar aos nossos deveres de civilidade e respeito para convosco, os dignos representantes do povo dessa cidade, cujos interesses tão digna quão sabiamente pro-

tegeis, e mais, seria certamente prejudicar a realização dos nossos bons desejos, se deixassemos de solicitar de vós, o valioso apoio e a protecção que, ora vos pedimos.

Trata-se de uma Empreza de illuminação a Gaz, substituindo o processo rotineiro e pouco aceiado, alem de insalubre, de fornecimento de luz ; até hoje existente na mais bella cidade do Brasil.

Assim, pois, Exmos. Snrs., os abaixo assignados, conscios de vossa solicitude pelo bem estar dos vossos jurisdiccionados, no numero dos quaes temos a honra de ser contados, convencidos do zelo que dedicais ao Municipio que tão brilhantemente representais e reconhecedores do espirito de progresso que vos anima, vêm mui respeitosamente solicitar-vos uma informação ou opinião acerca do seu intento ; isto é da utilidade de uma Empreza de illuminação a Gaz em vossa cidade.

Desde já pedem os abaixo assignados a permissão de usarem da informação d'essa illustre corporação, ou resposta ao presente officio, apresentando-a, se precizo fôr, ao Exmo. Governador Provincial.

Approveitam-se os abaixo assignados da occasião para reiterar-vos todos os seus protestos de real apreço, cordeal estima e sincera adhesão. Deos Guarde a V.V. E.Eas.»

Tres dias depois, o Presidente Paulino Affonso assignava o despacho :

«Responda-se no sentido de Approvação da ideia proposta pelos Supplicantes.»

Em 1875, a Camara recebia um requerimento de Jorge Beresford :

«Diz o abaixo-assignado, proprietario do hotel Beresford sito á rua do Imperador numero 56 que existindo um lampião da illuminação publica na calçada e frente do mesmo hotel, vem respeitosamente solicitar de Va. Sa. se digne conceder ao supplicante licença para o assentamento de um outro lam-

pião, com o distico «Hotel Beresford» em parallelo ao outro já existente, obrigando-se o supplicante a tratar dos mesmos a sua custa nas noites que se accender os da illuminação publica.»

«Como requer», foi o despacho de Paulino Affonso.

A rua Thereza, em 1876, ainda não tinha illuminação, e a 4 de Março desse anno, foi feita a seguinte petição, com numerosas assignaturas : «os Moradores da rua Thereza, abaixo assignados, vem respeitosamente pedir a V.V. SSas. que se dignem mandar colucar lampiões n'esta rua, tão percizos ou mais do que em algumas ruas que os tem. Sendo Illmos. Srs., a rua Thereza aprincipal rua da entrada d'esta Cidade e concorrida por imenso povo de dia e denoute ; conta 104 cazas com 800 a 900 habitantes, não mensionando os habitantes do platinado Supr. cujas cazas, desde o alto da Serra pagão todas decima urbana ; e os mais direitos que algumas estão sujeitas a monicipalidade. Tam justo pedido Illmos. Snrs. não pode deixar de ser atendido por uma corporação tão distinta e com tantas luzes de saber lembram-se que vivemos nesta completa escuridão. E. R. Mce. José Antonio de Lyra, Felippe Faulhaber, Guilherme Carl, João Faulhaber, Lucas de Carvalho Alvim, Bernardo José de Castro, Guilherme Link, João Epenschiedt, Manoel Martins de Oliveira Pinto, José Francisco Marcolino, Antonio Cardoso Coelho, Manoel José de Araujo Aranha, José Gomes de Moura, José Victorino de Souza, Manoel Francisco de Oliveira, Francisco Valentim Pereira Nunes, Miguel Kraus, Leonardo Pinto da Silva, Cassiano Joaquim Pugett, Felippe Nery de Carvalho, Francisco Pereira Rapello, Claudino Moreira dos Santos, Felippe Schrabeuland, Henrique Schemidt, Francisco Luiz de Farias, Jean Puney, José Maria das Dôres, Hypolito Augusto do Amaral, Antonio Fonseca, Francisco José Pereira, Andréas Christiano Muslig, Pedro Ferreira de Oliveira Amorim, José Bermaton, Sebastião Alves de Souza, Manoel Alves Ribeiro Borba, José

Hehn, Bernardo Jacob Frederico Stumm, João Pedro Jacoby, Victorino de Magalhães Bessa, Paulo Best, João Machado Barcellos, Manoel Eppelcheimer, José Kihme, Eduardo Eppelcheimer, Alexandre José Cordeiro, José Maria Monteiro, Julio Buisson, Adam Lauterbach, Felippe Kraus, Domingos Pereira Nunes, Jacob Nazel, Antonio Luis, Paulino Netto de Pinho, Felippe Schmitt, José Leite de Faria, José Maria da Silva, José Morado, Antonio de Souza Pinto, João Carlos Pereira Nunes, Luiz Maria Dantas, Manoel Marcelino Ferreira, José Antonio Lopes, Pedro Paulo Peralta, João de Paula Tavares, Bonifacio dos Santos, Georg Karme.»

O Presidente Paulino Affonso remetteu essa representação á commissão respectiva, e em seu relatorio, esta, pelo vereador Ignacio José Nogueira da Gama opinou favoravelmente pela collocação de seis lampiões pelo menos, «devido a grande extensão da rua» e calculando a despeza annual em 202$728 réis, disse que «saberia combinar os interesses dos municipes com os recursos da Camara». O parecer foi approvado por maioria de votos, e a Camara extendeu a autorização para oito lampiões.

Em 29 de Dezembro de 1876 João Baptista da Silva propunha: «o abaixo assignado se propõe a arrematar a illuminação publica desta Cidade, pelo tempo do costume ou do que se convencionar, e por menos *um por cento* que a proposta ou lance mais baixo. Como garantia offerece dous, tres ou quatro escravos, sujeitando-se ás condições do estillo.

No cazo de ser acceita esta proposta, o abaixo assignado, habelitando-se como é natural se obriga ainda a empregar todos seos esforços para estabelecer aqui a illuminação a Gaz por meio de não pequena Companhia ou associação anonyma,»

Acceita que foi essa proposta que tão originalmente dispunha fazer o serviço com o abatimento de 1 % sobre a proposta que menor preço offerecesse, quatro mezes depois

botou o seu autor em sérias atrapalhações, a julgar-se pelo seguinte requerimento de 15 de Maio de 1877 :

«O abaixo-assignado tendo tomado por arrematação a illuminação publica d'esta Cidade, no dia estipulado pelo seo contracto deo começo a esse serviço com grandes difficuldades, e não menos sorpresa, por que, suppondo encontrar os lampeões em estado de poder fazer a illuminação conforme a exigencia da Camara pelos seos editaes e o contracto do Supplicante, achou-os em pessimo estado, tanto por estarem completamente sujos, e muito sujos, como por em muitos d'elles, faltarem as chaminés ou estarem quebrados ; os bocaes, muitos, estão sem os parafuzos que prendem os mesmos chaminés e os que graduão as torcidas e os que existem tão estragados que se não pode fazer uzo d'elles. Os depositos são tão irregulares que se não pode graduar o aseite necessario para a conservação da luz as horas precizas.

Tres dos postes de madeira estão arruinados, um no Palatinado, um no Corte do Cunha e o outro na Mosella.

He tal, pois, o estado em que o Supplicante achou tudo ! Os acendedores que o Supplicante tem são todos novos e sem pratica, pois que os antigos, alguns d'elles, sendo procurados para continuarem, quizerão empôr ordenados fabulosos e assim pretendião fazer pressão ao supplicante, julgando, talvez, que o supplicante seria forçado a acceital-os». E termina por solicitar da Camara os concertos precisos, mas esta, não esteve por isso, e o Presidente Paulino despachou seccamente : «Indeferido».

Em data de 22 de Fevereiro de 1882, a Camara recebia um curioso requerimento, sobre a actual rua Floriano Peixoto, que foi indeferido pelo Presidente Monteiro de Barros :

«Diz Manoel Gomes do Rozario que tendo na rua do Visconde de Bom Retiro Um bosque que tem servido para actos imoral. Requere pois o suplicante que V. V. S. S. se dignem

mandar collocar ali um lampeão o que para o mesmo o suplicante offerece o poste nestes termos.»

O despacho da Camara a este ultimo requerimento, é todavia extranhavel, pois encerrava interesse de moralidade publica, sem qualquer onus para os cofres publicos.

A menos que o motivo do indeferimento fosse o vernaculo da petição...

ABAIXO ASSIGNADOS Á MUNICIPALIDADE PARA ESTENDER ROUPA NA BEIRA DO RIO E COLLOCAR CHAFARIZ NA RUA DO IMPERADOR

Não se surprehenda o leitor, com a legenda destas notas, suppondo que estes abaixo-assignados foram feitos nos tempos correntes, e que a antiga denominação da avenida 15 de Novembro, — Rua do Imperador — aqui apparece como um capricho de conservantismo. Não. Os abaixo assignados são, respectivamente, de 1876 e 1862, já lá vão 62 e 76 annos!

Constituem hoje documentos do archivo do Museu Historico, e vale a pena serem actualmente conhecidos não só como contraste no progresso da cidade, como pelo pittoresco que a distancia lhes empresta.

Effectivamente, estendia-se roupa em plena rua do Imperador, e a falta dagua era um facto quasi identico aos dias de hoje. Esta ultima occurrencia differia apenas no seguinte: ao invés de reclamar-se do Banco Constructor, solicitava-se do poder publico a collocação de bicas e chafarizes...

A 18 de Janeiro de 1876, a Camara Municipal recebia o seguinte:

«Dizem os abaixo assignados todos moradores da Rua do Imperador, lado da Rua do Paulo Barbosa, que tendo lhes sido prohibido pelo Sr. Fiscal de estender roupas lavadas na beira do Rio naquella rua, e não tendo os abaixo assignados nem quintal nem terreiro em suas casas visto achar-se deante de suas casas a rua e por detraz o morro, em parte quatro vezes mais alto de que suas casas, e sendo elles todos pobres, de modo que se veem forçados lavar suas roupas em casa,

rogão a Vs. Sras. se queiram dignar consentir, como até hoje lhes foi consentido extender suas roupas na beira do rio, para escoar e enxugal-a, visto não ser com isto ninguem prejudicado e ser para os Supptes. uma verdadeira necessidade, visto não haver nesta cidade logradouros publicos para estes mysteres. E confiando na benevolencia e caracter justiceiro bem conhecidos de Vs. Sras. esperão e pedem com todo o respeito que Vs. Sas. se dignão deferir-lhes o que pedem». (Assignado) Viuva C. Grotz, João Marcello Saint Martin, Ignacio José de Macedo, Bernardo Gregorius, Jacob Nicolai, Luiz de Sá, Adão Boller, Francisco José de Moraes, Antonio Esteves Pereira, Felippe Duriez, Walter Kalb, Elisa Gabrich, Petro Lucas, José Antonio Ribeiro de Araujo, Susana Boechie, Manoel Moreira Araujo, Catharina von Seehausen, Miguel Miller, Matheus Machado Espindola, Manoel José da Silveira, José Kallenbach, François d'Hem.»

O Presidente da Camara, Paulino Affonso, no dia seguinte, punha o despacho: «Indeferido». E nesta data, desapparecia o habito de estender roupa á beira do rio, na rua do Imperador...

A 13 de Outubro de 1862, a Camara Municipal recebia:

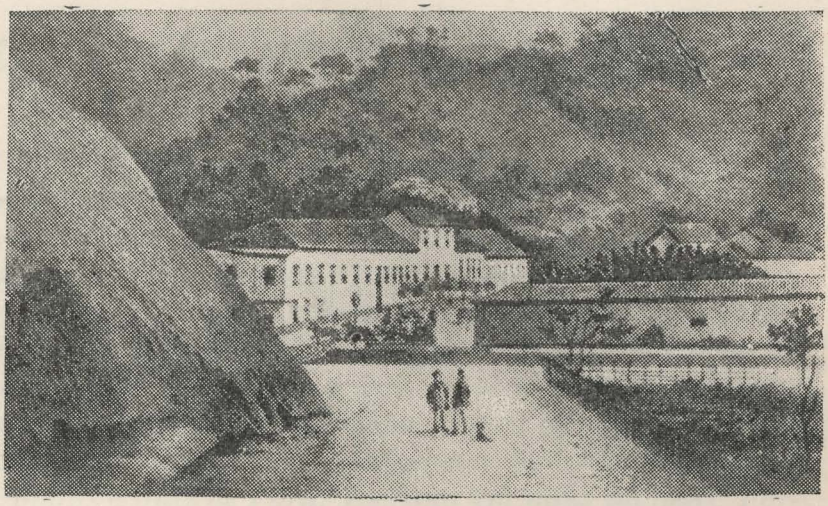
«Os abaixo-assignados, moradores das ruas do Imperador e de Paulo Barbosa d'esta cidade, sentindo ha muito a falta de uma bica d'agua nos logares em que morão para o abastecimento de suas cazas vem respeitosamente perante esta Illma. Camara pedir a V.V. S.S. se dignem intervir para que o Governo provincial mande collocar uma bica (quando não possa fazer um chafariz) na praça onde confinão as duas ruas, em cujo ponto póde ser util aos moradores de ambas aquellas ruas.

Sendo justa, como he, a sollicitação que fazem, tem bem fundadas esperanças de que ella será attendida se V.V. S.S. reclamarem do Governo da Provincia a necessidade que ha de satisfazer-se com urgencia aquillo que desejão alcançar e

que esperão. (Assignado) José Antonio de Carvalho, J. B. Morel, José da Cruz Pinto da Silva Junior, J. M. Gossi, Carlos Latsch, Thimothée Duriez, Antonio Correia, Leonardo Pinto da Silva, Francisco José de Moraes Constancia Agnés, Luiz Francisco da Silva, José Antonio Ribeiro de Araujo, Carlos Cramer, João Kistermann, Alexis Simon, W. Morrit, Laurindo Manoel de Lima Guimarães, Bernardo Grotz, D'Hem, José Pinto de Oliveira, Eduardo Dunley, Miguel Augusto de Figueiredo, Joaquim José Soares de Siqueira, João Bezerra Cavalcanti, Antonio Brandão Filho, Francisco D'Hem, Victor Duriez, José Fernando Gomensoro Guimarães, André Flaeschen, Margarida Gudehus, Josephina Carolina de Saldanha, Roberto Milligan, J. B. A. Plumer, J. B. Olive.»

Este papel não apresenta qualquer despacho da Camara, não se sabendo que solução teria tido esse pedido collectivo.

Dizem porém os «antigos» de Petropolis, que existiu bica d'agua, na praça que se acha entre as ruas 15 e Paulo Barbosa.



Hotel Inglez (Gravura de Klumb.

PETROPOLIS ATRAVEZ RT. H. KLUMB

O *Mercantil*, por muito tempo publicou o annuncio do photographo H. Klumb, e nas referencias á primeira Exposição de Horticultura de Petropolis encontra-se uma, a esse senhor, que expoz as armas do Imperio feitas de insectos locaes.

Até hoje nenhuma citação, qualquer vaga allusão eu conheço sobre a interessante obra que a respeito de Petropolis elle escreveu. Encontrei-a num unico e mutilado exemplar existente na Bibliotheca Nacional, e com os seguintes titulos e dizeres: *Doze horas em diligencia, Guia do viajante de Petropolis a Juiz de Fóra, Escripto em dous idiomas, Portuguez e Francez pelo photographo de Suas Magestades e Altezas Imperiaes e da Imperial Academia de Bellas Artes, Rt. H. Klumb, Illustrada com 31 estampas sendo: 1 retrato, 29 vistas em lithographta e uma planta perfil e longitudinal da estrada União e Industria, Rio de Janeiro, Na photographia Klumb, Rua do Ouvidor, 49, E em casa do editor J. J. da Costa Pereira Braga 25 e 26 Rua Nova do Ouvidor, 1872.*

Infelizmente, faltam varias paginas finaes da obra e das 29 vistas só existem 8. O nome por inteiro de seu autor é Revert Henry Klumb. Diz elle que «esta obra não tem merecimento senão de ser: o primeiro guia do viajante feito no paiz, guia illustrado de desenhos copiados da photographia. A idéa primeira é de 1861, em 1863 trabalhei nella, em 1864, 1865 e 1866 continuei o trabalho, em 1867 e 1868 acabei as vistas, em 1870 tratei da publicação com um editor, e emfim em 1872 vejo-a realizada!»

O autor, que habitava o Brasil havia já 20 annos, depois

de descrever a viagem do Rio a Petropolis, narra o seguinte: «Encontra-se um confortavel regular no hotel Bragança e na casa particular do Sr. Dujardin, antigo hotel de França. No Hotel de Bragança paga-se por pessôa e por dia 5$000, em casa do Sr. Dujardin trata-se com elle mesmo (sem as bebidas).»

Mais adiante, informa: «A' tarde as pessôas que gostão de baile acharão alli o seu desideratum, os allemães, esses laboriosos colonos, entregão-se com furia a este divertimento.

Nos domingos e dias de festejo principião a dansar ás 6 horas da tarde e finalisão ás 6 horas da manhã.

Petropolis não tendo a felicidade de possuir o gaz — vejão os leitores como esses filhos da grande raça germanica sabem supprir esta falta de luz.»

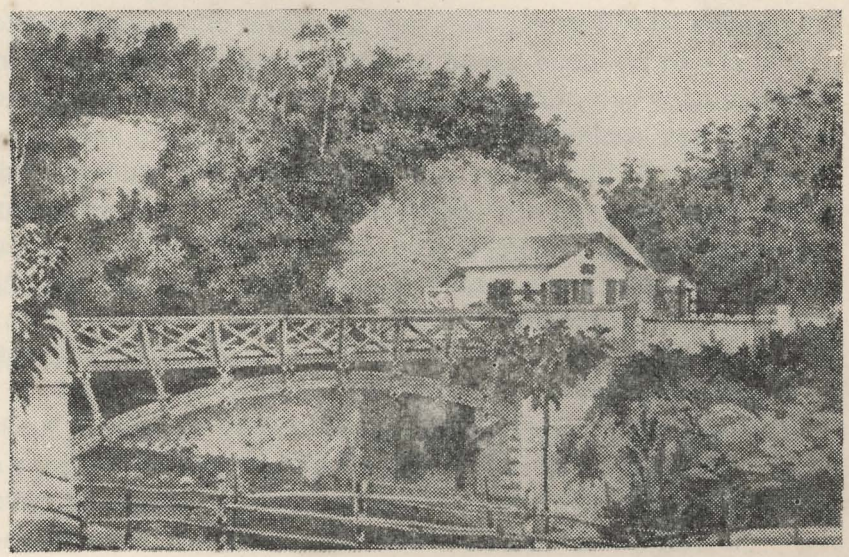
Outros trechos interessantes os relativos á viagem das diligencias para Juiz de Fóra. Vamos reproduzil-os:

A PARTIDA

«São seis horas da manhã. Os sons agudos da trombeta fazem-se ouvir. E' o conductor que nos chama á diligencia. (Talvez João Allemão ou o menino Brandão; se fôr o ultimo eu vos recommendo-o, elle merece muito ser apreciado). As mulas impacientes batem o chão com as patas frementes; já dispararião, se não fossem retidas pela mão vigorosa do criado de estrebaria. Esse barulho discordante, reunido aos da trombeta, nos dizem sufficientemente que não temos um instante a perder.

Entrem, entrem; partimos!

Vamos com rapidez, deixando atraz de nós a rua do Imperador; á direita ergue se gracioso, porém não concluido, o palacio Imperial; entremos na rua dos Protestantes. Uma curva e depois nos achamos no valle encantador de Westpha-



Ponte do Retiro (Gravura de Klumb).

lia, ultimo arrabalde deste *pequena Versailles Brasileira*.

A' esquerda uma ponte atravessa o Piabanha, caprichoso riacho que nasce na vertente occidental da cordinheira dos Orgãos, e que depois de haver banhado com seus tributarios todos os vallezinhos de Petropolis, nos acompanhará em nossa excursão por mais de 60 kilometros, ora calmo e limpido como um riacho de idyllio, ora violento e fogoso como uma corrente indomada. Do outro lado desta ponte existe o palacete do Barão de Mauá cujo nome e serviços prestados são sinceramente louvados por todos os Brasileiros.

O Barão de Mauá é um desses homens que honrão sua época e elevão-se a si mesmo elevando o seu paiz.

Marchamos com toda a rapidez; nossas mulas atravessão o espaço na razão de 16 kilometros por cada hora. Alli a casa do Embaixador da Russia, o Snr. de Glioka; em frente, n'um rochedo á nossa direita, uma chapa de marmore recorda os primeiros trabalhos da estrada União e Industria.

O valle de Westphalia, que acabamos de percorrer, é frequentemente o theatro de scenas de desolação, quando o Piabanha enche com as chuvas diluvianas, que ás vezes cahem em Petropolis; este pequeno rio sahe do seu leito por demais estreito, atira-se, arrastando sobre sua passagem as arvores, as casas, o sólo vegetal mesmo, deixando apenas o rochedo nú e assolado.

A noite medonha de 8 de Janeiro de 1866, fóra outras, deixará por muito tempo a sua terrivel lembrança.

Amigos, que nos acompanhais nesta viagem, embuçai os capotes, escondei o rosto nos cachenez, se tivestes o cuidado de trazel-os, porque o ar glacial que sopra neste lugar, torna-se ainda mais vivo pela rapida descida de Samambaia. Paremos 5 minutos. E' a primeira muda.

CORRÊAS

«Na fazenda que se vê á nossa direita, ha uma lembrança historica. Um pouco mais longe da fazenda, a pouco mais

ou menos 2 kilometros, ha uma pequena e linda cascata que de vez em quando é o alvo do passeio da Familia Imperial; os estrangeiros que vão a Petropolis raras vezes deixão de lá ir.

Ainda outra parte, chamada da Olaria, sobre o Piabanha: sua fórma é singular, seus arcos lateraes parecem-se com as caixas das rodas de um vapor, os inglezes chamão: Bow String, systema muito moderno que se recommenda mais por sua solidez do que pela elegancia.

O habil engenheiro desta parte da estrada, o Sr. Bulhões, empregou quasi todos os systemas de pontes conhecidos, combinando-os com uma intelligencia rara, o que, junto ao encanto da variedade, reune a vantagem de fazer desses trabalhos de arte especiaes, um importante ponto de estudo para um jovem engenheiro.

ITAIPAVA

«O homem intelligente que fez com labor, deste terreno, esteril na apparencia, um terreno mais productivo que uma plantação de café, é um portuguez Antonio Tavares Bastos. Empregar unicamente braços livres, e mesmo pagando-os bem, ainda lhe fica um beneficio razoavel. E' á sua iniciativa, ouvimos dizer, que se deve esta capellinha chamada de Itaipava, que vemos por cima daquella trincheira á nossa direita.

PEDRO DO RIO

Desta immensa estação, que foi a primeira da Companhia, breve nada mais restará do que o desenho tirado de photographia que acompanha este pequeno livro. Ao ruido e á animação succederão a calma e o silencio.

Durante os annos de 1858 e 1859, ella recebeu perto de



Pedro do Rio **(Gravura de Klumb)**

400.000 saccos de café ; em 1867 apenas recebeu 5.187 saccos. E' verdade que nos primeiros annos, a estrada não ia além, e os lavradores devião, á custa dos maiores sacrificios, conduzir os seus productos até á estação.»

São estes os trechos mais curiosos do livrinho do sr. Klumb, que foi dedicado á Imperatriz. Mutilado como está, o unico exemplar que vimos, apresenta elle apenas 35 paginas, e além das 3 gravuras que reproduzimos, elle conserva apenas uma vista geral (Palacio e rua 15), um retrato de Mariano Procopio, e gravuras do Palacio, Cascata Bulhões, valle de Samambaia, Cascata dos Corrêas e Passagem do Taquaril.

PROPOSTAS PARA CONDUCÇÃO URBANA EM PETROPOLIS, NO ULTIMO QUARTEL DO SECULO PASSADO

A parte do archivo municipal, hoje recolhida ao Museu Historico, contem alguns documentos relativos a projectos de transportes urbanos, apresentados ao poder publico em fins do seculo dezenove.

A 30 de Março de 1878, dava entrada no Paço Municipal o seguinte requerimento, enviado pelo Presidente da Provincia, a quem fôra dirigido :

«Alfredo Gomes Netto Cidadão Brasileiro morador actualmente em Petropolis na rua de Bourbon, vem respeitosamente solicitar de V. Exa. a graça de conceder-lhe o privilegio de que passa a expôr.

Tendo o supplicante longa pratica de emprego de Carris de ferro, por já ter servido em uma das principaes emprezas da Côrte por longo tempo, deseja obter privilegio por 50 annos para estabelecer na Cidade de Petropolis uma empreza de trilhos urbanos, destinada ao transporte de passageiros.

Os lugares aonde o supplicante deseja construir linhas ferreas são os seguintes: Villa Thereza e Cascatinha conforme a planta já apresentada á Illustrissima Camara Municipal.

O supplicante compromette-se a não cobrar mais que cem réis por pessôa na linha do centro ; duzentos réis na da Villa Thereza e quatro centos réis na da Cascatinha. Visto como n'esta Cidade não conta o supplicante auferir lucros durante o inverno, mas sim durante quatro ou cinco mezes no verão pelo recurso das familias que vêm da Côrte ; por isso deseja o supplicante obter a sua pretenção sem onus al-

gum mesmo fiança para fiel cumprimento do que se trata, visto estar o supplicante bem resolvido a levar avante o assentamento de trilhos pela grande inclinação que tem para assumptos d'esta ordem.

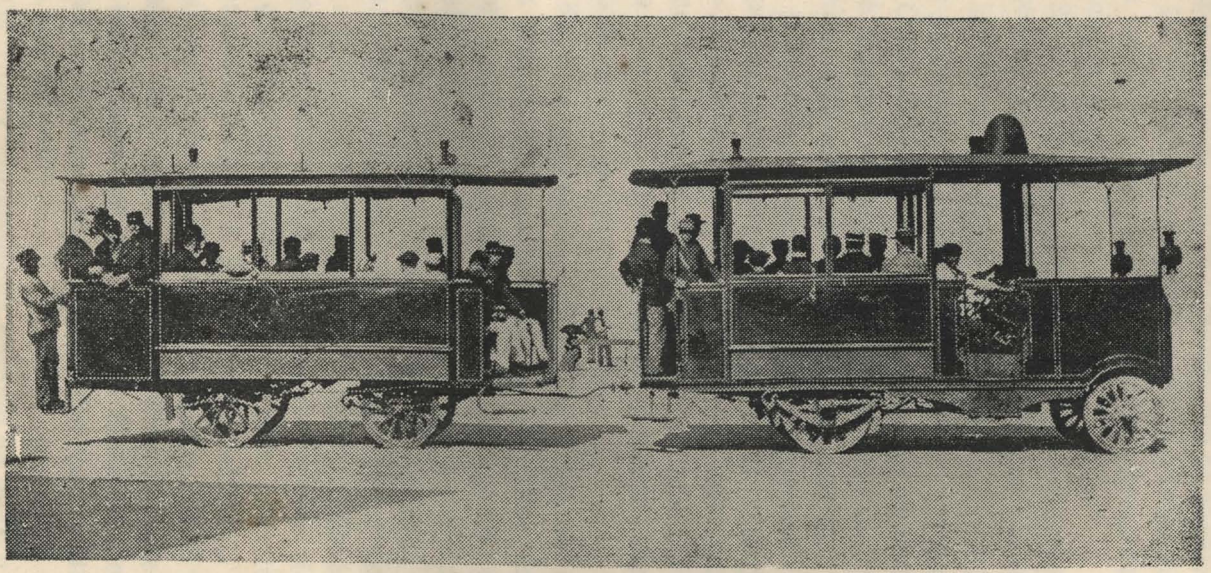
Durante o periodo de quatro annos, pretende o supplicante dar por concluido o assentamento de todas as linhas, começando pela linha do Centro, que parte d'ella estará concluida a funccionar em Dezembro do corrente anno para o transporte das pessôas que frequentão o estabelecimento dos Banhos de Duchas. Durante o tempo em que durarem as obras das demais linhas compromette-se o supplicante a pôr em trafego carros da fórma de bonds singindo-se aos preços acima já estipulados.»

Este requerimento, não mereceu qualquer despacho da Municipalidade, nem mesmo o *Archive-se*, embora fosse logo arrolado no archivo publico.

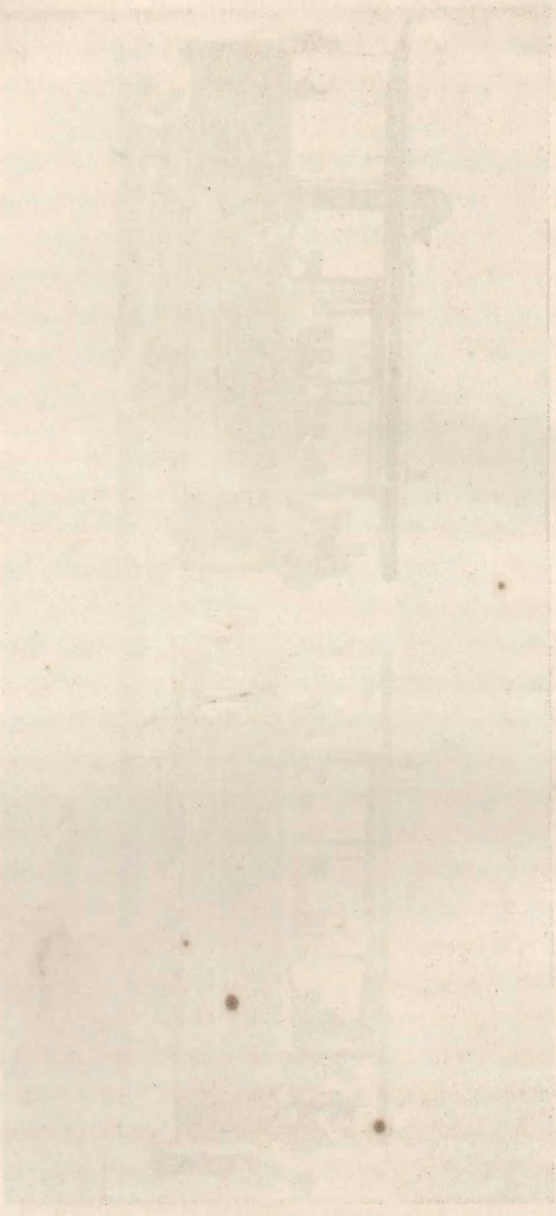
O interessante desse requerimento é verificar-se que, em 1878, uma empreza de transporte já projectava installar serviços em tres linhas, que offereciam maiores lucros provaveis, *Circular*, *Villa Thereza e Cascatinha*, e o mesmo plano viria realizar a Companhia Brasileira em 1910, trinta e dois annos depois !

A 17 de Setembro de 1880, dois annos após a primeira, a Camara Municipal recebia a seguinte proposta, de B. Caymari e Galdino J. de Bessa :

«Os abaixo assignados julgando de necessidade o estabelecimento de uma linha de transvia que dê facil e commoda communicação a seus habitantes, e bem assim a conducção de cargas e bagagens de que tem sido dotadas outras Cidades deste Imperio, algumas de menor importancia que Petropolis, vem respeitosamente propor a V. Sas. Illmas. que se sirvam otorgarem-lhes a Concessão para o estabelecimento de uma linha ferrea puxada por animaes de vitola estreita si-



Projecto de omnibus para Petropolis, apresentado junto ao requerimento de André Tramu á Municipalidade,
(Peça do Museu Historico de Petropolis)



mular a da Comp. Carris Urbanos sob as seguintes condições.

1a. Os abaixo assignados de accordo com a Illma. Camara determinaram as ruas e logares proprios para o assentamento de trilhos.

2a. O preço de passagem para os pontos terminaes são de 200 réis para os adultos e 100 reis para menores.

3a. Os empregados da Policia, Correio e Municipalidade terão passagem gratuita, assim como as malas do Correio.»

O Presidente interino da Camara, Bartholomeu Pereira Sudré mandou o papel á commissão respectiva, e esta, pelo vereador Antonio José Corrêa Lima, opinou: «A commissão é de parecer que seija deferido a pertenção dos peticionarios por ser de interesse local, e grande vantaje para esta cidade». E o Presidente concluiu: «Concedida na forma do parecer, devendo a confecção do contracto ser feito de accordo com a comissão de obras publicas, ficando sujeito a approvação da Camara».

Feita a concessão, até 30 de Julho de 1883 não tinha ainda a nova empreza iniciado os trabalhos, e nesta data, por seu procurador Quintino Bocayuva, requeria á Camara prorogação de tres mezes para começar a executal-os, disposta a pagar as multas em que houvesse incorrido, e ainda faria á Camara interessantes ponderações sobre a natureza dos trilhos a serem assentados: «E' difficil estabelecer uma perfeita adherencia do macadam, uma vez revolvido, com os trilhos, e a consequencia é ficarem estes sobrelevados ao leito das ruas impedindo o transito dos vehiculos sobretudo em sentido transversal. Esse effeito é impossivel de remediar e o estrago dahi resultante é de tal ordem que a propria Camara será a primeira que tenha de lastimar o emprego de semelhantes trilhos, pela ruina a que verá reduzidas as ruas dessa formosa cidade.

Os trilhos adoptados na opinião do abaixo assignado são os de fenda, como os actualmente impostos pelo Governo Ge-

ral ás Companhias de Ferro-Vias Urbanas, na cidade do Rio de Janeiro. A sua collocação é mais firme e mais conveniente á Conservação do leito da via publica por poderem ficar ao nivel do calçamento ou do macadam. De todo modo a Camara em sua sabedoria resolverá o melhor.»

Consultadas as Commissões de Obras e Legislação, estas, pelos respectivos relatores, Alexandre Tridon e Candido José Valle de Almeida, foram inteiramente favoraveis ao peticionario. Entretanto, segundo se verifica no despacho assignado pelo Presidente Kopke, «a Camara indefere a petição e declara caduca a concessão».

E assim morria a ultima proposta para bondes de tracção em Petropolis, relevando-se registar as restricções que então já se fazia aos trilhos salientes, que infelizmente viriam ser adoptados pela Brasileira, em 1910 !

A 26 de Março de 1898, e assignada por André Tramu, a Municipalidade receberia curiosa proposta para o estabelecimento de bondes automoveis, a vapor e gaz de petroleo:

«A installação desses carros nesta bella cidade de Petropolis, primeira da America do Sul que terá adoptado esse melhoramento empregado para o transporte de passageiros entre o centro e os arrabaldes, produzirá um agradavel aspecto, offerecendo toda a commodidade e segurança.»

E adianta: «Para melhor orientação da perfeição e segurança d'esses carros juntamos o modelo que póde ser alterado fazendo-se aberturas lateraes».

O systema, era a grande novidade do momento, pois era o vehiculo com machinismo precursor do automovel: «As experiencias dos carros a vapor omnibus, Mail coch, Berlines Cia., tendo sido feitas em França e Inglaterra, em presença das autoridades e engenheiros e tem sido tão satisfatorias, que numerosas emprezas foram installadas pera substituir os

antigos omnibus nas cidades de Brieux, Grenoble, St. Etienne e muitas outras, onde tem funccionado com grande enthusiasmo da população.

A cidade de Paris é actualmente cortada por «automoveis» de todos os systemas, sendo adoptado de preferencia o systema «Farman».

O motor a gaz de petroleo é da força de cinco cavallos, póde mover-se tanto para diante como para traz e póde-se attingir em lugar plano a marcha de 40 kilometros por hora.

As viagens diarias serão feitas em 6 direcções, sendo para Cascatinha, para a Terra Santa, para Villa Thereza, para o Palatinado, para a Quitandinha e para a Mosella».

Acceita, em principio, pela Camara, essa interessante proposta, não vingou ella, todavia, e nos papeis, vê-se o parecer da Commissão de Fazenda, aconselhando «fosse annullada a concessão».



Palacio de Crystal, logo depois de inaugurado com a 4ª Exposição Horticola de Petropolis.

PALACIO DE CRYSTAL

Conhece-se por Palacio de Crystal não só o pavilhão existente, como o pequeno parque circumdante.

Por muito tempo, o local mereceu a denominação de praça. Inicialmente foi chamada Praça da Confluencia, por se juntarem ali os rios Quitandinha e Piabanha, e na corruptéla dos Colonos o nome passou a ser Coblentz. Foi isso na época em que se levantou naquelle ponto uma cruz de madeira e a primeira missa campal foi rezada a 29 de Junho de 1846 por monsenhor Bedini, nuncio apostolico. Depois, foi Campo de Sant'Anna, Passeio Publico, Praça Calogeras, Praça Moreno, e por fim, Palacio de Crystal assignala o logradouro.

Naquelle sitio seriam realizadas as primeiras exposições horticolas do Brasil, sob os auspicios da Princeza Isabel.

O primeiro certamen nacional da especie, verificou-se a 2 de Fevereiro de 1875.

A construcção dos pavilhões que mais tarde seriam substituidos pelo Palacio de Crystal, foi dirigida pelo commendador Paulino Affonso Pereira Nunes e capitão Augusto da Rocha Fragoso. A esses dois deve-se a idéa da Primeira Exposição Horticola de Petropolis, sob o patrocinio da Princeza. Grandes foram os preparativos. Durante o mez de Janeiro, a imprensa local publicou as «Instrucções aos expositores», permittindo o concurso de flôres, plantas, hortaliças e passaros. E tão bem feitas foram essas «Instrucções», que certamente poderiam ser mantidas, com vantagem, para as exposições actuaes. Assignaram esses regulamentos Paulino Affonso, Padre Francisco Bacellar, M. C. da Silva Torres e Alvim, Antonio Ribeiro Queiroga, Augusto da Rocha Fragoso, e J. B. Binot. Para as despezas do prélio, concorreram varias pessôas, destacando-se a Augusta Princeza Imperial com

4:000$000 e a senhora condessa de Barral com 1:335$000. A Princeza contribuiu tambem com muitas plantas e flôres de ornamentação, a maioria dellas collocada nos mostruarios pelas suas proprias mãos. Cunharam-se medalhas de prata e bronze para commemorar o acontecimento, trabalho esse realizado na Casa da Moeda, por conta particular de D. Pedro II. Na Côrte, havia-se feito até então uma simples tentativa de exposição semelhante e a repercussão da de Petropolis faria com que a capital da Provincia resolvesse logo imital-a projectando uma similar para o dia 7 de Setembro do mesmo anno.

O jury da porfia era composto do barão do Cattete, Ladisláo Netto e Glaziou. No dia 5 foram distribuidos os premios, conferidos os principaes aos srs. Rocha Fragoso, Tinoco, Binot, Henrique de Deus, Frederico de Albuquerque, Diogo Velho, José da Cruz Pinto da Silva, Manoel Moreira Guimarães, Manael Fernandes Carneiro e João Martins. A Camara Municipal offereceu valiosa joia de prata, que coube, como premio de honra a Rocha Fragoso, recebendo Binot a grande medalha de ouro.

No jardim do Passeio Publico, em torno dos pavilhões, varias barracas foram erguidas para serem vendidos objectos com fins de beneficencia. Entre ellas a promovida pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade, a favor da Escola Domestica Nossa Senhora do Amparo, e com o apoio, entre outras, das sras. condessa de Barral, viscondessa de Souza Franco, viscondessa de Mauá, baroneza da Lagôa, D. Justina de Oliveira Bulhões, D. Josepha Leonissa de Torres Alvim e D. Rosaura Frias. Essas senhoras fizeram muito trabalho de panno pelas suas mãos, e o lucro dessa barraca para o Amparo, attingiu somma superior a 8:000$000.

Uma nota de curiosidade nessa primeira exposição foi dada pelo sr. Klumb, que expoz as armas do Imperio feitas com insectos de Petropolis. Esse sr. Klumb era um photo-



Princeza D. Isabel que tem á sua direita, a *Baroneza de Muritiba* e, á esquerda, a *Baroneza de Loreto.*

(Photographia tirada no Recinto da Exposição Horticola — 1884).

grapho local que annunciava pela imprensa um mostruario da sua arte, onde merecera a presença de Suas Magestades, e cuja entrada custava apenas mil réis dando direito a um retrato do visitante. E como pittoresco, seu annuncio terminava por dizer que tinha tambem á venda bom sortimento de vinhos portuguezes e francezes.

Promovidas pela Associação Agricola e Horticola de Petropolis, seriam realizadas seis exposições. As demais foram em 1876, 1877, 1884, 1885 e 1886.

A segunda, em 20 de Janeiro de 1876 foi aberta com discursos do Conde d'Eu e do botannico dr. José de Saldanha da Gama. Os dois premios de grande e pequena medalhas de ouro couberam a Lourenço Hoyer, plantas ornamentaes, e Julio Buisson, queijos de differentes qualidades.

Depois da terceira exposição, a significação da iniciativa levou a directoria da Associação a encommendar na Europa um grande pavilhão de natureza technica.

A 2 de Fevereiro de 1879 foi collocada a primeira pedra onde seria levantado o Palacio de Crystal. A's 18 horas, com a presença de S.S. M.M., corpo diplomatico, autoridades e grande numero de pessôas gradas teve logar a ceremonia. S.S. M.M. foram recebidas no portão do Passeio Publico ao som do Hymno Nacional pela directoria da Associação, barão do Cattete, coronel Joaquim Ribeiro de Avellar, commendador Bernardo Ferraz de Abreu e Augusto da Rocha Fragoso. Celebrou o acto religioso S. Ex. Revma. monsenhor Luiz Matéra, encarregado dos negocios da Santa Sé.

Usou da palavra o barão do Cattete, vice-presidente em exercicio da Associação, visto acharem-se ausentes, na Europa, seus presidentes e patronos, o conde d'Eu e a Princeza.

Finalmente, o Palacio de Crystal, construido em Saint-Sauveur-les-Arraz, em França, chegava a Petropolis. Tinha

elle uma superficie de 224 metros quadrados, e foi armado no local pelo engenheiro Eduardo Bonjean.

O Palacio de Crystal iria agasalhar desse modo a 4a. exposição horticola de Petropolis. Sua inauguração, comtudo, precedeu esse certamen, por meio de um grande baile em beneficio da exposição que se verificaria a 20 de Abril.

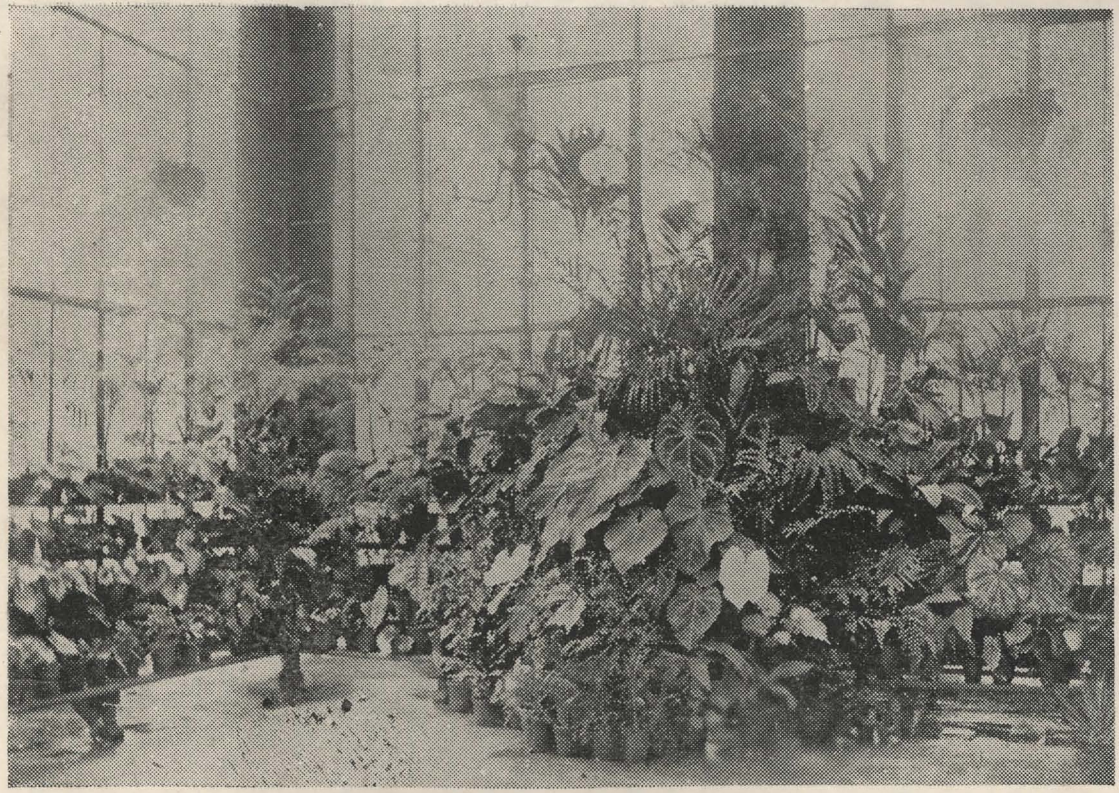
A 2 de Fevereiro de 1884 realizou-se esta linda festa de alta distincção, que se iniciou ás 20 1/2 horas com a presença de S.S. M.M. e ao som do Hymno Nacional, pela banda da Casa Imperial.

Sobre esse acontecimento social, registou o *Mercantil*: «Fazemos votos pela repetição desses divertimentos que, além da bôa applicação de seu producto, proporcionam mais um motivo de prazer para os habitantes desta cidade, ao verem que os seus augustos soberanos tomam uma parte tão activa pela prosperidade de Petropolis, a todos dispensando o mais carinhoso tratamento, e aquella urbanidade que tão alto tem elevado o throno da monarchia no imperio de Santa Cruz».

A 4a. exposição, primeira que se daria no Palacio de Crystal, a 20 de Abril de 1884, inaugurou-se com a assistencia de S.S. M.M. e A.A., corpo diplomatico e ministros do Imperio O discurso official coube ao conde d'Eu e a ornamentação foi obra de Glaziou. Falaram ainda o conselheiro Silva Costa e o barão do Cattete. O jury esteve a cargo de A. Glaziou, Ramiz Galvão e José de Saldanha da Gama. A nota curiosa dessa exposição foi a menção honrosa conferida a Manoel do Rego Soares, a titulo de animação pela industria apenas nascente do vinho virgem — uva pura — Lagrimas de Petropolis.

E o Palacio de Crystal seria ainda a séde das exposição de 12 de Abril de 1885 e 20 de Março de 1886.

Com a proclamação da Republica, desappareceu a benemerita Associação Agricola e Horticola de Petropolis. Convocados os seus socios, por editaes na imprensa, ficou deci-



Recanto do *Palacio de Crystal* durante a Exposição Horticola realizada em 1884.

dido que pelo banimento de seus patronos e animadores, a Princeza e o conde d'Eu, não havia mais animo para proseguir na tarefa, e os bens da Associação passaram para a Municipalidade.

No parque do Palacio de Crystal, existem arvores, entre ellas cedros exoticos, ali plantados pelo conde d'Eu.

Entre os expositores de Petropolis, figurou sempre, com especial destaque João Baptista Binot. Suas collecções de plantas eram famosas, tendo possuido chacara na rua Piabanha (vizinha á propriedade de Mauá) e depois no Retiro. Em 1885, concorrendo á Exposição Horticola de Antuerpia, recebeu medalha de ouro com uma collecção de palmeiras, e na Exposição Universal de Paris, em 1889, foi-lhe conferido um 1° premio pelos bellos especimens de samambaias de Petropolis. Seu enthusiasmo pela terra de suas actividades era tão grande que escrevendo na imprensa local em 1858 sobre «Passado, presente e futuro de Petropolis», affirmou nas seguintes linhas: «Pouca gente conhece bem Petropolis, o que o interior de suas florestas encerra de bello, de rico, de pittoresco, e quanto o seu sólo é fecundo em mineraes. Sou eu talvez a unica pessôa que conhece todas suas maravilhas, porquanto não ha montanha nem valle que não tenha explorado: mais tarde, e não ha de correr muito tempo, os que pouco sabem de agricultura, reconhecerão o seu erro sobre a fertilidade do sólo de Petropolis».

A 9 de Maio de 1886, a Municipalidade aproveitaria o Palacio de Crystal para realizar a primeira exposição industrial e artistica de Petropolis, e que redundou em apreciavel successo.

«Petropolis acaba de dar uma prova plena de que — como jâ o temos dito — não é simplesmente uma cidade de recreio, é tambem — um nucleo de trabalhadores» — disse o *Mercantil*, referindo-se ao acontecimento. Essa exposição, que teve como animador Henrique Kopke, encerrou-se no

dia 16 com a presença do Imperador. Obtiveram grandes medalhas de ouro a Companhia Petropolitana, em tecidos, e Ernesto Papf, em pintura artistica a oleo.

Uma significativa occurrencia seria ainda verificada no Palacio de Crystal depois da ultima exposição.

A 1 de Abril de 1888, commemorando-se festivamente a extincção do servilismo em Petropolis houve ali a solennidade da entrega de 103 titulos de liberdade. A entrega, foi feita pela Princeza, auxiliada pelos principes D. Pedro e D. Luiz. Estiveram presentes o presidente do Conselho, conselheiro João Alfredo, ministro do Imperio, conselheiro Costa Pereira, ministro da Agricultura e Obras Publicas, conselheiro Rodrigo Silva, corpo diplomatico, Ramiz Galvão, José do Patrocinio e André Rebouças.

Deu-se assim o feliz termo da iniciativa da Princeza em favor da libertação dos escravos de Petropolis, quando ella propria promovia e participava de kermesses com esse fim, e seus filhos escreviam pelo seu jornalsinho *Correio Imperial*, em propaganda dessa nobre finalidade.

Na Republica, o Palacio de Crystal, que aos poucos ia tendo substituidos os seus vidros por tijolos, e assim perdendo a razão de ser de seu nome inicial, passou a servir a varios misteres: rink de patinação, bailes elegantes da sociedade veranista, conferencias, concertos, festas de beneficencia, bailes populares, actos sociaes, solennidades escolares, repartição municipal de Obras, secção eleitoral, lyceu de artes e officios, exposição de flores, e finalmente, Museu Historico de Petropolis.



A cruz levantada na Praça da Confluencia para a missa de 29 de Junho de 1846. (Desenho a lapis de Otto Reimarus, feito em 1854, e existente no Museu Historico de Petropolis).

OS CAMINHOS ANTIGOS DO RIO PARA MINAS E A PASSAGEM POR PETROPOLIS

A passagem por Petropolis nas communicações da Capital do paiz com Minas Geraes é hoje completa e estavel. Caminho para animaes e pedestres, estrada de ferro Mauá, estrada para vehiculos de tiro União e Industria, rodovia automobilistica Rio-Petropolis e róta de aviões, foi a successão chronologica dessa preferencia. Todavia, essa completa e definitiva passagem por Petropolis só ficou estabelecida por ultimo lugar, após o abandono de varios outros rumos. A explicação desse facto foi a natural difficuldade que a transposição da Serra do Mar, cercando a cidade do Rio de Janeiro, offerecia então aos nossos antepassados. E de tal maneira lhes pareceu grande esse impecilho, que os primeiros contactos entre a metropole e Minas foram feitos por via maritima, atravez Paraty, para d'aquelle ponto, penetrando em S. Paulo na direcção de Pindamonhangaba, alcançar o valle do Parahyba, e com a direcção de suas aguas chegarem a Entre-Rios na foz do Parahybuna, que os levaria ao interior das Minas.

Foi esse o trajecto realisado em 1597 pela entrada de Martim Corrêa de Sá, filho do governador Salvador de Sá. A expedição composta de 700 portuguezes e 2.000 indios e na qual iam os inglezes Antonio Knivet e Henrique Barraway, partiu do Rio de Janeiro embarcada até Paraty onde tomou o caminho de terra para Minas Geraes.

Na obra do Padre André João Antonil editada em 1711 e denominada «Cultura e Opulencia do Brasil por suas drogas

e minas» encontra-se a descripção desse trajecto intitulado «Roteiro do caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as Minas Geraes dos Cataguas, e do Rio das Velhas; «Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro ás Minas Geraes; porém raras vezes succede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais aspero que os dos paulistas. E por relação de quem andou por elle em companhia do Governador Arthur de Sá, he o seguinte. Partindo aos 23 de Agosto da cidade do Rio de Janeiro forão a Paraty, de Paraty a Taubaté, de Taubaté a Pindamonhangaba, de Pindamonhangaba a Guaratinguetá, de Guaratinguetá ás roças de Garcia Rodrigues, destas roças ao ribeirão. E do ribeirão com oito dias mais de sol a sol chegarão ao Rio das Velhas aos 29 de Novembro».

Após essa via de communicação, outras foram sendo abertas, mais curtas, até se chegar á que passava pelo Corrego Secco. Os autores, desde o Padre Antonil até Capistrano de Abreu, não são accordes na identificação desses caminhos, chamados «velho» e «novo», conforme assignalaremos em tempo.

Depois do percurso por Paraty, foi naturalmente procurado o menos aspero na situação das serras, e passou a ser então palmilhado o que seguia aproximadamente a actual linha da estrada de ferro Central do Brasil. Assim nol-o descreve Diogo de Vasconcellos em sua «Historia antiga das Minas Geraes»: «Em 1701, o guarda-mór Garcia Rodrigues Paes tomou a si abrir o caminho novo das Minas para o Rio de Janeiro, mas no fim de quatro annos de trabalho, sentiu-se exhausto de meios para concluil-o; e teria assim ficado si o coronel Domingos Rodrigues não lhe emendasse a mão, concorrendo com os seus escravos, e acabando a obra á custa de grandes cabedaes. Este caminho que, partindo da Borda do Campo, atravessou a Mantigueira na garganta de João Ayres, passava em João Gomes, Chapéu d'Uvas, Juiz de Fóra, Ma-

thias Barbosa, Simão Pereira, Serraria, Entre-Rios, Barra do Pirahy; e descia a Serra do Mar sobre Macacos, Inhaúma, Pavuna, Penha e Rio de Janeiro».

Esse trajecto chamado por Diogo de Vasconcellos de «caminho novo», é diverso já do menos longo tambem descripto por Antonil como caminho novo: «Partindo da cidade do Rio de Janeiro por terra com gente carregada, e marchando á Paulista, a primeira jornada se vae á Irajá; a segunda ao engenho do Alcaide Mór, Thomé Corrêa; a terceira no porto de Nobrega no Rio Iguassú, aonde ha passagem de canôas, e saveiros; a quarta ao sitio, que chamão de Manoel do Couto. E quem vai por mar e embarcação ligeira, em hum dia se põe no porto da Freguezia de Nossa Senhora do Pilar; e em outro, em canôa, subindo pelo rio de Morobai acima, ou hindo por terra, chega pelo meio dia ao referido sitio do Couto. Deste se vai a cachoeira do pé da serra, e se pousa em ranchos. E daqui se sobe á serra, que são duas bôas leguas; e descendo o cume, se arrancha nos pousos, que chamão Frios. No dito cume faz hum taboleiro direito em que se póde formar hum grande batalhão; e em dia claro, he sitio bem formozo, e se descobre delle o Rio de Janeiro, e inteiramente todo o seu reconcavo. Dos pousos frios se vai á primeira roça do capitão Marcos da Costa; e delia em duas jornadas á segunda roça que chamão do Alferes. Da roça do Alferes, em huma jornada se vai ao Páo Grande, roça que agora principia, e dahi se vai pousar no mato ao pé de hum morro, que chamão Gabarú.

Deste morro se vai ao formozo Rio Parahyba, cuja passagem he em canôas. Da parte daquem está huma venda de Garcia Rodrigues, e ha bastantes ranchos para os passageiros; e da parte dalém a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguissimas roçarias».

Por esse caminho, em 1711, vieram de Minas 6.000 homens commandados por Antonio de Albuquerque, como soc-

corro tardio ao Rio de Janeiro, já nas garras de Du Gay-Trouin. Ainda por esse percurso fez o illustre viajante Saint-Hilaire sua primeira visita a Minas Geraes, sendo que a segunda já se registára pelo valle do Piabanha.

Lembremos agora a confusão dos autores na identificação do que chamam caminho velho e caminho «novo», Antonil não combina com Vasconcellos, e nenhum destes com Capistrano. Além disso Vasconcellos diz que o seu «caminho novo» foi aberto por Garcia Rodrigues Paes e a essa mesma pessôa outros attribuem a abertura do caminho por Paty do Alferes, Couto e Pilar, e ainda a primeira iniciativa do Caminho pelo Corrego Secco. Vejamos as referencias que seguem. Pizarro e Araujo, em 1820, na sua «Memoria historica do Rio de Janeiro e das Provincias annexas» á jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil», diz laconicamente: «Descobrindo Garcia Rodrigues Paes Leme, pelos fundos da Serra dos Orgaons os caminhos para as Minas Geraes (de que era Guarda-Mór, e fôra um dos primeiros de seus povoadores), por concessão do ordinario levantou na margem do Rio Pará-iba, d'abanda d'além, uma Capella, dedicada á Conceição da Santa Virgem, e aos Apostolos S. Pedro e São Paulo».

Capistrano de Abreu em seu livro «Caminhos antigos e povoamento do Brasil» escreveu:

«Tres foram os primitivos caminhos que puzeram em communicação a cidade do Rio de Janeiro com as terras de além Parahyba do Sul e Parahybuna. O primeiro, vulgarmente chamado o caminho velho, aberto por Garcia Rodrigues Paes, partia do norte do Pilar, transpunha a serra, passava as roças Marcos da Costa nas cabeceiras do rio Sant'-Anna, Paty, etc.

O segundo depois de passado o Parahyba do Sul, desenvolvia-se pelas margens do Piabanha e Inhomerim; de Inhomerim vinha-se embarcado para o Rio; a praia dos Mineiros

era o ponto de desembarque. O terceiro, vulgarmente chamado caminho novo, passava por Merity, Maxambomba, e Sacra Familia. Todos tres se reuniam na bacia do Parahyba do Sul e transpunham a divisa das aguas para a Guanabara, onde feneciam. O caminho aberto por Garcia Rodrigues está descripto em Antonil, por elle marcharam as tropas que das terras de ouro vieram acudir ao Rio, atacado por Duguay-Trouin. O segundo, obra de Bernardo Soares de Proença, já era utilizado em 1725, como desde 1907, se divulgou nos «Capitulos da Historia Colonial», pag. 140.

Note-se de passagem que Capistrano faz referencia ao traçado pelo Piabanha, o ultimo a ser aberto, e no entanto, chama de «novo» ao que passava por Sacra Familia.

E o que diz Capistrano nos seus alludidos «Capitulos de Historia Colonial ?» Declara o seguinte : «Arthur de Sá, primeira autoridade que visitou os descobertos, tratou com Garcia Rodrigues Paes a abertura de uma linha mais directa de communicações com a cidade de São Sebastião, a verdadeira capital do Sul. O filho de Fernão Dias deu conta cabal da incumbencia. Nas proximidades da hodierna Barbacena reuniram-se os caminhos do rio das Mortes, o do rio das Velhas, e o do rio Dôce ; começou d'ahi, venceu a Mantiqueira, procurou o Parahybuna, seguiu-o até sua barra no Parahyba e pela serra dos Orgãos chegou á bahia do Rio, passando em Cabarú, Marcos da Costa Couto e Pilar. O trecho entre o Parahyba e a bahia já estava ligado em 1725 por outro caminho, devido a Bernardo Soares de Proença, correspondendo em parte ao traçado da E. F. de Petropolis a Entre Rios, em parte acompanhando o rio Inhomirim.

Vê-se ainda que para Capistrano, Garcia Rodrigues nenhuma interferencia teve com o traçado de Petropolis.

Basilio de Magalhães descobriu porém, no Archivo Nacional documentos officiaes e inconfundiveis que falam claro e acertadamente. Esse illustre historiador mi-

neiro, no tomo 84 da Revista do Instituto Historico escrevendo sobre «Garcia Rodrigues Paes (Alguns subsidios para a historia dos bandeirantes)» reproduz os documentos por elle encontrados. Assim é que o rei Pedro II, em carta datada de 15 de Novembro de 1701, e dirigida a Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, tratava: «do estado em que se acha o caminho nouo que Garcia Roiz se offereceo abrir para as minas do ouro e a cauza que tivestes para não fazer por elle a vossa jornada porém que com a continua deligencia em que ficara o dito Garcia Roiz para abrir um atalho e fazer estalagens entendieis se poderião por elle seruir os mineiros com maior facilidade e segurança», obtendo como resposta que «o atalho não estaua aida feito mas q'acabado que fosse sem duuida algua he o mais perto caminho que pode hauer».

E que atalho era este cuja abertura Garcia Rodrigues se propuzera fazer e ao qual o proprio rei de Portugal chamava «caminho nouo»? Era o caminho por Petropolis, e conforme accrescenta Basilio de Magalhães, «quem poz a ultima demão no «caminho novo», foi Bernardo Soares de Proença, como o evidencia a provisão régia de 6 de Julho de 1725 por mim descoberta no Archivo Nacional».

Nessa provisão, ordenava o Rei ao Governador do Rio de Janeiro «que da minha pte. agradeçaes ao Sargento-Mór Bernardo Soares de Proença o seruiço que me fez neste particular, o qual fica na minha real Lembrança para que a seu tempo atenda a elle».

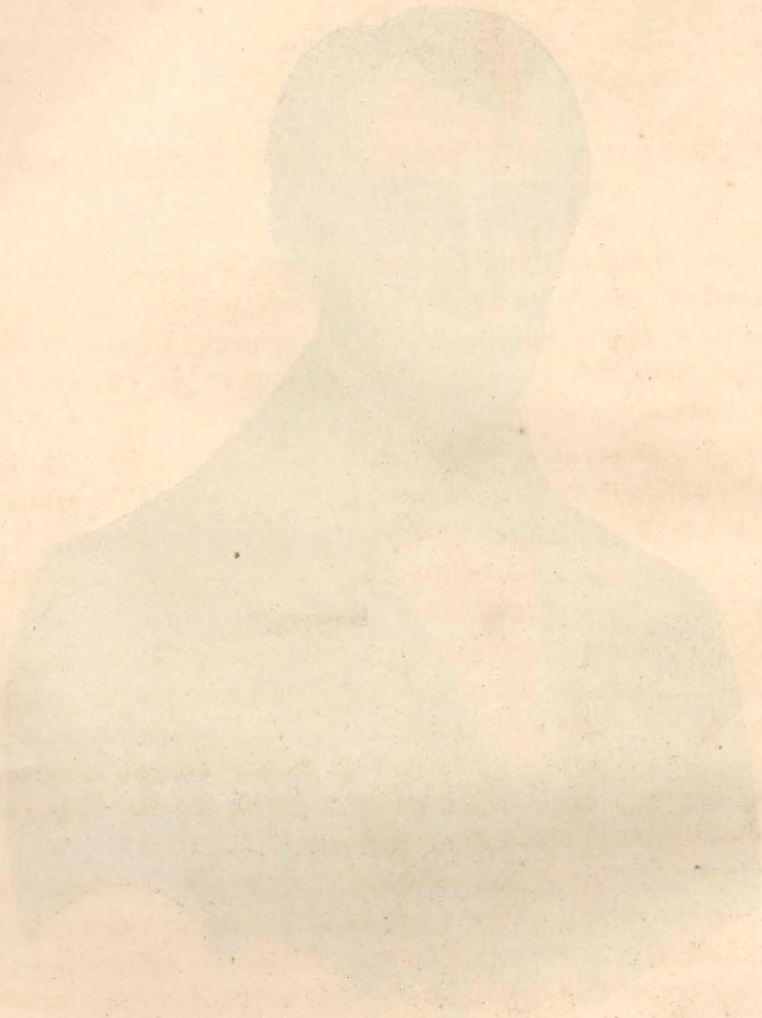
Por onde se conclue que Garcia Rodrigues foi quem iniciou o caminho por Petropolis e se este não deve ser denominado «caminho novo», pelo menos merece o de «novissimo». Esse percurso, iniado por Garcia e concluido por Proença, de Parahyba do Sul passava por Cebolas, Fagundes, Secretario, Bôa Vista da Pampulha, Sumidouro, atravessava então para a margem direita do Piabanha e vinha pela figueira de

Corrêas, fazenda Samambaia, Itamaraty, Quissamã, rua dos mineiros, descia a serra pelo lado opposto e leste da estrada hoje existente, «caminho das lages soltas» de João VI, para alcançar Raiz da Serra, fazenda da Mandioca, Inhomirim e Estrella. Por esse caminho passaram os numerosos e destacados viajantes que nos primordios do seculo passado e graças ao consentimento de D. João escreveram sobre o Brasil, sobretudo as terras do ouro e do diamante.

E desde então, pa assagem por Petropolis, que já encurtára de quatro dias a primitiva viagem feita pela serra do Mar, passou a ser definitiva, completando-se successivamente com o progresso, na estrada de diligencias da serra do major Koeler, na União e Industria, estrada de ferro Grão Pará, rodovia Rio-Petropolis e róta de navegação aerea.



Irêneo Evangelista de Souza, Barão de Mauá, na época da inauguração da Estrada de Ferro Petropolis.



ESTRADA DE FERRO DE PETROPOLIS

A primeira linha ferrea construida no Brasil foi a da Imperial Companhia de Navegação a Vapôr e Estrada de Ferro de Petropolis, por concessão feita a Irenêo Evangelista de Souza pelo decreto do Poder Executivo de 12 de Junho de 1852.

A inauguração do primeiro trecho concluido, que ia do porto de Mauá até ao Fragoso, proximo de Raiz da Serra, verificou-se a 30 de Abril de 1854.

As solennidades festivas estiveram bem á altura da importancia do acontecimento.

Logo pela manhã desse dia, innumeras embarcações partiram do Rio de Janeiro carregadas de gente que desejava alcançar o porto de Mauá antes de Suas Magestades e sua côrte, para apreciar em todos os seus detalhes, as ceremonias com que seria consagrado o inicio de tão importante melhoramento para a vida nacional.

A' hora aprazada atracou o navio que conduzia Suas Magestades e logo uma gyrandola de foguetes annunciou o seu desembarque. Innumeras bandeiras agitavam-se ao vento, como que partilhando das estrondosas saudações e dos accordes de uma banda marcial. Suas Magestades recebidas pelo director da empreza, atravessaram duas extensas alas de pessoas, acompanhadas por notaveis do Imperio, dirigindo-se para o local destinado. Um dos grandes armazens de ferro tinha sido preparado com galerias para accommodar os assistentes, tendo ao centro dispostos, não só os thronos do Imperador e da Imperatriz, como a capella e o al-

tar improvisados onde o bispo iria celebrar, bem como os lugares distinctos para os ministros de Estado e o corpo diplomatico.

Quando o Imperador tomou o lugar que lhe tinha sido reservado, principiou o ceremonial da benção das locomotivas, ao som de musica apropriada ao acto.

Feito o que, as machinas prepararam-se para a viagem. Pedro II e Thereza Christina conduzidos a seu carro pelo sr. Irenêo Evangelista de Souza, emquanto os demais convidados tomavam assento em outras secções, partiu o trem sob delirante vivas da multidão enthusiasmada.

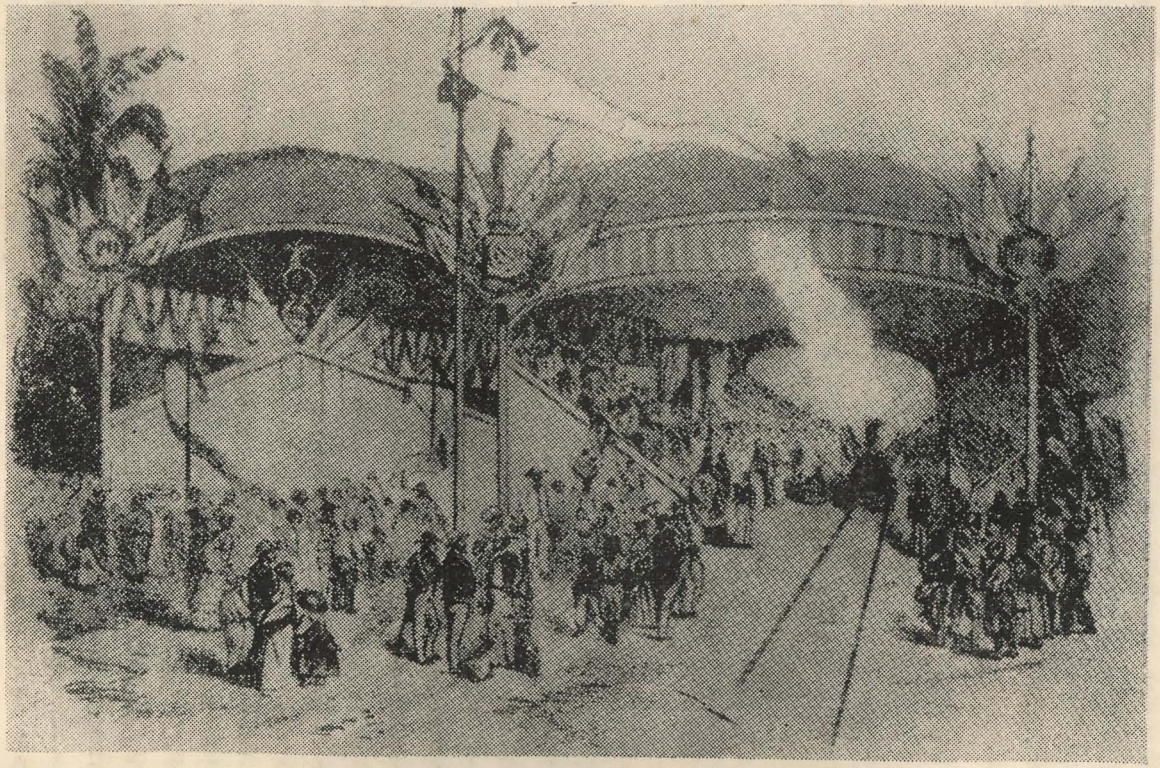
Soldados da guarda nacional estavam postados ao longo da linha e todas as alturas estavam cheias de espectadores.

A chegada do comboio ao Fragoso foi saudada por foguetes. Suas Magestades e comitiva desceram e foram servidos de refrescos, voltando logo depois para Mauá, caminhando o trem, numa média de 35 milhas por hora.

O Imperador e sua consórte, ao apearem-se manifestaram a viva satisfação de que se achavam possuidos e a agradavel impressão causada pelo novo meio de transporte que se inaugurava no Brasil.

Irenêo de Souza, presidente da empreza, dirigiu-se então a S. M. o Imperador, discorrendo com precisão sobre as vantagens que as estradas de ferro trariam ao Imperio, e estas foram as suas ultimas palavras:

«Este caminho de ferro, Senhor, não será destinado a circumscrever-se dentro dos actuaes limites; e se me é licito contar com a protecção de V. M. I., elle certamete não terminará sem que sua mais vasta estação seja collocada na margem esquerda do Rio das Velhas. Alli se accumularão, para ser transportadas ao mercado do Rio, essas immensas massas de producção, com que contribuirá para a prosperidade publica, a região banhada por essa importante arteria fluvial do rio São Francisco. Será então, Senhor, que a magestosa



A inauguração da Estrada de Ferro Petropolis. (Gravura da revista ingleza London Illustrated News.)

bahia, cujas aguas banham as costas da capital do Imperio, verá seus espaçosos e abrigados ancoradouros cobertos de innumeraveis navios. Então, Senhor, será o Rio de Janeiro o centro do commercio, da industria, da saúde, da civilização e da força, nada tendo que invejar a lugar algum do mundo».

S. M. o Imperador, assim lhes respondeu:

«Os directores da Imperial Estrada de Ferro de Petropolis e da Companhia de Navegação a Vapor podem ficar certos de que por igual compartilho o seu regosijo na estréa de uma empreza que tem de animar tão grandemente o commercio, as artes e a industria deste Imperio.»

Nessa altura, S. M. conferiu ao sr. Irenêo de Souza o titulo de barão de Mauá, em reconhecimento dos serviços prestados á Patria.

Acompanhado pelo barão de Mauá e engenheiros, Sua Magestade percorreu depois as obras de linha e as officinas.

A estação tinha sido grandemente enfeitada e nella se achava servido farto banquete, do qual participaram o Imperador e seu sequito, bem como todas as pessoas gradas, emquanto outros tres partiam, conduzindo muitos epectadores.

Em 1858, a conhecida revista britannica *London Illustrated News*, dedicou interessante chronica, com gravuras, sobre esse memoravel acontecimento nacional, e nella foi escripto o seguinte: «Quando reflectimos que as obras deste caminho de ferro foram executadas no curto espaço de vinte mezes, debaixo dos ardentes raios de um sól tropical e a tão grande distancia da Inglaterra, não podemos regatear louvores áquelles que se abalançaram a semelhante obra.

Felicitamos sinceramente os Brasileiros pelo nobre espirito que desenvolveram no começo d'essa obra de tanta magnitude».

Em 26 de Março de 1856, no Relatorio da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petro-

polis, apresentado á assembléa geral de accionistas, o sr. barão de Mauá, como seu presidente, dizia :

«Acha-se concluido o trilho até á raiz da Serra. Toda a estrada acha-se no melhor estado, tendo resistido a notaveis provações em consequencia das grandes enchentes que temos presenciado nos ultimos seis mezes, sendo uma dellas superior a qualquer outra das que se têm observado desde o anno de 1834.

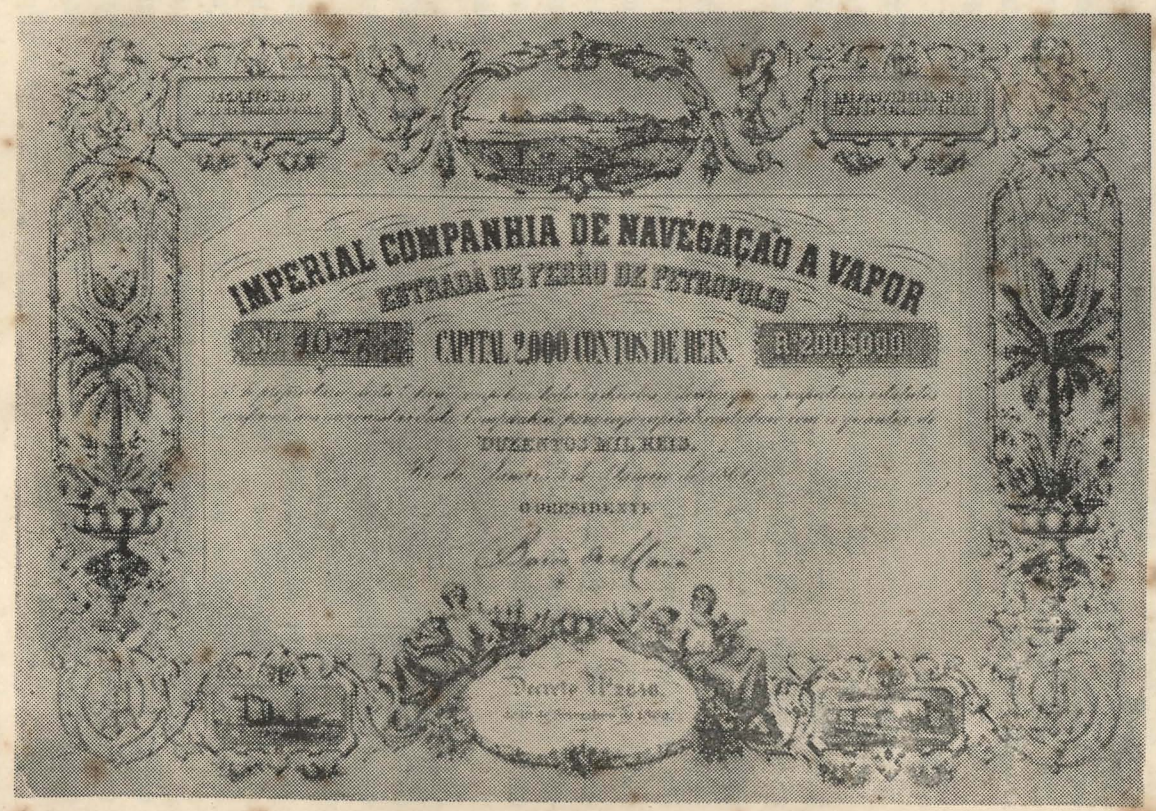
A solidez da construcção da estrada de ferro de Mauá não póde pois ser mais posta em duvida. Uma linha ferrea singela, construida sobre um terreno, parte do qual não podia ser peior para semelhantes construcções, e que trabalha ha dous annos sem que o transito publico tenha sido interrompido um só dia, está á prova de tudo.

A estação do alto da serra no começo da villa Thereza, compõe-se de um vasto edificio de ferro. O elevado algarismo que representa o custo desta estação foi em parte devido á enormidade do serviço de aterros que foi preciso fazer n'aquella localidade.

A estação da raiz da serra, que se compõe de tres grandes armazens de ferro, chegou de Inglaterra em principio de Novembro. Possue a companhia os vapores *Guarany*, *Mauá.* e *Piabanha.* Transitaram na linha ferrea no anno proximo passado, 31.382 passageiros, produzindo a renda de 126:796$800.»

E nas considerações geraes sobre a importancia da obra realizada, escreveu ainda o barão de Mauá :

«Se a producção em obediencia a condições naturaes se opera a grandes distancias do littoral, forçoso é franquear-lhe passagem rapida e economica até os grandes mercados do littoral, sob pena de retrogradar o paiz, de perigar a civilisação. Os meios primitivos que eram até agora facultados á producção para vir procurar mercado, não bastam para satisfazer as exigencias crescentes da nossa riqueza agricola.



Acção da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Mauá. (Exemplar pertencente ao Museu Historico de Petropolis.)

O valor do producto transportado mesmo de distancias moderadas é quasi que absorvido pelas despezas do transito. Semelhante estado não póde, não deve continuar. E ao clamor publico que já se fez ouvir, ao brado unanime de — Estradas ! — e repercute de todos os angulos do Imperio, respondem finalmente os governantes — Estradas !»

O prolongamento da linha ferrea até Petropolis, que se verificaria após trinta annos do trafego existente na baixada, foi vencendo aos poucos, a difficuldade da serra. A 4 de Janeiro de 1883, passava o primeiro trem pelo viaducto da Grota Funda. O facto constituiu festa local, com grande affluencia de povo. O trem, composto de uma locomotiva e tres carros, levava a directoria da Estrada e sua comitiva. Em bosque ao lado da cachoeira da Grota Funda foi servido esplendido almoço, tocando na occasião a banda «15 de Março». Entre os oradores, discursou o senador Christiano Ottoni, enaltecendo a obra dos engenheiros patricios, e em especial a figura do barão de Mauá, «o pioneiro da estrada de ferro no Brasil».

E a 11 de Fevereiro do mesmo anno, pelas 9 horas da da manhã de um domingo, chegava a Petropolis a primeira locomotiva, conduzindo S. M. o Imperador e grande numero de passageiros vindos da Côrte. Ficou assim completado o trecho da serra, até Petropolis, construido que foi pelo engenheiro Joaquim Lisbôa, com o auxilio de Marcellino Ramos. O systema da serra, em cremalheira, era o do europeu Nicoláu Riggenbach. Foram seus concessionarios Berrini e os dois Calogeras (Miguel e Pandiá) e da companhia que então se organisou (Estrada de Ferro Principe do Grão Pará, com plano de estendel-a até S. José do Rio Preto) foi presidente o sr. João da Silva Coutinho.

A 30 de Abril de 1884, presentes na estação de Petropolis o juiz de Direito e demais autoridades, a directoria da Companhia Principe do Grão Pará e muitos expectadores, foi inau.

gurado o busto do Visconde de Mauá, em commemoração ao 30° anniversario da abertura ao trafego da primeira via ferrea do paiz.

Falou, em saudação a Mauá, que se achava presente, o presidente da directoria, João Martins da Silva Coutinho, de cujas palavras constaram as seguintes:

«Para vencer a serra da Estrella, despendeu o Visconde de Mauá avultados capitaes em diversas tentativas e ainda foi o primeiro que mandou estudar na serra a applicação do systema de cremalheira. Dando assim o mais solenne testemunho do apreço em que tem os importantes serviços do Visconde de Mauá, a directoria não só manifesta seus proprios sentimentos como tambem o dos accionistas da companhia que representa. Viva o Visconde de Mauá!»

O INVENTARIO DE KOELER

A 21 de Novembro de 1847, pela manhã, era mortalmente ferido num accidente de tiro ao alvo o major Julio Frederico Koeler.

Sentindo a vida fugir-se pela hemorrhagia que o ferimento occasionára, Koeler dictou o seu testamento ás primeiras horas da tarde, e a assignatura tremida que appôz a esse documento, attesta bem as suas condições organicas proximas da mórte, que se verificaria ao fim do dia.

O testamento de Koeler, reunido ao processo de seu inventario, verificado na villa da Estrella (que era então cabeça de Petropolis) acha-se recolhido ao cartorio do 2º Officio da cidade de Magé, onde fomos encontral-o.

Seu unico filho, o menor Rodrigo, achava-se em estudos na Europa, e para elle Koeler nomeava tutor seu amigo Silvestre José de Pinho Carvalho. Como 1a. testamenteira, ficava sua mulher D. Maria do Carmo Rebello de Lamare Koeler. Foram testemunhas Pedro José da Camara, Manoel Augusto Ferreira de Almeida, José Luiz Nolasco, João Pereira Darrigue Faro e Galdino José da Silva Pimentel. E entre as suas disposições, esta a que «pede e roga a sua mulher que conserve em sua companhia a menina Maria Izabel Alves de Brito, conservando-lhe sempre bôa amizade e o disvello que athé aqui lhe tem meressido».

Entre as testemunhas do seu testamento, notam-se assim, Pedro José da Camara, o homem que construira para aquella época a confortavel residencia esquina da avenida 7 de Setembro com a Praça Mauá, João Darrigue Faro, visconde de Rio Bonito, que seria depois presidente da Provincia, e Gal-

dino Pimentel, o emerito engenheiro que seria depois Director da Colonia. e por fim professor da Escola Polytechnica.

Koeler morreu pobre, deixando a familia em difficuldades financeiras. Esse homem, que um anno antes abria mão de sua sesmaria da Quitandinha para a Fazenda Imperial, sesmaria de 4.500.000 braças quadradas quando a do Corrego Secco, onde se comprehendiam as terras imperiaes, era apenas de 3.458.610 braças quadradas, deixou sua mulher na contingencia de vender immediatamente os parcos immoveis e objectos de uso.

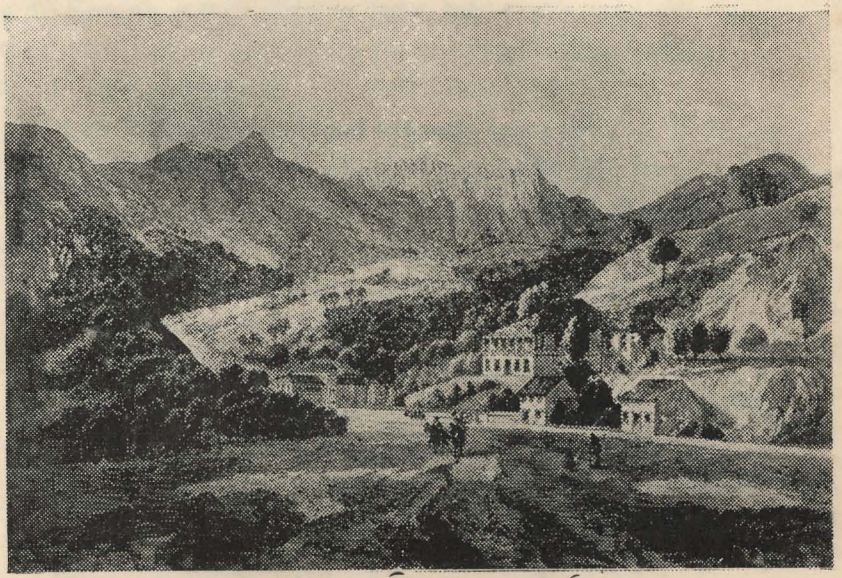
Em Praça do Juizo dos Orfãos da Villa da Estrella, Manoel Domingos Nogueira arrematou a Chacara da Terra Santa por 11:510$000. Essa chacara, situada onde se encontra actualmente o Asylo de Desvalidos, descendo pela rua Rocha Cardoso até a margem do rio Quitandinha era a ultima residencia de Koeler em Petropolis, onde se déra o accidente mortal.

Silvestre José de Pinho Carvalho, ficou com a olaria, no prazo 151 da rua de Dom Affonso, pela quantia de 2:810$000.

Esse prazo, que se compunha de 1913 braças, e vendido por tão baixa somma, era situado no inicio do lado impar da actual avenida Koeler.

E apenas esses dois immoveis constituiam as propriedades de Koeler em Petropolis por occasião de sua mórte.

O terreno e a casa da antiga Fazenda do Corrego Secco, localisados na avenida Marechal Deodoro, e que por muito tempo figuraram como propriedades de Koeler, o foram a titulo precario e portanto não entraram em inventario. De facto, no competente livro de registro dos terrenos aforados pela Fazenda Imperial, o prazo n. 82, de 4.536 braças da então rua Dona Januaria, estava consignado a Koeler, mas continha a seguinte nota : «Este titulo fica sem effeito, pois que só tem o uzo e fructo do prazo até o anno de 1852, conforme o con-



Casa da Fazenda do Corrego Secco — (Reproducção de gravura pertencente a S. A. I. o Principe Dom Pedro de Orleans e Bragança).

tracto de rescisão celebrado entre a Imperial Mordomia e o dito Julio Frederico Koeler, em 22 de Abril de 1846. (assig.) Cirne.»

Entretanto, esse prazo de terras seria mais tarde da viuva de Koeler, e tudo leva a crêr que tenha sido uma doação de Pedro II á companheira do prestimoso engenheiro que marcantes serviços prestára a Petropolis.

A 10 de Março de 1849 era aforado esse prazo a D. Maria do Carmo, para em 1907 ser vendido em leilão publico.

Dos objectos de uso do major Koeler foram vendidos em praça do inventario :

Um serviço de chá (bule, cafeteira, manteigueira, leiteira, tijela de lavar chicaras, caixa par chá) arrematado por Albino José de Siqueira pela quantia de.....	463$733
Duas salvas com 648 oitavas, por Galdino Pimentel	191$520
Uma carta chorographica do Imperio, por José Luiz Azeredo Coutinho...	3$000
Duas commodas de vinhatico, por Ignacio Papai	55$000
Dois espelhos de gaveta e mogno, por Leonardo Dias Alves.....	20$000
Um serviço de mesa azul da India, por Joviano Varella.....	32$000
Um diccionario portuguez, por Joviano Varella	6$000
Uma obra de Lamartine, por Chiffelle.....	3$000
Uma obra franceza, por Pedro Taborda de Bulhões	5$000
Uma obra de Sauligne, por Gustavo Frontin	3$000
Uma obra Revolução Franceza, por Gustavo Frontin.....	8$000
Uma obra franceza, por Chiffelle.....	5$000

Quatro aparadores de mesa, por Manoel Joaq. Gonçalves Pereira	34$000
Cinco bidés de Bornéo, por Manoel Joaq. Gonçalves Pereira	20$000
Uma cama de mogno, por Taborda de Bulhões.....	100$000
Uma collecção de livros francezes, por Galdino Pimentel	10$000

O curioso, é constatar-se no espolio de Koeler a existencia de obras francezas, e nenhuma publicação em lingua allemã ! Este facto, será um valioso subsidio para o estudo de sua biographia, onde apontam innumeros indicios de sua mentalidade latina, além da observação abundante de seus sinceros sentimentos para com a Patria adoptiva.

Entre os arrematantes de seus objectos de uso, estão Albino de Siqueira, futuro presidente da Camara de Petropolis, e seu velho companheiro nos trabalhos da Estrada da Estrella, Galdino Pimentel, Azeredo Coutinho e Gustavo Frontin, seus auxiliares como engenheiros da Colonia.

O COLLEGIO KOPKE

O Collegio Kopke, foi o primeiro grande educandario de Petropolis, que haveria de alcançar justa fama pelos seus methodos pedagogicos.

Guilherme Kopke, engenheiro, que se notabilisára pelo emprehendimento da navegação a vapor no rio das Velhas, em 1834, mal chegado a Petropolis, concebeu a contrucção de um predio especial para collegio, e realizando-o, entregou o edificio ao irmão, para nelle cumprir a obra educacional de que julgava este capaz. Ambos portuguezes, chamava-se o irmão Henrique Kopke, um emigrado que se batêra em sua patria pela causa constitucional, soldado que fôra do Batalhão da Rainha, e vinha abraçar a nacionalidade brasileira pelo Decreto 332 de 5 de Fevereiro de 1845.

E assim, em 1848, fudava-se em Petropolis, na rua de Nassau, hoje Piabanha, o Collegio Kopke, tendo como professores João Baptista Calogeras, José Ferreira da Paixão, Bernardo Faletti, barão de Schneeburg, dr. Thouzet, Emilio Chevalier e o barão de Tautphoeus.

Embora as gravuras existentes sobre o edificio do Collegio, possam bem dar uma idéa das suas capacidades, melhor será ouvir-se uma opinião contemporanea, isto é, de uma escriptora hespanhola mãe de um alumno desse estabelecimento (1):

«A construcção do edificio é linda, e a idéa muito a proposito para o local. Por exemplo: uma bonita paysagem é vêr aquelle rico prado sustentando tão altas paredes muito brancas, ornadas por uma porção de janellas que formam o

(1) Viaje poético a Petropolis, Carmen Oliver de Gelabert, Rio, 1872.

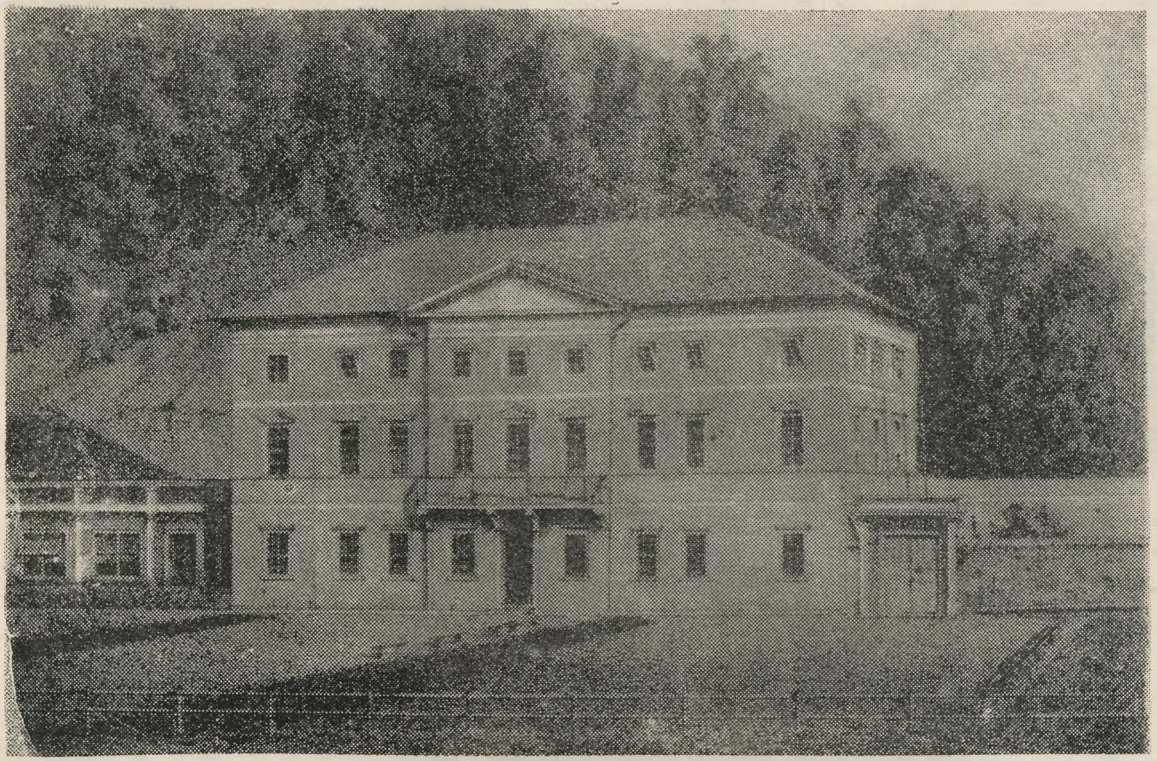
maior gosto architectonico, e ainda mais, como está um pouco afastado do centro urbano, isso nada lhe tira nenhuma belleza, porque se vê resguardado por altos montes, recreiado por um poetico rio.

A casa é grande como um convento ainda que a fórma seja de palacio, e quanto ao seu interior, vale muito mais, porque ha sabios professores que instruem os alumnos de varias sciencias, e a limpeza e o asseio são impossiveis de serem superados.

Para recreio dos alumnos o director permitte o plantio de flôres, como mantem viveiros no jardim, como me disse meu Pepito, que possuia um canario, dois tico-ticos e um cardeal, de modo que muito me agradou saber dessa licita distração de cuidar das arvores e das flôres, que as creanças escolhem para que sejam seus favoritos, ao passo que exercitam o movimento activo. Tudo isso em um saudavel clima.

Ao terceiro signal da campainha os alumnos se levantam, e isso, ás seis horas da manhã. Consagram a Deus seus primeiros momentos, e os segundos, ao asseio corporal, e no rio Piabanha aprendem a nadar.»

O Collegio Kopke, ensinava latim, francez, allemão, inglez, mathematicas elementares, geographia, historia, escripturação e contabilidade commercial, instrucção primaria e religiosa, desenho, musica e dansa. O director Henrique Kopke annunciando pela imprensa o seu estabelecimento declarava não admittir alumnos externos ou meio-pensionistas, nem o contacto com escravos e domesticos. Tampouco recebia alumnos de mais de 10 annos na occasião da entrada. A pensão mensal era de 45$000 pagos em trimestres adiantados, á excepção da paga de musica, desenho e dansa. A lavagem de roupa era feita a 10$000 por trimestre, e no enxoval exigia-se um uniforme de jaqueta, calça e boné, tudo preto, 2 colletes brancos e 6 jaquetas de brim escuro. Os



Collegio Kopke (Gravura do livro "Viagem Pittoresca a Petropolis", de Augusto Tauuay, 1862).

correspondentes do Collegio na Côrte, eram os srs. Faria e Irmão, na rua dos Pescadores n. 19.

Pedro II, nas suas constantes visitas aos collegios e escolas de Petropolis durante sua permanencia nesta cidade, iria repetidas vezes ao Collegio Kopke.

A 27 de Abril de 1858, conforme registou a imprensa local, Sua Magestade ali appareceu ás 10 1/2, demorando duas horas na inspecção feita ás principaes classes.

Outra feita, a 25 de Maio de 1875, assistiu a varias aulas, mostrando-se satisfeito com as provas apresentadas pelos alumnos, e mais particularmente na classe de latim, quando ao retirar-se poude ler a seguinte inscripção lapidar pelos alumnos, que na occasião escreveram na pedra:

Petrum II. Constitutionalem. Imperatorem.
Et. Perpetuum. Brasilis. Defensorem.
Aedes. Coltegii. Kopke.
Urbis. Quae.
Ab. Ejusdem. Augustissimi. Principis
Nomine. Nuncupatur.
Invisentem.
VIII. Kal. Junias. Annii. MDCCCLXXV.
Huinsce. Collegii.
Moderator. Magistri. Sodales.
Fausta. Omnia. Adprecantes.
Consalutant.

Saudação esta, que o *Mercantil*, publicando-a, assim traduziu:

«A D. Pedro 2º Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil que honra hoje (25 de Maio de 1875) com Sua Augusta Presença o Collegio Kopke nesta cidade de Petropolis (do nome deste Augusto Imperador) saudam jubilosos o director, professores e alumnos do mesmo Collegio.»

Em 1881, desapparecia o Collegio Kopke, com a morte

de seu fundador, occorrida nesta cidade, aos 79 annos, no dia 10 de Dezembro, e o edificio serviria, successivamente, para Collegio do Conego Bernardino, Collegio do Padre Moreira, Bispado de Petropolis e Instituto Werneck.

Demolido por fim o predio, por motivo de insegurança, o espaçoso terreno serviu para exposições de pecuaria, e por fim, arruado e dividido em lotes, transformou-se em avenida de predios residenciaes.

O educador Henrique Kopke deixou dois filhos dignos do nome paterno: Henrique Kopke Junior e João Kopke. O primeiro, residindo sempre em Petropolis occupou innumeros cargos e muito trabalhou pelo progresso de Petropolis. Foi advogado militante, juiz municipal, tabellião, vereador e presidente da Camara, advogado da Fazenda Imperial e interino secretario de Justiça do Estado. O segundo, regera em São Paulo, no Collegio Rangel Pestana, aulas de inglez, francez, italiano e geographia, exercendo tambem o magisterio em outros collegios, e depois de abrir cursos particulares em sua casa, chegou a fundar na capital d'aquelle Estado a Escola Primaria que recommendaria definitivamente o seu nome como o de um grande educador.

E como coroamento de sua vida educacional, viria depois fundar no Rio de Janeiro o Instituto Henrique Kopke, e em uma exposição de motivos disse que o nome do seu Instituto, longe de ser preito de affecto filial, era uma homenagem de professor a professor.

E o seu programma pedagogico, mereceu elogioso parecer assignado em 3 de Janeiro de 1888 por J. J. Pizarro, Ruy Barbosa e José Maria Leitão da Cunha, onde se lê o seguinte trecho:

«Não ha, portanto, em sincero juizo, mais intelligente e criterioso guia para a educação de nossos filhos do que aquelle, que ora apreciamos consubstanciado nos principios

de direcção e programma de estudos, delicadamente offerecido á attenção do Conselho de Familia, instituido pelo artigo 16 do Instituto Henrique Kopke.»

Francisco Rangel Pestana, escrevendo sobre João Kopke no Almanach Literario de S. Paulo, de 1884, disse:

«Formou-se em Direito em 1875, na Faculdade de S. Paulo; pretendeu seguir a carreira da magistratura e foi nomeado, em Novembro de 1875, promotor publico de Faxina, deoois removido a seu pedido para Juniahy e em 1878 para a comarca da Capital. Não entrou no quadro da magistratura, porque poucos mezes serviu como promotor da Capital, tendo pedido demissão por dar preferencia ao magisterio.

Bem preparado, viva attestação do que fôra o Collegio Kopke, onde o ensino das linguas principalmente era notavel, sendo raro o rapaz que d'ali sahisse sem falar inglez e francez, pôde leccionar durante o curso de Direito alguns preparatorios. Nomeado professor substituto de Philosophia, Historia, Geographia e Rhetorica do Curso Annexo á Faculdade de Direito, pouco tempo exerceu as funcções de professor publico. Dentro do regime do ensino official, adstricto aos pontos, o discipulo do velho Kopke de Petropolis nao comprehendia a grandeza do magisterio.

O dr. João Kopke é, pois, digno de figurar na galeria dos nossos homens uteis, e sentimos immenso prazer fazendo-o apparecer aqui.»

João Kopke, o primeiro petropolitano grande educador, foi assim um brilhante alumno do Collegio Kopke, e um emerito reverenciador do nome paterno.

ASPECTOS DA VIDA MUNICIPAL

Em 1858, a povoação de Petropolis estava em vesperas de merecer as honras officiaes de cidade, o que iria obter, de modo excepcional, por um salto na escala administrativa, deixando de passar pela situação de villa.

Petropolis já possuia então uma casa de espectaculos, o *Theatro Progresso Petropolitano*. Entretanto, certos frequentadores desse centro de diversões eram ainda muito irrequietos, o que levou o sub-delegado Modesto Cassiano Pinto Coelho da Cunha, a fazer publico «ser inteiramente prohibido entrar-se para as cadeiras ou platéa do theatro, com bengalas ou chapéos de sól, recommendando a todos os Srs. espectadores, a ordem, decencia e silencio necessarios.»

Sem embargo, grupos scenicos exhibiam-se constantemente, e era com justificada espectativa que se aguardava a idéa que em 1850 tivéra João Caetano, de «levantar um verdadeiro theatro em Petropolis».

Nessa época, havia muitas perspectivas de engrandecimento local. Não promettera o director da Colonia, Jacintho Rebello, a execução de «uma estrada imperial como a da Companhia União e Industria, que partindo de Petropolis passaria pela Quitandinha, para corresponder á Pavuna, facultando a viagem do Rio a Petropolis em diligencias» ?

A 13 de Fevereiro de 1859, depois de referir-se a uma formidavel trovoada que desabara, «espectaculo assustador para uns, sublime para outros, e respeitavel para todos», *O Parahyba* registou: «Petropolis anima-se. A emigração da côrte augmenta de dia para dia; as casas alugam-se, os hoteis enchem-se, e os divertimentos se succedem como as trovoadas, e os carros se cruzam como os raios. Ha bailes populares, saráos burguezes, saráos aristocraticos, cavalli-

nhos artificiaes, jogos de argolinha, ha jantares, não diplomaticos, ha missas todos os domingos e dias santos, representa-se, canta-se e dansa-se no theatro, fazem-se e pagam-se visitas, ha emfim jornaes para lêr, jornaes para rir, e caricaturas que enojam. Para hontem estavam annunciados na rua Joinville os *cavallinhos artificiaes ;* hoje temos de tarde *jogo de argollinha* na praça do Imperador, e grande baile popular no hotel de Bragança». Isso, era todavia a Petropolis veranista, a sociedade da capital do Imperio que, refugiada nas delicias da serra, dava á cidade de Pedro II o seu especial aspecto de estação estival.

E o *Mercantil*, observava : «E' em pleno verão, janeiro ou fevereiro, que Petropolis ostenta todo o seu esplendor : mas o que assignala a estação não é a folhinha, não é o calor, não é o gyro do sól ou da terra ; é a vinda da familia imperial. Para os cortezãos, para os ricos ociosos, para o que se chama o *bom tom*, o imperador é o thermometro.

Emquanto se conserva em S. Christovão, ninguem das classes mencionadas sente necessidade de emigrar : mas logo que sua magestade imperial sóbe, *o calor lá em baixo se torna insupportavel*, e as andorinhas desprendem o vôo».

Se assim era na quadra do verão, os aspectos permanentes da vida de Petropolis, mantinham-se á margem, no seu rythmo natural.

E a poesia de sua vida citadina, iniciada havia pouco, apresentava occurrencias de especial doçura. N'uma fria manhã desse mesmo anno de 1859, os primeiros transeuntes tiveram a attenção despertada por um extranho embrulho de pannos, collocado á margem do Piabanha, embrulho que se mexia, delle partindo o chôro de um entesinho humano. Era um menino, pôsto á margem do rio, para despertar a caridade dos extranhos.

A noticia correu pela cidade, caminhou ligeira pelos

quarteirões tornando-se impressionante motivo para commentarios.

Tendo tido conhecimento da occurrencia, a Camara Municipal, reunida, decidiu tomar á sua conta a sorte do innocente.

Como se fôra salvo das aguas, de conformidade com o personagem biblico, a nossa edilidade mandou baptisal-o com o nome de Moysés e determinou medidas de amparo ao engeitado.

A 15 de Março de 1860, a Camara Municipal recebia o seguinte requerimento:

«Diz Margarida Linden, que tendo condusido e amamentado desta cidade á casa da Misericordia da côrte, a criança encontrada na margem do rio Piabanha, e que foi baptisada com o nome de Moysés, na nossa igreja matriz, em os ultimos dias de novembro ou primeiros de dezembro, que não tendo recebido recompensa alguma ao serviço a que se prestou a pedido do Sr. fiscal desta cidade P. a V. S. se digne dar-lhe o que julgar sufficiente a recompensal-a, pois é falta de meios, sendo esta a rasão que a leva ante V. S. E. R. Mce. (assign.) Margaretha Linden.»

Nesse mesmo dia 15 de Março, a Camara realizava a sua 12ª sessão, e no Expediente registado em acta consta um «officio do Fiscal da Camara, de 24 de Fevereiro, submettendo á approvação do plenario a conta das despezas por elle feitas com a amamentação, transporte, etc., do innocente Moysés, encontrado á margem do Rio Piabanha, todas na importancia de 50$000. Ao Procurador da Camara para pagar».

Como se vê, o governo municipal, impressionado com o episodio que tanto sacudira o ambiente sereno e risonho do pequeno burgo petropolitano, amparou o engeitado, baptisando-o e fazendo dar-lhe alimento, e por fim remetteu-o á

Misericordia da côrte por se encontrar ainda desprovida de instituição similar a jovem cidade.

Qual teria sido o destino do Moysés petropolitano, depois que sahiu do torrão natal, foi por certo uma curiosidade que, sem duvida, invadiu por muito tempo a maioria dos corações de Petropolis...

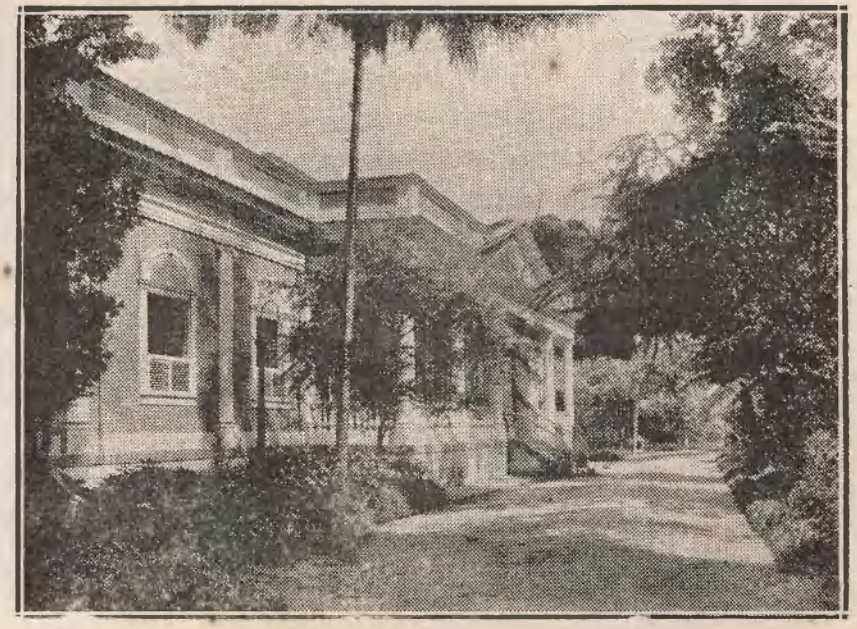
Em 1875, Petropolis ouvia Joaquim Nabuco, graças a uma iniciativa da Princeza para fins de beneficencia, fazendo o orador uma conferencia sobre o thema «Inspiração da natureza».

Nesse mesmo anno, a Cidade Imperial seria séde de um acontecimento invulgar, e de repercussão brasileira. A 15 de Outubro, no Palacio da Princeza, nascia o Principe do Grão Pará, Dom Pedro de Orleans e Bragança. Dias antes, o poder publico divulgava o seguinte edital:

«A Camara Municipal da cidade de Petropolis faz publico, para que chegue a noticia a todos os seus municipes, que, assim que se souber que sua alteza a serenissima princeza imperial D. Isabel está prestes a dar á luz o principe ou princeza, cujo nascimento é esperado, será lançada uma girandola da porta da mesma Camara, e logo que seja verificado o feliz successo, será elle annunciado por tres girandolas, lançadas daquelle mesmo lugar, se a augusta pessôa recemnascida fôr principe, e por duas, se fôr princeza.

A mesma Camara convida e pede aos seus municipes, moradores nesta cidade, para illuminarem a frente de suas casas, durante tres noites, desde a noite do dia em que tiver lugar aquelle tão faustoso acontecimento.

Paço da Camara Municipal de Petropolis, em 29 de Setembro de 1875. O presidente, Paulino Affonso Pereira Nunes, Augusto da Rocha Fragoso, Satyro José Vieira, Antonio Carlos de Magalhães, Bartolomeu Pereira Sudré, José Fer-



Palacio da Princeza (Onde nasceu o Principe D. Pedro de Orleans e Bragança.



reira da Paixão, Ignacio José Nogueira da Gama, José Rodrigues Ferreira e Bento José Gomes. O secretario, Antonio José de Araujo Pinheiro Junior.»

O presidente da Camara, signatario desse edital, foi um chefe politico que por muito tempo esteve em evidencia, e prestou muito bons serviços a Petropolis.

E como demonstração pittoresca das luctas partidarias qne n'aquelle tempo já se verificavam, appareceu nos «A pedido» do *Mercantil*, a 25 de Novembro de 1876, uma propaganda em verso, a favor dos correligionarios de Paulino Affonso, nas vesperas de eleições :

«Do povo ninguem se atreva
Contrariar a vontade,
O povo ama o progresso
Idolatra a liberdade

Elie quer ser governado
Com doçura e amisade,
Mas detesta o rigorismo
Que é contrario á liberdade

Viva pois Paulino Nunes
Do povo sempre estimado
Vivão tambem seus amigos
Que o tem acompanhado.»

O progresso, aperfeiçoando as utilidades, e muitas vezes dando á vida moderna, esse caracter vertiginoso, seguidamente commentado, transmitte aos constantes accidentes de rua, aspectos tragicos e de brutalisantes materialidades. Os accidentes antigos, geralmente de côres suaves, se nos permittem a qualificação, davam todavia muita opportunidade a lances cavalheirescos, como o que foi proporcionado ao

grande almirante imperial, tendo por scenario a tranquilla cidade de Petropolis, segundo descripção de uma chronica da época:

Verão de 1879. Espectaculo dramatico no theatrinho do Hotel Bragança, com a presença de Suas Magestades. Terminada a festa, a dama da Imperatriz, baroneza de Fonseca Costa, ao entrar no coupé cahiu ao chão, e se não fosse o sangue frio e coragem do sr. visconde de Tamandaré, que poude suster as rodas do vehiculo, seria essa senhora talvez esmagada sob o peso do carro, que a parelha desinquieta fazia mover.

Petropolis possuiu nada menos que quatro prados de corridas: o Jockey Club de Petropolis, o Hippodromo Petropolitano, o Prado Villa Thereza, e o Derby Club de Petropolis.

O primeiro nasceu em 1857, e como a topograhia local não offerecesse ainda posição adequada a esse sport, foi elle situado na planicie do Fragoso, proximo á Raiz da Serra. Nos dias de corrida, os Petropolitanos não achavam longa a distancia que os fazia descer a carro ou a cavallo, pela estrada da serra, para o calôr da baixada... e das apostas.

O segundo, existiu por muito tempo proximo á Ponte dos Arcos, na Itaipava, o terceiro, funccionou na pequena planicie hoje edificada do Alto da Serra, e o ultimo, que viveu até 1910, era ali em Corrêas, fronteiro á Fazenda da Engenhoca.

Em 1888, Petropolis assignava contracto para o serviço de agua, gaz e esgotos, com os engenheiros J. Mirandola, E. F. Benest e P. M. Gotto. E por isso, no anno seguinte, o *Mercantil*, ufano do adiantamento local, publicava esta quadrinha:

«Tem cavallos de corridas
E, portanto, um prado tem;
Vae ter gaz, vae ter esgotos
E agua muita tambem.»

JOÃO DUARTE SILVEIRA

A RUA DO IMPERADOR

A RUA DO IMPERADOR

Apôs a proclamação da Republica, os poderes municipaes, com a preoccupação de fazer desapparecer tudo que fizesse lembrar a monarchia, mudaram o nome da rua do Imperador pela denominação de Avenida 15 de Novembro.

Nessa época a rua do Imperador principiava na rua Bourbon, baptizada depois com o nome de Cruzeiro e chrismada posteriormente com a denominação de João Pessoa. O numero um era o predio em que está hoje o armazem do Laranjeira, substituindo o Bar Itararé.

Ali eram estabelecidos com armarinho e fazendas, Martinho Saldanha e Pereira da Silva, este mais conhecido pelo appellido de «Marreca».

No predio n. 3, actualmente installadas uma relojoaria e uma loja de calçados, existia um grande armazem da firma Oliveira & Azevedo.

No mesmo predio foi estabelecido o negociante mais dynamico do inicio da povoação, o portuguez Joaquim Martins Corrêa.

Nesse estabelecimento, que era um verdadeiro emporio, encontrava-se seccos e molhados, louça, fazendas, ferragens, miudezas de armarinho, couros, calçados, madeiras de pinho e do paiz, cal e muitos outros objectos.

Tinha tambem serraria vertical e circular, fabrica de café torrado, afiançado e superior tabaco em pó, moinhos para milho ou outro qualquer grão.

Encarregava-se de comprar e vender casas, escravos, ou outro qualquer objecto de valor. Foi o primeiro proprie-

tario da Imperial Fabrica de Tecidos S. Pedro de Alcantara, na qual tinha tambem um salão de bailes.

Logo em seguida vinha a casa de quitanda de Manoel Alves Ribeiro Borba, natural de Inhomirim.

Nesse local davam matinées as cosinheiras da época, chefiadas pela Maria Sophia, cosinheira dos diplomatas.

Esse Borba era pessoa importante. Tinha sido sargento da Guarda Nacional e prestára serviços no policiamento de Petropolis durante a guerra do Paraguay, e era respeitado nos bailes do Salão Floresta, onde exercia o cargo de — Fiscal das Danças. Ai d'aquelle que se chegasse um pouco mais da dama. Era logo advertido, depois de fazer soar o apito, signal para que o mestre da musica suspendesse a tocata.

Se o dançarino repetisse o encostamento, era logo posto fóra do salão, porque ali estavam : o Borba e seu cavaignac, para manter a moralidade, e o teneente Chiquinho, delegado de policia, para manter a sua autoridade no salão.

No antigo n. 7 era estabelecido Adão Nicodemus, com loja e fabricação de calçados. Elie mesmo e seu filho Arthur eram os officiaes de sapateiro, sendo mais tarde este ultimo effectivado no posto de tenente da Guarda Nacional.

Official garboso, á proporção que se enfronhava nos segredos da milicia, foi perdendo o habito de lidar com sapatos, dando em resultado acabar o negocio.

Logo em seguida, onde está a Casa Brasil, tinha Alfredo Leite seu estabelecimento de modas e armarinho, filial da Casa Barbosa Freitas, estabelecida na côrte.

Onde está estabelecida a Pharmacia Fluminense, existia o armazem da «Porta Larga» de José Teixeira de Azevedo, seguindo-se uma casa residencial com jardim ao lado.

No local onde estão estabelecidos a Agencia de Leilões e a casa de bilhetes de loteria de Vicente Marchese tinha



Maria Sophia

sido construido no inicio da vida da cidade, por um grupo de pessoas, que formaram uma associação por meio de acções, o Theatro Petropolitano.

O cidadão portuguez Carlos Alves de Mesquita tratou de comprar as acções á proporção que iam apparecendo vendedores, e quando adquiriu as ultimas, transformou a platéa do theatro em armazem de seccos e molhados. Desappareceu a arte para em seu lugar exhibir-se gordas mantas de carne secca. Em lugar de taboletas annunciando espectaculos com assistencia de S.S. M.M. Imperiaes via-se resteas de cebolas e amarrados de tamancos.

O n. 13 foi desdobrado em dois predios que actualmente têm os numeros 1008 e 1004, n'um dos quaes está localisado o «Jornal de Petropolis». Ali era a residencia e armarinho do velho João Lisboa, que mais tarde passou para o nome de Cosme Leite Vieira.

Logo adiante, sob o n. 15, existia a chacara do inglez Sculy, com grande jardim ao lado, habitada durants longos annos pelo professor Antonio Gabriel Coutinho Fróes.

Posteriormente esteve estabelecido o italiano Augusto Fioretti com o Hotel Roma, e depois o allemão Max Meyer com Bar e Restaurant, depredado por occasião da grande guerra pelos pseudos patriotas daquella época.

Sendo demolido o edificio foi nesse terreno edificado o Theatro Capitolio pelo cidadão portuguez João Xavier, passando depois a ser propriedade de Jeronymo Ferreira Alves.

O Theatro Cassino, salão de bailes e estabelecimento de bilhares de José Alipio Rodrigues de Sá, de nacionalidade portugueza, funccionava justamente onde está a fabrica de moveis de Felippe Gelli.

Funccionaram no mesmo local o jornal «Cruzeiro» do desembargador Hosanah de Oliveira, e o «Diario de Petropolis» de minha propriedade de sociedade com João de Deus Filho e Joaquim de Paiva; jornal de combate, no qual colla-

boraram os drs. Arthur de Sá Earp e Eduardo José de Moraes.

Nos bailes do Salão Cassino não havia fiscal de danças, de forma que o encostamento era um facto, e o maxixe era usado sem cerimonia, pelas cosinheiras e os copeiros d'aquella época e a bohemia turbulenta dos filhos das familias veranistas.

Ao lado, onde estão uma barbearia e a «Optica» havia a cocheira do «Bragança», da qual era gerente o *Chico Duarte*, grande apreciador do pessoal que frequentava os bailes do Cassino, e querido das morenas. Pela manhã, no portão da cocheira, fornecia-lhes o palpite para o bicho.

Onde hoje existem os predios de numeros 954 e 898, entre elles, o da agencia do Banco do Brasil, construido pela administração do desapparecido Banco de Petropolis, estava localisado o tradicional Hotel Bragança, construido em 1848 pelo medico francez dr. Charbonier e dirigido por sua mulher madame Charbonier. Depois passou a ser propriedade de Manoel Maria Bregaro, filho do correio Bregaro que arrebentando cavallos, foi a S. Paulo levar a correspondencia vinda de Portugal juntamente com as cartas da imperatriz Leopoldina e de José Bonifacio, que decidiram o principe, ás margens do Ypiranga, soltar o grito de Independencie ou Morte.

Nesse mesmo espaço foi aberta a rua Alencar Lima, que o *João Russo*, com muito espirito appellidou de «Appendicite».

Na parte terrea do hotel estavam estabelecidos diversos negocios, entre elles a charutaria de Thomaz Vieira Maciel, a *Curiositas* de Curt Hartmann, e um café de 3a. classe no angulo occupado pela casa «Favorita».

Tambem funccionou ali a Collectoria. O collector João Guilherme Pinto de Souza era hospede do hotel e a repartição fazia parte da hospedagem, n'um dos quartos que davam para a rua.

Junto á porta da entrada do hotel havia bancos sobre a calçada. Iinteressante a exposição de antiguidades, em revista de mostra, que todos os dias ali se exhibia; não havia belleza feminina maior de sessenta annos, que faltasse a esse concurso.

As fabricas mais afamadas de instrumentos mortiferos eram representadas n'aquella exposição desde Krupp até Armstrong.

A pharmacia homœopathica e o Café Ypiranga sob o n. 882 estão no mesmo local onde existia uma cocheira de alugar carros e cavallos, para passeio, de Antonio Brandão Filho, um dos maiores farristas d'aquella geração.

Em seguida vinha o açougue do polaco André Kozlowsky, o leader dos açougueiros. Thermometro do preço da carne, era elle quem decidia da alta ou da baixa da mercadoria. Era um verdadeiro régulo.

Onde hoje estão situados os predios de numeros 870 e 864 existiaa o Café Brasil do italiano Mulatti Constante. Mais adiante estava estabelecido João Viard com loja de fazendas justamente no actual predio n. 844 onde se vê a exposição de moveis da fabrica Gelli.

Depois dessa loja via-se a entrada do Salão Floresta.

Na parte da frente, abrangendo os estabelecimentos da Agencia de loterias n. 848, Casa Seabra n. 838, Bijouteria Baptista e Salão Paris n. 832, era occupado pelo salão de bilhares do francez Rougemont.

Nos fundos do actual Salão Paris estava installado o Floresta, ponto dos divertimentos da cidade. Durante a semana havia á noite patinação, na parte da platéa cimentada e nos domingos bailes familiares.

As familias burguezas occupavam os camarotes, onde havia uma varanda propria para danças.

Em baixo, na platéa, installava-se o pessoal que affluia dos quarteirões.

A impressão que se tinha ao entrar no salão, era de uma perfeita creche devido a grande numero de carrinhos com crianças dormindo, arrumadas debaixo da varanda emquanto as mamãs e as maninhas rodopiavam sob a cadencia das valsas.

De quando em vez o «Mariquinhas», typo popular da época, mixto de homem e de mulher, vinha regar o salão para abrandar a poeira.

Dos afamados e guapos dançarinos d'aquella época ainda existe um : o Martins Junior, um velho que anda sempre pelos cinemas e o Nascimento que desappareceu ha pouco ; velho e barbado, envergando o habito da ordem de S. Francisco, acompanhava reverente e contricto as solennidades religiosas.

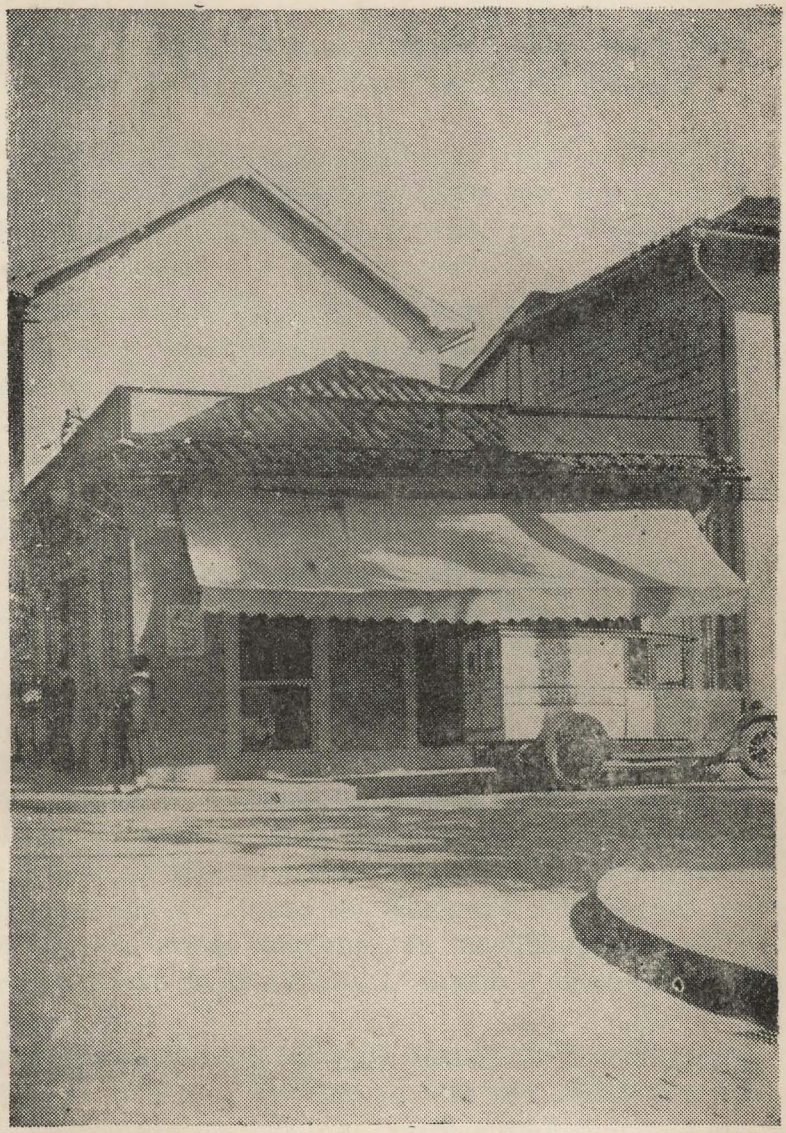
De uma feita, estando o baile animado e o delegado com somno, entendeu este de suspender o divertimento. Não se conformou com a ordem o mestre da banda de musica e continuou a tocar. Irritou-se o delegado e prendeu a musica, mas como os soldados eram poucos e os musicos muitos, sahiram elles do salão tocando e marcharam para a delegacia acompanhados por uma centena de pares, que na delegacia continuaram o baile. Não havendo espaço sufficiente no xadrez foi relaxada a prisão.

Em seguida estava estabelecido com armarinho Ernesto José Olive, que falleceu sem ter visto a estação da Estrada de Ferro, porque durante o tempo que ali esteve estabelecido nunca mais sahiu de casa. Não tinha sapatos nem botinas, só usava chinellos.

Onde estão estabelecidas a agencia de loterias e a Alfaiataria da Paz era o armazem de seccos e molhados de João Corrêa da Costa.

O actual theatro Petropolis, era a cocheira de George Thomaz Land.

No numero 790 onde se encontra a Ourivesaria Ritt-



Casa D'Angelo

meyer existia o hotel *João Henriques*. Casa baixa. Os preços dos quartos não eram altos e os das refeições da altura da casa.

A seguir via-se um portão largo, que nunca se fechava, tendo ao fundo do predio uma espelunca com o suggestivo nome de «Buraco». Actualmente é a loja n. 782 onde está um deposito de sedas.

O Stand da Noite e a Casa Hermany era a padaria de Gustavo Robbe. Nos fundos havia um estabecimento de banhos quentes e frios, pertencente ao mesmo Robbe. Onde está o Hotel Savoia existiu um portão e jardim, dando entrada para os predios do fundo do terreno, propriedade outrora do dr. Emiliano Fagundes Varella, pae do poeta Fagundes Varella que ali passou sua juventude.

Seguia-se a loja de chapéus de sol e bengalas de Antotonio Esteves Pereira e que ultimamente era a La Royalle.

Logo após vinha a loja de fazendas de Carlos Fonseca e a confeitaria de José da Rosa Garcia, actualmente casa *Eldorado*.

Em continuaçao, a residencia de Ignacio da Gama Moret, onde está estabelecida a Papelaria do Povo, e ao lado o cartorio do 1° officio do tabellião Moret actualmente «Casa Xavier».

Logo após ao cartorio estava a Ourivesaria e Relojoaria Brunner, seguindo-se a casa de ferragens e materiaes de construcção dos irmãos Schaefer, na localidade onde está construido o predio da confeitaria *D'Angelo* e estabelecido o Cassino Atlantico.

Esses Schaefers eram filhos de Christovão Schaefer, que tinha chegado ao Brasil em 1828, contractado para servir no batalhão de granadeiros, como se verifica do documento em seguida transcripto:

«Vicente Paulo de Oliveira Villas Boas, Official da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavalheiro das Ordens da Rosa e de Christo, condecorado com a Honorifica Medalha de Distin-

cção e a Geral de Campanha, tenente-coronel commandante do 2º Batalhão de Granadeiros da 1ª Linha do Exercito por Sua Magestade o Imperador a Quem Deus Guarde. Certifico que do registro geral de praças do acima citado Batalhão, nelle se acha o assentamento do theor seguinte : 5ª Companhia. N. 38. Soldado Christovão Schaefer, nascido em 1806, natural da Prussia, carpinteiro, apresentou praça em 1828 e teve baixa em 20 de Dezembro de 1830.

Esse batalhão estava em Desterro, actual cidade de Florianopolis.

Tendo baixa do serviço militar, obteve licença para residir na Côrte, pagando na occasião pela licença 40 réis de sello de verba.

Chegando á cidade do Rio de Janeiro estabeleceu-se com carpintaria á rua da Guarda Velha, transferindo-se depois para a rua do Hospicio n. 325. Vendendo o estabelecimento veio para esta localidade e obteve de seu patricio Julio Koeler o terreno da rua do Imperador esquina do Largo do Imperador, onde construiu um predio, que foi demolido noventa annos depois ao ser construido o actual.

Ali estabeleceu-se com botequim, que era o ponto de reunião á noite e aos domingos dos notaveis da Colonia.

Da praça do Imperador até onde está installado o Hotel Max Meyer não existia nenhuma edificação. O espaço era occupado pelo parque do Palacio Imperial. Na actual rua Barão de Teffé existia um portão e uma casa terrea, moradia do pessoal que acompanhava o Imperador D. Pedro 2º durante sua estadia n'esta cidade.

A seguir havia um terreno baldio, na frente da casa dos Semanarios, actualmente chrismado com o nome de Grão Pará.

Terminava esse terreno, onde havia outro portão, justamente no local em que está edificado o predio do Moinho Inglez.

Vinha depois a residencia do dr. Manoel Vieira Tosta, antigo Juiz de Direito desta comarca e na época era senador pela Provincia da Bahia e barão de Muritiba.

Nesse predio está hoje installada a Panificação Elite.

Junto a essa residencia havia uma outra de sobrado, onde está a agencia do Banco Hypothecario e Agricola, e a seguir uma casa residencial com jardim á frente, no local onde está o recreio do Collegio Plinio Leite.

Seguia-se uma série de pequenas casinhas sem maior importancia até á residencia de Antonio Brandão (o velho) edificado sobre um alto muro, no local em que se ergue o edificio do Club Petropolis.

Dahi por deante vinha uma nova serie de pequenas residencias até a venda de José Martins Meira que já era de sobrado.

Finalisava a rua do Imperador com a charutaria de Alexandre Dunley, onde hoje é o estabelecimento de Francisco Comes e o armazem de seccos e molhados de José Maria da Fonseca Braga, que occupava parte do predio.

Termino aqui a descripção do lado esquerdo da antiga rua do Imperador, que passou a ser o lado direito da avenida 15 de Novembro.

O lado direito da rua do Imperador passou a ser o lado esquerdo da avenida 15 de Novembro. Principiava na entrada da antiga Rhenania, hoje rua Washington Luis. Em um rustico barracão, estava installada a ferraria Sixel e logo a seguir a casa de consignações de Bernardo H. Wellisch, na qual se encontrava vinhos hungaros, francezes e portuguezes, banha, conservas, sabões, velas, cimento, kerozene, arame farpado, chapas, pontas de paris, carrinhos

americanos, torneiras, pás, machadas e enxadas, nos numeros 4 e 6, espaço esse actualmente occupado pelos predios numeros 1005 a 1147.

No espaço entre este predio e o de numero 1033, era estabelecido Pedro de Schepper com uma casa de bilhares. Havia tambem, ali, casas residenciaes.

Seguia-se a carpintaria e fabrica de carros para passeio de Echternacht pae e filhos onde actualmente estão os predios 1025 e 1027. Os carros de luxo, para passeio, eram ahi fabricados e em diversas exposições, aqui e na côrte, foram premiados.

Nos predios actuaes de numeros 1011 e 1017 era estabelecido com armazem de seccos e molhados Victorino Rodrigues Figueiredo, mais conhecido por Victorino chorão, quasi na esquina da rua D. Francisca, hoje General Osorio. Era tão popular que deu o nome á ponte fronteira, pois era denominada a ponte do Victorino.

Substituindo um barracão que a Provincia mantinha n'esta cidade, entre as ruas D. Francisca e D. Januaria, no qual estavam installadas a Repartição de Obras Publicas da Provincia, dirigida pelo engenheiro João Martins da Silva, a cadeia, o quartel da policia e uma escola, ergue-se o edificio onde estão estão installados o Forum, a Delegacia de Policia, os Bombeiros, a Collectoria Estadoal e o quartel da Policia.

O actual edificio foi mandado construir pelo então Presidente do Estado dr. José Thomaz da Porciuncula, sendo a obra feita por administração sob a direcção do engenheiro Devoto, dirigindo as obras o constructor Antonio Avelino Barbosa.

A construcção ficou terminada em 1894, quando deixaram de funccionar na Camara Municipal as audiencias e as sesões do Tribunal do Jury.

Junto ao barracão estava estabelecido Carlos Barbosa de Moraes, com negocio de quitanda e uma infinidade de ar-

tigos exoticos difficil de ennumerar. Era um negocio de quarta classe.

Na outra esquina da rua D. Januaria, actualmente Marechal Deodoro, estava estabelecido João Corrêa Maduro, com grande Armazem de seccos e molhados que abrangia tambem o predio onde hoje se encontra uma casa de alugar bicycletas e tem o numero 807.

O actual predio onde está estabelecido o Credito Movei, sob o numero 805, abrigava a charutaria Dutra e o Costa Barbeiro, o tal das petisqueiras que deu motivo a muitas pilherias n'aquella época.

Era estabelecido com armarinho, em uma casa ainda colonial Jorge Stofler. No mesmo local foi construido por Guilherme Eppinghaus o predio de sobrado sob o numero 999 no qual se estabeleceu.

O açougue que ainda existe sob o numero 793 pertencia a Carlos Baldner & Hamann, seus fundadores, pois nesse local se encontrava antes uma officina de carpinteiro.

A Casa Duriez, que conta quasi um seculo de existencia, era estabelecida no actual numero 785 onde hoje existe a Typograhia Ypiranga.

Logo após, no actual numero 779 era a sapataria de Miguel Kind, denominada «A Bota Vermelha».

Em seguida vinha o vasto armazem do francez Leon Tridon occupando os actuaes numeros 769, 763 e 757. Era o homem mais forte da época. Diziam que de uma feita, como um burro de sua propriedade não quizesse andar, elle o carregou.

Depois desse estabelecimento vinha o hotel do Peres, justamente onde hoje está o numro 751 e ostenta-se a bem montada casa de negocio de Henrique Duriez, em contraposição ao desapparecido hotel, que em materia de sordidez era a ultima palavra.

Junto a esse hotel era a padaria Siqueira de Moraes, co-

nhecido pelo appellido de barão de Sapucaia. Typo popular, usava uma abundante cabelleira, toda encaracolada e tinha o olhar obliquo do cerdo quando está na engorda.

Terminava esse estabelecimento n'um largo portão que dava passagem ás carroças alimarias do serviço da entrega do pão, e aos moradores de uma vasta estalagem, localisada nos fundos dos predios já descriptos.

Em seguida vinha o restaurante Macedo, justamente onde está a Agencia Hugo, no numero 729.

Logo após, sob o numero actual 727 havia a alfaiataria de José da Cruz Loureiro, onde hoje está localisada a pharmacia Santo Antonio.

O Asylo de Santa Isabel, que tinha o numero 34, passou a ser o numero 689 e na parte terrea tinha um russo um grande estabelecimento de fumos e cigarros, que deixou de existir após a modificação da fachada do edificio.

Seguia-se áquelle estabelecimento de ensino a casa de modas do allemão Joseph Molitor, onde actualmente se encontra uma casa de moveis e onde foi por largo tempo a Alfaiataria Progresso.

No mesmo predio onde hoje é uma padaria e a casa Symphonia sob o numero 661, era estabelecido com sapataria, o colleccionador de sellos Manoel Fernandes Carneiro. Elie morreu de morte natural, mas a collecção, dizem... mataram-na.

Junto á casa Carneiro havia a confeitaria e refinação de assucar de Loureiro & Rodrigues, onde hoje existe um armazem de seccos e molhados sob o numero 657.

Onde se está construindo um edificio do Raymundo Pestana existia a pharmacia de Fernando Simas, que após a proclamação da Republica foi eleito deputado á Constituinte de 1891, pelo Estado do Paraná.

Logo depois depois desse estabelecimento havia um pequeno hotel de um italiano de nome Petrella.

Junto a esse hotel estava o cartorio do tabellião do 2º officio, capitão João Cordeiro de Carvalho.

No local onde está o café Central existia um portão largo que dava entrada para a estalagem de Duarte Pinto, que era um formigueiro de moradores.

Onde hoje se acha installado o Hotel Milano havia a fabrica de cigarros e charutaria «Aguia» de Antonio Lemos de Vasconcellos.

Depois dessa fabrica de cigarros vinha a «Botica do Motta» sob o numero 48, adquirida em 1867 a José Antonio de Carvalho, depois visconde de Castello Louzã por José de Oliveira Motta Azevedo, de sociedade com o dr. José Antonio Vaz, por dez contos de réis.

Essa pharmacia já deve estar se approximando do centenario porque em 1860 funccionava na rua Princeza D. Januaria, nas proximidades da actual Egreja Methodista. E' o mais antigo estabelecimento da rua do Imperador e deu o nome á ponte fronteira. Os antigos moradores poderão attestar a designação que sempre teve : «ponte da Botica».

Madame Dreyfus occupava logo em seguida o predio em que esteve a Casa Americana, mas sómente no verão ; era como as andorinhas, acompanhava as freguezas quando ellas desciam a serra.

Nesse local esteve estabelecido Ignacio José da Silva, mais conhecido por Ignacio Papae, que acabou por incorporar ao seu nome o appellido de Papae.

Sob os numeros 581 a 595 actuaes, era estabelecido Antonio Gonçalves da Cunha com loja de fazendas e colchoaria. Era um negociante que gostava de cultivar a prosa, e talvez seja esse o motivo porque o seu descendente ame tanto as musas, procurando por meio de seus versos attingir o caminho da luz.

Seguia-se o barbeiro e cabellereiro «Blanchardie» estabelecido na mesma casa em que está hoje o Salão Elegante, no numero 577.

Após o barbeiro vinha o colchoeiro e armador Francisco José de Moraes, que era tambem fornecedor de caixões para defuntos.

Junto a esse estabelecimento estava a antiga loja de funileiro fundada por José Kallembach e por essa época sob a direcção de sua viuva.

Em seguida vinha o armazem de Manoel Pinto da Rocha Cardoso e a ourivesaria e relojoaria de Paulo Rittmeyer, em cujo local foi edificado o arranha-céo petropolitano, no qual está funccionando o Grande Hotel.

Nos actuaes numeros 533 a 503 havia o hotel «Grão Pará», de propriedade do inglez George Beresford, hoje transformado em diversos negocios, estando nas extremidades a Casa Schettini e a Alfaiataria Ribeiro. O hotel dispunha de uma larga entrada, bem installado vestibulo, de onde partia uma larga escada, toda atapetada, dando accesso ao andar superior.

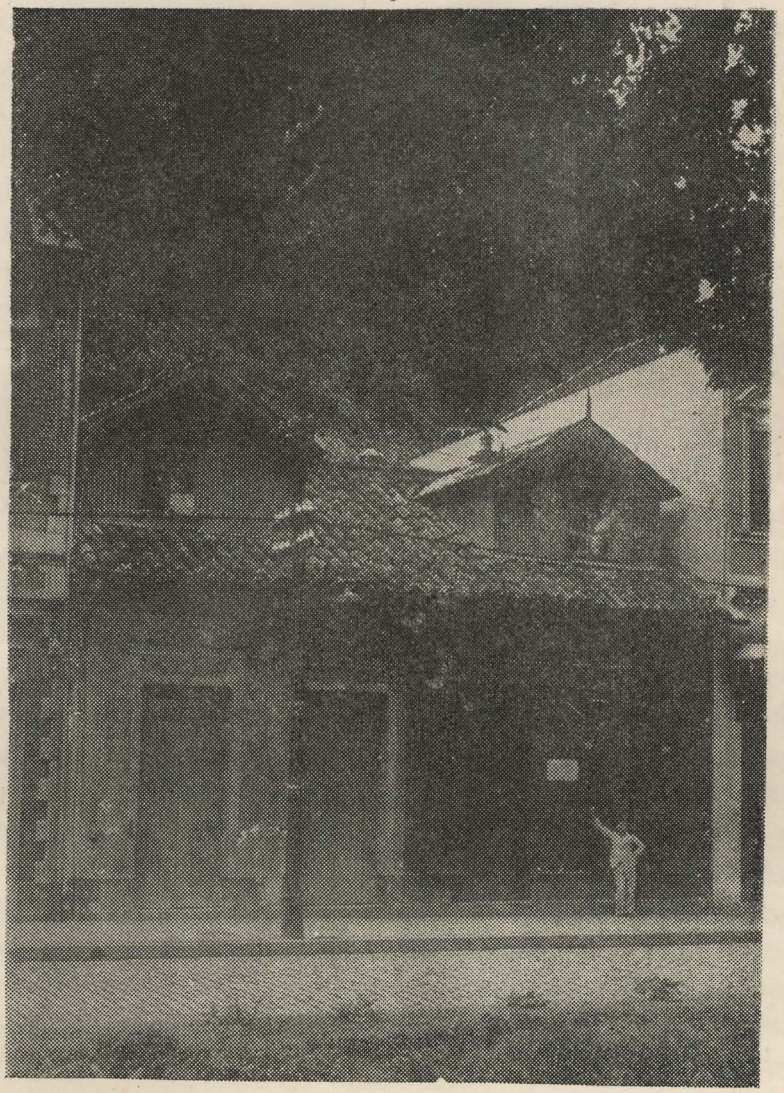
Na parte terrea era o salão de refeições, lindamente decorado, com a sobriedade de um verdadeiro «Room» inglez. O edificio tinha sido construido pelo general Pinto Peixoto, que nelle tivera sua residencia. Era pessoa muito ligada á familia imperial.

Junto a esse hotel existia um barracão com nome de predio onde era estabelecido um açougue.

A demolição desse pardieiro deu lugar á construcção de um predio moderno, de sobrado com duas lojas, sob os numeros 493 e 487.

Logo após ao barracão já descripto vinha a chacara, com jardim ao lado, do commendador Antonio Ribeiro Queiroga.

Embora aquelle predio não tivesse nada de apreciavel na sua construcção, nada lucrou com a transformação que soffreu. De uma residencia de aspecto agradavel, surgiu um mostrengo que enfeia um grande espaço da Avenida.



Venda do Cunha

O *Queiroga* foi um dos primeiros veranistas que construiu predio proprio para passar a estação de verão. Era portuguez e foi membro proeminente da Commissão Organisadora da Exposição Horticola e Agricola realisada em Petropolis a 2 de Fevereiro de 1875, sendo a primeira que teve lugar no paiz.

Depois dessa chacara vinha um predio residencial e em seguida a funilaria de Conrado Pfeifer.

Seguia-se um outro predio residencial, que foi reconstruido com dois pavimentos tendo os numeros 447 e 441.

Onde está hoje edificado um sobrado tendo nos pavimentos terreos o numero 431, existia uma casa colonial, moradia de Henri Larue, que fazia o serviço de commisario entre esta cidade e a Côrte. Esse antiquissimo predio desappareceu devido ao incendio que o destruiu juntamente com o negocio de moveis de Cleto Grandi.

Seguia-se o armazem de seccos e molhados de Antonio Alves da Cunha, — o Cunha dos cachorros — que depois de retirar-se do commercio foi morar no fim da avenida Ypiranga, dando a esse local o nome de Buraco do Cunha. Tem hoje, o predio, o numero 427.

Junto a esse negocio havia o açougue do casal França. Emquanto a mulher ficava no estabelecimento attendendo á freguezia, o marido ia entregar aos freguezes os bichos mortos, não esquecendo nunca seus palpites nos bichos vivos, até que um dia deu com os burros n'agua e fechou o açougue.

Logo após vinha o armazem de comestiveis de João Antonio Ribeiro, com o moderno titulo de «Petropolis Store».

Abrangendo os actuaes numeros 393 a 375 era a residencia do commendador Cornelio dos Santos, antigo fazendeiro e commissario de café na Côrte. A casa era em estylo de fazenda com cumieira ao longo da rua e com os beiraes do te-

lhado despejando agua das chuvas sobre os transeuntes, com uma porta ao centro do edificio, com escadinha e innumeras janellas de ambos os lados.

O actual armazem de seccos e molhados de João Lourenço é a continuação do mesmo negocio que pertenceu a Adão de Souza Nogueira.

Depois desse armazem vinha o emporio de farinhas de trigo, kerozene e generos alimenticios por atacado, Land Avellar & Companhia, que tambem eram representantes do Moinho Inglez.

Seguia-se a officina de pinturas de Porfirio Vieira da Cunha, mulato alto e pachola que nos dias de eleições envergava um fraque inconcebivel, para ir presidir os trabalhos eleitoraes da mesa de sua secção.

Vinha depois a loja de ferragens, papeis pintados, louças e outros artigos de José de Almeida Amado.

Depois do Almeida era a officina do lapidador Sieber, o artista que espalhou pelo Brasil afóra, por intermedio dos turistas, seus maravilhosos trabalhos em vidro, tão apreciados pela delicadeza dos desenhos.

Junto havia a moradia de José Ribeiro de Araujo Junior, dotado de genio folgazão. Era rara a noite que não houvesse bailes e tocatas nessa vivenda. Mas, naquella época o morro estava sempre escorregando, e á proporção que os *fundos* foram diminuindo as festas na frente foram desapparecendo.

Finalmente, na esquina estava estabelecido com sapataria João Baptista Casqueiro, justamente onde está hoje o Café Cometa.

Da rua Paulo Barbosa em diante quasi que só existiam predios residenciaes.

O primeiro, em que está a Ceramica de Itaipava era a residencia de madame *Bouchie*. Era uma casa colonial, baixa, com janellas abrindo para a rua. Na trajectoria que

a janella descrevia até encontrar a parede, acontecia muitas vezes molestar a cara dos transeuntes distrahidos, que no momento passavam.

Ao fundo, encostada a esta casa existia a residencia do professor José Agostinho de Souza Lima, notavel medico e lente da escola de medicina, e, ao lado a residencia do Juiz de Direito dr. Arthur Annes Jacome Pires, Ambas conservam o mesmo aspecto.

Junto ficava a quitanda do «Baptista», predio antiquissimo que, demolido, no seu logar foi construido um sobrado onde é estabelecida a charutaria Dunley, a caminho do meio centenario.

Onde existe um terreno baldio era a chacara do inglez Thomaz Holden e logo após a residencia de João Silbernagel, cujo predio é o mesmo, tendo sido ultimamente modificada a fachada.

Seguia-se a chacara do conselheiro José Machado Coelho e Castro, que foi aproveitada para a construcção dos predios onde estão estabelecidas as dependencias dos collegios Plinio Leite e Pinto Ferreira.

Finalmente, na esquina, estava a residencia do conselheiro Christiano Benedicto Ottoni, senador do Imperio.

A casa era assobradada e tinha a frente para a rua dos *Toneleros*, como se chamava a rua Porciuncula, e no espaço que occupava na rua do Imperador estão agora estabelecidos um botequim e uma leiteria.

Terminava ali o lado direito da rua do Imperador que passou a ser o lado esquerdo da avenida 15 de Novembro.

A ponte que liga os dois lados da avenida nesse local era pelo povo denominada «ponte do Ottoni». Essa tradição está desapparecendo e não será justo que qualquer dia, mais

tarde ou mais cedo, venha prevalecer um nome qualquer para designar esse proprio municipal.

Dos estabelecimentos descriptos sómente quatro ainda existem : a Casa Duriez, o Salão Elegante, a Pharmacia Central e a Charutaria Dunley, sendo seus fundadores dois francezes, um portuguez e um descendente de irlandez.

LAURENIO LAGO

AMARO EMILIO DA VEIGA

AMARO EMILIO DA VEIGA

Natural da ilha de São Miguel, archipelago dos Açores, filho do dr. João José da Veiga e de sua mulher D. Eugenia Perpetua de Menezes Girão, nasceu a 15 de Janeiro de 1814.

Chegou ao Rio de Janeiro em 1820 em companhia de sua familia. Seu progenitor vinha assumir o cargo de desembargador da Casa da Supplicação do Rio de Janeiro, para o qual tinha sido nomeado e entrou em exercicio no dia 8 de Julho desse anno.

Amaro Emilio da Veiga assentou praça de guarda-marinha em 4 de Outubro de 1828, em virtude do avizo do ministro da Marinha do dia anterior.

Em 6 de Março de 1834 foi nomeado chefe de brigada da Companhia dos Guardas-Marinhas.

Mostrou grande applicação nos estudos, tendo concluido, em 1834, com approvações plenas em todas as doutrinas, o curso da Academia de Marinha.

Seu primeiro embarque, determinado em 1° de Dezembro desse anno, foi para o brigue *Niger*, passando deste para o brigue *Alcides* em 26 de Abril de 1835.

Em decreto de 29 de Julho do dito anno foi promovido a 2º Tenente da Armada; desembarcou do dito brigue em 14 de Agosto do mesmo anno.

Por nomeação de 16 de Janeiro de 1836, embarcou na fragata *Principe Imperial*, desta passou para o brigue *Niger* em 19 de Abril e do dito brigue para a corveta *Dous de Julho* em 13 de Maio, da qual desembarcou em 24 de Dezembro, tudo de 1836.

Em nomeação de 9 de Fevereiro de 1837 embarcou no paquete *1° de Abril* e desembarcou por doente em 14 do dito mez.

Teve novo embarque por nomeação de 28 do referido mez para o brigue *Imperial Pedro*.

Em decreto de 7 de Setembro de 1837 foi promovido ao posto de 1° Tenente da Armada e por outro de 15 do mesmo mez se lhe mandou contar antiguidade para este posto desde 22 de Outubro de 1836.

Desembarcou do dito brigue por mostra de desarmamento em 4 de Novembro de 1837.

Em nomeação de 14 de Fevereiro de 1838 embarcou na na corveta *Regeneração*, foi nella de guarnição para a Bahia por occasião da rebellião daquella provincia e ali esteve até ser ella pacificada.

Desembarcou em 2 de Maio do referido anno.

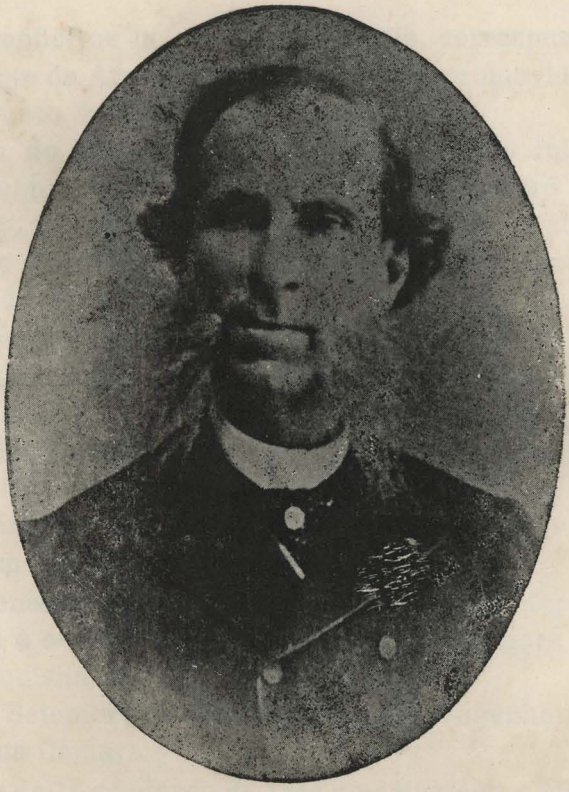
Em nomeação datada de 1º de Junho do dito anno embarcou na fragata *Imperatriz*, desembarcando no dia 10 do referido mez e anno.

Em nomeação de 1º de Outubro desse anno embarcou na fragata *Principe Imperial*, da qual desembarcou na provincia da Bahia em 18 de Janeiro de 1839, vindo de passagem na corveta *Sete de Abril* para o Rio de Janeiro aonde chegou a 27 desse mez.

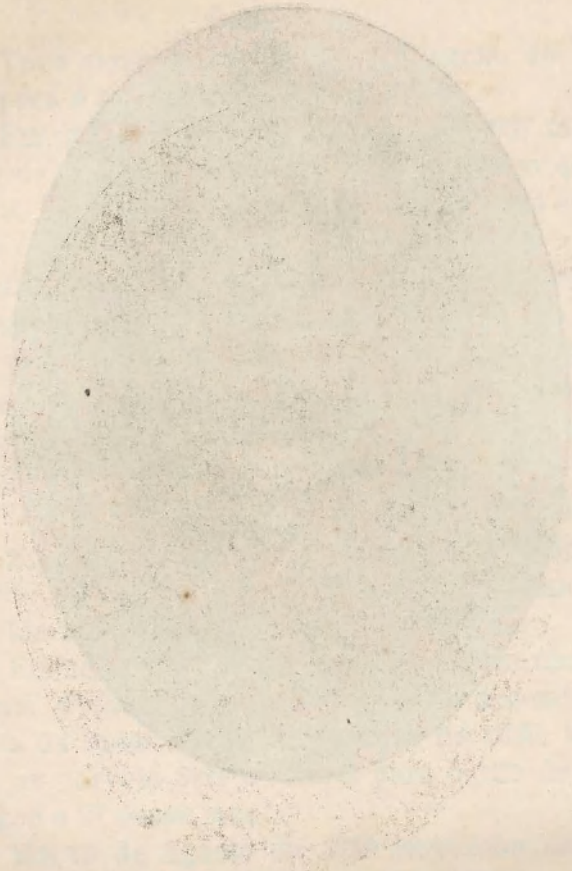
Em 15 de Agosto de 1839 embarcou na náo *Pedro Segundo*, passando em 1º de Outubro seguinte para o vapor *São Salvador* afim de desempenhar a commissão determinada pelo Governo Imperial, levando sob suas ordens um cabo e dez praças das companhias fixas de marinheiros para ir á Santa Catharina quando a Villa da Laguna estava occupada pelos rebeldes.

Regressou desta commissão indo para a náo *Pedro Segundo*, onde se achava e depois para o brigue *Imperial Pedro*, do qual desembarcou em 9 de Janeiro de 1840. Embarcado na charrua *Carioca* em 25 de Junho seguinte desembarcou da mesma em 28 de Setembro desse anno.

Em decreto de 12 de Janeiro de 1841 passou para o



Coronel Amaro Emilio da Veiga



Corpo de Engenheiros no posto de capitão, correspondente ao de 1º Tenente da Armada, não podendo ser promovido sem completar o curso de engenharia.

Em avizo do Ministerio da Guerra de 1º de Julho de 1841 foi nomeado ajudante de engenheiro da Camara Municipal da Côrte ; apresentou os relatorios dos seus trabalhos até 6 de Julho de 1842 e dous certificados do bom desempenho do Chefe da Commissão.

Completou o referido curso de engenharia em 1842, sendo approvado plenamente em todas as doutrinas que para isso lhe faltavam.

Em 2 de Setembro de 1842 foi nomeado Vice-Director interino da Fabrica de Polvora da Estrella ; apresentou os relatorios dos seus trabalhos e certificados do respectivo Director do seu bom comportamento até fim de 1842.

Foi dispensado desta commissão em 23 de Março de 1843, passando a ser empregado nas obras da Camara Municipal que o requisitara.

Em 23 de Setembro de 1843 foi nomeado engenheiro das obras da mesma Camara.

Em avizo de 1º de Março de 1844 communicou o Ministerio da Guerra que a Camara Municipal da Côrte participara pelo Ministerio dos Negocios do Imperio, haver o capitão Amaro Emilio da Veiga desempenhado as obrigações de seu cargo com toda actividade e intelligencia, pelo que a referida Camara estava animada do desejo de o conservar naquella Commissão.

Em decreto de 14 de Março de 1844 foi graduado no posto de major, do qual foi promovido a effectividade deste posto por decreto de 7 de Setembro de 1847.

Em 30 de Dezembro de 1848 apresentou o relatorio dos trabalhos que tem dirigido e desempenhado na commissão em que se acha empregado.

Em 29 de Janeiro de 1850, participou o major Amaro Vei-

ga haver dado a sua demissão de engenheiro da Camara Municipal da Côrte.

Em avizo de 15 de Fevereiro de 1850, o major Amaro Veiga foi posto á disposição do mordomo da Casa Imperial Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, para ser empregado no serviço da aviventação de rumos e medição das fazendas nacionaes situadas em Nova Friburgo.

Com permissão do Ministerio da Guerra de 1º de Fevereiro de 1853 foi encarregado da direcção da obra da igreja matriz da Villa de Nova Friburgo, conforme solicitação da presidencia da provincia do Rio de Janeiro.

Em avizo de 2 de Agosto de 1853 foi concedida permissão ao major Amaro Veiga para se empregar como engenheiro da Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petropolis.

Em 2 de Março de 1855 lhe foi concedida licença para ser tambem incumbido das obras da ponte do rio Parahyba, conforme pediu o presidente daquella Companhia.

Em 30 de Agosto de 1855 tomou assento como membro supplente na Assembleia Legislativa da provincia do Rio de Janeiro.

Em aviso de 3 de Março de 1856 o ministro da Guerra mandou averbar nos assentamentos do major Amaro Emilio da Veiga o officio do Barão de Mauá, na qualidade de presidente da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petropolis, participando que achando-se ainda o referido official empregado nas importantes commissões dos trabalhos da estrada de ferro e de rodagem de Mauá a Petropolis, e da construcção da grande ponte sobre o rio Parahyba contractada com o governo da provincia do Rio de Janeiro, cumpria-lhe informar que elle se tem conduzido no desempenho dos importantes deveres a seu cargo com a maior actividade, zelo e intelligencia, satisfazendo-o completamente a todos os respeitos.

Em 22 de Junho de 1856 participou o major Amaro Emilio da Veiga que tinha de tomar assento como deputado na Assembléa Legislativa da provincia do Rio de Janeiro que seria installada no dia 1º de Agosto do mesmo anno, continuando porém na direcção das obras a seu cargo.

Em decreto de 2 de Dezembro de 1856 foi promovido ao posto de tenente-coronel.

Eleito 1º juiz de paz da freguezia de São Pedro de Alcantara de Petropolis solicitou em 6 de Dezembro de 1856 permissão para juramentar-so, afim de poder exercer este cargo, havendo o governo imperial negado esta permissão conforme o avizo do ministro da Guerra de 7 de Janeiro seguinte.

Pelo presidente da provincia do Rio de Janeiro foi nomeado juiz commissario do municipio da Estrella, cargo que não desempenhou, pois ficava sujeito aos onus impostos pelo regulamento n. 772 de 31 de Março de 1851, sendo dispensado pelo mesmo presidente da provincia conforme participou em 5 de Julho de 1857.

Em 1º de Agosto de 1857 novamente tomou assento na referida Assembleia Legislativa, de que era membro.

Em Maio de 1859 findou a commissão que Amaro Emilio da Veiga exercia em Petropolis, sendo-lhe negada permissão para permanecer ali por dous mezes e acceitar o logar de presidente da Camara Municipal da mesma cidade, devendo recolher-se á capital do Imperio.

Em 28 do referido mez deu parte justificada de doente e havendo sido inspeccionado de saude passou a ser considerado doente.

Pela immediata e imperial resolução de 15 de Novembro de 1859 tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar o tenente-coronel Amaro Emilio da Veiga foi reformado na graduação de coronel com o soldo de tenente-coronel.

Possuia a condecoração de S. Bento de Aviz.

Contrahiu casamento em 1° de Janeiro de 1846 com D. Carolina Amelia da Silva, realizado na freguezia do Sacramento da cidade do Rio de Janeiro, e em segundas nupcias com D. Rita Miranda Prado.

O Coronel Amaro Emilio da Veiga prestou relevantes serviços á cidade de Petropolis, havendo a Camara Municipal dado o seu nome a uma das principaes ruas da cidade. Taes serviços estão mencionados em recente publicação da Commissão organizadora do centenario da mesma cidade.

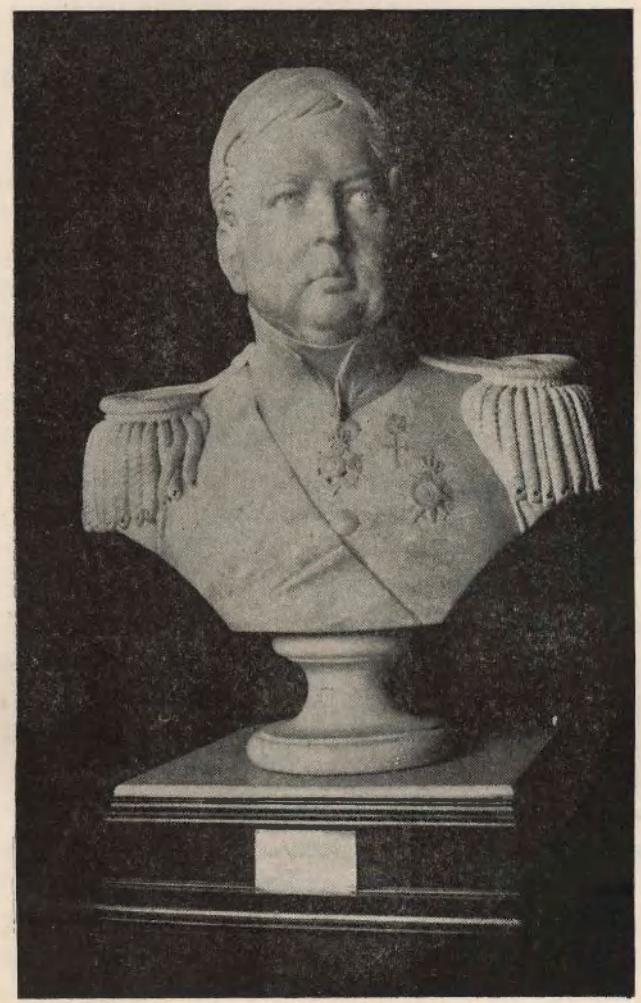
O Coronel Amaro Emilio da Veiga falleceu na cidade de Petropolis no dia 22 de Abril de 1896, sendo sepultado no Rio de Janeiro no cemiterio de São Francisco de Paula.

AMERICO JACOBINA LACOMBE

A FUNDAÇÃO DE PETROPOLIS

(PAPEL DE PAULO BARBOSA)

CONFERENCIA REALIZADA NO INSTITUTO HISTORICO
DE PETROPOLIS



Busto de Paulo Barbosa existente na Camara Municipal de Petropolis — (Trabalho de Pettrich.) Offerta de D. Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina.



A FUNDAÇÃO DE PETROPOLIS

Homem grandioso e de gosto, D. Pedro I concebeu a construcção de um palacio de verão no alto da Serra da Estrella. As estadias frequentes na casa dos Correias haviam-no tornado um apreciador da região. A intenção primitiva fôra comprar a propria fazenda que o velho Padre Correia tornava famosa. Mas D. Arcangela Joaquina da Silva, irmã e successora de celebre sacerdote, allegara motivos graves para não satisfazer a aspiração imperial. A familia tinha assumido o compromisso de não deixar passar a mãos estranhas a propriedade tradicional. Por indicação da propria D. Archangela, aquella mesmo que teria provocado um incidente com o Imperador, a proposito da visita da Marqueza de Santos, adquiriu D. Pedro a fazenda do Corrego Secco, ao Sargento-Mór José Vieira Affonso, com grande gaudio de D. Amelia, a 2a. Imperatriz, apaixonada pelas bellezas da serra. Não poude porém o 1º Imperador realizar o seu intento. Pouco tempo depois da acquisição da Fazenda, precipitaram-se os acontecimentos que culminaram com a abdicação. A fazenda passou de arrendatario a arrendatario até ser transformado em realidade o sonho de Pedro I. Mas nem seria possivel a construcção de um palacio em meio da floresta, distante de qualquer povoação ; nem o espirito democratico e inimigo de luxo do 2º Imperador permittiria tal emprehendimento, de uma belleza incontestavel, mas de um tom bem audacioso. Era preciso alliar ao luxo a utilidade : nem um méro palacio de repouso, nem uma simples colonia agricola de immigrantes ; nem só a empresa, nem só a pompa — mas a harmonia do progresso e da magestade — o grande alcance de um emprehendimento de colonização á sombra dos

dragões imperiaes — o homem emprehendedor permittindo um novo assento para o throno — a corôa emprestando o seu fulgor para prestigio da empresa. — Petropolis emfim, a cidade-palacio, povoação aristocratica e colonia agricola.

A necessidade de um palacio de repouso para a Familia Imperial era uma das primeiras faltas que occorria aos visitantes da nossa humilde côrte. — O Imperador não tinha para se abrigar da canicula, como o exige o clima destemperado do Rio, um palacio de verão.

No principio do segundo reinado a Quinta de São Christovão, condecorada pelo viajante Itier, pomposamente, com o titulo de *palacio de verão*, não podia, com cabimento, pretender sequer ao titulo de palacio.

O PAÇO DA CIDADE

Ainda menos o Paço da Cidade, já de si pequeno e mesquinho, atulhado de repartições publicas, (nelle installadas por Pedro I por medida de economia). Pedro II a rigor nunca residiu no Paço da Cidade, delle apenas se servia uma vez ou outra, por occasião de solennidades cansativas ou cerimonias religiosas na Capella Imperial. Para completar a falta de solennidade de um edificio destinado a fim tão augusto, admittiam-se no porão, como moradores, empregados e agregados da Casa Imperial ou simples protegidos. Não era contra a tradição portugueza este desprezo pelas lojas dos edificios importantes. No proprio solar dos Marialvas, Beckford encontrou uma pompa quasi inenarravel, mas o pateo «cheio de mesquinhas seges», recordou-lhe «a entrada de uma casa de posta em França, lembrança que não foi desvanecida pelo aspecto de volumosos montes de estrume... até a escadaria principal, tendo empeçado numa porca que ali retouçava com uma numerosa progenie». (1) Muita casa nobre do Rio, em cujo sobrado vivia e floria a mais requintada

aristocracia, tinha os seus porões cedidos a protegidos e indigentes. O paço da Cidade não tinha nada de comparavel ao paço dos Marialva ; nem a pompa magestatica em que vivia o velho fidalgo no sobrado, nem estrume e porcos nos pateos. Apenas uma certa desproporção entre o uso de um e outro pavimento. No pateo de Ucharia, por exemplo, no edificio do antigo Convento do Carmo e ligado ao predio do paço por um passadiço, moravam artistas, de mistura com funccionarios da Casa. Luiz Lacombe, mestre de S.S. A.A. lá residia em 1832, e dava lições da sua arte, a dansa. (2) Lá tambem residiu e trabalhou por muito tempo o escultor Petricht, autor de obras notaveis que estão no Rio, a attestar o seu talento. Talvez lá tenha sido esculpido esse busto do Mordomo da Casa Imperial, trabalho esplendido no juizo dos entendidos e de uma semelhança com o modelo, que emocionava os que conheceram Paulo Barbosa.

SIMPLICIDADE DA CORTE

A falta de pompa nos habitos da corte e de luxo nas habitações imperiaes é motivo de espanto de quasi todos os viajantes.

Já no fim do imperio Quesada informa que muitas residencias particulares eram mais luxuosas que os palacios do Imperador.

Era esse um dos aspectos que mais contribuiram para o famoso tom *cinzento* do 2º reinado. «Especie de era Victoriana, diz Gilberto Freyre, D. Pedro II projecta sobre a vida brasileira uma sombra da rainha Victoria, uma sombra de governante ingleza ou suissa, rigidamente presbiteriana. A' sua vida, como da sua corte, faltou certo «brillant setting of sin»... De modo que se tem a impressão de um processo de acinzentamento, estudando o reinado de D. Pedro II.

O 2º reinado foi no Brasil «pela tirania moral de D. Pedro

II, um periodo melancolicamente virtuoso». «Eu não estou a desejar», continua Gilberto Freyre numa primorosa conferencia sobre o 2º imperador, «não estou a desejar que a corte de D. Pedro II tivesse sido escandalosa e cheia de brilhos do peccado; apenas que tivesse sido mais elegantemente mundana, mais dramatica, mais rica de suggestões de belleza para a imaginação burgueza e popular. Fala-nos um moralista nas «obscuras virtudes tão raras e tão preciosas a um lar domestico quão nocivas á popularidade dos principes»...

Povo nascido e creado sob o encanto da liturgia catbolica, não nasceu nem se creou para ver seus destinos ligados ao cinzento de uma cartola. Ora, «D. Pedro II foi o primeiro a desdenhar da corôa e a apresentar-se de cartola aos olhos do seu povo... O liturgico lhe parece desprezivel» (3). A liturgia das monarchias é a pompa, o ceremonial, a etiqueta que segundo elle proprio declarou... «Sómente em certos casos vejo-me forçado a manter». (4)

Esta feição do seu temperamento, a que se attribue, como se vê, em grande parte o declinio do imperio, não podia levar a corte a grandes gastos para embellezamento dos palacios.

A QUINTA DA BOA VISTA

Apezar de tudo, premido pelas circumstancias, o Imperador foi forçado a executar grandes reformas na Quinta da Boa Vista.

No fim do Imperio ella apresentava mesmo um tom de grandiosidade e imponencia que já impressionava bem os estrangeiros. Um jovem diplomata francez Henri Allizé (5) narra com enthusiasmo uma recepção no Paço de São Christovão e refere-se especialmente á sala do throno. Só muito lentamente, porém, foi a Quinta assumindo o tom magestatico qve ainda hoje conserva. Basta dizer que o principal elemento de sua imponencia, a grande avenida que conduz em

linha recta do portão monumental ao palacio, só foi inaugurada em 1876, por occasião da chegada de D. Pedro II dos Estados Unidos. Já faz parte do plano de melhoramentos traçado pelo grande artista que foi Glaziou (6). Pela época da fundação de Petropolis o palacio de São Christovão ainda estava mais perto da casa de Elias Antonio Lopes. Uma pequena resenha da historia do palacio da Boa Vista é feita pelo proprio mordomo em documento inedito. Trata-se de umas notas fornecidas por Paulo Barbosa a Araujo Porto-Alegre, engenheiro dos Paços Imperiaes, e que este aproveitou em relatorio apresentado mais tarde a José Maria Velho da Silva (7):

«Quando em 1803 perguntava o povo a Elias Antonio Lopes a razão porque edificava uma casa tão grande para si, este respondia que era para o Principe Regente de Portugal que em breve deixaria os seus dominios para vir habitar aqui; e motivava esta sua crença com calculos cabalisticos e interpretações de profecias que a sua razão ou superstição roborava, a ponto de emprehender um facto de pedra e cal que deveria servir de demonstração á sua crença. Era esta casa, grande para um celibatario e pequena para a residencia de um soberano. O seu todo formava um quadrilatero de 240 palmos de lado com uma galeria nas tres faces que deitam para a frente sul e norte. Em 1808 foi com effeito offerecida aquella casa a S. A. Real e acceita, como é patente. O Sr. D. João, emquanto viveu Sua Augusta Mãe, a Sra. D. Maria I, passava apenas os dias na sua nova residencia e dormia no Paço da Cidade; mas logo que ella falleceu, mudou se inteiramente para São Christovão, levando comsigo a Serenissima Princeza viuva do Infante D. Carlos e seus dois filhos o Sr. D. Pedro e o Sr. D. Miguel.

As pessoas que privaram com o Sr. D. João VI affirmam que S. M. não tinha intenção de voltar a Portugal, não só porque sa julgava mais amado aqui como porque na realidade era mais independente. Diziam mais, que El-Rei dis-

farçava este seu intimo desejo com promessas annuaes de volta e com o não querer fazer obras que indicassem um desejo de permanecer na America ; eis o motivo porque algum tempo nada se accrescentou ao Palacio de São Christovão. (8)

Todavia aproximando-se a época de casar o Principe Real, e vendo a impossibilidade de alojal-o com seu sequito naquella casa, e temendo muito separal-o de si (9) assentou de fazer-lhe um aposento na ala da parte do sul. O quarto que occupava o Sr. D. João VI tem 24 palmos de largura e comprimento ; e é tudo o que occupava a respeitavel pessoa de um Rei que era de Portugal, Brasil e Algarves, etc. etc... Em outro quarto menor, sem outra adjacencia, morava a princeza viuva e seu filho ; e todo o resto do palacio era occupado por damas de 1a. e 2a. ordem e creados de todas as classes de uma maneira incrivel.

O infante D. Miguel habitava nas baixas lojas da casa e num quarto sem janellas que era apenas illuminado por um oculo ; e os camaristas e veadores e guarda-roupas, tanto de El-Rei como dos principes e princezas tinham quartos iguaes ao do Infante, os quaes tinham vinte palmos de largo e 40 de fundo, divididos em duas peças obscuras. Como El-Rei só dava mesa aos Officiaes-Móres e officiaes da casa, e pagava a dinheiro as comedorias das damas, estas eram obrigadas a comerem em prato separado, em razão das suas gerarchias, e a cozinharem em fornos pequenos collocados nos vãos das janellas que davam para o pateo que illuminava os corredores internos do palacio. El-Rei não dava um passo que não fosse por meio daquellas cozinhas, quer para dar audiencia publica quer para sahir a passeio. (10)

Estreitado entre cozinhas e uma sala do throno e outra para os diplomatas que ali se arranjou, e soffrendo continuamente da saude num quarto que augmentava 5° de calor, foi El-Rei compellido a fazer o extincto pavilhão do norte, que foi começado e acabado em 8 mezes ; e assim mais ordenou

que se fizesse uma ala fronteira ao aposento do principe que ficou em metade. Com este pavilhão e com a ala pouco ganhou o palacio (11). El-Rei despachava e residia ora num ora noutro lugar, mas nunca largou o seu quarto de dormir, apesar de quente, tal era a força do habito naquelle soberano incapaz de soffrer a mais leve alteração mesmo nos moveis e na sua direcção local. (12)

Todas as obras daquelle tempo além de um pessimo gosto e de acanhadas, eram feitas com os piores materiaes possiveis, não porque El-Rei assim o ordenasse, mas porque eram dirigidas e executadas por homens sem consciencia, e presididas por um espirito de provisorio que deixou longas e fataes raizes neste paiz. As muralhas do novo torreão eram argamassadas com barro puro e nada havia que as aprumasse senão o equilibrio de seu proprio peso. Todos ahi estão que as viram cahir e matar gente inopinadamente, apenas se lhes tocava.

Retirado El-Rei para Portugal, o Sr. D. Pedro habitou o palacio de São Christovão tal qual se achava ainda por algum tempo, até que começou uma sala perpendicular ao seu aposento e parallela ao lado posterior da antiga casa do Elias e feitos alguns aposentos mais, deu de mão a esta obra por muito tempo. (13) Resolvendo-se a casar segunda vez e conhecendo a insufficiencia e mesmo a pobreza de seu palacio, começou e acabou o pavilhão do lado do sul que é hoje a parte mais bella e mais nobre do palacio. O architecto Cavroé que o começou, e a pressa que tinha deu causa ao grande e radical defeito que existe e que força a acompanhai-o todas as construcções posteriores. Nesse mesmo tempo tinha o Sr. D. Pedro I chamado para seu serviço o engenheiro civil Peserat, homem de gostos e de conhecimentos o qual mudou a ordenação architectonica e poude, á força de talento e de meditação, transformar as linhas barrocas e barbaras daquelle fatal Cavroé em formas regulares, approximadas do que ha

de puro e de elegante na architectura. Eis o estado do palacio de São Christovão no momento em que o Sr. D. Pedro I abdicou em 1831, havendo comtudo nelle algumas modificações internas, como seja a introducção de estatuas de marmore na galeria, de vasos ricos nas salas, e de pequenas alterações que todas pendiam a melhor gosto e se approximavam do decoro que compete aos soberanos nas suas residencias. (14)

Durante os dois annos da tutoria do Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva nada se fez. O paiz se achava em época critica com todos seus caracteres e a idade e cuidados daquelle illustre brasileiro o desviavam de qualquer progresso material na residencia do novo e joven soberano. (15)

Em 1833 sendo removido aquelle tutor e substituido pelo Sr. Marquez de Itanhaem, o paço começou uma nova era; e este grande impulso é devido á acertada escolha que S. Ex. fizera do Guarda-Roupa Paulo Barbosa da Silva para mordomo, cujos talentos, actividade, gosto e probidade são incontestaveis. O novo Mordomo, alem de ser um habil engenheiro e ter frequentado as escolas de applicação de Paris, tinha servido no corpo diplomatico e visitado as cortes de Paris, Vienna, Londres e S. Petersburgo».

Começa então o documento a ennumerar as grandes transformações impostas pelo Mordomo ao velho palacio, com uma dotação relativamente pequena, de 200:000$000. A preciosa prataria (16), as riquissimas carruagens, a escada subterranea para a nova cozinha («quasi ao nivel das reaes da Europa»), a reforma dos salões, a installação da sala dos despachos, a do Conselho de Estado, a de Flora, a dos Diplomatas, a dos Archeiros, um theatro «para exercicios de espirito, da pronuncia e da mimica», as galerias de quadros «em cujo numero se contam alguns bem dignos das melhores e mais *renomadas* pinacothecas do mundo» e alem disso, uma

despeza não commum em palacios: um laboratorio de physica e chimica, um museu mineralogico, etnographico, numismatico e uma bibliotheca de 4.000 volumes que haveria de crescer sempre até o fim do imperio.

E' de ver como A. Porto-Alegre enaltece a obra do mordomo dando novo aspecto, de lustre e dignidade á residencia imperial.

Restava um problema serio a resolver, o do palacio de verão. «S. M. não tinha para onde ir passar a estação calmosa e nem tinha para onde ir convalescer de qualquer enfermidade Sua ou de qualquer membro de Sua Imperial Familia», diz o proprio Paulo Barbosa (17). A nossa corte, simples e sem escandalos, não deixava por isso de ter seus partidos ou *parcialidades*. A solução de Petropolis não foi um acto simples. Foi preciso vencer muita resistencia. Havia o partidos dos conservadores que julgavam um crime quebrar a tradição da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

A FAZENDA DE SANTA CRUZ

Não ha negar á velha fazenda um grande encanto e uma grande vantagem — a relativa proximidade. Mas militavam contra elle duas grande deficiencias. A primeira era o seu clima, pouco diverso do de São Christovão, e aggravado pela febre endemica, resultado do abandono do systema intelligente de canaes e reprezas organizado pelos jesuitas; a segunda era a rusticidade de construcção tambem pouco adaptavel a uma residencia imperial.

A tradição da Corte em Santa Cruz vinha do velho Rei D. João VI. A immensa fazenda, perola da administração dos jesuitas, rendosissima para a Companhia e vantajosissima para a população da cidade, desde o confisco pombalino passara a ser um quebra cabeças da administração, impotente para ao menos manter em bom estado de conservação a

grande propriedade. As consultas, propostas e relatorios atulham as pastas dos senhores Vice-Reis e a propriedade deperece a olhos vistos. (17-A)

A residencia da corte foi mandada fazer por D. João VI. E' um grande quadrilatero, diz o proprio P. Barbosa (18) sobre uma colina que domina uma planicie de 4 leguas de extensão. Nos primeiros tempos D. João dormia nas exiguas celas. Em 1817 determinou ao Visconde do Rio Secco (mais tarde Marquez de Jundiahy), thesoureiro da Casa Real, que se modificasse o plano interior do edificio, derrubando paredes e formando assim apartamentos mais confortaveis para a Familia Real, (19) A rusticidade, a falta de conforto, ausencia quasi de mobiliario espantaram muito visitante. Mas o que D. João ahi buscava era precisamente isto — a fuga completa de toda e qualquer complicação da vida palaciana. Sahia da cidade imponentemente, em traquitana dourada, forrada de damasco encarnado, com sequito consideravel de veadores ecamaristas que aliás não cabia todo em Santa Cruz. Aboletava-se uma parte na fazenda de João Francisco da Silva e Souza, denominada providencialmente «Matto da Paciencia» (20) (mais raramente na fazenda do Bangú, de D. Anna de Moraes e Castro).

Apenas se installava na velha casa, não era mais o soberano, era o mais paternal dos fazendeiros. Os escravos falavam ao Rei com mais liberdade que aos seus feitores.

Meio seculo depois, Jacobina, ajudante de Mordomo da Casa Imperial, ainda recolhe de velhos escravos em Santa Cruz a boa lembrança do tempo do rei velho. Na festa do Espirito Santo, commemorada com grande enthusiasmo pela escravaria, o Rei ia sempre ouvir os despachos do *Imperador do Divino*. A cerimonia se realizava no proprio pateo do palacio e o Rei a assistia de uma das janellas. Era um prazer especial admirar o escravo humilde de horas antes sentado em tbrono imponente de corôa e sceptro. Alguns eram espi-

rituosos. Proporcionou um delles boas gargalhadas ao Rei despachando um supplicante em tom solenne: — «Faze memoriá e busca empenho!» (21).

A tradição das estadias do Primeiro Imperador já não guarda o mesmo tom de ingenuidade. «D. Pedro tinha grande predilecção pela Fazenda Imperial, onde encetava industrias ou as reformava, vivendo á regalona como senhor feudal» diz o seu grande historiador. (22) Nada poderá valer a photographia que Gabriac nos deixou em relatorio official: «O interior é curioso pela falta de espaço e mobiliario e a ausencia de todo e qualquer conforto, diz o ministro francez. Uma antecamara com quatro cadeiras de palha e uma velha mesa de jogo, chama-se o salão de despacho; delia sahi para ir ao pavilhão diplomatico ainda mais relaxado e repugnante». Refere-se em seguida ao Imperador que encontrou no salão de despachos: «Estava vestido de branco, jogando a bisca com um camarista e o cirurgião do paço, utilizando-se de fichas de papel e grãos de milho como tentos». «Monarcha maluco, commenta Rangel, de consistencia shakespeareana, se por momentos não pendurasse a coroa num cabide para desfrutar nos rigores da canicula e do deserto, a desistencia provisoria ás solennidades que o sangue lhe acarretava» (23).

D. Pedro II não foi um assiduo frequentador de Santa Cruz. Mas em 1849, Petropolis já victoriosa, houve uma tentativa de reconciliação com a velha fazenda jesuitica. A distancia da nova moradia serrana era o grande argumento dos seus inimigos. Mas a morte do Principe Imperial marcou lugubremente esta tardia tentativa de restabelecimento da velha tradição. Em carta a Paulo Barbosa, então na Russia, o Superintendente da Fazenda de Santa Cruz, o velho Coronel Conrado Jacob de Niemeyer annuncia esta derradeira visita — em estylo rude, falando de soldado para soldado, teme não funccionar bem como cortezão. No fim da carta, porém,

deixa entrever que a grande inimiga da ida a Santa Cruz era a Imperatriz D. Thereza Christina, e isto por motivos puramente femininos e sentimentaes (24).

E eram estas as residencias imperiaes no Brasil, que só por uma ficção legal mereciam o tratamento de palacios. Talvez nenhuma familia reinante se tenha contentado com tamanha modestia. Não se encontra simile no mundo, dissera Gabriac deixando Santa Cruz. Nem mesmo a ephemera monarchia mexicana. Esta tivera como séde o bellissimo Castello de Chapultepec, antiga moradia dos imperadores aztecas que ainda hoje impressiona pela sumptuosidade (25).

OUTROS PALACIOS

Não havia nenhum outro palacio. Marrocos fala em grandes projectos de construcções; uma grande reforma em Santa Cruz, um novo palacio em São Paulo, outro na ponta do Cajú, (26) mas foram antes castellos em Hespanha. Não é preciso falar no casarão em ruinas da Quinta do Cajú, do palacete de São Domingos, em Nictheroy. Deste ultimo dizia Paulo Barbosa em 1846, que «só serve para causar despezas de concertos. Melhor seria que fosse vendido» (27).

O palacete da Rainha á praia de Botafogo fôra vendido em leilão ao Marquez de Abrantes desde 1842 por 30:000$000 rs. (28).

Tambem cumpre fazer referencia ao palacete da ilha do Governador mandado construir pelo abade Fr. João da Madre de Deus para hospedar o Rei D. João VI. Custou 100.000 cruzados e segundo alguns contemporaneos tinha alguma sumptuosidade. Em 1843 o abade Fr. Marcelino do Coração de Jesus mandou preparar o palacete do Governador para hospedar o Imperador. Mas, como se vê, não se tratava de bens da Corôa.

O INICIO DO 2º REINADO

Foi num ambiente de reconstrucções e de activa remodelação, qual o do inicio do reinado que sahiu victoriosa a criação de Petropolis. Paulo Barbosa, em carta ao Visconde de Macahé, colloca-a na linha das suas principaes actividades na Casa Imperial: «Meus serviços são conhecidos: a Casa Imperial fez tres casamentos, fiz tudo na acclamação de S. M. I. Tu o sabes, eras ministro; renovei palacios, criei Petropolis e fiz concluir o Paço da Santa Cruz».

E' preciso não perder de vista que na occasião em que terminou o ultimo arrendamento e que Koeler se apresentou como novo candidato, Paulo Barbosa estava no apogeu do seu prestigio, em plena época de dominio do que seus inimigos chamavam o «Club da Joanna». — E'poca em que o Ministro francez pasmava deante de sua força e mandava dizer á França: «c'est á la Joana que se traitent en ce moment les destitutions et les remplacements que préoccupent tant le ministére... le fait est qu'aujourd'hui il (Paulo Barbosa) est puissant. Les ministres ne prennent aucune mesure sans le consulter, et son importance est tellement accreditée, qu'on demande plaisamment qui governe si Paul I ou Pierre II»; e accrescenta ironicamente: «tout les coins de Joanna est garnie de voitures» (sic) (29). Mais convincentes, ainda que menos pittorescas, são as declarações do Ministro Jeronymo Coelho (30).

E' curioso passar uma vista d'olhos sobre a correspondencia do joven imperador com o seu mordomo no inicio do reinado. O que resalta ao primeiro exame é o encantamento em que se encontra o imperador, em plena «lua de mel» com o poder. Não ha actos simples, tudo é decidido com uma grande solennidade e com formulas retumbantes. — Para mandar comprar um esfolado para a Galeria de Bellas Artes, serve-se D. Pedro II deste introito pomposo: «Desejando

mostrar que a Academia de Bellas Artes tambem merece minha attenção e ajuda e havendo nella uma cadeira de anatomia explicada só, Me parece, por pinturas, pelas quais não se podem ir vendo bem todos os orgãos do corpo humano desd'o mais exterior até o mais interior e repugnando a quem se não dedica á cirurgia metter ferro em um morto. Quero que de França mandem vir outro cadaver artificial d'Auzout para a dita Academia» (31). Para mandar soltar uns negros da Casa de Correcção proclama: «Escrevo-lhe esta carta afim de lhe dizer que por ter eu assumido as redeas do governo, mande soltar aquelles que não tiverem incorrido em graves crimes». A todo momento occorrem-lhe novas idéas, frutos de um espirito moço e ancioso de praticar feitos dignos de um reinado glorioso. «Senhor Paulo, escreve por essa época, não deixe de vir cá hoje ás 10, pois que mesmo posso assignar algum *decreto da casa que houver. D. Pedro 2°*».

Um destes é o decreto de 18 de Julho de 1842, cuja minuta, do proprio punho imperial, tenho em meu poder. Nella se lê: «Sendo a educação a mais solida base da civilização dum paiz, e querendo estender a Minha Bemfazeja Mão ás filhas dos militares beneméritos mortos, ou em pobreza, sem augmentar (as despezas) Hei por bem ordener a Paulo Barbosa etc... que, segundo o plano que com este baixa, faça levantar um edificio podendo conter 200 educandas, o qual se chamará «Lyceu do Anjo Custodio» — Paço — 18 de Julho de 1842 — (32).

Por essa época terminou o ultimo arrendamento da fazenda do Corrego Secco.

Koeler, incumbido de obras publicas na Provincia do Rio, apresenta-se candidato a um novo arrendamento. Elle e Paulo Barbosa são velhos amigos: velhos e bons amigos. Num album pertencente á mulher de Paulo Barbosa escreveu Koeler em 1846 uns versos em francez declarando-se amigo «*vrai et chaud*» — (33). Pertenciam ambos ao Imperial Corpo

de Engenheiros. Koeler é um velho enthusiasta da colonização; já trabalhava com colonos allemães desde o *caso do Justine* em 1837. Estes colonos haviam estado no Corrego Secco e passado depois ao Itamaraty (34). De certo nos entendimentos com o mordomo só pensava na colonia. Está claro que não poderia partir do Koeler a idéa de sommar a esse emprehendimento já de si tão importante esse elemento que dá a nota caracteristica e unica do plano: a criação da *povoação-palacio de Petropolis.* (35) E' o mordomo que assume a iniciativa. Numa exposição longa e articulada submette ao imperador o plano elaborado de combinação com Koeler. Desta exposição deriva o Decreto de 16 de Março de 1843 que hoje commemoramos. (36) E' este o acto que Paulo Barbosa considerava indubitavelmente o marco inicial da criação de Petropolis. «Pelo *Decreto* de 16 de Março de 1843 comecei a criar Petropolis». Esta expressão, constante da minuta de uma resposta a Ribeyrolles, (37) foi modificada no texto final (38) para esta ainda mais forte: «Este *decreto imperial* fundou Petropolis. Não pode haver pois discussão em torno desse facto — Paulo Barbosa considerava a data de 16 de Março de 1843 como marco inicial da fundação de Petropolis.

Resta a provar que deste acto derivam realmente as obras iniciaes. Se este documento não foi letra morta, se não ficou dormindo nas gavetas da mordomia, será sem duvida o ponto de partida da criação de Petropolis. A esta conclusão chegou logicamente, levado pelo profundo senso historico que todo o Brasil intelligente lhe reconhece, um dos historiadores que mais nitidamente equacionou o problema da fundação. (39) E' fóra de duvida que realmente desse acto deriva a criação da futura cidade. O que cumpre estabelecer, e o que não tem sido feito, para grande confusão de todo o mundo, desde Raffard (40) é a distincção capital e fundamental entre o palacio de Petropolis e a povoação em que teria de

existir, dependente da Casa Imperial — com superintendente subordinado ao Mordomo — e a Repartição provincial — a Colonia, com Director subordinado ao Presidente da Provincia. — A accumulação das duas funcções na pessoa de Koeler ainda mais contribue para lançar a confusão no espirito dos que não são habituaes ao estudo da historia administrativa do Brasil. Mas os factos se passaram realmente numa simplicidade que é facil acompanhar. Obtido o arrendamento Koeler põe logo mãos á obra. Quem o diz é o proprio Raffard (41) em diversos trechos, (42). «Em 1844 (anno em que *Petropolis* pouco se adeantou — *Logo já existia*) deu-se começo ao barracão da rua do Imperador para accommodação dos empregados do *Povoado* — (Paulo Barbosa diz *povoação*) — e repartição de obras» — (43). Nesse mesmo anno (1844) procedeu-se á demarcação de diversos prazos de terras, sendo alguns logo apurados e outros dados pelo Sr. D. Pedro II a certos homens notaveis pelos serviços prestados ao Estado».

A sub-deleaacia de Petropolis foi criada a 29 de Março de 1844 — quem o diz ainda é o mesmo Raffard — á pg. 174.

Mas, por uma circumstancia realmente excepcional, é possivel estabelecer até o dia do inicio das obras. Foi a 17 de Outubro de 1843 — Quem o diz é Francisco de Castelnau (44). Castelnau esteve por aqui em 1843 — anno do decreto. Estava elle calmamente installado no velho casarão da fazenda (aliás abandonado e sujo, *delabré* diz elle) empenhado em proficuas pesquizas de exemplares da flora brasileira, quando recebe um bilhete do Major Koeler com más noticias — Que dizia Koeler ao famoso viajante que tanto se aborreceu? Simplesmente isso — uma formal ordem de despejo — no dia] seguinte começavam as obras e viria se installar na casa uma pessoa da corte — eram ordens do Imperador. Não ha pois duvida que começaram as obras logo após o decreto. Já vimos Raffard. Demos a palavra agora a Koeler em pessoa. Em Janeiro de 1845, accusado por ca-

lumniadores, vem elle á tribuna do «Jornal do Commercio» para se defender. Em longo communicado expõe o que está fazendo na Serra da Estrella — Trabalhos de todo o genero — O Palacio já vae adiantado. O proprio Imperador já quer habital-o dentro de alguns mezes. (45) Vae tudo numa grande azafama na antiga fazenda do Corrego Secco «*chamada hoje Petropolis*» — (expressões de Koeler). (46) Declara elle que tem feito varias construcções alem de sua propria casa. E os colonos, os allemães? *That is another story* como dizem os inglezes. A povoação estava fundada, o palacio em construcção, a subdelegacia installada; isto é positivo. O *Diccionario* de St. Adolphe de 1845, já estabelece: *Petropolis* — «Palacio imperial mandado edificar pelo Imperador D. Pedro II no cume da Serra da Estrella, *onde se intenta fundar uma colonia*» — (47).

E realmente é o proprio Koeler que o explica. Desde 1837, já o dissemos, era elle um apologista da colonização allemã. Em 1844 fôra encarregado de dirigir os colonos contractados pelo Sr. Caldas Vianna, então no exercicio da presidencia da provincia. Mas o que se tinha em vista era a criação de uma grande colonia allemã. «O abaixo-assignado, diz Koeler, tem relações abertas com o governo do Grã-Ducado de Hesse para este fim». (48) Não ha pois entre o acto criador de 16 de Março de 1843 e o facto da chegada dos colonos do *Virginia* em 29 de Junho de 1845, nenhuma dependencia intrinseca. Nem o acto da criação em 1843 se refere a uma vinda especial de colonos para Petropolis. Quem o explica com clareza meridiana é Aureliano Coutinho no seu famoso relatorio para o anno de 1846. No trecho mais interessante para o nosso estudo esclarece o futuro Visconde de Sepetiba que o seu contracto é posterior á criação da povoação já determinada pelo Imperador: que os colonos destinavam-se á serra da Estrella; que as condições de aforamento determinadas pela criação de Petropolis (não para esses co-

lonos mas para quaesquer outros particulares) estabeleciam condições extraordinariamente favoraveis para uma colonização em bases solidas e estaveis. Foi a criação de Petropolis que provocou esta vinda de colonos, e não a chegada de colonos que criou Petropolis». A colonização seria pois o complemento natural da empreza. As negociações de certo se demorariam. Koeler se refere á necessidade de obter do Governo provincial a Congrua para um cura, e ordenados para boticario e mestre. As confusões afinal beneficas de Delrue e que resultaram na arribada atabalhoada de colonos em numero muito superior ao previsto, colonos inicialmente contractados para as obras da Provincia, precipitou e resolveu naquelle mesmo anno de 1845 o problema a que se referia Koeler. A chegada desses colonos, os apuros do sabio Candido Baptista de Oliveira (outro engenheiro militar) então na presidencia da provincia, que vae pedir o mordomo agazalho para os colonos em Santa Cruz, a iniciativa ainda uma vez de Paulo Barbosa de mandal-os para Petropolis, tudo isso é narrado com minucia por Paulo Barbosa no documento já tantas vezes citado, aproveitado nas notas de Ribeyrolles, transcriptas no «Jubileu de Petropolis» e dahi copiadas tantas vezes. O contecimento, que poderia resultar num desastre, transformou-se assim na victoria definitiva do sonho de Paulo Barbosa. (49)

O periodo que vae de 1844 a 1846 é o apogeu do prestigio do Mordomo. A politica se fazia em torno do eixo Joanna-Praia Grande. E' o dominio de Aureliano na Provincia, baluarte que conquistou ao partido conservador. (50) Não escutemos por emquanto os protestos da grei saquarema — os esperneios costumeiros dos logrados — as mofas e gritos dos opposicionistas — que atacam ao mesmo tempo a deselegante obesidade do mordomo e a belleza apollinea do presidente da provincia — um por ser feio e outro por ser bonito. Não será Petropolis que possa se queixar dessa *dictadura*, se

é que a houve — tão malsinada no celebre pamphleto de Firmino Rodrigues Silva: «*A Facção Aulica*». A unidade de vistas entre as administrações da Casa Imperial e da Provincia só concorre para o engrandecimento da colonia que se desenvolve rapidamente. O interesse de Paulo Barbosa por Petropolis se manifesta em mil detalhes. Ha um que parece significativo — na nomenclatura da cidade, a Joanna domina quasi escandalosamente. Todos os seus amigos são premiados com nomes de ruas e accidentes geographicos. Só um adversario consegue *furar* esta formação, talvez por influencia directa do Imperador — Não seria uma ironia de D. Pedro II collocar o nome de rua *Honorio* «*o meu inimigo Paraná*» (dizia Paulo Barbosa) anastomosando-se á *rua do Mordomo ?* Joannenses puros ou das relações intimas de Paulo Barbosa, são Saturnino, Porto Alegre, Odorico, Almeida Torres, Verna Magalhães e Ribeiro (José Ribeiro da Silva) (51) patronos de varios rios da cidade.

Lomonosoff, unico diplomata que figura na topographia local, é ainda de suas mais estreitas relações. Mais visivel ainda é sua influencia no nome de seu cunhado Major Alpoim tambem padrinho de um rio.

SAHIDA DE PAULO BARBOSA

O fastigio de Paulo Barbosa termina quasi tragicamente em 1846 e ainda o scenario dessa occorrencia é Petropolis. Os interesses contrarios, o odio politico recalcado, a fama de uma tenebrosa liga palaciana, tudo isso soprado pela campanha jornalistica e conduzido por fios até hoje mysteriosos deram em resultado o desmantelamento da *Joanna*, termo que passou pejorativamente ao vocabulario politico brasileiro como synonimo de aulicismo e de servilismo — tal é a fatalidade da vida politica. O homem de espinha dorsal erectissima, que se orgulhava de ter sempre falado ao soberano no

tom rude e leal do vassalo fiel e que exactamente por isso recebeu sempre do Imperador as maiores demonstrações de confiança, mas nenhuma prova de carinho (não teve um só titulo, uma só commenda sequer de D. Pedro II — todas as suas veneras ou são estranjeiras ou anteriores a 1840) passa a ser tratado como um symbolo de cortezanice, habil, maneiroso e subserviente. O monarcha havia de se rir ao ver assim tratado o seu mordomo. Elle bem sabia o tom com que este lhe falava: «Pesa-me que o logar que occupo, escrevia numa representação ao monarcha, me constranja a apparecer muitas vezes deante de V. M. I. a dizer-lhe os meus sentimentos verdadeiros; se minha posição fosse outra teria talvez de ser mais agradavel a V. M. I. porque *veritas odiem parit.* Os medicos nunca receitam remedios agradaveis ao paladar. São, como diz Camões, *asperas triagas*». Seguiam-se as mais rudes e francas opiniões sobre os negocios da casa. O tom violento e *incommodo* de Paulo Barbosa, perante o Imperador é respeitoso, mas nunca deixou de ser de uma franqueza pasmosa que honra tanto o mordomo como o seu Augusto Amo. Sabia este, por certo, quanto valem na administração os homens puros e duros. Prestigio conquistado por esse meio não se abala nem se destroe com o jogo habitual do *diz-que-diz.* Foi preciso ir adeante e recorrer aos meios extremos. Eis o que communicava ao Presidente da Provincia a 12 de Novembro de 1845, o chefe de Policia da corte Luiz Fortunato de Brito Abreu e Souza Menezes, em officio reservado: «Illmo. e Exmo. Sr. — Neste momento acaba de me ser feita uma declaração verbal em que se me denunciou a morte *decretada* do Sr. Paulo Barbosa da Silva quando elle voltar de Petropolis, onde se acha. Para conseguir-se tão damnada intenção far-se-hão duas esperas ou tocaias, uma no logar denominado Tapera e outra em uma fazenda que foi de Paulo Antonio de Souza Guerra; o preço da morte dizem ser muito avultado. O individuo que me con-

fiou semelhante declaração não só exigiu de mim o segredo o mais inviolavel acerca da sua pessoa, mas ainda calou os pormenores de semelhante tentativa e nome dos mandantes e mandatarios porque a declaração circumstanciada delles talvez importe em infallivel compromettimento. Não podendo eu pois dar providencia alguma por falta de jurisdicção e sendo gravissima a declaração feita, a levo ao conhecimento de V. Ex. que dará, como costuma, as mais acertadas providencias afim de se evitar tão horroroso crime, assegurando a V. Ex. que, attente a qualidade do declarante e conceito que me merece, eu estou convencido de que, desgraçadamente o facto é verdadeiro e real. Deus Guarde a V. Ex. muitos annos. Secretaria da Policia da Côrte em 12 de Novembro de 1845. — Illmo. e Exmo. Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro — *Luiz Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes*».

Aureliano escreve logo ao Mordomo :

«Paulo, Amigo.

Neste momento, (4 horas da tarde de 12 do corrente Novembro) acabo de receber o reservado incluso e cartas que o acompanham (52). A providencia que tenho a dar é expedir já e já uma parada para t'as entregar. Se ainda é tempo o Julio Koeler que mande adiante de ti homens para ver se dão nesses lugares e prendam os suspeitos (tendo-se antes espalhado que partes em tal dia) e seria bom que por mais de um dia te fizesses de partida até ver se são pilhados e que não venhas sem ser acompanhado de soldados e quasi no meio delles e com toda a cautela etc. Eu fico cheio de cuidado se terás partido antes desse aviso : estes monstros ! ! Oh ! quem me dera a força de um Pombal ! O Julio que obre, e com astucia, para ver se os pilha ; não ha tempo de expedir ordens officiaes — A Deus e Deus te salve, como espero ! Teu Amigo — Aureliano. — 19 de Novº de 1845 ás 4hs. da tarde.

P. S. — Talvez seja bom desceres por Iguassú — vê o

que é melhor e combina com o Julio — e este pode entender-se com o Lyra para cercar os tratantes, caso se evadam.»

Quanto mysterio !

Falhou o golpe, mas nem por isso a conjura deixou de produzir seus effeitos. Transposta a luta para o campo do crime os homens de bem têm sempre desvantagem. Não era mais possivel a permanencia do Mordomo na côrte. Segue-se o exilio dourado da diplomacia. A legação de S. Petersburgo, em Berlim e em Vienna. Só oito annos depois retorna Paulo Barbosa á Mordomia, já desfeita a aura da Joanna. Nada lhe poderia custar mais que deixar Petropolis em tão brilhante ascenção. E' elle mesmo que o diz a José Maria Velho da Silva : (53) «Depois do pezar que me acompanha de separar-me de Suas Magestades Imperiaes, do Principe (D. Affonso) e dos meus amigos, é Petropolis o objecto que me occupa mais. Eu quizera ter concluido a obra e corresponder ás vistas politicas e nobres de S. M. I.»

Durante o seu periodo de actuação diplomatica ainda trabalha por Petropolis. E' elle quem contracta o pastor protestante (54) e o cura catholico para a Colonia. Durante a estadia em Berlim tentou organizar uma grande associação teuto-brasileira afim de patrocinar a emigração para o Brasil. O Principe Adalberto da Prussia, seu conhecido quando da passagem pelo Brasil já havia acceito a presidencia. Tudo se encaminhava a bom termo quando a doença prostrou-o ao leito, obrigando-o a deixar o cargo, pondo sua vida em perigo. Só veiu a restabelecer-se em 1854 quando voltou ao Brasil.

Durante o longo periodo de estadia no estranjeiro avulta a correspondencia e nesta nenhum assumpto é tratado com o carinho de Petropolis. Tambem nenhum correspondente é mais minucioso que Araujo Porto-Alegre cujas cartas, ás vezes illustradas pelo proprio poeta pintor, constituem uma chronica viva e maliciosa da sociedade da côrte. Por elle soube Paulo Barbosa da demissão de Koeler de sub-delegado

e de director da Colonia. Porto-Alegre não se mostra muito confiante no grande engenheiro porque insinua: «mandou-se-lhe uma commissão provincial para rever as contas. O homem ficou com os olhos inchados de tanto chorar. Dizem que seu crime foi agenciar votos para o Visconde de S. Salvador e eu o creio. O palacio segundo informações está na quarta parte e já se vão duzentos contos: não sei se ha exaggeração porque nada vi. O Imperador vae no dia 29 para lá (Nov. 1847) mas para casa do Koeler que me dizem estar muito augmentada de obras e com capacidade para receber El-Rei Honorio que está agora nas aguas virtuosas.»

O General João Carlos Pardal, seu velho collega de armas e de genero opposto. Nada de circumloquios; tudo chão e franco: «S. S. M. M. e A. A. gosam saude em Petropolis, cidade que eu chamaria antes Paulopolis por ser um Paulo que a creou, e que, então pelo nosso invejoso costume, nada tinha de bom. Mas hoje que o Paulo está longe, tudo ali é delicioso» (55).

Ernesto Frederico de Verna Magalhães, Moço da Imperial Camara, dá alguns detalhes da vida intima da Côrte Imperial:

«Não quero acabar esta sem te falar um pouco na tua Petropolis, que para mim tambem é Paulopolis.» E após descrever as festas da chegada do Imperador: «Tudo isto fazia-me uma impressão europeia e sempre me vinha á ideia — como o Paulo não gostaria disto! Isto que elle tanto viu na imaginação, tel-o inteiramente realizado. Quantas familias se não refugiaram ali e escaparam da terrivel febre amarella que felizmente este anno não foi tão forte...

Mas, tornando a Petropolis, todos dizem que *é impossivel ir adiante*, apesar disso ella vae crescendo, vão se fazendo casas por toda a parte e quem se não apressar não acha casa para o verão». — Quanto aos colonos: «*é impossivel poderem-se sustentar, as terras não prestam*, mas elles vão

vivendo bem, muitos estão bem arranjados e todos contentes, e quem trabalha tem que comer. Por toda a parte se encontra actividade, cruzão-se os carros com madeiras e outras cargas, com muito bons cavallos muito gordos, em todos os caminhos no interior da colonia e uma immensidade na estrada. Já ha muitos caleches de allemães que trazem a gente ao porto, etc. Emfim, apezar de haver tanto quem queira que aquillo vá para traz, ella vae indo seu caminho, e pode lhe convir bem — Dieu protége Petropolis — e uma prova disso foi a ida o anno passado da familia imperial. Não se queria Petropolis por modo nenhum. Houve grande empenho por Sta. Cruz. Acabou fatalmente a viagem e por certo não voltarão lá tão cedo. Depois, era forçoso sahir da cidade, mas nada de Petropolis. Procurou-se um casebre na Tijuca. *Isso sim é que é bom ar, sem humidade etc. aqui é que S. M. devia ter um palacio, e com a quarta parte do que tem gasto em Petropolis, tinha aqui uma magnifica habitação ! !*

Mas eis que aquece o tempo, o sol ardente aquece os pedregulhos de que o casebre era rodeado, a Princeza entra a piorar, copiosos suores lhe apparecem todas as noites e, muito á pressa tudo *degringole* e vamos em debandada para Petropolis. *Malgré tout* é lá que a Princeza acha saude. Tudo isto eu presenciei porque desgraçadamente estive de semana effectiva.» (56)

Pouparei a correspondencia dos funccionarios da Casa Imperial, cheia de minucias e intrigas da administração. A um delles, Mariano José Pinto, responde enternecido Paulo Barbosa em 19-VI-1851 :

«Estimo que a minha boa filha Petropolis tenha servido de refugio aos que fogem das febres e talvez que o Nosso Augusto Amo se tenha lembrado de eu lhe ter dito que talvez ali se refugiasse a côrte, ou por caso semelhante ou por inva-

são de inimigos na Capital do Imperio. Emfim já tem a gente do Rio para onde vá que não encontre charcos e paúes».

Por isso é natural que ao reassumir a Mordomia cuide logo de se inteirar de como ia *sua filha*. José Maria Velho, no relatorio com que lhe entregou a administração da Casa Imperial não se mostra admirador da obra de Koeler: «Occorrendo a morte subita do Superintendente Koeler, perturbado foi o andamento das Obras e as da Colonia por parte da Casa Imperial, deixando aquelle fallecido tudo em completa desordem, faltando assentos e deixando uma crescida divida, dando immenso trabalho para desenvolver-se o chaos em que tudo se achava». A desconfiança de Velho da Silva vae a ponto de declarar que não levantou sobrado na ala do palacio construida por Koeler por não ter confiança no madeiramento empregado.

A ultima phase da mordomia de Paulo Barbosa é predominantemente administrativa. Nem ha mais accusações quanto á sua interferencia na politica. Carregado de serviços á Casa Imperial na sua zelosa e proficua mordomia, militar de linha que percorreu com brilho os postos da carreira, desde Tenente dos Dragões em Minas até Brigadeiro do Imp. Corpo de Engenheiros; diplomata que recebeu as melhores demonstrações de apreço no estrangeiro, quer como secretario do 1° reinado, por occasião do 2° casamento de Pedro I, quer como Plenipotenciario no inicio do 2° reinado; politico que representou sua provincia na Camara onde apresentou projectos que honram a sua cultura e dos ultimos representantes do movimento do *Fico* em que tomou parte saliente; membro de varias sociedade scientificas nacionaes e estranjeiras e amigo pessoal de grandes sabios; coberto de condecorações e Grã Cruzes estrangeiras, chegava Paulo Barbosa ao fim da existencia aguardando a primeira mercê com que o honraria o 2° imperador. Esta honra se ligaria certamente ao emprehendimento de que mais se orgulhava. Por tradição

muito antiga os Porteiros da Imperial Camara, funcção desempenhada, entre muitas pelo mordomo, haviam sido viscondes. Nenhum servira por tanto tempo.

Não pensou assim o 2º Imperador, talvez porque elle proprio não desse grande importancia á *politica dos titulos e das condecorações* — Galardoou-o com a nomeação de «*Gentil-homem da Imperial Camara*». O titulo de Barão de Petropolis foi dado a um medico distincto da Casa Imperial, por quem Paulo Barbosa não tinha uma veneração muito especial.

Mas aos homens dignos só se deve a rigor uma coisa: a verdade. Esta a encontramos cabal, em documento do proprio punho de Dom Pedro II. E' o seu reconhecimento do papel de Paulo Barbosa na creação de Petropolis, muito mais valioso do que uma retumbante eôca honraria. Trata-se de algumas cartas de Dom Pedro II ao Mordomo em 1859:

«Senhor Paulo.

.....

Ha aqui (Petropolis) desejos de animar a horticultura e a criação de animaes domesticos. Trata-se de dar nova vida a uma sociedade que já existe com essas vistas mas que as não tem podido realizar antes por falta de direcção do que por ignorancia; pois que alguns colonos possuem plantações muito bem tratadas. Já falei ao Superintendente e ao Director da Colonia para que fomentem a reorganização da Sociedade que mencionei e lembro-me da conveniencia d'uma exposição annual com premios dados pela Casa Imperial e da requisição de publicações europeias, principalmente allemãs, que tratem de horticultura e criação de animaes domesticos, devendo ser depositadas onde possam facilmente consultal-as. A terra aqui presta-se em muitos logares á horticultura e d'alimento para animaes domesticos sendo a melhor prova disso algumas das colonias.

Parece-me que esse beneficio é muito realizavel e fol-

garei muito se o deixar iniciado antes da minha partida daqui.

O hospital existente não digno da colonia por mal construido e acanhado, mas não sei como remediar por ora este mal.

O logar para a Igreja está quasi prompto; mas quando poderá começar esta obra tambem tão precisa?

11-1-1859.

D. Pedro II»

Paulo Barbosa terá respondido logo, oppondo ás boas intenções do Imperador, as difficuldades praticas das deficiencias orçamentarias. E se excusava da sua posição: cabia-lhe regular os registros dos reservatorios. A isso replica o Imperador:

«Senhor Paulo.

As suas reflexões são de creado leal; agradeço-as. Sei que todos os reservatorios de aguas têm registros e se buli num delles foi para tirar uma penasinha dagua.

Os premios valerão mais pela animação do que monetariamente e a acquisição de publicações não anda em muito. E' mais um beneficio feito a Petropolis *que chama com razão sua filha* e lembro-me delle porque outros mais urgentes como Igreja e hospital não se podem realizar por ora...

Petropolis, 12-1-1859.

D. Pedro II»

O Mordomo ainda oppõe algumas duvidas (que intransigencia na defesa do interesse da Casa!) e o Imperador ainda em novo bilhete consegue amollecer a resistencia de Paulo Barbosa tocando de novo no seu ponto fraco — «*A penazinha d'agua* (é) *para sua filha, para Petropolis!*»

Eis como a proposito dos melhoramentos da cidade o grande imperador não regateou a Paulo Barbosa o unico ti-

tulo que este tinha o direito de exigir, o de fundador de Petropolis. Reconheceu-o, e o repetiu. Num simples bilhete, despretencioso fez a justiça.

Para nós que festejamos hoje a creação de Petropolis consagrada por quasi um seculo de existencia, este depoimento vale por um juizo definitivo da historia.

Sr. Paulo

Tenho a honra de remetter-lhe o Relatorio que
o Sr. Dr. Ministro do Imperio me apresentou
ao abrir-se a Sessão do corrente anno, e
que contem os esclarecimentos que me pedio
a respeito das obras que mandei fazer
em Petropolis.

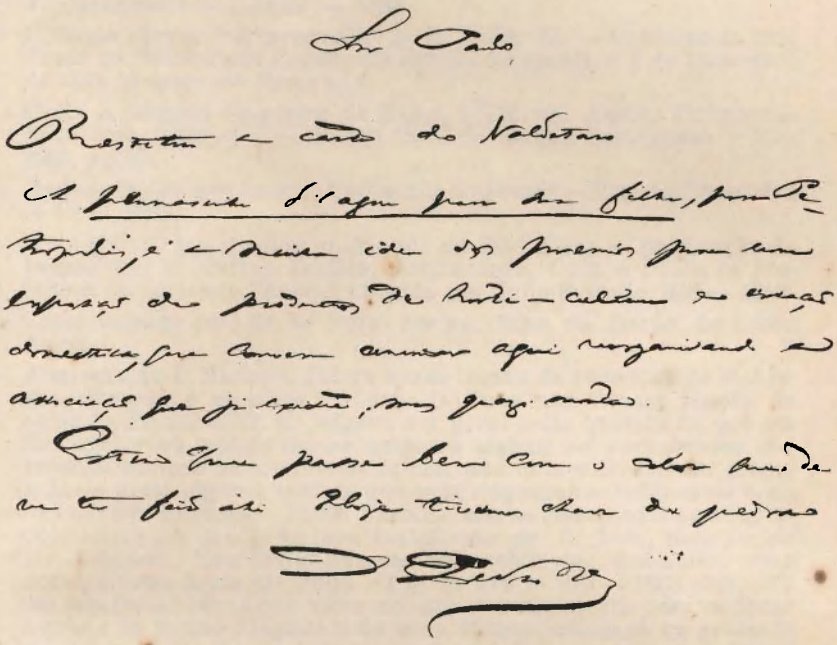
Tenho muito prazer em saber que
os melhoramentos projectados e principiados
vão sendo levados a effeito, e que
a Estrada Normal Imperial, que
tem o nome de Estrada de Santa
Isabel, em memoria de minha filha,
vai ficando prompta. Lembro-me
de ter ido por ella muitas vezes
com a Imperatriz, quando
ainda era apenas picada.

Tenho a satisfação de remetter-lhe
os exemplares da Photographia dos
melhoramentos, que mandei
tirar, e que vão acompanhados
de um exemplar da segunda
Memoria do Dr. Pinto de Mello
sobre o mesmo assumpto.
Muito agradeço a
lembrança de todos os
melhoramentos
Meteorologicos.

Deos com a Imperatriz
e Filha. Creia-me
Sempre
Amigo
Pedro

Petropolis - 8 de 59

Carta de D. Pedro II a Paulo Barbosa sobre melhoramentos de Petropolis



Bilhete de D Pedro II a Paulo Barbosa sobre Petropolis

NOTAS

1 — Apud — Manoel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros* — Lisboa — 1879-I-81.

2 — J. Commercio — 2 de IV — 1832.

3 — Gilberto Freyre, «*A proposito de D. Pedro II*» — Conferencia realizada na Bibliotheca Publica do Estado no Recife, a 2 de Dezembro de 1925 *(Revista do Norte n. 1)*.

4 — Carta a Nicolau Nogueira da Gama — Cit. em Xavier Pinheiro — *Francisco Octaviano* — Ed. da Rev. de Lingua Portugueza — Rio, 1925, pg. 55.

5 — *Impressões de um jovem diplomata no Brasil — Revista Brasileira* — III — 1934.

6 — V. *Ligeiras notas sobre o Parque da Boa Vista* — publicação da Inspectoria de Mattas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca da Prefeitura do Districto Federal, dirigida por Julio Furtado, Rio — 1910.

7 — Communicado pelo Sr. A. Porto Alegre, filho do Barão de Santo Angelo.

8 — A minuta de P. Barbosa differe nesse trecho da redacção de P. Alegre, dizendo o seguinte : «Como D. João não tivesse tenção de sahir do Brasil, onde se julgava em geral mais querido do que em Portugal, e ao mesmo tempo quizesse embair os portuguezes que voltaria sempre na primavera futura, não quiz accrescentar a este palacio parte alguma afim de que os portuguezes acreditassem mais nas suas promessas.» Paulo Barbosa não se refere aqui ás adaptações feitas no predio para a installação de D. João, pelo inglez Mr. Johnson. Este inglez não era um architecto. Era antes, como nota Oliveira Lima *(D. João VI no Brasil* — Rio — 1908 — II, 998) um mestre de obras que viera ao Rio especialmente para collocar a grade do portão identica á de Sion House, mandada de presente ao Rei pelo Duque de Northumberland. Foi este mesmo Johnson que teve a idéa exdruxula de adoptar no edificio de feição rural o estylo gothico. A gravura de Henderson, a mais antiga sobre a Quinta deve ser do tempo das obras. Mas lá já devia morar o principe, nota Julio Furtado, á vista da existencia de uma sentinella, na competente guarda. Já na gravura de Pohl apparece o palacio adaptado, com as suas galerias envidraçadas. S. Christovão era em 1816 um bairro onde abundavam as casas de campo, dentro de cuja linha se devia achar a de Elias Antonio Lopes. A impressão de St. Hilaire dessas casas não foi agradavel : «As casas de campo que se avistam de todos os lados não têm magnificencia ; na construcção pouco se seguiam as regras da arte ; mas a originalidade de seu aspecto contribue para tornar a paisagem mais pittoresca». *(Viagem pelas provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes*, trad. Clado Ribeiro de Lessa — S. Paulo — 1938 — I, 59.

9 — Nova variante. A minuta diz : «e temendo sempre separar-se de seu filho a quem sempre separava dos negocios...»

10 — A minuta explica ainda : «Sabe-se que D. João VI vivia em divorcio com a rainha, por isso aquellas damas que cahiam no desagrado

da rainha fugiam para São Christovão, havendo uma superabundancia de gente feminina alem da que era precisa para o serviço da princeza.»

11 — Estes pavilhões começam a apparecer nas gravuras de Debret.

12 — A minuta é mais minuciosa : «D. João VI era um homem de habitos, se uma vez dormia em um logar, jamais queria dormir em outro, levando isto a ponto de não admittir que o leito ficasse mais approximado do que da primeira; e qualquer mudança que elle experimentava desconfiava delia e aborrecia a quem lha fizesse. Um dia sentiu o rei pouco appetite e um criado se offereceu a fazer em sua presença um prato de arroz com chouriço que lhe abriria o appetite. O Rei consentiu, fez-se o arroz, o Rei comeu com prazer e como fosse feito perto da porta do seu quarto, todos os dias o mesmo se fez ali.» e adiante «Nunca deixou o seu quarto onde dormia, apezar da differença de temperatura por obedecer á força do habito, onde tinha uma rosa ventosa que lhe indicava as trovoadas de que era muito medroso.»

13 — O Autor desta reforma foi então Manoel da Costa que teve o bom gosto de abandonar o gothico e voltar ao velho portuguez. Costa falleceu em 1826. Emquanto se ia formando o predio, tanto D. João VI como D. Pedro I foram adquirindo muitos trechos visinhos, augmentando consideravelmente a propriedade. (V. Magalhães Corrêa — *A Quinta da Boa Vista — Monumento Nacional* — «Correio da Manhã» — 6-X-1915).

14 — O relatorio não se refere aos melhoramentos que D. Pedro introduziu no parque. E' tradição (segundo J. Furtado) que o proprio imperador empenhado no embellezamento da Quinta, auxiliou os trabalhos, em mangas de camisa, nas obras do Horto Botanico. Tambem mandou rectificar o rio Joanna para fazer um aquario. Estas obras foram aproveitadas mais tarde para a construcção de um chafariz, bebedouro dos animaes que cortavam a Quinta em demanda da Cancella. Foi plantado magnifico pomar apraveitando-se os exemplares de outros climas existentes na Quinta do Cajú. No morro, por isso chamado da Mangueira, havia excellentes pés dessa planta, mandados vir da ilha Bourbon por D. João VI.

15 — Peserat voltou á Europa annos depois.

16 — A prataria de D. João VI havia seguido na sua bagagem para Portugal. D. Pedro I tambem levara a sua na «Volage» em 1831 (Portaria da Regencia de 11-IV-31 — Cit. por A. Rangel : *D. Pedro I e a Marqueza de Santos* — 1a. ed. 1916 — pg. 42). A prataria que serviu no paço durante muito tempo foi a do Marquez de Jundiahy que a cedia por emprestimo (Araujo Guimarães — *A Côrte no Brasil* — P. Alegre — 1936 — pg. 145).

17 — Relatorio apresentado a José Maria Velho da Silva, passando-lhe a direcçoo interina da Mordomia — 1846.

17-A — Brigº Menoel Martins do Couto Reis — *Memorias de Santa Cruz* — (Rev. do Inst. V — 154 e LXX — (1a.), 301. Francisco Fernandes Leite — *A Fazenda Nacional de Sta. Cruz* — Boletim do Ministerio da Agricultura, 1938 — I e III pg. 57.

18 — Nota ao relatorio acima transcripto.

19 — Araujo Guimarães — Op. cit.

20 — Vieira Fazenda — Memorias e Antiqualhas — (Rev. Inst.) II — 238.

21 — Vieira Fazenda — Op. Cit. IV — 452.

21 — *Anecdotas, factos e tradições que conheci no tempo que servi na Casa Imperial* — (Archivo do Autor).

22 — Rangel — Op. Cit. pg. 233.

23 — *Depoimentos varios sobre a Côrte de D. Pedro I e sobre este monarcha. — Annaes do Museu Paulista* — III, 91.

24 — A carta é a seguinte : «Espero em Setembro o Imperador e a Imperatriz por lá e caminhei como V. Ex. me ensinou, e como perderam o receio das febres querem ver o canal, a musica e o theatro. Espero lá obtel-os. Ha porém uma duvida para mim que sei unicamente a delicadeza e a disciplina do soldado. Ignoro e não me agrada a de cortezão. Veremos como conciliar estas cousas afim de não dar com os burros nagua... O Sr. actual mordomo (José Ma. Velho da Silva) é que mais tem influido para a vinda de S. M. a Imperatriz, que a meu ver o maior receio é que o Seu esposo faça em Santa Cruz as mesmas galanterias que fazia o Sr. D. Pedro I»... (Carta de 20-VII-1849).

25 — Rodrigo Octavio — *Minhas Memorias dos Outros* (ultima Série) — Rio, 1936 pg. 168.

26 — Oliveira Lima — D. João VI no Brasil — Rio, 1908 — II, 547 e 922.

27 — Relatorio citado.

28 — Vieira Fazenda — Op. cit. V — 451.

29 — Alberto Rangel — *No Rolar do Tempo* — Rio, 1937 pg. 184.

30 — *O Gabinete de 2 de Fevereiro de 1844* — Notas ineditas de Jeronymo Coelho — Alte. Henrique Boiteux — J. Commercio — 6-VI-1937.

31 — Do archivo do Autor.

32 — Em commemoração deste acto gravou-se uma bella medalha bem conhecida na qual se vê a fachada do edificio com esta inscripção : *As orphãs dos honrados servidores do Estado. Decretado a 18 de Julho começado a 7 de Set. de 1842. (Catalogo da Exposição de Historia Nacional de 1882)* II — 1376.

33 — Archivo do Autor.

34 — Raffard — *Jubileu de Petropolis* (Rev. do Inst. 58 — 2a. — pg. 41.

35 — A expressão é de P. Barbosa no relatorio cit. ao mordomo interino.

36 — Tem sido inquinada de irregular a denominação de *Decreto* attribuida sem discrepancia por todos os contemporaneos e mesmo em actos officiaes, á decisão imperial de 16 de Março de 1843. Não ha como rebaixar o acto que me parece gozar com propriedade de tão honrosa categoria. Considerar de *direito privado* um acto do imperador determinando a transformação da natureza do dominio de suas terras com o fim de nellas se erigir uma povoação, cuja denominação e caracteristicas ficam discriminadas desde logo e nos actos que delle derivam, parece um ponto de vista demasiado estreito de examinar a questão. Com um pouco mais de audacia chegam-se tambem a considerar de direito privado as concessões de sesmarias e ainda os foraes das villas e cidades, pois na sua essencia não passavam de actos da mesma natureza. Sómente no caso do decreto de 16 de Março já se acham muito reduzidas as fa-

culdades da corôa. As formulas sacramentaes «*Hei por bem — Ordeno*» figuram neste acto, como no *Anjo Custodio*. Tambem a data seguida da era da *independencia* e do Imperio — proprias aos decretos. Os decretos, na lição de Borges Carneiro, começavam sem forma certa, pela exposição da providencia, não tinham endereço determinado, como a Carta Régia. Regulavam materias varias umas vezes estabelecendo principios, outras vezez direito singular. (B. Carneiro — *Direito Civil de Portugal* — 1851 — I vol.).

Mesmo que se tratasse porem de direito privado, considerando simplistamente muito claras as suas fronteiras com o direito publico, nem por isso deixaria de merecer aquella denominação. A Familia Imperial, por isso mesmo que gozava de uma posição excepcional, tinha regulados por decreto factos que normalmente se passam dentro das normas do direito civil. Os casamentos, dotes, contractos ante-nupciaes dos principes, tudo é regulado por decreto. Os dotes são mesmo objecto de deliberação da Assembléa Legislativa. Uma simples procuração para tratar do Casamento é dada por decreto — (Exemplo a de Pedro I ao Marquez de Barbacena a 16-VIII-1827 — Transcripta por Antonio Augusto de Aguiar — *Vida do Marquez de Barbacena, Rio*, 1896 — pg. 313).

Tambem não colhe o argumento de que falta a assignatura de Ministro. A Constituição Imperial só fornece a fórmula das leis e decretos legislativos promulgados pelo executivo (Art. 69 e 70). As fórmulas dos decretos executivos e de nomeação variam muito, como é facil verificar por uma simples consulta á Collecção de Leis. A assignatura do ministro, em acto não politico, fóra da alçada do Poder Executivo não é essencial. Os actos do Poder Moderador, p. exemplo, não exigem a referendação ministerial. O Cons. Ribas, mestre reputadissimo no Imperio, já explicara aliás amplamente a materia em lição que se ajusta como uma luva ao nosso caso, como lembrou o illustre Presidente do nosso Instituto, em preciosa communicação á Commissão do Centenario em 10 de Setembro do anno findo. Eis a lição de Ribas: «Os *decretos* relativos á gerencia dos negocios da imperial casa, não importando o exercicio da funcção de um poder politico, sómente são assignados pelo Mordomo a quem tal gerencia concerne.

(Const. art. 144) — Ribas *Direito Administrativo Brasileiro* — Rio. '886 — pg. 210 — (Obra premiada e approvada pela resolução imperial de 9 de Fev. de 1861, para uso das Faculdades de S. Paulo e do Recife). E' escusado lembrar que se trata do vulto maximo do Magisterio da Faculdade de Direito de S. Paulo, (Vide Almeida Nogueira — Tradições e Reminiscencias — S. Paulo, 1912 — pg. 23) fallecido aliás aqui em Petropolis a 22 de Fevereiro de 1890 — Spencer Vampré — *Memorias para a Historia da Academia de S. Paulo* — S. Paulo, 1924, pg. 452.

37 — Minuta de uma resposta aos folhetins de Ribeyrolles no «*Diario do Rio*» communicada pelo Autor á Commissão do Centenario.

38 — As notas de Paulo Barbosa foram publicadas pelo illustre emigrado francez em appenso ao seu capitulo sobre Petropolis (Charles de Ribeyrolles — *O Brasil Pitoresco*, Rio — 1859 — pg. 182). O autor porem limita-se a dizer, talvez para respeitar um pedido do proprio mordomo, que as recebeu de illustre «personagem official».

39 — Vilhena de Moraes. Parecer publicado na *Tribuna de Petropolis*.

40 — Raffard é a grande fonte onde todos se vão abeberar. Sem duvida

é um repositorio riquissimo de informações. Mas está longe de ser um modelo de clareza. Sente-se ás vezes uma vocação profunda pelo methodo confuso. «Verdadeiro armarinho de miudezas e quinquilharias», servirá para provar qualquer these relativamente á fundação, Quem o affirma e prova é o Sr. Duarte Silveira em bem lançado estudo intitulado «*Raffard contra Raffard*» publicado na *Tribuna de Petropolis* de 18 de Set. de 1938.

41 — Que no entanto festejou um *jubileu* não commemorado em Petropolis por nenhuma autoridade.

42 — Todos cuidadosamente citados pelo Sr. Duarte Silveira no artigo acima referido.

43 — Raffard pg. 55.

44 — *Expédition dans les partes centrales de l'Amerique du Sud.* — Paris 1850 — I — 163.

45 — Aliás é ainda Raffard que esclarece terem subido para Petropolis em Janeiro de 1845 40 pretos de Santa Cruz para serem empregados nas obras preliminares do Palacio. Vem adiante até o nome do mestre de obras : o portuguez Manuel de Almeida. Em todos estes pontos Raffard segue de perto o *folhetinista da Gazeta de Petropolis* de 1893. Trata-se, segundo estou hoje informado, do prof. da Escola Polytechnica Julio Koeler, neto e digno herdeiro do nome do Major de Engenheiros.

46 — *J. Commercio* de 17 de Fevereiro de 1845. *(Ed. comm. do Centenario da Independencia*, pg. 258).

47 — Milliet de Saint Adolphe — *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil*. Paris, 1845, II, 296.

48 — Loc. cit.

49 — A phrase tão explorada de Paulo Barbosa : Corrego-Secco «*que desde que teve habitantes foi Petropolis*» não *figura* na redacção definitiva. Foi pois uma expressão infeliz da minuta que o Mordomo substituiu afinal por essa que se póde ler em Ribeyrolles (pg. 183) : *Esta foi a primeira população de Petropolis*. O que Paulo Barbosa quiz, pois, significar foi ter a chegada dos colonos assegurado a existencia da cidade, obtendo uma população permanente e estavel. Aliás seria uma contradição flagrante com as declarações peremptorias e precisas desse mesmo documento e do relatorio da Mordomia em 1846. Tambem não póde deixar de ser levado á conta de força de expressão o dizer elle que no alto da serra havia só *tres casebres*. E' eile proprio quem diz no relatorio que «feito o plano, tanto do palacio, como da povoação que o deve avisinhar, *começou a obra*». Estes tres casebres não são pois as unicas construcções de Petropolis ; são talvez os unicos disponiveis. Seria crivel que estivessem nelles todos os trabalhadores, os allemães de 1844 e mais os 40 escravos ? Interessante é que o texto francez de Ribeyrolles foi traduzido para o portuguez. As notas de Paulo Barbosa foram assim retraduzidas, sendo de suppôr que os traductores desconhecessem o original porluguez. Assim é que os *tres casebres (taudis)* passaram a *tres chiqueiros !* (Os traductores foram Manuel Antonio de Almeida e Machado de Assis, informa Capistrano de Abreu. *Ensaios e Estudos*, II, 204. Não ousamos corrigil-os).

Ora, Koeler, referindo-se ás construcções que tem feito em

Petropolis diz que *rendem annualmente mais de* 1:000$000 rs. Não seriam certamente os tres chiqueiros tão lucrativos.

50 — Nabuco — *Um Estadista do Imperio* — 1a. ed. Rio, I, 56.

51 — Este, e não como quer Antonio Machado (*Trabalhos da Com. do Centenario* I, 121) os Viscondes de Araxá ou Uberaba, deve ser o patrono do Rio Ribeiro. José Ribeiro da Silva, diplomata, mais tarde Ministro do Brasil na Russia por longos annos, como addido em Vienna, trouxera em 1842 a noticia do casamento do Imperador. (*J. Commercio*, Ed. Cent. Ind. pg. 231).

52 — Trata-se de cartas particulares do chefe de policia sobre o mesmo assumpto e que pouco adiantam.

53 — Rei. cit.

54 — A questão do cura protestante, subvencionado pelo Governo Provincial, era grave, do ponto de vista constitucional. A Constituição de 25 de Março, permittindo o livre exercicio dos cultos, só admittia uma igreja subvencionada : a Catholica Romana. Koeler previa, por isso, grandes difficuldades para solução do problema, como vimos. A chegada iresperada dos colonos, forçou Aureliano a cortar o nó gordio, não sem provocar reacção.

55 — Carta de 22 de Abrit de 1851.

56 — Carta de 8 de Abril de 1851.

ALCINDO SODRE

FUNDAÇÃO DE PETROPOLIS

A EVIDENCIA DE UM FACTO HISTORICO

A EVIDENCIA DE UM FACTO HISTORICO

Das objecções que, embora sem o necessario conhecimento de causa, mas de bôa fé, foram feitas por illustres historiographos aos estudos da Commissão do Centenario de Petropolis, sobre a fundação da cidade, duas merecem ser devidamente apreciadas, não só pela sua apparente procedencia, como porque, a sua refutação, esclarece definitivamente o assumpto.

Assim, foi pretendido que existia já uma tradição, consagrando o dia 29 de Junho de 1845, como o do nascimento de Petropolis, e por outro lado, procurou-se affirmar que o decreto imperial de 16 de Março de 1843 quedára-se isolado, sem significação maior, inoperante, uma vez que nenhuma consequencia immediata, e correlativa, teria produzido nos acontecimentos da formação da cidade.

Vejamos o primeiro equivoco: a supposta tradição em torno do 29 de Junho.

Dizem os diccionarios: «Tradição, do latim *traditio*. Noticia que passa successivamente uns aos outros, conservada em memoria, ou por escripto. Transmissão de factos historicos, de doutrinas religiosas, legendas, etc., de tempos em tempos por via oral, e sem provas authenticas e escriptas. *Tradição oral*, a que não está consignada em documentos escriptos e só consta pelo que se diz. *Tradição escripta*, testemunho que sobre um ponto imporiante confirmam os livros successivamente publicados.» (1)

Nenhuma tradição existe emprestanto ao dia 29 de Junho

(1) Dr. Fr. Domingos Vieira, Grande diccionario portuguez ou thesouro da Lingua Portugueza, Porto, 1874. Caldas Aulete, Diccionario contemporaneo da Lingua Portugueza, Rio, 1884.

de 1845 a qualidade de ephemeride da fundação de Petropolis. Apenas como tradição oral, o que realmente tem de existir, entre os petropolitanos descendentes de allemães, é a lembrança de que nesse dia chegou a primeira léva de immigrantes germanicos, occasionando a formação da Colonia de Petropolis. Para esses colonos, evidentemente, a data auspiciosa tinha de ser a de sua entrada definitiva neste bello recanto de paiz estrangeiro, que os agasalhava com o carinho de uma segunda patria, entrada que significava tambem a formação de desejada, util e pittoresca colonia. E' bem de vêr, pois, que para esses colonos Petropolis só passára a existir depois de sua chegada, sobretudo porque, o volume e a qualidade da gente, viéra dar notavel impulso e especial physionomia á Povoação de Petropolis. Natural e humano seria, pois, que seus descendentes guardassem a tradição oral desse acontecimento.

Esta, simplesmente, a verdadeira tradição entre a gente petropolitana, que se pretende no entanto confundir. A tradição da chegada dos colonos, é compartilhada aliás, em abundancia d'alma, por todos os demais habitantes da cidade que enxergam no sentimento daquelles, não só a justa homenagem aos antepassados, como por lhes reconhecerem a sua perfeita integração na vida do paiz.

Em nada são diminuidos esses bons e humildes colonos, com o facto de se dizer que elles não fundaram Petropolis, pela simples razão de não se poder fundar uma cousa que já existe. Além do mais, a fundação de uma cidade, em qualquer parte, seja dito de passagem, é uma medida eminentemente politica, originaria de um ou mais actos governamentaes e publicos. Mas, se elles fundaram a Colonia, porque será preciso contestar que tenham fundado Petropolis? A confusão só póde provir do motivo de que a existencia da Povoação de Petropolis, occurrencia vulgar no territorio nacional, não despertára a attenção nem apresentára opportu-



Pedro II, na época da fundação de Petropolis.

nidade para estudo : a gente que a formára era identica á de tantas outras que iam nascendo desde o Amazonas ao Rio Grande... D'ahi o engano entre a idade da Povoação e da Colonia, surgindo autores que servindo-se de documentos comprobatorios da existencia da primeira, mesmo assim, concluiram absurdamente pela exclusividade da segunda, em flagrante obstinação pelo acontecimento novo e impressionante que esta offerecia. Não foram muitos, entretanto. Um d'elles, J. Tinoco, em seu *Petropolis — Guia de viagem*, editado em 1885, escreveu : «*Deve, pois, Petropolis seu nascimento a umas turmas de colonos allemães*», etc. Em outro trecho, falando da Colonia, disse : «O Visconde de Sepetiba acceitando tão magnanimo offerecimento, de accordo com o mordomo, enviou-os (os colonos) para aquellas terras onde chegárão a 29 de Junho de 1845, *ficando assim fundada a colonia de Petropolis*». E no emtanto, esse mesmo autor, embóra não quizesse enxergar, refere-se ainda, em outro trecho, a um dos fios da teia onde jazia abandonada para a Historia a Povoação de Petropolis : «Assim correrão os tempos até que a lei provincial n. 193 de 12 de Maio de 1840 mandando abrir uma estrada que da villa da Estrella conduzisse ao Parahybuna suggerio ao dr. João Caldas Vianna, então presidente da provincia *em 1843*, a idéa de fundar uma colonia *nas immediações do palacete que S. M. o Imperador mandára construir* nas terras de seu patrimonio». (1)

Do mesmo modo, Henri Raffard, em seu «Jubileu de Petropolis», editado em 1895. Disse elle : «Esta cidade completou cincoenta annos de vida ; o dia 29 de Junho do anno corrente foi o do quinquagesimo anniversario da sua fundação e, portanto, o do Jubileu de Petropolis. Embora não nutramos a pretenção de vir contar cousas absolutamente novas, relatando factos, aliás, na mór parte mal conhecidos,

(1) pg. 37

ousamos crer que saberemos tornar-nos merecedores de benevolencia em attenção ao objectivo que temos em vista». O autor, ousou affirmar que o Jubileu de Petropolis passou a 29 de Junho de 1895, anniversario da fundação da cidade, mas siquer tentou interpretar os dados e documentos de que se serviu... Seu trabalho, valioso sem duvida, por ser uma collectanea de innumeras noticias de imprensa e de livros sobre Petropolis, não é todavia uma obra de argumento, mas simplesmente de transcripção, muitas vezes contradictoria por reproduzir relatos divergentes, além de alguns equivocos do proprio autor, e alguem chegou a denominal-a «colcha de retalhos».

Aliás, accrescente-se ainda a seguinte circumstancia: fazendo o elogio funebre de Raffard, como é praxe do Instituto Historico Brasileiro para com todos os seus socios fallecidos, o então orador dessa instituição, dr. Souza Pitanga, entre outras cousas, disse: «Activo e operoso, publicou diversas obras entre as quaes salientam-se — La Colonie Suisse de Nova Friburgo, A Industria Assucareira no Rio de Janeiro, Plano de Colonisação de Therezopolis e outros.

O que porém o recommendou á admiração neste Instituto foi o seu trabalho curioso: Homens e cousas do Brasil».

Curioso, diremos nós agora: nem uma referencia siquer ao seu «Jubileu de Petropolis»! Entretanto, nos dias correntes ha quem queira emprestar a este trabalho de Raffard o endôsso do proprio Instituto, como se fôra obra consagrada pela grande associação, quando seria absurdo imaginar-se siquer semelhante cousa. Emfim, essa forçada interpretação é irmã gemea do arranjo que pretende transformar São Pedro de Alcantara no Apostolo do Nazareno, de modo a que o 19 de Outubro, dia do Santo padroeiro de Petropolis, se antecipe para o 29 de Junho, dia de S. Pedro, o Apostolo, e da chegada... dos colonos allemães! E de irmão em irmão gemeo,

como tal, passa-se para a tradição, e para a inocuidade ou desvalia do decreto imperial de 16 de Março...

Raffard, igualmente como Tinoco, não quiz interpretar os factos historicos, pois alem de reproduzir o decreto imperial de 16 de Março e as tres primeiras clausulas das Instrucções de 30 de Outubro de 1843, escreveu: «*A construcção do palacio foi o ponto de partida da prosperidade de Petropolis*». E referindo-se ao embaraço creado com a chegada inesperada dos colonos, accentuou: «*o Sr. D. Pedro II por intermedio do conselheiro Paulo Barbosa da Silva, offertou com toda a magnitude de seu caracter terrenos da povoação ainda não demarcados para localisação dos recemchegados*». (1)

E' verdade que Raffard, suppunha ter sido collocada a primeira pedra do palacio a 18 de Julho de 1845, quando isto se deu, seguramente, em Janeiro d'aquelle anno, como provaremos com documento que será referido em outra parte destas linhas. Registe-se por outro lado, a referencia de Raffard *á povoação*, que não existia no papel, quando elle proprio adianta terem os colonos sido localisados em *terrenos ainda não demarcados*, o que fórça a reconhecer serem os demarcados pertencentes, naturalmente, aos habitantes da Povoação...

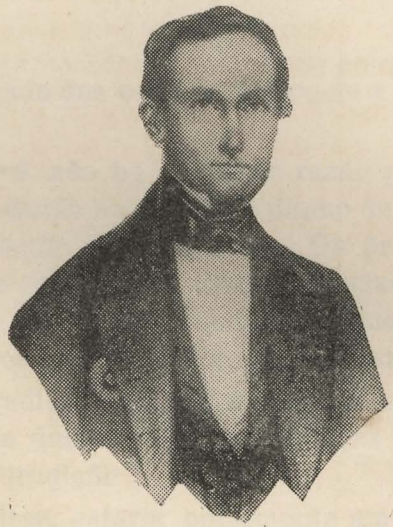
Realmente, o autor, mostra-se impressionado tão sómente pela colonisação do paiz, tendo escripto sobre a Colonia suissa de Friburgo e Plano de Colonisação em Therezopolis, e logo no inicio do seu Jubileu de Petropolis, confessa: «Faz já annos que nos esforçamos em reunir dados, cuja divulgação possa auxiliar quem escrever *a historia dos estrangeiros no Brasil*, mórmente no Rio de Janeiro, e, comquanto tenhamos conseguido boa cópia d'elles, ainda não nos consideramos habilitados para organizar satisfatorio trabalho». Con-

(1) Jubileu de Petropolis pgs. 61 e 63.

forme elle mesmo disse, Raffard não pretendeu escrever Historia, e ainda advertiu que «de antemão agradecemos a remessa de toda a communicação, rectificando ou completando qualquer ponto da nossa narração».

E nessa situação, muitos dos que, repetindo-se, trataram do 29 de Junho, esqueceram por completo o aspecto especial de que se revestiu a creação da cidade, onde cumpria distinguir a Povoação de Petropolis e a Colonia de Petropolis. A primeira, politica e administrativamente, coube ao governo da Provincia. A primeira realizou-se effectivamente pelo acto de 16 de Março, do Imperador, proprietario das terras, e quando a segunda se formou, o todo, Povoação e Colonia, não se confundiu, pois duas repartições tinham funcções bem distinctas: a Povoação era dirigida pela *Superintendencia da Fazenda Imperial*, repartição da Corôa, e a Colonia era assistida pelo *Director da Colonia de Petropolis*, funccionario nomeado pelo Presidente da Provincia.

Prova evidente fica exposta, de que duas cousas diversas existiam, no momento em que se installaram os allemães: a Povoação e a Colonia. Um autor insuspeito, professor Julio Delamare Koeler, neto do grande major de engenheiros, soube bem definir o assumpto. Iniciando em Maio de 1893 uma série de chronicas pela «Gazeta de Petropolis» e dando-lhe o titulo de «Origem, fundação e desenvoluimento da Colonia de Petropolis», escreveu os seguintes trechos: «Para constituir a povoação tratou o arrendatario de obter do governo a sua creação civil e religiosa, pois o Corrego Secco era uma parte da freguezia de S. José do Rio Preto, municipio de Parahyba do Sul, sendo vigario delia o conego Luiz Gonçalves Dias Corrêa. Obteve elle logo o que desejava, sendo por deliberação de 29 de Março de 1844, e de conformidade com a lei provincial n. 121, de 30 de Abril de 1839,



Julio Frederico Koeler

creada na dita freguezia a subdelegacia do 2º districto ou de Petropolis, com seus respectivos limites, e um juizado de paz».

.....

«Com a chegada dos colonos tornou-se a povoação uma colonia allemã.»

Pelo que se vê, não ha qualquer razão para ser admittida uma tradição dando ao dia 29 de Junho de 1845 as honras de data do nascimento de Petropolis. Os proprios autores, mais citados como base dessa asserção, quando pretendem affirmar tal cousa, os mesmos documentos que exhibem mostram á saciedade os equivocos em que laboraram...

Já vimos a tradição oral dos descendentes de allemães relativa á chegada dos colonos. Que outras provas haverá para a pretendida tradição ?

Se ella existisse, estaria certamente em erro, e a melhor das tradições não teria cabimento em ser respeitada quando fosse destruida pela luz da Historia. E a demonstração de que ella não existe está no exame negativo de seus vestigios. O mais seguro, para a especie, seria encontral-os atravez de livros, da imprensa, e dos actos do governo municipal, que é a mais expressiva ressonancia da voz popular. Nos livros já referidos, e que são os mais indicados, constatamos de que fórma elles se apresentam. E no entanto, podemos realçar o que sobre a questão foi escripto com prioridade em obra apreciavel, no anno de 1859, época proxima do acontecimento. Trata-se do «Brasil Pittoresco» de Ribeyrolles, onde se lê a seguinte opinião: «*Esse Decreto imperial sobre requerimento motivado do Sr. Conselheiro Paulo Barbosa, fundou Petropolis*».

Na imprensa local, que nasceu a 3 de Março de 1857, e portanto, durante 80 annos, até 1937, não se encontram referencias á data de 29 de Junho, de modo a lhe ser attribuido um caracter de tradição conferido pelo jornalismo petropoli-

tano. O dia 29 de Junho de todos os annos, passou esquecido pelas columnas dos jornaes. Basta assignalar o frio silencio da «Gazeta de Petropolis», unico periodico circulante na data do supposto cincoentenario da cidade. Nesse anno em que Raffard publicava o Jubileu, a folha serrana não fez siquer menção ao dia da chegada dos colonos de 1845, nem mesmo de qualquer commemoração que houvesse occorrido em sociedade, club ou praça publica...

Que especie de tradição será, pois, a allegada ?

A julgar por uma singular publicação apparecida sob a fóma de folhetim e sem assignatura, na «Gazeta de Petropolis», edição de 18 de Março de 1893, teriamos então de admittir a fundação de Petropolis em 1837, pois constituiria tradição o facto de merecer essa data referencia especial da imprensa serrana quando o 29 de Junho de 1845 não mereceu jamais consagração nas columnas impressas dos nossos jornaes.

Vejamos o trecho final do folhetim em apreço, e intitulado: *Petropolis e sua origem :* «Até 1836, não tinha a fazenda florescido, nem medrado. Um engenheiro allemão Julio Frederico Koeler achava-se nesse tempo ahi empregado em serviço do governo, levantando a planta topographica da parte da provincia que se estende da Estrella á Parahyba do Sul.

Koeler, que foi quem abriu a magnifica estrada macadamisada na serra, notou as condições favoraveis do *Corrego Secco* para fundação de uma colonia. Mas sem capitaes e sem gente Koeler nada teria feito sem o accaso da entrada na bahia do Rio de Janeiro do navio *Justine*, com 180 colonos allemães destinados a Sidney. na Australia, e que arribou a esse porto a 12 de Novembro de 1837 para refazer-se de uma longa e cruel travessia.

Tal foi a origem desta povoação.» (o grypho é nosso).

Não obstante, o «Parahyba», jornal dirigido por Augusto

Emilio Zaluar, que seria membro do Instituto Historico, já em sua edição de 5 de Novembro de 1859, tratando em ligeira nota sobre a historia de Petropolis, disse: «*Esta cidade-colonia, que nasceu e progrediu garantida pelos decretos de sua fundação, e pelas leis provinciaes que a tem sustentado e protegido.*»

O poder publico da cidade, instituido em 1859, e exercido até 1916 sob a fórma de Camara Municipal, e d'ahi em deante conjugadamente ao Prefeito, jamais fez referencia á data da fundação de Petropolis. Interprete inconcusso da opinião e dos sentimentos populares, não se comprehende tradição sem o signal do seu pronunciamento. Funccionando apenas em certas épocas do anno, em 1895, quando se teria verificado o cincoentenario de Petropolis, coincidiu que o legislativo municipal estava em sessão. No respectivo livro de actas, encontra-se, precisamente a 29 de Junho, o seguinte termo, assignalando falta de quorum para sessão: «Aos vinte e nove de Junho de mil oitocentos e noventa e cinco, achando-se presente na sala da Camara Municipal de Petropolis o cidadão Antonio Fialho, vice-presidente da mesma, e o dr. Hermogenio Pereira da Silva e não havendo numero para sessão se lavrou este termo. Eu, Ricardo Narcizo da Fonseca, secretario da Camara escrevi e assigno. Antonino Fialho, dr. Hermogenio Pereira da Silva, Ricardo Narcizo da Fonseca».

Ahi está como a commemoração de Raffard era interpretada ou sentida em Petropolis... Accresce ainda a curiosa circumstancia de achar-se como secretario da Camara, um autorizadissimo conhecedor da vida da cidade que viu nascer, o major Ricardo, em 1844 negociante da Povoação, e que pelo menos poderia ter sido o inspirador da Camara para que uma data tão expressiva não ficasse olvidada pelo governo municipal. Se não houve numero para a Camara funccionar em 29 de Junho, seria ainda cabivel que em sessões logo ante-

riores ou posteriores a essa data, tivesse a mesma merecido qualquer menção. Reuniu-se a Camara a 8 e 21 de Junho, 17 e 27 de Julho.

A 21 de Junho, a reunião revestiu-se de caracter especial, pois verificou-se a 3a. sessão da Assembléa Municipal, com a presença dos vereadores Antonino Fialho, drs. Hermogenio Silva e José Basilio Magno de Carvalho, Roberto de Faria Tré, dr. Luiz de Freitas Guimarães, dr. João Vieira Barcellos, Guilherme Carlos Filho, João Werneck, e Juizes de Paz e immediatos João Duarte Silveira, Felippe Faulhaber, José Antonio Dias Janiques, Alfredo José Corrêa Lima, Ricardo Cardoso de Lemos, Francisco de Oliveira Chagas, João Evangelista Ribeiro, José Carvalho da Silva Junior e Guilherme Augusto de Araujo Franco. Nessa assembléa municipal que se realizou mui proxima ao 29 de Junho, tomaram parte homens letrados, médico, advogado, engenheiro, e tambem um descendente de colono de 1845, o sr. Felippe Faulhaber que seria mais tarde promotor de subscripção popular para o levantamento de uma estatua ao major Koeler, e nem mesmo este teve a lembrança de fazer marcada na acta dos trabalhos a data que seria tão significativa...

Não se diga entretanto, para explicar o caso, que a Camara observava a praxe de cuidar tão sómente de assumptos administrativos. Muito pelo contrario, ella se interessava pela vida geral da cidade, do Estado e do paiz. Assim é que na sessão de 27 de Julho de 1895, para não sahirmos de junto do falado cincoentenario, foi approvado um officio ao Presidente do Estado pedindo-lhe que «transmitta ao Sr. Presidente da Republica do apoio desta Camara na defesa dos direitos da Nação ao territorio da Ilha da Trindade, occupado pelas forças navaes inglezas», bem como approvada foi uma «Proposta para se nomear uma commissão de Vereadores para conjunctamente com o sr. Presidente da Camara e em nome



João Caldas Vianna, presidente da Provincia — 1843.

desta assistir ás exequias do Marechal Floriano Peixoto que devem ser celebradas no dia 29 do corrente».

Outra mostra, vamos encontrar, quando a Camara, em 1888, sem qualquer incidencia sobre a data da fundação da cidade, entendeu de cogitar na erecção de um monumento aos fundadores de Petropolis: «Acta da setima sessão ordinaria da Camara Municipal de Petropolis, no dia cinco de Maio de mil oitocentos e oitenta e oito. Presidente o sr. José Ferreira da Paixão, secretario Manoel José Moreira Guimarães. A' uma hora da tarde, sendo presentes no Paço Municipal os srs. Vereadores José Ferreira da Paixão, Domingos Manoel Dias, Augusto da Rocha Fragoso, Ricardo Narcizo da Fonseca, Placido Viard, e Henrique Raeder. Requerimento de Rocha Fragoso: «Proponho que a Camara por si ou por meio de uma Commissão especial promova os meios necessarios para collocação de tres bustos dos principaes fundadores desta cidade, Visconde de Sepetiba, Paulo Barbosa e Julio Koeler. Approvado».

Melhor prova ainda, vamos encontrar quando a Camara commemorou, com vivas demonstrações, o cincoentenario da elevação de Petropolis á cathegoria de cidade, em 1909.

Na acta da reunião de dezenove de Julho de mil novecentos e nove, sob a presidencia do dr. Hermogenio Silva, e a presença dos vereadores Sá Earp, Barros Franco, Horacio Magalhães, Aristides Werneck, José Thyne Land e Otto Hees como secretario, consta o seguinte: «O sr. Vereador dr. Aristides Werneck fez o seguinte requerimento:

> «Requeiro que se lavre em acta da sessão de hoje o seguinte: A Camara Municipal, no dia 14 do corrente mez de Julho, celebrando a data jubilar da elevação de Petropolis á cathegoria de cidade, effectuou uma reu-

nião extraordinaria solenne, confraternizando com o jubiloso sentimento popular despertado por essa data festiva.»

Continúa como sempre, em cheque, o silencio profundo da Camara pela data de 29 de Junho, perdendo nessa altura outra opportunidade de referir-se á mesma, quando cuidava de outra bem proxima, que ruidosamente festejava.

E tal qual como em Junho de 1895, um dos vereadores era tambem descendente de allemães, na pessoa do secretario Sr. Otto Hees...

No livro de actas não consta a sessão civica de 14 de Julho, onde se poderia encontrar os detalhes da festividade, razão porque foi feito o requerimento que acabamos de transcrever. Entretanto, ella foi narrada pela *Tribuna de Petropolis* em sua edição de 16 de Julho de 1909, sob o titulo «O Jubileu de Petropolis», e vale a pena resumir-se a importancia dada ao acontecimento: A's 6 horas da manhã, a cidade foi despestada por uma salva de 21 tiros. A's 14 horas realizou-se recepção no Paço Municipal, recebendo o Presidente da Camara entre os innumeros cumprimentos o do Sr. Alcebiades Peçanha, secretario da Presidencia da Republica. A seguir, houve passeata militar pelo centro urbano, desfilando o Tiro Petropolitano, o Gymnasio Petropolis e o Collegio S. Vicente de Paulo. A's 17 horas realizou-se concerto na Praça D. Pedro pela banda Leopoldo Miguez. Finalmente, ás 20 1/2, teria inicio a sessão extraordinaria da Camara. A Praça Mauá, fronteira á Municipalidade, achava-se profusamente illuminada, bem como o centro da cidade (As depezas com a illuminação dessa noite foram a 950$000!) (1) Em dois coretos erguidos na Praça tocavam as bandas Euterpe e de Cascatinha. O Presidente da Camara, abrindo a sessão, collocou

(1) Conta da empreza do serviço de luz, existente no archivo municipal.

a seu lado direito o major Ricardo da Fonseca, decano dos Vereadores. Dada a palavra ao vereador Land, foram estas as suas primeiras palavras: «Srs. representantes das Altas Autoridades do Estado, exmas. senhoras, caros collegas — Na trajectoria da vida assignalam-se factos e datas que relembram verdadeiras conquistas. Assim é que o dia 17 de Junho, que rememora o quinquagesimo anniversario da primeira reunião da Camara da outróra povoação e hoje bella e laboriosa cidade de Petropolis, não poderia ficar olvidado.

Foi nesta convicção e reconhecendo a inspiração patriotica com que os petropolitanos afanosamente sabem affirmar as suas nobres tradições, que me animei a solicitar o seu concurso e a gentileza de sua presença neste local, para que, ainda mesmo modestamente, fosse commemorada essa data significativa e jubilosa para o nosso municipio.»

Falaram ainda na sessão, os srs. drs. Horacio de Magalhães, conde de Affonso Celso, como presidente da commissão promotora do monumento a Pedro II, Ernesto Paixão e a senhorinha Maria José Jacob, em nome da Escola de Musica Santa Cecilia.

Innumeras sociedades locaes fizeram-se representar, bem como nove jornaes cariocas e a *Tribuna* e *Nachrichten*, de Petropolis. Após a sessão, houve grande baile popular no Theatro Floresta.

E ahi está, em abundante demonstração, como o poder publico de Petropolis commemorou uma das grandes datas historicas da cidade, esse poder publico que, mesmo deante das melhores opportunidades, jámais fez siquer a mais ligeira referencia ao 29 de Junho, como da Fundação de Petropolis.

Em que se baseia, pois, a falada *tradição ?*

Vejamos agora, o segundo equivoco, destacando inicialmente, alinhados em schema, todos os effeitos immediatos,

continuados e harmonicos, decorrentes do decreto imperial de 16 de Março de 1843:

1843 — 16 de Março — Decreto Imperial determinando a construcção do Palacio, da povoação, da igreja e do cemiterio.

5 de Julho — Portaria do Presidente da Provincia referindo-se á «*fundação da povoação de Petropolis*».

8 de Julho — Portaria do Presidente da Provincia determinando a collocação *no lugar do antigo Corrego Secco de um poste alto e elegante em que se leia em letras grandes — Petropolis — para indicar a futura povoação, que nesse lugar se fórma sob os auspicios do Senhor D. Pedro 2°*, e o levantamento de duas cruzes, uma com o nome do padroeiro local, São Pedro de Alcantara, e na outra a inscripção — *Cruz da Capella dos Finados em Petropolis.*

26 de Julho — Contracto de arrendamento de certas terras da Fazenda cabiveis á futura Colonia, e resalvando as destinadas á Povoação.

26 de Julho — Condições em que se afóram as mesmas terras (verdadeiro codigo de obras para a futura cidade).

17 de Outubro — Chegada do empregado da Casa Imperial para determinar as obras.

30 de Outubro — Novas condições com que se aforam as terras de Petropolis (ampliação das anteriores e apreciavel plano geral de urbanização, destacando-se já a existencia de uma planta da povoação).

1844 — Existencia da officina de Antonio da Costa Dantas.

» da estalagem de Antonio Luiz Gomes.

» da casa de negocio de Ricardo Narcizo da Fonseca.



Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba,
quando presidente da Provincia.

29 de Março — Creação da subdelegacia e juizado de Petropolis.

30 de Dezembro — Portaria do Presidente da Provincia sobre alinhamento de uma casa.

30 de Dezembro — Portaria do Presidente da Provincia sobre planta da «CIDADE DE PETROPOLIS».

1845 — Janeiro — Chegada de escravos para as obras do Palacio.

Installação de enfermaria e pharmacia.

Construcçãção da repartição de obras para commodo dos empregados da povoação.

Doação de prazos de terras feita pelo Imperador a homens notaveis.

31 de Janeiro — Exposição de Koeler e Projecto da Companhia de Petropolis.

1 de Fevereiro — Convite de Koeler a operarios especializados para as obras do Palacio.

14 de Março — Aviso de Koeler para pagamento de salario aos trabalhadores.

24 de Março — Inauguram-se as viagens da barca a vapor *Venus*.

3 de Maio — Deliberação do Presidente da Provincia para dar rapido andamento ás obras da Estrada Normal da Estrella.

11 de Maio — O Imperador visita Petropolis.

28 de Maio — Convocação de Koeler aos accionistas da Companhia de Petropolis.

17 de Junho — Annuncio procurando artifices e trabalhadores para ás obras de Petropolis.

6 de Agosto — Portaria do Presidente da Provincia, onde se constata, — anteriormente á chegada dos allemães de 29 de Junho de 1845, — a existencia em Petropolis de colonos açorianos.

1846 — O Presidente da Provincia refere-se á Povoação em

termos que não podem deixar duvida que esta existia anteriormente á Colonia.

Observada a mesma ordem chronologica, vamos reproduzir na integra esses documentos, dispensado apenas o decreto imperial de 16 de Março, por demais divulgado. Effectivamente, facil será verificar-se, pelos documentos que seguem, como esse decreto fundou Petropolis, e delle decorreram todas as medidas naturaes e necessarias.

5 de Julho de 1843 — «Tendo tido notavel incremento o Arraial de Porto da Estrella, e a construcção da estrada normal da Estrella, e a fundação da povoação de Petropolis no alto da Serra, não podendo deixar de attrahir para esse ponto, e nelle agglomerar grande população, o Presidente da Provincia do Rio de Janeiro tem deliberado nas vistas do futuro estabelecimento de uma villa neste lugar que se projecto o respectivo plano, e ordena pois ao sr. Campos Bello que passe quanto antes a levantal-o sobre uma area de um quarto de legua de comprimento ao longo da margem do rio Inhomerim, porém em linha recta, sobre mil e quinhentas braças de fundos. Deos guarde a V. M. Palacio do Governo da Provincia do Rio de Janeiro, 5 de Julho de 1843. João Caldas Vianna. Ao engenheiro civil Campos Bello.» (1)

8 de Julho de 1843 — «Em additamento á minha Portaria de 5 do corrente mez ordeno-lhe que pratique na estrada normal da Estrella em actual construcção os trabalhos seguintes: 1° que ultime a porção da estrada no logar do Morro Grande da mesma fórma que tem de concluir a porção entre o marco n. 2, e a raiz da Serra, logo que estejão findos os trabalhos dest'ultima; 2º que abra a picada em toda a extensão da Serra, deixando-a em estado de transitar nella a cavallo, e fazendo as derruba-

(1) *Correio Official da Provincia do Rio de Janeiro*, n. 273, de 9 de Agosto de 1873 (Bibliotheca Nacional).

das precisas, mas determino-lhe mui positivamente que conserve todas as grandes arvores ao longo dessa picada, afim de que esses troncos seculares possão embelesar a estrada, e fazer a admiração, e deleite dos que hão de transital-a; e hei-lhe esta ordem por muito bem recommendada; 3º que faça construir duas cruzes de madeira de Lei, n'uma das quaes fará entalhar esta inscripção — Cruz de São Pedro de Alcantara em Petropolis — e na outra — Cruz da Capella dos Finados em Petropolis —, das dimensões convenientes, sendo a 1ª maior, e a 2ª menor; 4º fará collocar no lugar do antigo Corrego Secco um poste alto, e elegante, em que se leia em letras grandes — Petropolis — para indicar a futura povoação, que nesse lugar se fórma sob os auspicios do Senhor D. Pedro 2º — Deos guarde a V. M. Palacio do Governo da Provincia do Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1843. João Caldas Vianna. Sr. Carlos Riviére.» (1)

26 de Julho de 1843 — Escriptura de arrendamento da Fazenda denominada Corrego Secco, feito pelo Mordomo Paulo Barbosa a Julio Frederico Koeler. Além desses dois, assignaram o documento Candido Xavier de Britto, escrivão da Casa Imperial, e como testemunhas José Joaquim da Cunha e Izidoro Jose Martins Pamplona.

Desse contracto de arrendamento, vamos destacar as seguintes clausulas:

«Artigo 1º — O arrendamento será por nove annos consecutivos, que se contarão da data desta, pelo preço de um conto de réis annuaes, pagos no fim de cada anno, e comprehenderá todo o terreno pertencente a Sua Magestade Imperial, excepto o que nos subsequentes artigos se destina a outros fins.»

«Artigo 4º — Reserva o Mordomo para aforar a

(1) *Correio Official da Provincia do Rio de Janeiro*, n. 274, de 11 de Agosto de 1843 (Bibliotheca Nacional).

particulares, e para se edificar a Igreja e cemiterio, todo o terreno collateral da estrada tanto da que existe como da que se vae abrir, com cem braças de cada lado de qualquer das estradas contadas das margens dellas tanto da velha como novas.»

«Artigo 5º — Reserva mais o Mordomo todas as vertentes comprehendidas entre o sitio de Antonio da Costa Dantas, Rio Corrego Secco abaixo até á sua terra no Piabanha para nelle se edificar um Palacio e suas dependencias, e Igreja, se isso conviér, e uma povoação ; ficando tambem reservadas cincoenta braças do alto da Serra com cem de fundo para cada lado e todo o terreno que verte para a Bahia do Rio de Janeiro.»

«Artigo 10° — O arrendatario se obriga a levantar a planta da futura Petropolis e do Palacio e suas dependencias gratuitamente e a remettel-as ao Mordomo o mais breve que lhe fôr possivel, e a demarcar em prazos de cinco braças todo o terreno que borda a estrada de um e outro lado, e a numeral-os.» (7)

26 de Julho de 1843 — «Condições com que se aforão terrenos da Fazenda de S. M. o Imperador, denominada Corrego Secco e que fazem parte do contracto de arrendamento que faz o sr. Major Koeler.»

Destacamos dessas condições as seguintes clausulas :

---

(7) Copia manuscripta que pertenceu ao Major Julio Koeler, e que foi offertada ao Instituto Historico de Petropolis pelo neto do fundador de Petropolis, professor Julio Delamare Koeler, e trabalho impresso, existente na Bibliotheca Nacional, sob o titulo «*Decreto*, escriptura de arrendamento da fazenda denominada Corrego Secco, sita no alto da serra da Estrella, e pertencente a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, ao major Julio Frederico Koeler, e condições com que se aforam as terras da mesma fazenda». Rio de Janeiro, Typ. Laemmert, 1843, in 8° de 15 p. p.

Artigo 6º — Os foreiros se obrigarão no acto da posse:

1º A cercar, valar, ou murar seus terrenos solidamente afim de evitar futuras contestações;

2º A fechar suas testadas com a estrada com grandes muros e portões elegantes;

3º A plantar nas ditas testadas ao menos uma carreira de arvores frondosas no alinhamento e da qualidade que pelo arrendatario fôr indicada;

4º A edificar predios dentro do espaço de dois annos, a contar das suas respectivas posses, pelo alinhamento que o sobredito arrendatario dér; a cuja approvação submetterão os planos dos frontespicios dos ditos predios, não devendo nenhuma caza ficar mais proxima da estrada do que cincoenta palmos;

6º A conservar o exterior de suas cazas em bom estado de aceio, tanto no que diz respeito aos predios, como no ajardinamento da area fronteira á entrada.»

«Artigo 9" — Todo o terreno que parte da paragem que se denomina «Dantas» e a Varzea onde actualmente estão situados os ranchos e cazas da Fazenda, em parte desde já, e no seu todo para o futuro, é destinado para a povoação, e para isso será arruado e marcado pelo actual arrendatario, ou a requerimento delle pela authoridade competente, e será aforado a 10 réis por braça superficial, devendo-se sugeitar o foreiro aos nivellamentos que lhe forem dados pelo dito arrendatario, de cuja approvação dependerá o frontispicio dos edificios» (1)

17 de Outubro de 1843 — Chega um encarregado do Paço Imperial para determinar obras. Quem nol-o revela é o escriptor Castelnau, e o trecho já foi mencionado por

(1) Idem.

Affonso de Taunay e Americo Lacombe. Este ultimo assim o reproduz : «Mas, por uma circumstancia realmente excepcional, é possivel estabelecer até o dia do inicio das obras. Foi a 17 de Outubro de 1843. Quem o diz é Francis de Castelnau. Castelnau esteve por aqui em 1843 — ano do decreto. Estava elle calmamente installado no velho casarão da fazenda (aliás abandonado e sujo — *delabré* diz elle) empenhado em proficuas pesquizas de exemplares da flóra brasileira, quando recebe um bilhete do Major Koeler com más noticias. Que dizia Koeler ao famoso viajante que tanto o aborreceu ? Simplesmente isso — uma formal ordem de despejo — no dia seguinte começavam as obras e viria se installar na casa uma pessôa da côrte — eram ordens do Imperador. Não ha pois duvida que começaram as obras logo após o decreto». (1)

30 de Outubro de 1843 — «Condições com que se aforão as terras de Petropolis e as do arrendamento do Major Julio Frederico Koeler». Destas novas condições, complemento das que o Mordomo Paulo Barbosa estipulára com o arrendatario em 26 de Julho, destacamos estas clausulas :

Artigo 1º — A futura Petropolis constará do terreno descripto e marcado no mappa levantado pelo arrendatario Koeler, e do que para o futuro Sua Magestade Houver por bem designar.

Artigo 2º — O terreno será concedido por emphyteosis perpetuo a particulares, por quadrilongos de 5 braças de frente com 10 de fundo, e pelos polygonos que constão do mappa.

Artigo 6º — Os emphyteutas são obrigados : § 3º — A calçar sua frente com alvenaria dentro do prazo de

(1) Americo Lacombe, A Fundação de Petropolis (Papel de Paulo Barbosa) pg. 206 deste volume.

um anno e com lagedo dentro do prazo de oito annos : tanto a calçada como o lagedo terão dez palmos de largura ; § 4º — A conduzir as aguas pluviaes de seus telhados até á rua por canos e tubos verticaes, encostados ou introduzidos nas paredes.

Artigo 7º — O nivel das ruas será dado provisoriamente pelo arrendatario Koeler, emquanto o não fôr definitivamente pela authoridade civil.

Artigo 8º — A nenhum foreiro he permittido fazer obras exteriores sobre a rua ou praça, como rampas ou escadas, pódem porém, querendo, guarnecer os passeios com frades de pedra, encorrental-os, construir alpendres sobre as portas e latadas os passeios cujo aceio he da obrigação do foreiro.

Artigo 10º — Em virtude do artigo 12 do contracto de 26 de Julho deste anno, e á vista da disposição final do art. 4º do mesmo contracto, pertencerão os fôros de todos os prazos ao Sul e ao Sueste do Largo de Alcantara ao arrendatario (1)

1844 — Existem já na Povoação a officina de carpinteiro de Antonio José da Costa Dantas, a hospedaria de Antonio Luiz Gomes e a casa de negocio de Ricardo Narcizo da Fonseca. (2)

29 de Março — Da lei provincial :

Artigo 1º — Fica creada na freguezia de S. José do Rio Preto, termo da Parahyba do Sul, mais uma subdelegacia de policia, que se denominará do 2º districto ou de Petropolis, etc.

Artigo 3º — Haverá igualmente neste segundo districto um juizo de paz. Palacio do Governo Provincial

---

(1) op. cit.
(2) Prof. Julio Delamare Koeler, op. c.

do Rio de Janeiro, 29 de Março de 1844. João Caldas Vianna (1)

30 de Dezembro — «Constando a este governo, que na estrada entre Corrego Secco e Itamaraty, se está construindo uma casa tão sobre a dita estrada, que não só impede o transito publico, como tem de a arruinar, porisso que embarassa o esgoto das aguas; cumpre que Vm. tome conhecimento deste facto quanto antes, e dê todas as providencias para que simelhante edificio seja collocado a distancia conveniente. Deus guarde a Vm. Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1844. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. — Sr. engenheiro chefe do 3º districto das obras publicas.»

30 de Dezembro — «Tendo-se ordenado a Vm. que de accordo com o engenheiro Julio Frederico Koeler, levantasse a planta da cidade de Petropolis procedendo desde logo ao nivellamento da estrada da Serra, que tem de passar pela mesma cidade; cumpre, que, quanto antes, remetta a esta residencia a respectiva planta e mais trabalhos, que houver feito sobre este objecto. Deus guarde a Vm. Palacio do governo da provincia do Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1844, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. — Sr. engenheiro chefe do 3º districto das obras publicas» (2).

1845 — «Em Janeiro de 1845 vierão cerca de 40 pretos da fazenda de Santa Cruz afim de trabalharem nas obras preliminares do Palacio Imperial, fazendo-se um rancho estreito de palha para agasalho delles, enfermaria e botica no lugar em que mais tarde construio-se a casa do dr. Porciuncula (rua 7 de Abril). Deu-se começo tam-

---

(1) Collecção de leis, decretos e regulamentos da Provincia do Rio de Janeiro, 1844, Rio, Typographia do Diario, 1844.

(2) «Diario do Rio de Janeiro», edição de 11 de Janeiro de 1845.

bem ao barracão da rua do Imperador (onde é hoje a repartição de obras publicas) para commodo dos empregados da povoação, repartição de obras, sendo acabado tal qual hoje se vê. Deu-se começo ás obras do Palacio, sendo primeiro mestre o portuguez Manoel de Almeida. Nesse mesmo anno procedeu-se á demarcação de diversos prazos de terras, sendo alguns logo apurados, e outros dados por Pedro II a certos homens notaveis pelos serviços ao Estado» (1).

Relativamente á doação de prazos de terras que o Imperador fez a pessoas importantes, verifica-se pelo livro de assentamentos da Superintendencia da Fazenda Imperial, que o foreiro numero 1 de Petropolis foi Honorio Hermeto Carneiro Leão, marquez de Paraná. O numero 2 coube a Francisco Antonio Picot, e o 4 a João Gustavo de Frontin. Depois figuram Sayão Lobato, visconde de Bom Retiro, Bernardo de Vasconcellos, conselheiro Jobim, Torres Homem, Justiniano José da Rocha, Araujo Porto Alegre, Eusebio de Queiroz, Galdino Pimentel, Ricardo Narcizo da Fonseca, visconde de Macahé, barão da Penha, Pedro Bellegarde, visconde de Sepetiba, e outros mais.

31 de Janeiro — Na «Exposição» de Koeler, desta data, e publicada no Jornal do Commercio de 17 de Fevereiro do mesmo anno, destacam-se os seguintes lrechos :

«S. M. I. acaba de ordenar a construcção do seu palacio de verão na Petropolis, e o abaixo-assignado que se acha incumbido da direcção e administração desta obra, com ordem de apromptar até 1° de Outubro do corrente anno tal parte della que possa servir de aposento provisorio do mesmo augusto senhor.»

....

S. M. o Imperador tem mostrado desejo de ver col-

(1) Prof. Delamare Koeler, op. cit.

locada, em Petropolis, e nos arredores uma colonia agricola e industriosa allemã; e certamente que de semelhante estabelecimento mui grandes vantagens hão de resultar para a povoação e tambem para os habitantes da côrte e capital do Rio de Janeiro, augmentando-lhes os gozos e pondo ao seu alcance por preços mui modicos, os melhores productos dos climas temperados do mundo».

Nessa mesma data publicava Koeler o seu «Projecto de estatutos para a Companhia de Petropolis», onde se encontravam, entre outras, as seguintes disposições:

«O emprezario desta Companhia, o Major de Engenheiros Julio Frederico Koeler, logo que ella tiver Accionistas assignados para uma terça parte de seu capital e uma directoria, lhe fará cessão e trespasse authentico:

1º — Do contracto de arrendamento da fazenda de S. M. I. chamada agora Petropolis, e antes Corrego Secco, sita no alto da Serra da Estrella, cujo contracto tem de subsistir até o dia 25 do mez de Julho de 1861;

2º — Da sesmaria chamada da Quitandinha que confina com a de Petropolis;

3º — Das construcções que tem feito e existem em Petropolis, exceptuando-se a casa em que agora habita;

4º — Finalmente, de seis acções da Companhia privilegiada de navegação por vapor de Inhomerim, de que se achão pagas as entradas até agora pedidas pela Direcção».

E a Companhia deveria ter entre as suas finalidades: «construir prédios de diversas classes para arrendar ou para vender, tomar de empreitada a factura de edificios publicos e de casas para particulares, de

transportar gente e cargas do Porto da Estrella a Petropolis, por meio de animaes, omnibus e carros, e de construir desde já um hotel.

1 de Fevereiro — «O mestre canteiro que queira tomar de empreitada a factura das escadas do Palacete Petropolitano e do passeio em roda do mesmo ; os marcineiros e carpinteiros que queiram ajustar as portas. janellas, columnas e os arcos de madeira do dito palacete, podem ver as plantas e condicções respectivas na rua de S. Pedro n. 2, 1º andar, e devem apresentar na mesma casa até o dia 12 do corrente mez suas propostas por escripto. Em iguaes circumstancias se dará nestas e em mais emprezas preferencia a quem aforar terrenos á S. M. I. e se estabelecer em Petropolis. Côrte, 1 de Fevereiro de 1845 — Julio Koeler». (1)

14 de Março — «Declarações — O importe total da féria de Janeiro e Fevereiro da obra do palacio imperial de Petropolis paga-se na rua de S. Pedro n. 2 — Côrte, em 14 de Março de 1844. Julio F. Koeler» (2)

24 de Março — «Vapor para a Estrella — No dia 24 do corrente mez, (se não ouver inconveniente imprevisto) principiará a navegar desta côrte para o Porto da Estrella a barca a vapor *Venus*, pertencente á companhia de Inhomerim, fazendo todos os dias viagem de ida e volta. Largará do cáes da praia dos Mineiros ás 11 horas da manhan e do Porto da Estrella ás 4 horas da tarde. Preços : adulto calçado 1$500, menor de 12 annos, dito, 800, descalços á prôa, 500 réis, menores de 4 annos, gratis, cargas regulares ou de 4 arrobas, 120 réis. Rio de Janeiro, 20 de Março de 1845. Joaquim Jose dos Santos Junior, Director da Companhia» (3).

---

(1) *Diario do Rio de Janeiro*, edição de 6 de Fevereiro de 1845.
(2) *Jornal do Commercio*, edição de 19 de Março de 1845.
(3) *Diario do Rio de Janeiro*, edição de 22 de Março de 1845.

3 de Maio — Do Capitulo — Estrada Normal da Estrella — do Relatorio do Presidente Aureliano, de 1846, destacamos:

«Começaram esses trabalhos em 11 de Janeiro de 1843, sob a direcção do chefe da secção respectiva, o engenheiro civil Carlos Rivière; e assim continuaram com a consignação mensal de 6, 10 e 12 contos até Abril de 1845. Querendo porém nessa epocha a vice-presidencia da Provincia dar o mais rapido possivel andamento a esta obra pela sua evidente necessidade, não só em attenção ao grande commercio, e exportação da provincia de Minas, *como pela circumstancia de estar sua magestade o imperador mandando construir um palacio no alto da serra, em Petropolis, onde já tem estado, e brevemente quererá ir passar os verões tão ardentes na capital do imperio, e onde se estabeleceu a colonia, de que adiante tratarei, circumstancias, que têm de chamar brevemente áquelle ponto muitos cidadãos, e familias nacionaes e estrangeiras, deliberou em 3 de Maio do anno proximo passado dividir os respectivos trabalhos em tres secções, tendo cada uma dellas um engenheiro por chefe, comprehendendo a primeira o es- o espaço desde o Porto da Estrella até o alto da serra.*»

11 de Maio — D. Pedro II e a Imperatriz, visitam Petropolis. O «Jornal do Commercio desse dia, publica a seguinte laconica noticia: «S.S. M.M. partiram de madrugada para Estrella». A unica supposição plausivel, é que o par imperial tenha vindo de visita a Petropolis. O Presidente Aureliano, em seu relatorio já referido, expressa-se com estas palavras — «onde já tem estado» —, verificando-se assim que o Imperador até aquelle anno, teria

vindo a Petropolis por mais de uma vez. Houve aliás quem affirmasse ter elle visitado Petropolis em 1844, por estes termos:

«Mas só depois de 1844 é que D. Pedro II entrou a gostar da sua fazenda, e de interessar-se por ella. Ainda esse anno elle veraneou na fabrica de polvora, que da lagôa Rodrigo de Freitas fôra annos antes removida para a raiz daquella serra. D'ahi, porém, fez elle uma excursão ao alto da serra, á sua fazenda, em cuja grande casa abarracada, feia, incommoda e inconfortavel se aboletou. Com esta primeira demora do imperador na Imperial Fazenda da Serra da Estrella, *começaram-se edificações para o pessoal e gente de serviço, e iniciou-se uma demarcação das terras, sendo alguns prazos dellas doados pelo monarcha a pessoas gradas e servidores do Estado*» (1).

28 de Maio — «Petropolis — Estando já tomado o maior numero de acções da companhia de Petropolis do que exige o artigo 9 dos estatutos, tenho a honra de convidar as pessoas que as subscreveram, para se reunirem em assembléa geral no dia 5 de Junho proximo ás 11 horas da manhan na casa do banco commercial, afim de proceder-se á eleição da directoria, e tratar-se dos interesses da companhia. Petropolis, em 28 de Maio de 1845. — O major, Julio Frederico Koeler» (2).

17 de Junho — «Para as obras de Petropolis, precisão-se serventes, carpinteiros, ferreiros, marcineiros, pedreiros e canteiros; na rua Direita n. 85, dão-se explicações» (3).

6 de Agosto — «A vista do que Vm. expõe em seu officio datado de 17 do mez findo, relativo aos colonos açorianos,

---

(1) *Petropolis*, in Revista Kosmos, Rio, Março de 1906.
(2) *Diario do Rio de Janeiro*, edição de 31 de Maio de 1845.
(3) Idem, de 17 de Junho de 1845.

que existem empregados nas obras de Petropolis, sob sua inspecção, tenho a declarar-lhe que póde elevar os jornaes dos mesmos desde o 1º do mez passado a seiscentos réis por cada dia util, e duzentos réis diarios para as suas comedorias, restando-lhes a quarta parte do imposto de jornaes, que tiverem vencido para a amortização de suas passagens. Deus guarde a Vm. Palacio do governo da Provincia do Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1845. Candido Baptista de Oliveira. — Sr. chefe da 2a. secção das obras da estrada da Estrella» (1).

1846 — No relatorio do Presidente Aureliano, referente ao anno anterior, lê-se no capitulo «Colonisação» : «Considerando mais, que alguns casaes de colonos empregados na importante obra da serra normal da Estrella podiam melhor aclimatar-se alli, *e ir formando o nucleo de uma colonia na povoação denominada Petropolis*», etc.

Pela leitura desses dados, exhaustivamente eloquentes, póde-se concluir, facil e de modo seguro, pela seguinte synthese interpretativa : Petropolis foi fundada pelo decreto imperial de 16 de Março de 1843. Pouco importa ter-se procurado contestar a qualidade de decreto a esse acto de Pedro II, dando assim ao caso um méro aspecto de *lana caprina*. Para os juristas do Imperio, para os homens de governo da monarchia, era decreto, e com esse espirito produziu os devidos effeitos. E o conselheiro Ribas, (2) por tal o definiu como uma luva, para o acto em apreço. O primordial é que, decreto ou o que quizerem, foi elle a medida politica, emanada do Imperador, estabelecendo, dando causa á fundação de Petropolis. E foi por isso que o conselheiro Paulo Bar-

(1) Diario do Rio de Janeiro.
(2) Vide pg. 6 deste Volume.

bosa da Sylva, mordomo de Sua Magestade, e signatario do documento, escreveu: «Pelo decreto imperial de 16 de Março de 1843, comecei a crear Petropolis»... (1)

Effectivamente, tendo sido determinada por aquella ordem bastante, a creação de uma povoação, um palacio, uma igreja e um cemiterio, quatro mezes depois dá-se officialmente o nome de *Petropolis* ao local onde se começa a erguer a Povoação, em terrenos designados e préviamente separados da esphera de arrendamento da fazenda, e estabelecem-se regras urbanisticas do mais requintado apuro e detalhe para aquella época.

Nesse mesmo anno, é levantada uma planta do lugar, e a Corôa envia um funccionario para iniciar obras, apparecendo em documento, allusão a um «Largo de Alcantara».

Em 1844, existem já casa de negocio, hospedaria e officina de carpinteiro. Pedro II visita a Povoação nascente, que recebe as honras de um juizado de paz e uma sub-delegacia. O presidente da Provincia, em portarias, faz observações sobre alinhamento de uma casa, e exige a planta da «cidade de Petropolis», que fôra mandada realizar.

Iniciando-se o anno de 1845, Sua Magestade já havia feito doação de terrenos a varias personalidades. As obras do palacio, começadas em Janeiro, recebem quarenta africanos para os trabalhos. Constróe-se a repartição de obras, e installa-se enfermaria e pharmacia. Koeler, pela imprensa, fala das construcções que tem feito e existem, e projecta formar uma companhia destinada a dar rapido desenvolvimento á Povoação, pela construcção de prédios particulares e publicos, hotel e meios de transposte. A 24 de Março, a Povoação justifica a inauguração de um serviço de barca a vapôr entre Rio e Petropolis. A 3 de Maio, o presidente da Provincia dá

---

(1) Vide pg. 205 deste Volume.

nova orientação aos trabalhos da estrada da serra, attendendo á circumstancia de estar sua magestade construindo um Palacio em Petropolis.

A 28 de Maio, Koeler convoca os accionistas da companhia. Note-se que estamos apenas a um mez de distancia da chegada fortuita da primeira porção de allemães que viriam fundar a colonia, e Koeler, nessa altura, continua com o seu plano de realizar o desenvolvimento de Petropolis por meio da empreza que organizára. A 17 de Junho, Koeler ainda chama, para as obras de Petropolis, carpinteiros, ferreiros e pedreiros. Estamos ás portas do dia 29 de Junho de 1845, e a Povoação existe, de modo inilludivel. Não bastasse o nome de Petropolis, já officialmente designado, nem as referencias á Povoação, em documentos tambem officiaes, a execução immediata e continuada da determinação contida no decreto de 16 de Março, é facto inconteste. E entre o numero de população que já vivia no regime de um juizado de paz e uma sub-delegacia, deve-se ainda accrescentar o dos colonos açorianos, empregados nas obras de Petropolis.

A vinda para Petropolis dos colonos allemães chegados inesperadamente ao Rio de Janeiro, não estava mais nos calculos do governo. Tanto assim, conta Paulo Barbosa, que não estando preparada a Provincia para alojar tanta gente, o presidente procurou-o em pessoa na Camara dos Deputados para ver se na Imperial Fazenda de Sta. Cruz ou nas Imperiaes Quintas elle poderia agasalhal-os. Foi quando chamou Koeler, que lhe suggeriu a collocação dos recem-chegados em Petropolis. Isto posto, «foi a creação de Petropolis que provocou esta vinda de colonos, e não a chegada dos colonos que creou Petropolis», conforme disse Americo Lacombe (1).

A chegada dos allemães, resultou certamente num grande factor de progresso para a Povoação de Petropolis, dan-

---

(1) Pg. 34 deste Volume.

do-lhe além do mais, uma caracteristica especial. Com ella, fundou-se a Colonia, acontecimento de destaque na vida de Petropolis. Sob varios aspectos, mudaram-se os rumos da evolução citadina, e Petropolis teve a vantagem de condições imprevistas. O facto, offerece bem uma das mais fortes paginas da historia local, mas não póde ser confundido como sendo a propria fundação de Petropolis.

Esta, historicamente, resulta do decreto imperial de 16 de Março de 1843, acto officiai, documento politico, que deu origem e produziu a povoação de Petropolis, que de qualquer modo teria o seu progresso assegurado pela sua situação geographica em relação á capital do paiz, pela excellencia do seu clima e pela sedução incomparavel de sua topographia.

Pretender-se o contrario, seria a defesa do absurdo. Perdôa-se mais facilmente a uma culpa que a um erro. E no caso, teria cabimento a famosa phrase de Fouché: «C'est plus qu'un crime, c'est une faute!»

Em outra esphera de considerações, poderia ainda ser apreciada a data historica da fundação de Petropolis.

Batemos palmas ao historiographo que, tratando do caso em apreço, disse ser devoto do calendario civico-patriotico, onde a solução chronologica não seja a unica a servir de regra, mas tambem a psychologica, a esthetica ou a sociologica.

Ora, a fundação de uma cidade faz parte da historia nacional (e não ha como fugir desse critério), historia essa que não póde ser confundida com os pontos de vista dos nacionalismos estreitos, egoistas e aggressivos, muito menos com os universalismos que arrazam fronteiras. Deixaria mesmo de ser historia, aquella que abandonasse os fundamentos espirituaes, base de toda a belleza da vida humaua, para ser ape-

nas um jogo rigido e frio de estatisticas e datas, a serviço de um simples determinismo economico.

Estudada sob o prisma de natureza moral, a historia universal, ainda póde ser vista por varios aspectos. Por exemplo, a origem e evolução do direito, a concepção das casas de credito, a elaboração da arte, a linguagem dos indigenas.

Diversamente, todavia, tem de ser interpretada a historia nacional. Esta, ou se enquadra no rythmo politico e espiritual que define a Patria, ou a mesma é uma ficção...

E' a historia symbolisada pela verdade constructiva, cujo objectivo ha de ser a consciencia da nacionalidade. Historia que não póde resumir-se a méra autopsia de acontecimentos isolados, mas a ressurreição de factos que exprimam sequencia e ligamento, fôrça collectiva de identicos propositos, e segurança de harmonicos sentimentos. Historia, que seja alimento ao fogo sagrado de uma Patria.

A fundação de Petropolis, não é apenas a verdade chronologica em toda a evidencia calendaria, material. O 16 de Março de 1843, é uma bella pagina de historia nacional brasileira. O joven Imperador, noivo, aos dezesete annos, sonha em construir na sua propriedade rural, situada ao alto de amenas montanhas, e proximo á sua côrte, um refugio espiritual ás suas preoccupações de chefe do Estado, e um recanto tranquillo e saudavel onde pudesse viver um pouco para a familia que ia de prompto constituir. Essa chiméra de adolescente, passa a ser concretisada pelo plano que o seu Mordomo lhe apresentára, visando formar a Versalhes do Brasil, que seria o enlevo do monarcha, conforme elle diria mais tarde em trecho de carta ao conde de Gobineau: «Parto amanhã para Petropolis onde posso levar uma vida mais a meu gosto. Lá desfructo melhor da luxuriante natureza do meu paiz, e sobra-me mais tempo para ler e estudar».

Mas, o Imperador não queria Petropolis só para elle. Determinando a creação de uma povoação, onde distribuiria

terrenos a vultos de seu paiz, mandou simultaneamente que se fizesse uma igreja, e dentro do sentir religioso do seu povo, não esqueceu siquer de dispôr fosse a cidade levantada sob a invocação de S. Pedro de Alcantara.

Não faltam pois, á fundação de Petropolis todos os requisitos de ordem psychologica e esthetica. Negar a evidencia desse facto historico, e pretender que a cidade de Petropolis nasceu pela chegada occasional de immigrantes, seria positivamente, uma renuncia lastimavel, menos á verdade da chronologia, e á razão historica, que ao proprio brio do mais elementar sentimento nacional.

Veritas filia temporis !

INDICE

Commissão do Centenario de Petropolis III

H. C. LEÃO TEIXEIRA FILHO

A fundação de Petropolis (o Decreto de 16 de Março de 1843 e outros documentos do mesmo anno) 1

AMERICO JACOBINA LACOMBE

Paulo Barbosa e a fundação de Petropolis 27

ALCINDO SODRE'

Chronicas Petropolitanas:

Terá sido o Corrego Secco visitado pelos portuguezes no longinquo anno de 1531 ? 67
A subordinação politica do Corrego Secco 73
O Corrego Secco em 1817 77
Pedro I e Petropolis 81
Corrêas e a veia poetica do Primeiro Imperador 87
O Monte de Santa Cruz 93
Uma obra allemã de 1853 97
A illuminação de Petropolis de 1862 a 1881 101
Abaixo-assignados á Municipalidade para estender roupa na beira do rio e collocar chafariz na rua do Imperador 109
Petropolis atravéz Rt. H. Klumb 113
Propostas para conducção urbana em Petropolis, no ultimo quartel do seculo passado 119
Palacio de Crystal 125
Os caminhos antigos do Rio para Minas e a passagem por Petropolis 131
Estrada de Ferro de Petropolis 139
O inventario de Koeler 145
O Collegio Kopke 149
Aspectos da vida municipal 155

JOÃO DUARTE SILVEIRA

A rua do Imperador 161

LAURENIO LAGO

Amaro Emilio da Veiga 181

AMERICO JACOBINA LACOMBE

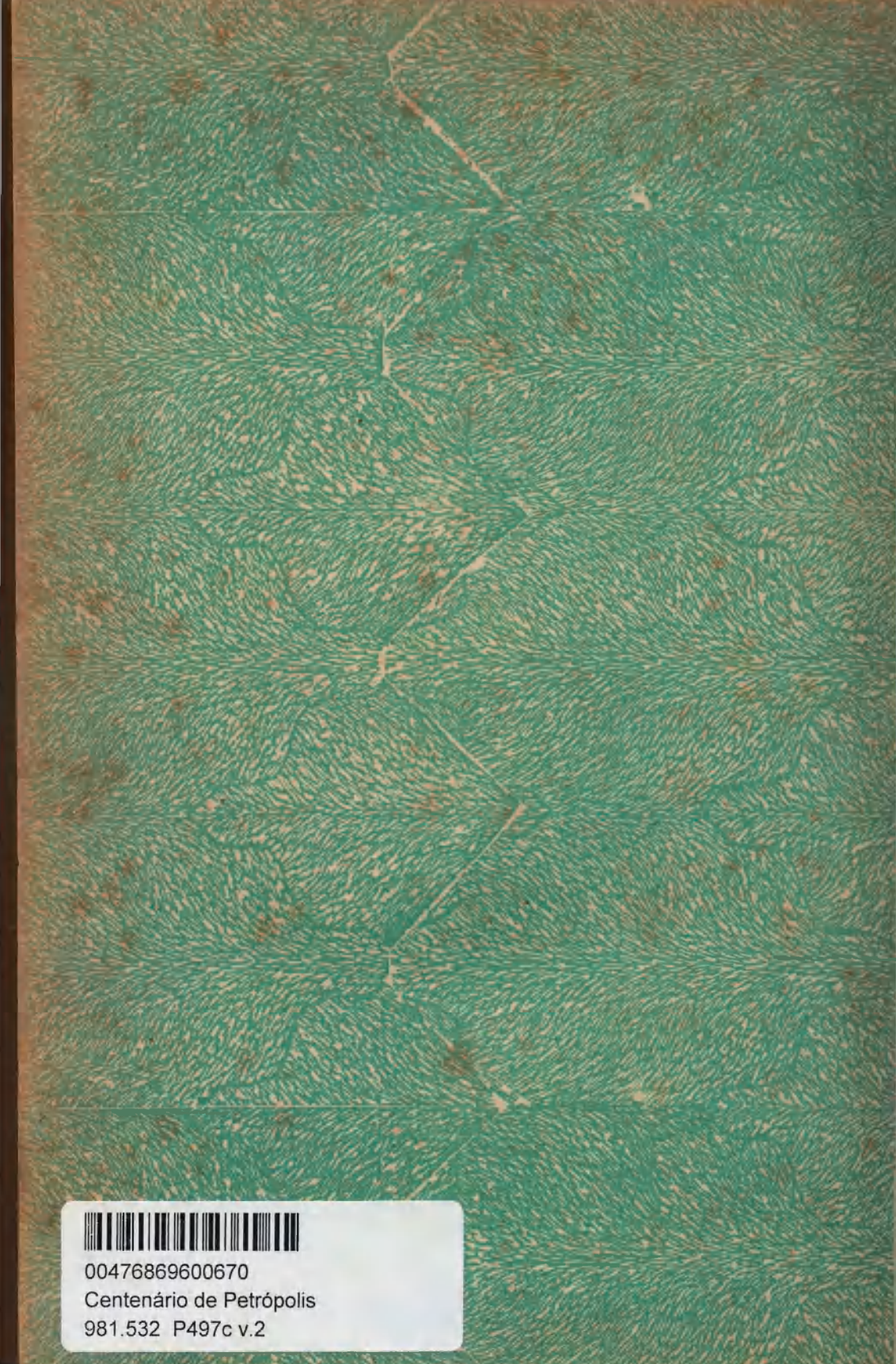
A fundação de Petropolis (Papel de Paulo Barbosa) 189

ALCINDO SODRE'

Fundação de Petropolis — A evidencia de um facto historico ... 225

MUSEU IMPERIAL - BIBLIOTECA

Este livro foi composto e impresso nas officinas da Typographia Ypiranga, de Armando Martins, no anno de 1939.



00476869600670
Centenário de Petrópolis
981.532 P497c v.2